



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

TRAJETÓRIAS INFRACIONAIS NA ADOLESCÊNCIA

LUCAS CAETANO PEREIRA DE OLIVEIRA

BELO HORIZONTE - MG

2020

TRAJETÓRIAS INFRACIONAIS NA ADOLESCÊNCIA

LUCAS CAETANO PEREIRA DE OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação do Prof. Bráulio Figueiredo Alves da Silva

Essa dissertação contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) através do processo APQ-00175-14

Agradecimentos

Ninguém chega a lugar algum sozinho e eu pessoalmente me sinto uma pessoa privilegiada por poder contar com tantas pessoas em minha jornada. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer imensamente à Universidade Federal de Minas Gerais, que propiciou um ambiente acolhedor e intelectualmente instigante que me permitiu, ao longo dos últimos oito anos, consolidar minha formação e me desenvolver enquanto ser humano. A universidade pública, gratuita e de qualidade é um bastião do desenvolvimento de um povo e por isso deve ser defendida, protegida e ajudada.

Agradeço aos meus pais, Murai e Anamélia, e aos meus irmãos, Naiana e Gustavo. O amor, o carinho e o apoio deles foram sempre essenciais para que eu tivesse o ambiente propício e as condições necessárias para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje. A eles devoto meu afeto e dedico o presente trabalho.

Esse trabalho também não seria possível sem o aprendizado que adquiri, nos últimos oito anos, enquanto pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP). Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof. Bráulio Figueiredo Alves da Silva, que desde a graduação apostou em meu trabalho e me deu a oportunidade de desenvolver a pesquisa que culminou na presente dissertação. Sua paciência e franqueza foram muito importantes para me apontar direções, principalmente quando eu me sentia perdido em meio aos labirintos teóricos e metodológicos que apareceram durante o processo de pesquisa e escrita deste trabalho.

A leitura atenta e as críticas certeiras do Prof. Frederico Couto Marinho também foram essenciais durante todo esse processo de pesquisa. Suas observações me serviram como farol ao me apontarem bons caminhos para o desenvolvimento desta dissertação. O mesmo pode ser dito em relação à Profa. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, que durante o curso de “Sociologia das Prisões” e especialmente durante a qualificação, sugeriu leituras sem as quais este trabalho provavelmente teria outra cara.

Este trabalho se beneficiou enormemente da associação entre os pesquisadores do núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS) e do CRISP por conta da condução da pesquisa “Curso de vida e trajetória delinquencial: um estudo exploratório dos eventos e narrativas de jovens em situação de vulnerabilidade” chancelada pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT/UFMG). Assim, agradeço também a toda a equipe do PSILACS na pessoa da Profa. Andréa Maris Campos Guerra.

Também é importante declarar minha gratidão à Profa. Jacqueline Moreira Drawin. Sua generosidade, seu acolhimento e sua disposição para discutir ideias e as consolidar através da produção acadêmica me proporcionaram ensinamentos importantes os quais espero levar comigo e multiplicá-los por essa jornada que é a busca do conhecimento.

Igualmente primordiais a este trabalho foram os professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFMG), especialmente os amigos da coorte de 2018. Nossas discussões dentro das salas de aula e pelos bares da vida muito me ajudaram a refletir sobre as ideias, conceitos e direções presentes neste trabalho. Num ofício que as vezes é tão solitário, foi um prazer e também um refúgio encontrar pessoas com quem pudesse compartilhar as alegrias e as angústias que encontramos durante o processo de formação acadêmica.

Durante os últimos 5 anos tive o privilégio de ser monitor do curso “Fundamentos da Análise Qualitativa usando Atlas.TI” ministrado no “Programa de Treinamento Intensivo em Metodologia Quantitativa” (MQ). Desse modo, agradeço aos professores Rogério Barbosa, Leonardo Nascimento, e especialmente à Monise Picanço, pelo grande aprendizado proporcionado no campo da pesquisa qualitativa. Sem esse conhecimento, este trabalho dificilmente poderia ser realizado.

O desenvolvimento de qualquer pesquisa é impossível sem os órgãos de fomento. Assim, agradeço à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas que foram concedidas ao longo dos últimos oitos anos.

De mesmo modo, agradeço a todos os profissionais do Sistema Socioeducativo cujo esforço e empenho na produção dos Planos Individuais de Atendimento permitiu a realização deste trabalho. Agradecimentos especiais à Pietra Silva e à Mariana Teixeira também são necessários. As duas me ajudaram imensamente durante o processo de coleta dos PIAS e principalmente durante a análise documental, trabalho este que permitiu a consolidação do banco de dados que embasa esta e outras pesquisas.

Minha eterna gratidão aos amigos Arthur Delamarque, Arthur Diamantino, Gustavo Evangelista, Pedro Madeira Rincon e Rafael Rodrigues Paiva. Os momentos que passamos juntos me ajudaram a encontrar algum alívio e diversão em meio aos períodos de imersão nos estudos e na pesquisa, certamente nossas conversas contribuíram para que eu clarificasse minhas ideias. Gratidão especial aos meus amigos e grandes comediantes Matheus Azevedo

Garcia e Letícia de Cássia, que além de me proporcionarem boas risadas, me ajudaram imensamente na revisão do presente trabalho. Também agradeço aos meus amigos paulistanos, Thales Reis Alecrim e Vinicius Almeida que tão bem me acolheram na “terra da garoa” quando por lá estive para apresentar resultados parciais deste trabalho.

Agradeço à doce Anne por todo apoio e compreensão durante todo o processo de construção deste trabalho. Sua alegria e positividade são luminosos como o sol da manhã e muito alumiarão meus caminhos até aqui, sendo as minhas palavras incomensuráveis com relação aos seus gestos de amor.

Por fim, agradeço a Charles Mingus, Thelonius Monk, Herbie Hancock, Moacyr Santos, Baden Powell, Hermeto Pascoal e a Yamandú Costa por preencher de música meus dias e noites de escrita. A vida sem música seria um erro e a escrita sem a companhia das melodias e harmonias seria por demais solitária.

A vida só pode ser comprendida, olhando-se para trás;
mas só pode ser vivida olhando-se para frente.

Søren Kierkegaard

Resumo

As trajetórias infracionais não se desenvolvem de maneira desligada das relações sociais, do lugar, do tempo histórico e principalmente da própria história de vida de um indivíduo. A extensa literatura produzida sobre a temática do desenvolvimento de trajetórias infracionais aponta a influência de fatores individuais, da natureza e qualidade dos vínculos estabelecidos pelos indivíduos, da estrutura de oportunidades sociais e econômicas, e de processos de rotulação, marginalização e exclusão. Alinhado com essas perspectivas, o presente trabalho busca apontar quais os eventos e fatores inseridos no curso de vida de adolescentes que passaram pela Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte estão associados à entrada e à consolidação de uma trajetória infracional, aqui compreendida através da relação entre a frequência de contatos com o Sistema de Justiça Juvenil e o somatório da gravidade das medidas socioeducativas aplicadas. Desse modo, estabelecemos como estratégia metodológica a confrontação entre jovens que desenvolveram trajetórias infracionais crônicas e ocasionais, através da adoção de uma perspectiva de métodos mistos. Os principais resultados demonstram que jovens que desenvolveram uma trajetória infracional acima da média possuem vínculos familiares mais frágeis e estão mais expostos a situações e eventos que propiciam um acúmulo de definições positivas ao cometimento de atos desviantes, especialmente o consumo de drogas, se comparados aos jovens com trajetórias infracionais abaixo da média. Além disso, esses jovens possuem maior defasagem ano escolar/idade e tendem a ter os primeiros contatos com Sistema de Justiça Juvenil mais precocemente. Por fim, os modelos de regressão logística apresentados expressam a especial importância das dimensões ligadas à sociabilidade e ao grau de exposição à institucionalidade pública no desenvolvimento de trajetórias infracionais crônicas, especialmente no que diz respeito ao gênero, do consumo de drogas lícitas e ilícitas, da defasagem ano escolar/idade e da idade da primeira passagem.

Palavras chave: curso de vida, adolescência, trajetória infracional, Sistema de Justiça Juvenil

Abstract

Criminal trajectories do not develop in a way that is disconnected from social relations, place, historical time and mainly from an individual's own life story. The extensive literature produced on the theme of developing criminal trajectories points to the influence of individual factors, the nature and quality of the bonds established by individuals, the structure of social and economic opportunities, and the processes of labeling, marginalization and exclusion. Aligned with these perspectives, the present work seeks to point out which events and factors are inserted in the life course of adolescents who have passed through the Court of Childhood and Youth of Belo Horizonte that are associated with the entry and consolidation of a criminal trajectory, understood here through the relationship between the frequency of contacts with the Juvenile Justice System and the sum of the severity of the socio-educational sanctions applied. In this way, we have established as a methodological strategy the confrontation of young people who have developed chronic-and-non chronic criminal trajectories, through the adoption of a mixed methods perspective. The main results show that young people who have developed an above-average criminal trajectory have weaker family ties and are more exposed to situations and events that provide an accumulation of positive definitions for deviant acts, especially drug use, than young people with below average infraction trajectories. In addition, these young people have a higher school year / age gap and tend to have their first contacts with the Youth Justice System earlier. Finally, the logistic regression models presented express the special importance of the dimensions related to sociability and the degree of exposure to public institutions in the development of chronic infraction trajectories, especially gender, consumption of licit and illicit drugs, the lag of the school year / age and age of first pass.

Keywords: life course, adolescence, criminal trajectories, Juvenile Justice System

Sumário

1- Introdução	1
2 - Fundamentos Teóricos	18
2.1 - A carreira moral do doente mental e a carreira desviante.....	19
2.2 - Processos de Acusação e Sujeição Criminal.....	24
2.3 - Criminologia, Modelos Explicativos E O Problema Do Desenvolvimento E Abandono Da Trajetória Criminal.	29
2.3.1 - Uma Controvérsia Sobre as Possibilidades e Condicionantes de Mudanças no Comportamento Individual.....	32
2.4 - A Perspectiva do Curso De Vida	36
3 - Trajetórias Juvenis, Criminalidade e o Sistema De Justiça Juvenil	46
3.1 - O Problema Sociológico das Gerações	46
3.2 - Juventude e Criminalidade	52
3.3 - As Medidas Socioeducativas e sua Aplicação	58
4 - Considerações Metodológicas.....	64
4.1 - Análise Exploratória do Perfil da Amostra	72
4.2 - O Contexto Prático da Elaboração do Plano Individual de Atendimento.....	82
4.3 - Trajetória Infracional.....	97
5 - Trajetórias Infracionais Ocasionais e Crônicas	106
5.1 - Sociabilidade.....	106
5.2 - Precariedade Material	143
5.3 - Exposição À Institucionalidade Pública	151
5.4 - Sujeição Criminal	165
5.5 - Modelos De Regressão Logística.....	179
6 - Considerações finais	184
7 - Bibliografia.....	194
8 – Anexos.....	201

1- Introdução

As trajetórias infracionais não se desenvolvem de maneira desligada das relações sociais, do lugar, tempo histórico e principalmente da própria história de vida de um indivíduo (SAMPSON;LAUB, 1997, 2003, 2005) (SHAW, 2013) (ELDER,1985) (BECKER,2008) (MISSE, 2008). A ideia de que as experiências vivenciadas por um sujeito podem influenciar suas trajetórias posteriores sempre fascinou os pesquisadores interessados na temática do desenvolvimento humano. A título de elucidar alguns exemplos, a teoria psicanalítica, aponta a importância dos seis primeiros anos de vida para o desenvolvimento da personalidade; e a tradição pedagógica - da qual a Sociologia é integrante - colocou a questão da relação do desenvolvimento cognitivo e moral dos indivíduos ao longo do ciclo de vida com o devir histórico, econômico e social. (WACHS; GRUEN, 2012)

Configura-se assim, um campo interdisciplinar de discussões sobre como um evento chega a acontecer, quais são seus resultados, quais são os fatores relacionados ao seu acontecimento e o grau de suas consequências. Esse campo compartilha, através de diferentes disciplinas, os pressupostos de que *o envelhecimento e o desenvolvimento são processos contínuos*, isto é, o curso de vida, tempo existente entre nosso nascimento e morte, é o período no qual os indivíduos se desenvolvem biológica, psicológica e socialmente; e que existem *normas e expectativas baseadas na idade dos indivíduos que marcam transições* e dividem suas vidas em diferentes *trajetórias* (ELDER; ROCKWELL, 1979).

A extensa literatura produzida sobre a temática do desenvolvimento de trajetórias infracionais aponta a influência de fatores individuais, da natureza e qualidade dos vínculos estabelecidos pelos indivíduos, da estrutura de oportunidades sociais e econômicas, e de processos de rotulação, marginalização e exclusão. Alinhado com essas perspectivas, o presente trabalho busca apontar quais são os eventos e fatores inseridos no curso de vida de adolescentes que passaram pela Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte que estão associados à entrada e à consolidação de uma trajetória infracional.

Desse modo, o capítulo “Fundamentos Teóricos” tem como intenção situar o leitor nas bases teóricas sobre as quais este trabalho se constituiu. Em primeiro lugar, na seção “A Carreira moral do doente mental e a Carreira desviante” discutimos a contribuição dos autores associados à tradição do interacionismo simbólico, sobretudo Hughes (1958), Becker (2008) e Goffman (2007). Em especial, retiramos desses autores a ênfase desenvolvimental na

explicação dos processos de rotulação e acusação presentes no conceito de carreira. Apesar de retirar da noção de carreira aspectos interessantes para nosso trabalho, propomos a substituição desse termo pelo conceito de trajetória. Este último, ao contrário do primeiro, busca dar conta do caráter multidimensional e diacrônico da vida humana. Dessa maneira, buscamos compreender o ator social como plural, isto é, caracterizado pela heterogeneidade e multiplicidade de sistemas de hábitos, que são incorporados ao longo do curso de vida nos diferentes mundos sociais pelos quais transita (LAHIRE, 2002).

Na seção “Processos de acusação e sujeição criminal” buscamos refletir sobre algumas noções referentes à sociologia do desvio e ao conceito de sujeição criminal (MISSE, 2008). Apontamos diferenças e ambiguidades nos processos de acusação e sanção privados e públicos, morais e legais. Em seguida, descrevemos as dimensões do conceito de sujeição criminal, que é compreendido como um processo “pelo qual se dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, fazendo-os crer que essa expectativa não é só verdadeira como constitui parte integrante de sua subjetividade” (MISSE, 2014: 204). Levantamos assim uma hipótese de que a exposição reiterada ao Sistema de Justiça Criminal e seus agentes pode levar ao desenvolvimento de um processo desse gênero. Também argumentamos que este é um processo que guarda certas especificidades com relação às noções de desvio e outros processos de acusação como a rotulação e a estigmatização, mas que possui afinidades com a noção de carreira.

Em seguida, apresentamos em linhas gerais o campo da criminologia e as suas diversas teorias com o objetivo de introduzir a perspectiva do curso de vida como um modelo sistêmico ou um programa de pesquisa capaz de conjugar essas teorias e verificar a validade delas de modo simultâneo. Como exemplo, reconstituímos uma controvérsia sobre o desenvolvimento e a desistência de trajetórias infracionais, que tem como plano de fundo questionamentos sobre a possibilidade da mudança individual e quais seriam seus condicionantes psicológicos e sociais. Nesse aspecto, enfatizamos o argumento interacionista de que os eventos podem desarticular ou rearticular o controle social e a autoimagem dos indivíduos, explicando, assim, mudanças na trajetória infracional.

A última seção deste capítulo tem como objetivo apresentar, de maneira mais aprofundada, a Perspectiva do Curso de Vida. Para tanto, procuramos reconstituir alguns aspectos de sua história, os conceitos de trajetória, transição e evento e os princípios de agência humana, idade, vidas ligadas, lugar geográfico e tempo histórico.

No capítulo seguinte “Trajetória Juvenis, Criminalidade e Sistema de Justiça Juvenil” buscamos desenvolver um diálogo com a sociologia da juventude, a fim de traçar um panorama sobre a construção da adolescência na modernidade e as especificidades desse processo no contexto histórico brasileiro. Características como a desigualdade social e a baixa participação do Estado no ordenamento das trajetórias de vida dos indivíduos fazem com que no Brasil, a juventude nem sempre se caracterize como uma fase de moratória social. Indivíduos nascidos entre as camadas menos favorecidas da população tendem a vivenciar experiências normalmente identificadas com as esferas adultas de sociabilidade de maneira mais precoce do que os jovens das classes mais abastadas ou da juventude dos países do norte global.

Em seguida, procuramos reunir evidências contextuais que nos ajudam a entender por que alguns jovens cometem atos e desenvolvem trajetórias infracionais. Nesse sentido, verificamos a pertinência de quatro linhas explicativas, a saber, a precariedade material, o grau de exposição à institucionalidade pública, as sociabilidades e a sujeição criminal. Assim, diante das desigualdades socioeconômicas, da incapacidade do Estado em efetivar direitos e promover acesso igualitário a oportunidades, os jovens optariam por se envolver com a criminalidade a fim de mitigar as necessidades e obter algum tipo de ascensão e reconhecimento social. Trata-se de uma dimensão que se relaciona com os princípios de tempo histórico e lugar geográfico da perspectiva do curso de vida. A maior adesão a instituições, como a escola, orienta o curso de ação dos jovens para o futuro, possibilitando a formação de mecanismos de autocontrole, ao mesmo tempo que diminui a pressão para início precoce de trajetórias tipicamente associadas à vida adulta. O rompimento com essas instituições, por outro lado, pode significar uma reorientação do curso de ação para o presente imediato, levando os indivíduos a se engajarem em atos de forma irrefletida e impulsiva. Também pode levar a uma situação em que o indivíduo deve buscar por si próprio meios de inscrição social, sendo a criminalidade uma das maneiras possíveis. Consideramos que essa dimensão se relaciona aos princípios da perspectiva do curso de vida, a saber: tempo histórico, lugar geográfico e idade.

Destaca-se também o papel das formas de sociabilidade, uma vez que a construção da identidade pessoal e social durante a infância e a adolescência é fortemente influenciada pelas relações sociais. A depender na natureza e qualidade dos vínculos estabelecidos, os adolescentes podem ser suscetíveis a provar sua masculinidade ou coragem através do

cometimento de transgressões diversas, ou ainda aderir a estilos de vida baseados no hedonismo, que são popularmente designados pela categoria ‘vida loka’, na qual as formas de agência seriam deliberadamente direcionadas à transgressão das regras sociais (MALVASI, 2012). Esta dimensão alinha-se com os princípios de vidas ligadas e agência da perspectiva do curso de vida.

Por fim, destacamos a própria ação dos agentes do Estado, mobilizando o conceito de sujeição criminal (MISSE, 2008). A criminalização prévia de indivíduos e territórios com base em estereótipos pode fabricar adesões sem que haja crime ou ainda fabricar subjetividades identificadas com esses estereótipos, levando indivíduos a perceberem o desenvolvimento de uma trajetória infracional como algo natural. Assim, trata-se de uma dimensão associada aos princípios de tempo histórico, lugar geográfico e agência da perspectiva do curso de vida. A última seção deste capítulo intitulada “As medidas socioeducativas e sua aplicação” trata da legislação que se refere à infância e adolescência no Brasil e a forma pela qual o Estado processa e sanciona os adolescentes que são formalmente acusados de cometerem atos infracionais. Nesse sentido, refletimos sobre a posição de cada medida socioeducativa no espectro que vai da mais punitiva a mais pedagógica e discutimos o processo decisório levado a cabo no âmbito da Justiça Juvenil para a designação seletiva de uma das sanções previstas em lei.

Após explicitar nossos fundamentos teóricos e desenvolver algumas reflexões sobre a influência do contexto histórico e geográfico no curso de vida dos indivíduos e no desenvolvimento de trajetórias infracionais, passamos a descrever o processo de pesquisa que deu origem a esta dissertação e a estratégia metodológica aqui adotada. O presente trabalho se insere num projeto de pesquisa mais amplo iniciado em 2016. Nesta oportunidade, recolhemos 373 Planos Individuais de Atendimento (PIA), documentos obrigatórios na execução de medidas socioeducativas, de processos que transitaram em julgado na Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte. A amostragem foi feita por conveniência, e através da técnica de análise documental recolheu dados quantitativos e qualitativos, consolidando assim uma robusta base de dados.

Esta base de dados foi utilizada na elaboração de estudos-piloto que foram essenciais no planejamento da análise qualitativa e da modelagem estatística presentes neste trabalho. Também subsidiou um estudo longitudinal prospectivo exploratório possibilitado por uma parceria entre o Centro de Estudo de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG) e

do Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS/UFMG). Essa parceria foi chancelada pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT/UFMG) que nos deu a oportunidade de realizar diversos seminários interdisciplinares entre 2017 e 2019 que permitiram estabelecer categorias e conceitos transversais aos campos da Sociologia e da Psicanálise. Também possibilitou que, entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019, visitássemos 109 endereços na cidade de Belo Horizonte em busca dos jovens da amostra inicial. Depois de 6 meses de trabalho, encerramos o campo após realizar somente 13 entrevistas narrativas. Muitos jovens mudaram de endereço e, em alguns casos, nem mesmo os vizinhos souberam informar se ali residiu em algum momento a pessoa com aquele nome. Os levantamentos externos realizados em março de 2019 pela equipe da pesquisa indicaram que dos 373 jovens da amostra inicial, 16 haviam sido assassinados e 69 estavam aprisionados no sistema adulto. Apesar de serem resultados interessantes, eles não foram integrados na presente discussão. Desse modo, ao relatar o processo de pesquisa no qual essa dissertação se insere, buscamos situar o leitor ao contexto em que esta se desenvolveu como forma de encorajá-lo a buscar pelos outros trabalhos produzidos neste mesmo contexto e que tratam de variadas temáticas e perspectivas relacionada ao início, continuidade, desistência e interrupção de trajetórias infracionais. (GOES ET AL, 2019) (MOREIRA ET AL, 2019).

Retornando ao que tange o escopo do presente trabalho, para elucidar o processo de início e de continuidade de uma trajetória infracional, estabelecemos como estratégia metodológica a confrontação de jovens que julgamos possuírem uma trajetória infracional mais consolidada com aqueles jovens que possuem uma trajetória mais incipiente. Isso foi feito através da adoção de uma perspectiva de métodos mistos, na qual vemos a combinação dos métodos quantitativos e qualitativos como uma forma de contemplar a complexidade do material que possuímos e alcançar um entendimento mais completo do problema de pesquisa (CRESWELL; CLARK, 2013).

O processo de integração metodológica foi feito em quatro etapas. Num primeiro momento, demos maior ênfase aos dados quantitativos no intuito de tecer uma análise descritiva exploratória da amostra. Em seguida, descrevemos o contexto prático da elaboração do PIA e o seu papel na execução das medidas socioeducativas, usando os dados qualitativos para ilustrar as técnicas e procedimentos usados pelos profissionais do socioeducativo, bem como os tipos de hipóteses formuladas por estes para explicar o cometimento de um ato isolado ou o desenvolvimento de uma trajetória infracional. Nesta

seção intitulada “O contexto prático da elaboração do Plano Individual de Atendimento”, tínhamos como objetivo principal depurar aquilo que seria a visão dos técnicos do socioeducativo na narrativa tecida sobre a história de vida dos adolescentes sob intervenção. No terceiro passo, retornamos aos dados quantitativos, observando as dimensões da frequência e seriedade dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes de nossa amostra. A frequência leva em conta o número de contatos dos adolescentes com o Sistema de Justiça Juvenil e a seriedade leva em conta a disposição das medidas socioeducativas no espectro que vai do pedagógico ao punitivo. A partir da combinação dessas dimensões, operacionalizamos a variável “trajetória infracional” e utilizamos sua média para estabelecer um critério de divisão entre os adolescentes. Julgamos que aqueles que estão acima da média possuem uma trajetória infracional mais consolidada, enquanto aqueles que estão abaixo da média, uma trajetória mais incipiente. Ao longo do texto, nos referimos às trajetórias infracionais acima da média como crônicas. A escolha por este termo nada tem a ver com definições patológicas, de modo que, lembramos ao leitor que esta palavra remete à etimologia da palavra latina *chronicus*, que se refere a aquilo que é relativo ao tempo. Em oposição a este termo, nos referimos às trajetórias infracionais abaixo da média como ocasionais, que remete justamente à infrequência e ao fortuito.

Por fim, realizamos uma análise integrando as perspectivas metodológicas. Usamos métodos quantitativos para comparar as proporções e médias das variáveis de interesse segundo a distribuição dos adolescentes pelo tipo de trajetória infracional desenvolvida. Já o acesso aos processos e às formas pelas quais essas variáveis poderiam estar relacionadas com o desenvolvimento de trajetórias infracionais, nos foi possibilitado através dos métodos qualitativos, que ainda ofereceram novas variáveis para enriquecer nossas análises.

Essas análises foram constituídas através da mobilização dos eixos explicativos desenvolvidos ao longo do capítulo “Trajetórias Juvenis, Criminalidade e Sistema de Justiça Juvenil”. No eixo das sociabilidades, constatamos que os jovens que desenvolveram uma trajetória infracional crônica possuem vínculos familiares mais frágeis do que os jovens com trajetórias infracionais ocasionais. Isso é demonstrado, principalmente através da prevalência de eventos como abandono, violência doméstica e a vivência de situação de rua por parte destes últimos. Também constatamos que os crônicos estão mais expostos a situações e eventos que propiciam um acúmulo de definições positivas ao cometimento de atos desviantes, como a convivência com familiares usuários de entorpecentes e envolvidos com a criminalidade.

Também encontramos evidências que indicam que o uso de drogas lícitas ou ilícitas, especialmente o uso de ambas, e o uso de armas de fogo estão associadas ao desenvolvimento de uma trajetória infracional crônica. Esses fatos podem ser tomados como indicadores de uma maior associação com pares desviantes, uma vez que, este tipo de vínculo se traduz em uma maior facilidade de acesso a drogas e armas e numa maior complexidade das atuações infracionais, o que tem como efeito o aprofundamento de uma trajetória infracional.

Com relação a questão da precariedade material, encontramos moderadas evidências de que os adolescentes pertencentes ao grupo crônico possuem um menor status socioeconômico do que aqueles que pertencem ao grupo ocasional. Também encontramos diferenças no que tange à exposição à institucionalidade pública, uma vez que constatamos que há uma proporção maior de adolescentes que desenvolveram uma trajetória crônica e que estão em situação de defasagem ano escolar/idade. Notou-se também que estes adolescentes possuem uma média de anos de defasagem maior do que aqueles jovens que fazem parte do grupo ocasional. Além disso, observamos que os integrantes do grupo crônico vivência a primeira passagem pelo Sistema de Justiça Juvenil mais precocemente do que os integrantes do grupo ocasional.

No eixo em que tratamos da sujeição criminal, observamos uma homogeneidade entre os grupos quando os comparamos segundo à composição racial, mas encontramos diferenças no que tange à postura assumida pelos jovens diante da medida. Em uma proporção maior do que os ocasionais, os integrantes do grupo crônico tendem a apresentar um discurso acrítico sobre a gravidade e as consequências de seus atos. Neste eixo também discutimos a questão da saúde mental. Argumentamos que a ausência e a interrupção de tratamentos de saúde mental – e não os transtornos em si - podem ser mecanismos associados ao desenvolvimento de trajetórias infracionais. Ao compararmos os grupos ocasional e crônico segundo o recebimento de tratamento de saúde mental, verificamos uma maior proporção de jovens que receberam este tipo de intervenção entre os crônicos do que entre os ocasionais. Desse modo, refletimos sobre a possibilidade de que um maior número de passagens pode se traduzir em uma maior probabilidade de o jovem ser diagnosticado ou mesmo rotulado como portador de um quadro de saúde mental, sendo assim, necessário considerar os efeitos que a institucionalização tem sobre os sujeitos e o uso tático de medicações e dos saberes psicológicos e psiquiátricos na docilização dos adolescentes institucionalizados (FOUCAULT, 1997).

Por fim, os modelos de regressão logística apresentados expressam a especial importância das dimensões ligadas à sociabilidade e ao grau de exposição à institucionalidade pública no desenvolvimento de trajetórias infracionais crônicas, especialmente do gênero, do consumo de drogas lícitas e ilícitas, da defasagem ano escolar/idade e da idade da primeira passagem.

2 - Fundamentos Teóricos

No presente capítulo, situamos este trabalho dentro do marco teórico da construção social do desvio e do crime. Para tanto, revisamos a noção de carreira desenvolvida por Hughes (1958), Becker (2008) e Goffman (2007) e as teorias criminológicas da associação diferencial (SUTHERLAND, 1960) e aprendizagem social (AKERS, 1976) que, além de alinhadas ao interacionismo simbólico, também são essenciais para o entendimento da constituição e do desenvolvimento de carreiras desviantes. Também consideramos como essenciais as contribuições de Michel Misse (2008), que estabelece uma ponte entre as construções teóricas da sociologia do desvio desenvolvida por Becker (2008) e Goffman (2009) e as construções teóricas de inspiração foucaultianas através do conceito de sujeição criminal. Deste modo, pretendemos situar este trabalho no campo da sociologia do desvio e contribuir com este campo através da discussão sobre as semelhanças e diferenças entre os conceitos de carreira, trajetória e sujeição criminal.

Este capítulo ainda apresenta em linha gerais o campo da criminologia e as suas diversas teorias, introduzindo a perspectiva do curso de vida como um modelo sistêmico ou um programa de pesquisa capaz de conjugar essas teorias e verificar a validade delas de modo simultâneo. Como exemplo, reconstituímos uma controvérsia sobre o desenvolvimento e a desistência de trajetórias infracionais, que tem como plano de fundo questionamentos sobre a possibilidade da mudança individual e quais seriam seus condicionantes psicológicos e sociais. Nesse aspecto, enfatizamos o argumento interacionista de que os eventos podem desarticular ou rearticular o controle social e a autoimagem dos indivíduos, explicando assim mudanças na trajetória infracional. Por fim, apresentamos a Perspectiva do Curso de Vida. Reconstituímos alguns aspectos da história dessa perspectiva, seus conceitos (trajetória, transição e evento) e princípios (agência humana, idade, vidas ligadas, lugar geográfico e tempo histórico). Concluímos que essa orientação teórica nos permite transitar entre diferentes saberes para explicar fenômenos complexos e compreender vários tipos de experiência humana, alinhando-se com a ambição do presente trabalho.

2.1 - A carreira moral do doente mental e a carreira desviante

Uma noção usada nas tentativas pioneiras de compreender o caráter processual da vida humana foi a concepção de carreira. Essa noção é geralmente pensada em termos ligados ao mundo do trabalho por conectar os indivíduos e as estruturas institucionais. No entanto, essa noção não se limita a uma série de negócios e conquistas profissionais, uma vez que existem outros pontos em que a vida dos indivíduos toca a ordem social. Há esferas de realização social para além do mundo do trabalho que são igualmente capazes de proporcionar aos indivíduos influência, responsabilidade, reconhecimento e algum sentido de propósito (HUGHES, 1958). Assim, a noção de carreira foi apropriada para indicar qualquer trajetória percorrida por uma pessoa durante seu ciclo de vida (GOFFMAN, 2007:111)

Segundo Goffman (2007), aceita-se uma perspectiva da história natural em que:

“os resultados singulares são esquecidos, considerando-se as mudanças temporais que são básicas e comuns aos participantes de uma categoria social, embora ocorram de maneira independente em cada um deles. Essa carreira não é algo que possa ser brilhante ou decepcionante; tanto pode ser um triunfo ou um fracasso”. (GOFFMAN, 2007:111)

A noção de carreira comporta uma dimensão objetiva referente a uma série de papéis e status determinados pelos calendários culturais e as transições entre estes. Também comporta uma dimensão subjetiva na qual cada pessoa interpreta o sentido de suas várias características, ações, eventos e limites impostos pela vida social. Outra concepção muito útil associada ao estudo das carreiras é a ideia de contingências, isto é, os fatores dos quais depende a mobilidade de uma posição para outra, incluindo tanto fatos objetivos relacionados à estrutura social quanto mudanças nas perspectivas, motivações e desejos dos indivíduos. Desse modo, a concepção de contingências ajuda a distinguir os diversos resultados possíveis das carreiras, ignorando o ‘triunfo ou o fracasso’. (BECKER, 2008)

O estudo das carreiras é capaz de jogar luz sobre a natureza das instituições ao mesmo tempo em que tenta compreender a mobilidade da perspectiva pela qual um indivíduo se orienta em relação à ordem social e às sequências e concatenações típicas. O curso da carreira toma forma a partir da atividade do agente, sendo que este age levando em conta as outras pessoas e interpretando o sentido da vida em que vive. Neste contexto, é importante destacar as contribuições de Howard S. Becker (2008) e Erving Goffman (2007). Estes desenvolveram a noção de carreira com o intuito de permitir a compreensão da formação da identidade (ou

autoimagem) dos sujeitos e o desempenho de papéis sociais como um processo relacional entre os indivíduos, os grupos e as instituições nas quais estes se inserem.

Segundo Becker (2008), o primeiro passo para o início de uma carreira desviante é o cometimento de um ato desse tipo. No entanto, muitos atos não apropriados podem ser cometidos sem intenção, como nos casos em que se ignora a regra ou em que o agente pertença a uma subcultura cuja conduta em questão não seja vista como desviante. Fumar uma vez apenas não te faz um fumante. Dessa forma, não basta o cometimento de um ato não intencional e nem mesmo eventual para se configurar uma carreira desviante. Um dos mecanismos que levam da experimentação casual a um padrão mais permanente da atividade desviante é o aprendizado de motivos, interesses, justificativas e técnicas através da interação com outros indivíduos já engajados nesse tipo de prática. O processo de tornar-se um usuário de maconha, por exemplo, exige que se saiba tragar, gostar dos efeitos, onde comprar, quais ervas são mais fortes ou mais fracas (BECKER, 2008).

Essa perspectiva interacionista dialoga com os trabalhos de Sutherland (1960) e Akers (1976). Considera-se que o comportamento desviante, assim como qualquer outro, é aprendido na interação social, especialmente com os grupos primários de convivência (SUTHERLAND, 1960). Akers (1976) considera que esse aprendizado se dá através da imitação e do reforço realizado através de punições e recompensas fazendo com que os indivíduos internalizem certas definições que podem ser favoráveis ou não ao cometimento de atos desviantes. Essas definições se apresentam como um conjunto de orientações, justificativas, habilidades e práticas relacionadas ao comportamento do grupo que proíbem alguns comportamentos e prescrevem outros.

Assim, enquanto algumas pessoas tornam-se progressivamente envolvidas com instituições e grupos que exigem comportamentos conformistas, outros se envolvem com grupos que possuem orientações desviantes e que municiam os indivíduos com habilidades necessárias para prática de infrações. No entanto, é preciso considerar que a participação nesses grupos não anula a consciência de seus participantes sobre as regras morais básicas. Dessa forma, os grupos desviantes desenvolvem técnicas de neutralização que suavizam o impacto da exigência dos compromissos convencionais. (SYKES; MATZA, 1957)

Apesar de decisivos, a participação em grupos desviantes e o aprendizado que esta participação proporciona, esses elementos não são suficientes para a construção de um padrão de comportamento desviante. Uma pessoa pode participar de um grupo desviante, conhecer seus métodos e estratégias e ainda assim não participar de suas ações. Desse modo,

para Becker (2008), o passo decisivo para a consolidação de uma carreira desviante é a experiência de ser acusado e rotulado publicamente. Nessa situação, o rótulo de desviante cola no agente, impactando sua autoimagem, definindo sua identidade pública e impedindo este de participar de grupos mais convencionais. Isso pode acontecer com uma pessoa mesmo que ela não tenha passado por um processo de aprendizado e participação em grupos desviantes. Essa situação acaba impelindo o agente a formar ou estreitar ainda mais os laços com os grupos desviantes e a realizar desvios secundários.

Em síntese, Becker (2008) nos aponta que o aprendizado é uma condição necessária, mas não suficiente; e que a rotulação por si só pode desencadear o desenvolvimento de uma carreira desviante. Assim, é importante ater-se aos papéis desempenhados por aqueles que são capazes de criar e impor as normas, contra quem e como essas normas são impostas e quais os efeitos dessas imposições. Essas questões podem ser observadas na construção teórica goffmaniana que explora um tipo específico de carreira desviante: a carreira moral do doente mental.

Goffman (2007), por meio desta formulação, entendida como sequência de mudanças que produzem efeitos na identidade e no esquema de imagens da pessoa para julgar os outros e a si mesma, busca apreender o processo através do qual a internação em uma clínica psiquiátrica altera o destino social de um indivíduo. Assim, antes de sua institucionalização, o sujeito vive o estágio do pré-paciente até o momento em que um incidente relativamente público leva algum terceiro a desempenhar um papel de denunciante, iniciando assim um processo eficaz que culminará na institucionalização. Geralmente, o pré-paciente sente que “está perdendo a cabeça”, o que o leva a uma interpretação desagregadora de si mesmo.

Além do denunciante, esse processo envolve ainda outros dois papéis. O primeiro é o da pessoa próxima, alguém em quem o paciente confia e pode contar, sendo quem normalmente desempenha o papel de tutor desse indivíduo após a internação. Já o papel de mediador é desempenhado por agentes e agências responsáveis pelo controle social formal, como a polícia e os órgãos de assistência social, sendo através destes que o pré-paciente é compulsoriamente levado à internação. A transição entre a fase de pré-paciente e a fase de institucionalização passa pela formação de uma coalizão alienadora entre esses agentes, na qual o indivíduo perde parte de sua autonomia e seus direitos civis para seu tutor, que tende a colaborar com a instituição. Assim, os aspectos morais da carreira iniciam-se com experiências de abandono, deslealdade e amargura. Desse modo, é preciso considerar que as

circunstâncias da carreira moral se dão imersas nas redes formadas com agentes e agências que participam de maneira decisiva na passagem do status civil para o de internado.

Segundo Goffman (2007), um dos aspectos importantes na carreira moral do pré-paciente é seu *caráter retrospectivo*. Em função das inúmeras contingências da carreira, não há como prever com antecedência que uma pessoa tem a internação como destino. Daí a necessidade de justificação da equipe técnica através da construção de um estudo de caso, que coloca os detalhes e eventos do passado do sujeito como evidências de sua doença. No entanto, Goffman (2007) argumenta que os problemas de comportamento geralmente atribuídos à doença mental são, em grande medida, frutos das circunstâncias em que o paciente está colocado.

O hospital psiquiátrico, enquanto instituição total, representa um ambiente que modela a ação de seus internos. Por ‘instituição total’, entende-se o local de residência e trabalho onde grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida formalmente administrada (GOFFMAN 2007:11). Os indivíduos enfrentam circunstâncias semelhantes e respondem a elas de maneiras semelhantes. Ao entrar nesse tipo instituição, o interno é expropriado de suas relações e direitos, num processo que Goffman (2007) nomeia de morte civil, no qual seu nome, sua noção cronológica e até mesmo a sua posição de status passam a ter como base as noções institucionais. A instituição total também proporciona aos seus internos experiências de mortificação que são inscritas nas restrições da vida comunitária, nas proibições de movimentos e na vivência em um sistema de autoridade único.

Inicialmente o recém-interno adota estratégias de defesa baseadas no silêncio, na ausência e no apego ao passado, mas gradualmente acaba aceitando sua condição e se misturando à rotina da instituição. Isso envolve a reorganização do *self* do indivíduo, que pode ser percebida através do deslocamento do caráter da narrativa biográfica tecida por ele. Passa-se de uma narrativa baseada na apologia de si como alguém perfeitamente de acordo com os valores básicos da sociedade cuja internação pode ser justificada ou ter um caráter injusto, para uma narrativa depreciativa – que indica a aceitação ou a performance de aceitação de uma interpretação psiquiátrica do eu – na qual o sujeito é obrigado a lidar com a afirmação de que seu passado foi um fracasso, que sua atitude diante da vida está errada e que, por isso, precisa modificar seu comportamento. (GOFFMAN, 2007)

A equipe técnica tende a usar as informações do estudo de caso e as contradições entre as narrativas para desacreditar os pacientes com o intuito de obter cooperação e

desautorizar reclamações. Assim, com os erros do passado e o progresso presente sob revisão moral constante, não é possível sustentar uma imagem duradoura de si próprio, de modo que o internado aprende que as degradações e reconstruções do eu não devem ser muito consideradas (GOFFMAN, 2007). Acreditamos que um processo análogo se passa com jovens sob intervenção socioeducativa.

Assim, as carreiras morais e os eus relacionados a elas se desenvolvem dentro dos limites de um sistema institucional seja ele formal ou informal. O eu pode ser visto como algo que se insere nas disposições que um sistema social estabelece para seus participantes, não sendo uma propriedade da pessoa a quem é atribuído, mas residente no padrão de controle social que é exercido pela pessoa e por aqueles que a cercam. As experiências vividas pelos internos de uma dada instituição podem produzir um novo conjunto de crenças a respeito do mundo e uma nova maneira de conceber os eus ou até mesmo, como nos mostra Goffman (2007) no caso da carreira moral do doente mental, levar a uma situação em que a pessoa já não sente a necessidade de elaborar um novo eu.

Talvez, por isso, na carreira moral dos doentes mentais – ao contrário da carreira desviante – “falta apenas a formação frequente de um grupo de vida protetor por ex-pacientes para exemplificar, de maneira integral, o ciclo clássico de resposta pelo qual os subgrupos divergentes são psicodinamicamente formados na sociedade”(GOFFMAN, 2007:113).

Apesar de se aplicarem a vários domínios da vida, os modelos baseados na noção de carreira centram-se geralmente em um único domínio, simplificando demais a vida humana, que é baseada no desempenho de uma série de papéis simultâneos. Além disso, esses modelos não se preocupam em localizar os indivíduos no tempo cronológico e histórico, postulando implicitamente a validade atemporal das etapas da carreira (ELDER ET AL, 2003). Dessa forma, Elder et al (2003) advoga pelo uso do termo trajetórias, uma vez que essa noção, diferentemente da noção de carreira, tenta abarcar várias dimensões e papéis desempenhados pelas pessoas e compreender o entrelaçamento entre as trajetórias de vida de um mesmo indivíduo e de outros indivíduos com os quais este se relaciona. Pressupõe-se, assim, um ator social plural caracterizado pela heterogeneidade e multiplicidade de sistemas de hábitos, que são incorporados ao longo do curso de vida nos diferentes mundos sociais pelos quais transita (LAHIRE, 2002).

Para Bourdieu (2006), devemos compreender as trajetórias sociais levando em conta as posições que são sucessivamente ocupadas por determinados agentes no espaço social a partir da disputa por diferentes espécies de capital – econômico, social, cultural e simbólico

– que se desenrolam e estruturam os diferentes campos da vida social, cada qual com suas representações e práticas próprias. Desse modo, as trajetórias são constituídas em função das propriedades e do funcionamento dos campos, considerando as condições de origem e entrada, as posições ocupadas em um campo e as relações deste campo com outros que compõem o espaço social mais amplo. Assim, as trajetórias podem assumir um caráter de ascensão ou declínio; decorrer de bloqueios de uma via, redefinindo a direção do percurso em outro rumo; configurar continuidades previsíveis ou exigir reconversões significativas de capitais, sentidos e práticas (REIS; BARREIRA, 2018:53).

Em suma, a contribuição de Bourdieu impõe o resgate dos aspectos estruturais que modelam as trajetórias individuais e que são entendidos como condições de qualquer avaliação rigorosa da superfície social e da personalidade individual. Desse modo, devemos ter em mente que certos eventos, como ser acusado ou mesmo suspeito de cometer um crime, dependem não apenas das trajetórias desenvolvidas por um indivíduo, mas também da sua posição no espaço social.

2.2 - Processos de Acusação e Sujeição Criminal

Outro ponto essencial para nossa discussão é a centralidade dos processos de acusação e sanção tanto da carreira moral do doente mental de Goffman (2007) quanto da carreira desviante de Becker (2008). É preciso ser acusado de ‘louco’ para ser um doente mental que mereça ser internado. De mesmo modo, é preciso ser acusado de desviante para que o processo de rotulação ocorra. Dessa maneira, podemos dizer que a acusação ocupa um papel central no desenvolvimento e principalmente na consolidação de uma trajetória desviante ou infracional ao colocar em funcionamento mecanismos que retroalimentam o cometimento de certos atos.

Segundo Misse (2008), a acusação social tem duas facetas. Em primeiro lugar está a dimensão subjetiva, a autoacusação, ou seja, ação íntima e privada dos sujeitos que cumpre uma função de autorregulação, uma vez que reforça a identidade normativa do sujeito através da vigilância sobre seu autocontrole. Por outro lado, a acusação possui dimensões exteriores, ultrapassando a esfera privada em direção à esfera pública. Com isto, a acusação torna-se um modo de operar o poder nas relações sociais.

Assim, o contexto em que uma acusação ocorre é especialmente significativo, uma vez que aquelas acusações que geram sanções em âmbito privado podem ser substancialmente diferentes daquelas que atingem o âmbito público. A diferença entre sanções morais e legais serve como exemplo: é bastante diferente, em termos de eventos e consequências, levar um castigo dos pais e ser detido pela polícia. Entretanto, é possível que atos tipificados em lei, como crimes, sejam tratados privadamente, sem nunca chegarem a ser registrados pela polícia; ou ainda que a própria polícia resolva conflitos de maneira privatista sem o conhecimento dos outros agentes do Sistema de Justiça Criminal. Desse modo, é possível que um indivíduo seja acusado publicamente de cometer um crime recebendo sanções privadas, sem nunca ser oficialmente incriminado e punido.

Segundo Misse (2008), essa disjunção entre a acusação social e a incriminação fez surgir na modernidade uma representação de uma criminalidade real que é sempre maior do que a criminalidade registrada. Assim, para esse autor não faz sentido perguntar-se sobre a criminalidade real, mas sim pela expectativa social de criminalização e pela demanda de incriminação quanto a eventos definidos como crime. Misse (2008) propõe assim um recorte mais minucioso dentro da sociologia do desvio a partir do estudo do fenômeno do crime através do conceito de sujeição criminal. Este conceito refere-se a um processo “pelo qual se dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, fazendo-os crer que essa expectativa não é só verdadeira como constitui parte integrante de sua subjetividade” (MISSE, 2014: 204).

No primeiro momento desse processo, é acionado via acusação um dispositivo que através de sua processualística racional legal de interpretação de eventos encaixa um curso de ação no código legal. Esse passo inicial que Misse (2008) chama de *criminalização* se diferencia da noção de desvio. Enquanto a noção de desvio refere-se tanto à dimensão moral quanto legal, a noção de sujeição criminal relaciona-se necessariamente com aqueles cursos de ação típico-idealmente definidos como crime.

Misse (2008) lança então uma questão muito pertinente: quando alguém é acusado de cometer um crime, qual é objeto da acusação, a transgressão ou o sujeito da transgressão? Para este autor, os dois não podem ser separados, mas as formas através das quais as dimensões de ato e sujeito do ato foram integradas variaram no decorrer da história e em diferentes tradições jurídicas. A ênfase na transgressão exige a reparação ou revanche imediata contra o transgressor. Já a ênfase no sujeito, como é típico da acusação na modernidade, deslocou o enfoque para a racionalidade da ação e o autocontrole.

A acusação ancora-se assim na subjetividade, buscando identificar no transgressor os motivos e as explicações que o levaram à transgressão. Assim, reifica-se seu caráter como sendo essencialmente diferente de um não-transgressor, fazendo assim uma passagem da lei, que prescreve um ato como crime, para a norma social que diz respeito às convenções sociais sobre “bons” e “ruins”. Forma-se assim a ambivalência entre punir o ato e normalizar o sujeito.

Colocar o transgressor em uma posição de inferioridade moral ou social é uma forma de investir o acusador de poder. Assim, a acusação pública se transforma num campo de disputa entre acusadores e acusados, que segundo Misse (2008) constituiu o núcleo mínimo dos dispositivos de incriminação na modernidade. Desse modo, a incriminação se difere da criminalização uma vez que reconecta o plano normativo ao plano legal. É através da lei que as ambivalências e os interesses da acusação e do acusado serão processadas. A incriminação caracteriza-se, então, pelo percurso racional legal que “através de procedimentos impessoais constrói, por meio de provas e testemunhos, a ‘verdade’ da acusação” (MISSE, 2008: 17). Assim, o modelo jurídico no qual a incriminação sucede a criminalização torna-se um fator importante para se compreender esse processo.

A tradição jurídica anglo-saxã reconhece essa ambivalência da passagem da norma a lei e institui dispositivos legalmente regulados através dos quais acusados e acusadores podem negociar as acusações. Nesta tradição, a acusação é uma mera parte no processo a qual cabe provar a culpabilidade do réu. Já na tradição latina e mais especificamente na ibérica, seguidora de um modelo inquisitorial, a acusação não constitui uma parte, mas todo o processo. O réu torna-se responsável por provar sua inocência diante do Sistema Jurídico.

Nesse cenário, em que a acusação moral não pode ser atenuada legalmente por uma negociação, os agentes policiais são substancialmente fortalecidos em relação ao poder judicial. Ao tornar qualquer tipo de negociação ilegal, abre-se espaço para um ‘mercado clandestino de trocas de bens ou serviços políticos, privadamente apropriados’ (MISSE, 2008: 18). Segundo Misse (2008), essa situação é distinta de uma ‘corrupção dos costumes’ ou de um desvio. Enquanto a noção de desvio pensa a transgressão tendo como referência uma única ordem normativa hegemônica, o processo aqui descrito refere-se à existência de ordens normativas múltiplas contraditórias e coexistentes. Nas palavras de Misse (2008) trata-se da:

constituição de uma ordem ilícita funcional para o tratamento, encaminhamento e solução de contradições sociais em escala microsocial, interindividual, algo como uma

‘ordem legítima’ paralela, em convivência contraditória, mas não necessariamente conflitual com a ordem legítima legal, e que se baseia na legitimação ‘tácita’ desse tipo de trocas e desse tipo mercado. (MISSE, 2008; 18)

Desse modo, o tipo de relacionamento estabelecido com a polícia atua como um importante filtro nesse processo. Uma vez que a instituição policial atua como intermediária entre o mundo das negociações privadas e o mundo do direito público, quem tem mais recursos para negociar localmente as mercadorias políticas pode abortar a abertura de processos de incriminação. Assim, o processo de incriminação ganha autonomia e importância quanto maior for o grau de exclusão e segregação social do acusado. Neste sentido, fica evidente que a ‘distância social (em sua dimensão hierárquica e igualitária) seja o principal operador da passagem da mera acusação à incriminação’ (MISSE, 2008: 22).

O processo da sujeição criminal aponta então para duas consequências. Em primeiro lugar é a ideia de que a experiência da incriminação pode produzir um tipo de subjetividade. A experiência de subjugação ao Sistema de Justiça Criminal pode dar início a um processo de subjetivação em que o crime produz a personalidade. Isto é, quando o crime se transforma em algo que dificilmente um sujeito poderia deixar sem perder uma parte importante de sua identidade. Desse modo, a própria ideia de ressocialização pode ser um indicador de sujeição criminal, uma vez que pressupõe que o sujeito não foi bem inserido ou integrado e que precisa de algum modo ser convertido. Segundo Misse (2008):

Quando a transgressão, cuja criminalização é socialmente justificável, *desliza* para a subjetividade do transgressor e para sua individualidade, reificando-se socialmente como caráter ou enquadrando-o num tipo social negativo, constitui-se o que propomos chamar de *sujeição criminal*. Essa noção parece-me tanto mais interessante quanto maior for a capacidade de antecipar (ou prever) a adequação da incriminação a um indivíduo e construí-lo como pertencente a um tipo social. (MISSE, 2008; 23 grifos do autor)

Desse modo, o processo da sujeição criminal se diferencia também da rotulação, uma vez que se trata de uma espécie de rotulagem antecipada que pode se dar até mesmo sem o cometimento de nenhum ato e direcionada a um tipo social específico. Isso se dá através da mobilização desse tipo social pela polícia na construção dos estereótipos de abordagem. Amplia-se, assim, a sujeição criminal para além do sujeito, transformando os indivíduos que possuam atributos próximos ou afins ao tipo social acusado em potenciais suspeitos. É assim que a sujeição criminal pode transbordar para famílias inteiras, ruas, comunidades, bem como para outros traços distintivos de classe, gênero, idade e raça.

Aqui começa a outra consequência desse processo. A expectativa negativa em relação à atuação da polícia e das demais agências do Sistema de Justiça Criminal entre aqueles que têm menos recursos para negociar faz com que estes acabem por recorrer menos a essas instituições e ao mesmo tempo se tornem o principal universo da desconfiança e da repressão policial. Isso conduziu, no caso brasileiro, a um desenvolvimento histórico que se caracterizou ‘por uma específica acumulação da exclusão de largos segmentos da sociedade do acesso aos direitos civis e por conseguinte, pela extensão da desigualdade e da exclusão socioeconômica ao âmbito do direito (da força de lei)’ (MISSE, 2008:27).

Isso reforça, nesses segmentos, a autopercepção de constituírem como vítimas preferenciais da ação policial. Misse (2008) diz haver então um processo complexo de *acúmulo de desvantagens* que orientam e reforçam a percepção de que a regulação legal é desigual e depende da posição do indivíduo na estrutura social. Esse movimento acaba por alimentar, de maneira cíclica, os mecanismos de vingança privada, legitimando essa forma de resolução de conflitos e renovando sua convivência contraditória com a ordem pública baseada no monopólio legítimo da violência pelo Estado.

Em suma, o processo que leva das acusações sociais às incriminações possui diversas contingências. “Da acusação à denúncia, e da denúncia ao tribunal, vários filtros se interpõem. Eles são operados por um extraordinário número de pessoas, em instâncias interpessoais e em instâncias oficialmente formais, racionais-legais” (MISSE, 2008: 29), sendo a polícia um agente especialmente importante. O alcance dos demais operadores da filtragem depende da normalização e competências técnicas e legais das forças policiais. Por isso, é importante ir além do argumento da ‘ausência do Estado’ para nos perguntarmos sobre o tipo de presença que os diferentes agentes do Estado exercem no curso de vida dos indivíduos, nas redes que estes participam e nos locais onde vivem.

Para Misse (2008) as noções de rótulo, desvio secundário e estigma não seriam suficientes para compreender uma dinâmica que se dá num ambiente de profunda desigualdade de renda e direitos. Dessa forma, a sujeição criminal incorpora dimensões dessas noções, mas se diferencia delas por implicar a produção da associação da pobreza urbana com a criminalidade. Seguindo Coelho (1978), entendemos que essa associação entre marginalidade e criminalidade é mais uma reação à marginalidade do que uma preocupação com as causas da criminalidade.

Apesar da minuciosa distinção analítica feita por Misse (2008) dos processos descritos por Becker (2008) e Goffman (2007), acreditamos que o processo de sujeição

criminal guarda semelhanças com a noção de carreira, uma vez que o sujeito criminoso é visto como um indivíduo unidimensional. As implicações disso se mostram na invisibilização ou secundarização de suas outras trajetórias na construção de sua identidade.

Aqui analisaremos o curso de vida e as diferentes trajetórias de jovens publicamente incriminados pela polícia e formalmente sancionados pela Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte, sob o ponto de vista dos relatórios técnicos produzidos no âmbito do cumprimento das Medidas Socioeducativas. Esse é um evento marcante que envolveu estes jovens em diferentes pontos de suas trajetórias e, por conta disso, podem ter consequências substancialmente diferenciadas em seus cursos de vida.

Procuramos neste trabalho explorar como a associação entre a reiteração das consequências desse processo – representada pelo número de passagens pela justiça juvenil – e a escalada de severidade das sanções aplicadas aos jovens está ligada a processos de exclusão social mais amplos que também têm consequências sobre o curso de vida. Isso nos habilitará a compreender aspectos do processo geral de formação de identidades deterioradas através da comparação entre adolescentes que desenvolveram trajetórias infracionais ocasionais e crônicas.

2.3 - Criminologia, Modelos Explicativos E O Problema Do Desenvolvimento E Abandono Da Trajetória Criminal.

Os interessados no fenômeno da criminalidade desenvolveram, desde meados do século XX, uma série de teorias e inúmeros estudos para compreender por que pessoas se engajam em atos considerados desviantes ou transgressores. Dado o caráter de problema público que o fenômeno da criminalidade desfruta, não é de se estranhar o volume de recursos que foram destinados para a consolidação da criminologia como campo de estudos.

Segundo Cerqueira e Lobão (2004: 236), as teorias que tenham como pretensão explicar qualquer comportamento social – e em especial as ações criminosas ou desviantes - devem ater-se a pelo menos dois fatores: “a) a compreensão das motivações e do comportamento individual; e b) a epidemiologia associada, ou como tais comportamentos se distribuem e se deslocam espacial e temporalmente”, sendo que esses fatores combinados em proporções e situações particulares poderiam explicar esse fenômeno.

Desse modo, a literatura criminológica pode ser vista como uma coleção de inúmeros modelos que geralmente oscilam entre abordagens atomistas e holistas. As abordagens

atomistas, calcadas na biologia e na psicologia, geralmente pontuam que o crime é causado por características inatas ou formadas nos primeiros anos de vida dos sujeitos. Em oposição a esse tipo de perspectiva, as abordagens holistas ou sociologizantes enfatizam a natureza plástica do comportamento humano, procurando demonstrar aspectos determinantes relativos ao contexto em que os indivíduos vivem. Com base nas contribuições de Cerqueira e Lobão (2004), podemos agrupar esses diversos modelos explicativos em seis grupos:

- a) teorias que tentam explicar o crime em termos de patologias individuais, sejam elas biológicas, psicológicas ou psiquiátricas. Essas teorias postulam que há características intrínsecas que diferenciam aqueles que cometem crimes e os que não cometem. Essas teorias, de forte conteúdo racista, foram praticamente abandonadas após a Segunda Guerra Mundial, apesar de existirem tentativas contemporâneas de reabilitá-las. (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004)
- b) teorias centradas no *homo economicus*, isto é, crime como uma atividade racional de maximização do lucro. Dessa forma, a ação criminosa se daria em função de uma avaliação racional em torno dos custos e benefícios atrelados a uma série de fatores como a comparação entre os ganhos resultantes da ação criminosa e os resultados auferidos no engajamento do mercado de trabalho legal, o peso da punição e o risco de aprisionamento. Nessa perspectiva, qualquer pessoa poderia cometer um crime, desde que houvesse mais benefícios que custos. (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004)
- c) teorias que consideram o crime como subproduto de um sistema social perverso ou deficiente. A sociedade prescreve metas culturais aos indivíduos bem como os meios legítimos de alcançá-las. Embora os fins sejam potencialmente compartilhados de maneira universal, os meios institucionalizados para alcançar esses fins não estão igualmente disponíveis a todos. (MERTON, 1968)
- d) teorias que entendem o crime como uma consequência da perda de controle e da desorganização social na sociedade moderna. A teoria do controle se embasa na premissa de que quanto mais ligações um indivíduo tiver com a sua família, seus vizinhos e a sociedade ampla, maior sua crença e conformidade com o pacto social. Quanto menos elos um indivíduo possui com instituições que promovem comportamentos conformistas e menores os graus de concordância com os valores e normas vigentes, maiores as chances de se tornar um criminoso.

(CERQUEIRA; LOBÃO, 2004) A teoria da desorganização social foca-se em comunidades locais e no complexo sistema de redes de associações formais e informais (associativismo civil, redes de amizade e parentesco) e os condicionantes estruturais dessas relações, tais como o status socioeconômico, a heterogeneidade étnica, a mobilidade residencial. Comunidades onde os residentes possuem laços informais fortes tem maior capacidade de supervisionar e controlar grupos juvenis, resolver problemas comuns e defender os interesses locais, enquanto comunidades 'socialmente desorganizadas' seriam incapazes de gerar consensos normativos e formas de ação coletiva que produzam algum grau de controle social (SHAW; MCKAY, 1942).

- e) correntes interacionistas que entendem que o crime e o desvio são frutos do processo interacional dinâmico. Na seção anterior detalhamos os processos de aprendizagem, rotulagem, estigmatização e sujeição criminal. Em comum, esses conceitos compartilham a noção de que o eu pode ser visto como algo que se insere nas disposições que um sistema social estabelece para seus participantes, não sendo uma propriedade da pessoa a que é atribuído, mas residente no padrão de controle social que é exercido pela pessoa e por aqueles que a cercam. Assim, o desvio seria estruturado através de um efeito *feedback*, isto é, simultaneamente como ‘causa e consequência de uma variedade de relações recíprocas desenvolvidas ao longo do tempo’ (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004: 246).
- f) Abordagens sistêmicas que visam construir modelos que integrem os níveis estrutural, institucional, interpessoal e individual, explorando de modo simultâneo os vários fatores destacados por diferentes linhas explicativas. (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004)

Mesmo diante de tantas abordagens ainda existem lacunas no estudo da criminalidade. Algumas dessas abordagens operam em nível agregado e preocupam-se somente com as taxas de criminalidade, sem levar em conta que as flutuações nas taxas não refletem necessariamente mudanças no comportamento dos indivíduos. Muitos indivíduos podem cometer poucos crimes e alguns poucos podem cometer muitos crimes. Dessa forma, esses poucos que cometem muitos crimes contribuem mais para o crescimento das taxas do que aqueles que cometem poucos crimes. Além disso, algumas dessas perspectivas baseiam-

se em pesquisas transversais, o que se converte em dificuldades para compreender as mudanças que ocorrem no comportamento individual ao longo do tempo.

A partir da década de 1990, a perspectiva do curso de vida revelou-se um modelo sistêmico promissor no estudo de trajetórias criminais. Baseada em modelos longitudinais de pesquisa, mais do que explicar por que um indivíduo comete um crime, busca-se compreender o processo através do qual alguns chegam a desenvolver uma trajetória criminal, como se dá esse desenvolvimento e o processo de interrupção ou abandono dessa trajetória. Trata-se, portanto, de uma perspectiva promissora para um trabalho que, como este, está interessado em entender os eventos, fatores e processos associados à adesão e continuidade de jovens na trajetória infracional.

Desse modo, encara-se a trajetória infracional como uma sequência longitudinal de infrações cometidas por um indivíduo e que pode ser descrita através de quatro dimensões. A participação descreve a parcela da população que se engaja nesse tipo de atividade. A frequência relaciona a participação à idade, além de servir como indicador da especialização de um indivíduo em determinada atividade ilícita. A seriedade é um parâmetro para entender o potencial ofensivo dos indivíduos. E por fim, a duração diz respeito à extensão da trajetória infracional e ao grau de envolvimento dos indivíduos com o crime (BENSON, 2012).

Esse modo de conceber a trajetória infracional relaciona-se com discussão sobre o desenvolvimento e a desistência desse tipo de trajetória. Trata-se de uma controvérsia teórica sobre a possibilidade da mudança individual e quais seriam seus condicionantes psicológicos e sociais. Essa controvérsia gerou uma série de debates e publicações, cujos principais argumentos tentaremos reconstituir.

2.3.1 - Uma Controvérsia Sobre as Possibilidades e Condicionantes de Mudanças no Comportamento Individual

Partindo de uma perspectiva bastante conservadora, os criminólogos estadunidenses Hirschi e Gottfredson (1990) consideram que o crime é mais provável quando os laços que ligam o indivíduo à sociedade estão fracos ou quebrados. No entanto, a causa da fragilidade dos laços e da origem do crime estaria ligada à ausência de autocontrole do indivíduo, que seria um traço latente da personalidade formado durante a infância e invariante ao longo do tempo. Portanto, na visão desses autores, os indivíduos sem autocontrole cometeriam crimes

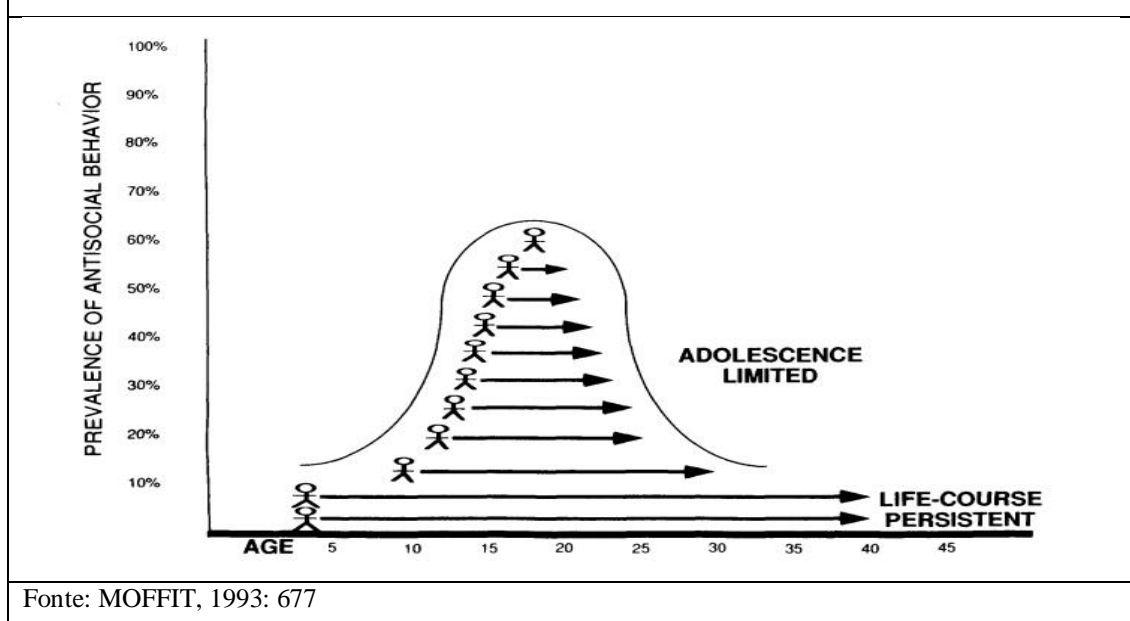
e desvios de maneira *constante* durante a vida, não existindo a possibilidade de mudança de comportamento e atitude nem mesmo através de processos de ressocialização.

Autores como Moffitt (1993) e Sampson e Laub (1997) problematizam a posição de Hirschi e Gottfredson através da seguinte questão: se o comportamento antissocial na infância é o melhor preditor do comportamento antissocial na fase adulta, por que nem todas as crianças antissociais se tornam adultos antissociais? Logo, além da estabilidade, também é preciso compreender as discontinuidades envolvidas nesse fenômeno.

Para a psicóloga desenvolvimental Terry Moffitt (1993), a continuidade e a discontinuidade são fenômenos distintos que envolvem dois tipos de indivíduos com diferentes tipos de envolvimento em trajetórias infracionais. O primeiro é o que a autora chama de persistentes, cuja estabilidade comportamental é verificada na infância antissocial, passando pela delinquência juvenil e se estendendo para a fase adulta. Essa trajetória seria causada por problemas psicopatológicos – como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) - que aliados a estilos de parentalidade disfuncional, colocariam em funcionamento um processo cumulativo semelhante ao descrito por Sampson e Laub (1997). O segundo tipo de indivíduo descrito por Moffitt é aquele que apresenta comportamento antissocial restrito à adolescência. Este seria explicado como uma adaptação contextual a algumas circunstâncias e contingências, ou como parte integrante do fenômeno da adolescência na contemporaneidade, no qual a lacuna entre a maturidade biológica e social gera uma indefinição a respeito do papel social desses indivíduos. Em contraste com os persistentes, estes jovens contariam com mais recursos cognitivos e o peso da continuidade cumulativa seria menor, possibilitando oportunidades e motivando a desistência do comportamento antissocial. Assim, a perspectiva de Moffitt, embora considere aspectos processuais, acaba por patologizar o grupo dos chamados persistentes, que assim como em Hirschi e Gottfredson (1990), seriam incapazes de mudar, seja por conta de características inatas ou adquiridas na infância.

A figura abaixo é uma ilustração hipotética da mudança na prevalência da participação em comportamentos antissociais ao longo do curso de vida. A linha em forma de sino representa a curva idade-crime e as setas representam a duração da participação dos indivíduos em uma trajetória antissocial. (MOFFITT, 1993)

Figura 1 – Ilustração hipotética da participação em comportamento antissocial

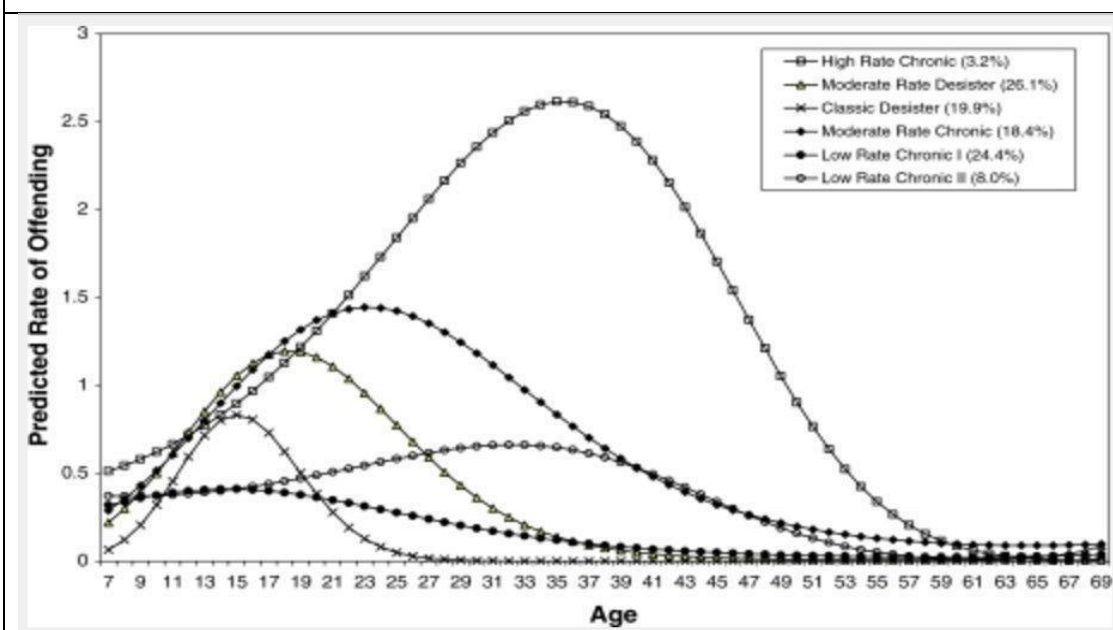


Para compreender a dimensão da continuidade, Sampson e Laub (1997) recuperam a *teoria dos rótulos* de Becker (2008) e sua ênfase processual. Estes autores afirmam que os comportamentos desviantes são embasados em estilos de interação sustentados pela repetida *reação dos outros* durante as *relações sociais recíprocas* (*continuidade interacional*) e a *progressiva acumulação das suas consequências* (*continuidade cumulativa*). Por exemplo, crianças agressivas podem inspirar ações mais enérgicas de seus pais, que por sua vez podem ter como resposta mais agressividade no trato com as crianças, que ao serem rotuladas dessa forma, tendem a ser excluídas pelos pares e professores na escola, ocasionando assim o abandono escolar. Dessa forma, este processo leva ao que os autores chamam de *acúmulo de desvantagens*¹, que tem como efeito o enfraquecimento dos laços que ligam os indivíduos a instituições convencionais como família, escola e mercado de trabalho, levando ao estreitamento de vínculo com grupos desviantes e a continuidade do comportamento infracional.

¹ É possível fazer uma aproximação entre esse conceito e o de vulnerabilidade social. Segundo Kaztman (2001), vulnerabilidade social traduz-se na dificuldade de acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade, resultando em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. As desvantagens com respeito às estruturas de oportunidades resultam em um aumento das situações de desproteção e insegurança, o que põe em relevo os problemas de exclusão e marginalidade.

A teoria de Moffitt (1993) é contestada empiricamente por Sampson e Laub (2005) a partir da análise do curso de vida dos integrantes originais do estudo dos Glueck, sobre o qual comentaremos mais detalhadamente na próxima seção. Segundo Sampson e Laub (2005), tomando como base somente a trajetória infracional, é possível distinguir estatisticamente pelo menos seis grupos de ofensores; sendo que o *avanço da idade é um dos fatores dirigentes dos processos de desistência* para todos os grupos.

Figura 2 - Trajetórias de passagem pela Justiça Criminal entre os jovens que integraram o estudo dos Glueck dos 7 aos 70 anos



Fonte: SAMPSON; LAUB, 2003: 582

Dessa forma, esses autores encaram a questão da mudança individual como algo organizado e sistematizado em torno de expectativas relacionadas ao processo de envelhecimento. *Eventos* como o casamento, o serviço militar, o encarceramento, o trabalho, e a mudança residencial *podem ser pontos de virada* diretamente relacionados com a desistência criminal.

Esses achados corroboram as teorias do controle que postulam que o crime é mais provável quando os laços sociais estão fracos ou quebrados. Sob essa lente, alguns eventos podem reorganizar os laços interpessoais, explicando assim as mudanças relacionadas à trajetória infracional. Os achados de Sampson e Laub (2005) também corroboram as proposições dos autores vinculados ao interacionismo simbólico, nas quais o eu pode ser visto como um produto das disposições que um sistema social estabelece para seus

participantes, não sendo uma propriedade da pessoa a que é atribuído, mas residente no padrão de controle social que é exercido por e sobre a pessoa (GOFFMAN, 2007)(BECKER, 2008).

No entanto, as pesquisas sobre sociabilidade de jovens de periferia no Brasil questionam a validade universal dessa conclusão (MALVASI, 2012) (HIRATA, 2010). Em nosso caso, a inserção e persistência em trajetórias criminais parece estar relacionada à força dos laços sociais. Num cenário em que a institucionalidade pública possui influência limitada sobre o ordenamento das trajetórias de vida, os laços estabelecidos inicialmente com os grupos desviantes escolares e posteriormente nas ruas fazem com que nossos jovens sejam expostos a uma série de sociabilidades e dinâmicas ilegais e informais, que compõem a própria paisagem urbana das margens estatais no Brasil e que, em alguns casos, legitima o engajamento em certas atividades ilícitas.

Na próxima seção, reconstruiremos os antecedentes da perspectiva do curso de vida e apresentaremos em detalhes seus conceitos e princípios sobre os quais nos embasamos para desenvolver o presente trabalho.

2.4 - A Perspectiva do Curso De Vida

CONTEXTO

O interesse dos sociólogos pelas histórias de vida remonta à tradição da Escola de Chicago, mais exatamente ao livro *“The Polish Peasant in Europe and America”*, publicado em 1918 por Florian Znaniecki e William I. Thomas. Nesse trabalho, os autores buscaram compreender, através da análise de cartas e diários, como a transformação da área rural na Polônia causou uma onda migratória para os Estados Unidos e como se deu o processo de integração dos imigrantes poloneses na sociedade estadunidense. Este livro demonstrou a factibilidade do uso das histórias de vida como instrumento para a compreensão das relações entre os indivíduos e seu meio/contexto. Foi por conta desse livro que o uso desse instrumento de pesquisa gozou de grande popularidade entre as obras publicadas entre os anos 1930 e 1940 pelos pesquisadores formados em Chicago (BECKER, 1993).

Um dessas obras é *“The Jack Roller: A Delinquent Boy’s Own Story”* de Clifford Shaw ([1930] 2013). Nesse trabalho, somos apresentados à autobiografia de Stanley, jovem com o qual Shaw, que era técnico do Sistema de Justiça Juvenil, manteve contato durante

seis anos. Neste período, Shaw pôde acompanhar e entender o comportamento e o background do jovem, trabalhando em prol de sua ressocialização. Dessa forma, para o sociólogo, a história de vida cumpria uma missão dupla, pois era uma forma de tratar e estudar jovens infratores, pois oferecia base para um plano de tratamento individualizado às atitudes, aos interesses e à personalidade do jovem, além de dar suporte para construção de estudos exploratórios e orientações preliminares que permitam compreender problemas específicos e formular hipóteses.

No entanto, Shaw (2013) pontua que o uso dessa ferramenta com fins científicos dependeria da existência de um material suplementar que serviria para checar a autenticidade da história e oferecer uma base confiável para a interpretação das experiências e situações descritas nos documentos, sendo que a ausência desse material poderia tornar as interpretações questionáveis. Por outro lado, Shaw (2013) argumenta que a validade e o valor das histórias de vida não dependem de sua veracidade e objetividade, mas sim da sua capacidade de revelar questões de ordem subjetiva como interpretações, racionalizações, preconceitos e exageros dos jovens. Nesse contexto, como forma de ajudar na interpretação da autobiografia de Stanley, há uma introdução de Shaw em que este descreve os usos e potencialidades da história de vida no estudo da delinquência juvenil e na ressocialização dos jovens.

Em primeiro lugar, revela-se o ponto de vista do agente, isto é, revela suas atitudes, sentimentos, interesses, dilemas, bem como a forma como ele concebe seu papel em relação aos outros e as interpretações que faz das situações que vive. Em segundo lugar, permite conhecer o contexto cultural e social ao qual o agente é responsivo². As ações humanas não podem ser entendidas e explicadas fora de seu contexto, assim as histórias de vida permitem estudar a maneira pela qual as tradições, costumes e regras das vizinhanças, instituições, famílias e grupos de pares são incorporados pelos jovens. Além disso, também permitem conhecer situações vivenciadas nesses contextos e as atitudes, gestos e atividades dos outros agentes inseridos no mesmo contexto.

Por fim, as histórias de vida permitem reconstruir a sequência de experiências passadas e situações na vida do agente. Tendências de comportamento e talvez até a personalidade como um todo são influenciadas por pressões situacionais e experiências ocorridas na vida de uma pessoa. Assim, só é possível compreender um ato individual, tendo

² Responsividade corresponde a ideia de que os agentes respondem às exigências e condições impostas pelo meio em que este se insere

em vista sua relação com a sequência de experiências vividas pelo indivíduo. Shaw (2013) pontua que o comportamento desviante de ofensores mais velhos, geralmente remonta a influências e experiências que ocorreram muito cedo em suas vidas.

Apesar da promissora agenda de pesquisa constituída em torno das histórias de vida, a partir de 1940, a progressiva hegemonia do estrutural funcionalismo parsoniano e das pesquisas baseadas na metodologia de *survey* levou a reflexão sociológica a um estado de abstração completamente divorciado da dimensão temporal (ELDER ET AL, 2003). As pesquisas passaram a se apoiar principalmente em dados transversais, que são incapazes de capturar a natureza diacrônica da realidade, pois desconsideram o fato de que os elementos que operam para produzir um fenômeno de interesse não o fazem simultaneamente (BECKER, 2008) (BLANCO, 2011).

Diferentemente dos sociólogos, os psicólogos interessados pela temática do desenvolvimento infantil, desde o fim da década de 1920, começaram a desenvolver pesquisas com desenhos longitudinais, recolhendo dados sobre os sujeitos em diferentes períodos do tempo, durante vários anos (ELDER ET AL, 2003). Estudos como o de Oakland Growth Study e o de Berkeley Guidance Study foram desenhados para seguir o padrão desenvolvimental da criança e inicialmente não tinham a intenção de extrapolar o tempo da infância, mas acabaram se estendendo para a fase adulta e para além dela, coletando informações sobre a educação, o trabalho, o casamento e a paternidade. Apesar dessa extensão, esses estudos não tinham como objetivo e nem foram desenhados para reconhecer ligações entre os indivíduos e o contexto no qual se inseriam, muito menos capturar a influência das várias transformações sócio-históricas ocorridas durante o século XX em suas vidas (ELDER ET AL, 2003).

Essas críticas também podem se aplicar às sofisticadas e robustas pesquisas e obras dos criminólogos Sheldon e Eleonor Glueck sobre a delinquência juvenil e a criminalidade adulta. Esses pesquisadores conduziram vários estudos baseados em uma perspectiva interdisciplinar, com desenhos longitudinais prospectivos, focados em ofensores crônicos e coletando informações de múltiplas fontes. Além disso, sempre que possível, os Glueck incluíam grupos de controle em suas robustas pesquisas (SAMPSON; LAUB, 1993).

Na pesquisa que resultou na publicação de *Unravelling Juvenile Delinquency* (1950) e outras sucessivas publicações entre 1956 e 1970, os Glueck analisaram as trajetórias de vida de 500 jovens delinquentes e 500 não delinquentes. Todos os sujeitos foram entrevistados pela primeira vez entre os 10 e os 17 anos, sendo coletadas informações sobre

características sociais, psicológicas e biológicas, vida familiar, performance escolar, experiências de trabalho, passagens pelo Sistema de Justiça Criminal e outros eventos entre 1939 e 1948. Entre 1949 e 1963, os sujeitos foram entrevistados mais duas vezes, uma com 25 anos e outra aos 32 anos de idade, respondendo questões sobre número de filhos, casamento, divórcio, experiências de emprego, trajetória escolar, serviço militar e cometimento de delitos. Segundo Sampson e Laub (1993), levando em conta a taxa de mortalidade do período, a sequência do estudo teve um sucesso de 92%.

Entre os achados substanciais dos Glueck está a descoberta da importante relação entre prática de delitos e a idade. Em todas as suas pesquisas, eles encontraram que à medida que os sujeitos envelheciam, a taxa de crimes caía, até entre os casos mais extremos. Além disso, os autores argumentavam que a idade de início era um fator importante na constituição de uma carreira criminosa e que deveria ser levada em conta na formulação de políticas públicas (SAMPSON; LAUB, 1993).

Também encontraram indícios da estabilidade de padrões delinquentes através do ciclo de vida. Os integrantes do grupo delincente tiveram trajetórias diferentes dos integrantes do grupo controle, sendo a vida familiar um dos fatores mais importantes na distinção entre os grupos. Indivíduos oriundos de famílias com disciplina frouxa, combinada com punições erráticas, baixa supervisão e laços emocionais fracos tinham a mais alta probabilidade de delinquir. (SAMPSON; LAUB, 1993).

Apesar desses achados, os trabalhos de Sheldon e Eleonor Glueck foram alvos de muitas críticas, especialmente de sociólogos. Sampson e Laub (1993: 41) identificaram algumas razões pelas quais estes foram e ainda são críticos ao trabalho dos Glueck:

- 1) A presença de julgamentos morais em seus trabalhos, que refletia um viés claro de classe média;
- 2) A posição de empirismo radical, que desprezava orientações teóricas na condução das pesquisas;
- 3) A orientação puramente pragmática das pesquisas, que buscavam mensurar a eficiência das penas no controle dos criminosos de carreira e contribuir com a política pública;
- 4) A adoção de uma linha explicativa de raiz individualizante com excessivo foco na constituição bio-psíquica, no temperamento e nas primeiras influências familiares, que subestimava ou ignorava os efeitos de variáveis tradicionalmente sociológicas

como o status socioeconômico, os grupos de pares, cultura e características comunitárias.

Entre os principais críticos estava sociólogo Edwin Sutherland (LAUB; SAMPSON, 1991) para quem os padrões de comportamento criminoso surgem da *interação* entre indivíduos em grupos que proporcionam uma socialização diferencial na qual se é exposto a um excesso de definições favoráveis ao cometimento de crimes e desvios e não de características pessoais dos sujeitos. Para Sampson e Laub (1993), além do confronto entre explicações de cunho atomista ou relacionistas, o debate entre os Glueck e Sutherland foi uma espécie de disputa pela centralidade no campo da criminologia. Basicamente, Sutherland era contrário à perspectiva interdisciplinar dos Glueck e tinha a intenção de fazer do campo de estudos sobre o crime uma província da Sociologia.

Entretanto, as transformações e eventos sócio-históricos ocorridos até a década de 60 do século XX, como a Grande Depressão, as duas Guerras Mundiais, a Guerra Fria, a emergência da Contracultura e dos os Movimentos dos Direitos Civis e de Liberação Feminina, colaboraram com o florescimento de várias perspectivas que buscavam considerar simultaneamente os níveis macro e microssociais na compreensão das relações dinâmicas entre indivíduos e sociedade³ (BLANCO, 2011) (ELDER ET AL, 2003). Em outras palavras, a maior visibilidade da diversidade cultural, étnico racial, as rápidas mudanças nas relações de gênero e o aparecimento de várias manifestações da cultura juvenil enfatizaram a necessidade de se compreender problemas sociais específicos de uma forma mais minuciosa.

Uma dessas iniciativas veio dos demógrafos franceses. Estes estavam preocupados em compreender a relação entre os fenômenos demográficos que até então eram estudados separadamente. Na ausência de bancos de dados longitudinais, os franceses buscaram compreender essas interações através do estudo de biografias, procurando demonstrar como um acontecimento familiar, econômico ou de outro tipo é enfrentado por um indivíduo e como esses ocorridos modificam a possibilidade de que se produzam outros eventos em sua existência. (BLANCO, 2011) Havia também a intenção de se estabelecer conexões entre os padrões de vida das coortes e a mudança social. Segundo essa perspectiva, as novas coortes promovem a oportunidade para que a mudança social aconteça, assim a comparação entre

³ Nesse contexto, é importante ressaltar a ideia proposta por Merton (1966) de teoria de médio alcance. Para este autor, deve-se evitar a pretensão de generalização universal das chamadas 'grandes teorias', em favor das teorias que procuram tratar de aspectos delimitados da vida social, estabelecendo hipóteses de trabalho que podem ser verificadas empiricamente. Estas devem ser suficientemente abstratas para serem aplicadas a diferentes esferas do comportamento e poder se relacionar com redes amplas de proposições teóricas.

trajetórias de diferentes coortes é uma maneira de se estudar a dinâmica e as transformações na sociedade.

Outra contribuição importante se deu com o surgimento da Nova História Social. Enquanto o paradigma tradicional da historiografia até os anos 60 baseava-se em documentos oficiais e entendia a história como narrativa dos acontecimentos relativos ao Estado Nação e aos personagens que estavam à sua frente, reservando aos demais, quando muito, um papel secundário, a chamada Nova História representou uma virada, pois começa a se interessar por aspectos variados da atividade humana, como a infância, a morte, a sexualidade e a loucura, tópicos estes que até então pensava-se não possuírem uma história (BURKE, 1992). Busca-se, assim, examinar uma maior variedade de evidências, sejam elas orais, visuais ou mesmo estatísticas, com a preocupação de revelar as estruturas sociais por trás da vida cotidiana e como estas se relacionam à vivência das pessoas comuns e à experiência da mudança social. Desse modo, a Nova História inclina-se para uma abordagem interdisciplinar que possui amplas interseções com disciplinas tão diferentes como a antropologia, a sociologia, a economia e a crítica literária. (BURKE, 1992)

Influenciado por esse contexto e em consonância com a tradição sociológica de Chicago, o sociólogo estadunidense Glen Elder Jr. (1985) tomou emprestado uma série de propostas teóricas, metodológicas e conceitos de disciplinas como a demografia, a história e a psicologia para desenvolver um sofisticado quadro teórico metodológico conhecido como perspectiva do curso de vida. Esta visa conectar os significados sociais da idade, ao longo do curso de vida, à transmissão intergeracional de padrões sociais e aos efeitos da história e das estruturas sociais nas biografias individuais a partir de estratégias metodológicas que combinam dados prospectivos e retrospectivos trabalhados através de métodos mistos.

Desse modo, essa perspectiva pende para uma linha interpretativa ou fenomenológica indo além das correlações e coeficientes de regressão dos modelos de pesquisa transversal ao examinar os processos através dos quais trajetórias, transições e eventos ocorridos em tempos diferentes de uma biografia individual estão conectados. A seguir apresentamos de forma detalhada os conceitos e princípios da perspectiva do curso de vida.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Situado o contexto no qual se desenvolveu a perspectiva do curso de vida, passamos a apresentar seus conceitos e princípios. As trajetórias são compreendidas como linhas

desenvolvimentais que podem variar e mudar de direção, de grau e de proporção e estão intimamente ligadas às *transições*, que se referem a mudanças de status, posição ou situação. As trajetórias não são necessariamente pré-determinadas ou absolutamente previsíveis, ainda que algumas tenham maior ou menor probabilidade de acontecer devido a expectativas e normas concernentes à idade (GOES ET AL, 2019). De mesmo modo, as transições não são fixas e podem ocorrer simultaneamente (entrar no mercado de trabalho, casar, ter filhos) e podem ser descritas segundo seu *timing*, sua sequência e sua duração. (BLANCO, 2011) Para Elder (1985), a dinâmica do curso de vida se dá através da relação de interdependência entre as trajetórias e as transições, sendo as transições mais evidentes, aquelas marcadas por *eventos* que estão inseridos dentro das trajetórias no curso de vida de cada indivíduo.

Eventos são ações ou acontecimentos situados na vida dos indivíduos que, apesar de serem gerais para todos os grupos sociais (ou coortes – faixas etárias), são particulares/significativos em suas consequências para os indivíduos. Neste sentido, eventos ocorrem dentro das trajetórias e, dependendo de sua natureza, duração e dos recursos, motivações, crenças e definições que o agente traz para a situação, podem tanto reforçar padrões emergentes de trajetórias bem como alterar ou redirecionar uma trajetória processual. Quando os eventos desencadeiam uma descontinuidade em transições, trajetórias ou no curso de vida como um todo são denominados *pontos de virada*. (GOES ET AL, 2019).

Além dos conceitos de trajetória, transição e evento, a pesquisa e teorização dentro da perspectiva do curso de vida deve levar em conta quatro princípios analíticos a fim de considerar simultânea e diacronicamente os níveis macro e microestruturais.

Os princípios *do tempo histórico e lugar geográfico* se referem ao contexto em que o curso de vida está imerso e como este é modelado pela especificidade do tempo histórico e dos lugares. Assim, situar os indivíduos no tempo e espaço permite compreender como estes constroem a ação individual e exercem diferentes influências sobre os indivíduos a depender de seu gênero, sua raça, sua idade ou sua classe social. É possível assumir como hipótese que no Brasil, que se prepara para entrar na década de 20 do século XXI, um jovem negro de periferia possui mais chances de ter uma morte violenta ou de ser encarcerado que um jovem branco também de periferia.

O princípio das *vidas ligadas* parte da ideia que as relações sociais são estruturadas em redes de interdependência que perduram ao longo do tempo e exercem algum tipo de controle sobre os indivíduos ao incentivar ou restringir alguns atos e comportamentos (GRANOVETTER, 1985) (ELIAS, 2008). A interdependência faz com que algumas

trajetórias, transições ou eventos individuais geralmente impliquem trajetórias, transições ou eventos na vida de outras pessoas com quem estamos conectados, seja no nível familiar ou mesmo entre amigos, pares e vizinhos. Warr (1993), por exemplo, mostra, a partir de uma pesquisa transversal, que a afeição aos pais é capaz de inibir a formação de amizades com pares delinquentes; e que o tempo gasto com a família é capaz de reduzir e até mesmo eliminar a influência destes pares. A partir disso, podemos hipotetizar sobre qual é peso de acontecimentos como o desemprego, o subemprego, o encarceramento ou a morte de um indivíduo no capital social familiar. O abandono paterno, por exemplo, pode ter consequências perversas no curso de vida dos membros de uma família: uma mãe fica sem alguém para dividir os cuidados e as despesas com a casa e as crianças. Ela acaba trabalhando mais tempo para pagar as contas, passando, assim, menos tempo em casa, o que lhe diminui a capacidade de supervisionar as atividades dos filhos.

O *princípio da agência* parte da ideia de que os indivíduos não são meros fantoches das influências e constrangimentos estruturais. Eles fazem escolhas e contornam as adversidades para construir seu próprio curso de vida, ainda que esse poder de escolha seja exercido dentro de uma *estrutura de oportunidades* que traz limitações provenientes do contexto sócio histórico em que se vive. É nesta dimensão que se encaixa a clássica discussão sociológica sobre os cursos de ação, isto é, a sequência ordenada de ações que uma mesma pessoa executa, ao longo do tempo, para realizar projetos precisos, relativos às esferas educacionais, profissionais ou interpessoais ou para defender convicções profundas, sejam elas religiosas, políticas ou ontológicas (BERTAUX, 2014).

Os cursos de ação orientados para a realização de projetos precisos pressupõem algum grau de planejamento e antecipação, além de resiliência frente aos obstáculos e dificuldades que antes eram subestimados ou mesmo imprevistos. Cursos de ação deste tipo podem ser abandonados porque são muito custosos, muito difíceis ou porque perderam o sentido inicial (BERTAUX, 2014: 256). Para Bertaux (2014) esse tipo de ação frequentemente tem como objetivo final a mudança de condição social daquele que a executa.

Já os cursos de ação orientados pelas convicções profundas têm em seu horizonte valores transcendentais, que nem sempre são negociáveis frente às exigências das situações. Assim, esse tipo de curso de ação exige uma racionalidade qualitativamente distinta da racionalidade instrumental, engendrando atos de caráter inovador, divergentes ou mesmo radicais (BERTAUX, 2014) Dentro deste quadro, o engajamento em uma trajetória infracional pode ser compreendida tanto como um projeto preciso, através do qual busca-se

alguma mobilidade social e acesso a bens de consumo, quanto uma defesa de valores últimos, como a lealdade para com o grupo de pares ou a obrigação de garantir o sustento da família.

O *princípio da idade* se refere às expectativas e normas para a performance individual, assim como a ideia de que o controle social e as implicações que os eventos podem ter nas realizações e comportamentos futuros variam conforme a idade (SAMPSON; LAUB, 1993). Um mesmo acontecimento pode ter pesos e consequências diferentes na vida de um indivíduo dependendo da idade em que se passa. Assim, o interesse está em saber quando um evento acontece na vida de uma pessoa, e se este aconteceu cedo ou tarde em relação a outras pessoas e às expectativas normativas. No entanto, ao refletir e pesquisar sobre a precocidade ou adiamento de certas experiências, devemos evitar cair em definições etárias simplistas.

Assim, a perspectiva do curso de vida busca localizar historicamente os agentes partindo de três noções temporais: a idade cronológica, a idade social e a idade histórica. (ELDER; ROCKWELL, 1979). A *idade cronológica* tem como base a ideia de que *o envelhecimento e o desenvolvimento são processos contínuos*, isto é, o curso de vida, tempo existente entre nosso nascimento e morte, é o período no qual os indivíduos se desenvolvem biológica, psicológica e socialmente (ELDER, 1985).

A *idade social* identifica padrões etários nos papéis sociais e calendários culturais. Ainda que exista uma tendência à individualização na modernidade, as sociedades urbanas contemporâneas estabelecem *normas e expectativas* baseadas na idade que marcam *transições* e dividem nossas vidas em diferentes *trajetórias* (ELDER; ROCKWELL, 1979).

Por fim, a *idade histórica* é indicada através do ano de nascimento, marca o pertencimento a uma coorte específica e se relaciona com a experiência da história e da mudança social. Os indivíduos são expostos a um pedaço da experiência histórica no processo de atravessamento dos papéis estruturados conforme a idade social e compartilham muito dessa experiência de vida com outros membros de sua coorte. Assim, o pertencimento a uma coorte é especialmente importante, uma vez que podemos relacionar suas experiências e características (como composição e tamanho) com eventos e tendências históricas (ELDER; ROCKWELL, 1979).

Segundo Elder e colegas (2003), a noção do desenvolvimento humano e o envelhecimento como processos contínuos, aliada aos princípios investigativos e acima expostos, dá a perspectiva do curso de vida uma dimensão paradigmática. Esta provê orientações teóricas e metodológicas para pesquisas que visam compreender a vida humana

com relação ao seu contexto, explicitando os efeitos e as interações das dimensões biológicas, psicológicas, econômicas, políticas e sociais no desenvolvimento humano.

Desse modo, essa perspectiva se coloca como uma *abordagem eminentemente interdisciplinar*, na medida que permite capturar a complexidade dos fenômenos que atravessam as vidas humanas através das lentes (e também das disputas) de diferentes matrizes explicativas. Nesse aspecto, é preciso pontuar que a progressiva acumulação de saberes produzidos pela articulação dessas múltiplas lentes sobre os mais variados aspectos da vida humana e sua instrumentalização pelos dispositivos jurídico-institucionais permitiram a instituição das formas de poder capazes de produzir e controlar indivíduos e populações conformadas, economicamente produtivas e orientadas a um ideal de vida saudável (FOUCAULT, 2008) (MALVASI, 2012).

Por outro lado, a perspectiva do curso de vida é *potencialmente transdisciplinar*, na medida que permite extrapolar o campo acadêmico e adentrar num campo de escuta e diálogo sobre a natureza complexa dos fenômenos que atravessam a vida humana e os diferentes dilemas vivenciados por aqueles que estão expostos a eles (CLIFFORD, 1998) (MOREIRA ET AL, 2019). Cumpre-se, assim, um papel de democratizar os vários tipos de experiência humana sem perder de vista sua realidade e complexidade (NICOLESCU, 1999).

A partir desse enquadramento teórico, buscamos identificar quais os eventos e fatores inseridos no curso de vida de adolescentes que passaram pela Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte estão associados à entrada e à continuidade de uma trajetória infracional, aqui entendida como a relação entre a frequência de cometimento de atos infracionais e a escalada de seriedade destes. Trata-se de um problema relevante, uma vez que, ao explorá-lo, poderemos compreender aspectos importantes do início e do desenvolvimento das trajetórias infracionais e apontar algumas ações no sentido de prevenir, retardar ou mesmo encerrar essas trajetórias.

3 - Trajetórias Juvenis, Criminalidade e o Sistema De Justiça Juvenil

Neste capítulo, buscamos inicialmente desenvolver um diálogo com a sociologia da juventude, a fim de traçar um panorama sobre a construção da adolescência na modernidade e as especificidades desse processo no contexto histórico brasileiro. Características como a desigualdade social e a baixa participação do Estado no ordenamento das trajetórias de vida dos indivíduos fazem com que no Brasil a juventude nem sempre se caracterize como uma fase de moratória social. Indivíduos nascidos entre as camadas menos favorecidas da população tendem a vivenciar experiências normalmente identificadas com as esferas adultas de sociabilidade de maneira mais precoce do que os jovens das classes mais abastadas ou da juventude dos países do norte global.

Em seguida, procuramos mapear alguns fatos a fim de reunir evidências contextuais que nos ajudem a entender por que alguns jovens cometem atos e desenvolvem trajetórias infracionais. Nesse sentido, verificamos a pertinência de quatro linhas explicativas, a saber, as sociabilidades, a precariedade material, o grau de exposição à institucionalidade pública e a sujeição criminal.

A próxima seção trata da legislação que se refere à infância e à adolescência no Brasil e a forma pela qual o Estado processa e sanciona os adolescentes que são formalmente acusados de cometerem atos infracionais. Nesse sentido, refletimos sobre a posição de cada medida socioeducativa no espectro que vai da mais punitiva à mais pedagógica e discutimos o processo decisório levado a cabo no âmbito da Justiça Juvenil para a designação seletiva de uma das sanções previstas em lei.

3.1 - O Problema Sociológico das Gerações

O problema sociológico das gerações se caracteriza como uma maneira de compreender o devir histórico tendo como foco os mecanismos através dos quais as sociedades incorporam as novas gerações na vida coletiva. Toda sociedade enfrenta o desafio de incorporar continuamente novos entrantes no fluxo social, sendo que essa incorporação pode tencionar de várias maneiras as estruturas que sustentam e reproduzem a ordem social, uma vez que, as novas gerações introduzem novos pontos de vista, que exigem negociações e posicionamentos das várias gerações que convivem no mesmo tempo histórico. (CARDOSO, 2015)

Uma fase privilegiada para se compreender esse processo e suas consequências é a adolescência ou juventude. Esta pode ser conceituada como uma fase do ciclo de vida humano caracterizada por mudanças interrelacionadas nos âmbitos biológico, fisiológico, psicológico e social. Trata-se de uma fase de transição na qual o indivíduo se afasta de comportamentos e privilégios típicos da infância ao mesmo tempo em que adquire características e competências que o capacita a assumir os deveres e papéis sociais do mundo adulto.

Essa fase intermediária entre a infância e a idade adulta é um produto das transformações sociais que inauguraram a era moderna. Nas sociedades europeias, durante a Idade Média, assim que as crianças adquiriam alguma autonomia e capacidade física, elas eram incorporados às esferas do trabalho e à sociabilidade o contexto adulto. É somente a partir das reformas e movimentos de moralização associados às esferas religiosas e jurídico-estatais dos séculos XVII e XVIII, que a criança e a família nuclear passaram a figurar como agentes de maior importância na dinâmica social (ARIES, 1981).

Um dos responsáveis por esse processo foi a progressiva expansão do ideal de universalização da educação através da escolaridade obrigatória - especialmente na Europa - que transformou a infância e a adolescência em fases de moratória social, promovendo a incorporação tardia das crianças ao *status* adulto. Além disso, a escolarização também teve um papel essencial no estabelecimento de normativas relacionadas às faixas etárias ao hierarquizar crianças e jovens em séries segundo suas idades, competências e aptidões.

Neste contexto, a generalização da vivência cada vez mais tardia de experiências relacionadas ao mundo adulto teve como consequência a formação de hábitos, maneiras e problemas comumente partilhados. A convivência dos adolescentes em grupos de pares e espaços de socialização múltiplos, heterogêneos e concorrentes possibilitou a formação de diferentes culturas juvenis que funcionam como uma base para o estabelecimento de identidades individuais e coletivas (DAYRELL, 2007). Desse modo, é importante ter em mente que as demarcações etárias, embora calcadas em algumas dimensões biológicas, são socialmente construídas e variam conforme a cultura, o lugar e as peculiaridades de cada desenvolvimento histórico.⁴

⁴ O número de fases no ciclo de vida pode ser alterado pela mudança social, de modo que a passagem entre uma fase e outra pode ser obscurecida ou prolongada. Nesse sentido, pode ser difícil dizer quando acaba a infância, quando começa e termina a adolescência e quando alguém se torna adulto. Nas sociedades modernas, as fases da vida tendem a ser definidas por suas relações com instituições como a escola e o mercado de trabalho e embora isso possa sugerir uma ideia de linearidade em que as pessoas nascem, vão à escola, trabalham e se aposentam, nem sempre esta se verifica. O que observamos na modernidade é a tendência crescente de individualização, visto que a experiência das gerações mais novas já não se assemelha às experiências das

Os países europeus, no contexto do pós-guerra, moldaram instituições para integrar as novas gerações de maneira severa e regrada (CARDOSO, 2015). Na Europa, a educação foi tratada desde cedo como um direito de cidadania efetivado por meio de políticas públicas que há muitos anos universalizaram o acesso à educação e normatizaram trajetórias e oportunidades de vida. Dessa maneira, foram estabelecidos sistemas educacionais como o francês que visava equalizar oportunidades e promover a educação republicana e o sistema alemão no qual compete à escola decidir o tipo de trajetória educacional que um aluno terá.

No entanto, o modelo disciplinar de socialização foi posto em xeque, a partir do fim dos anos 1960, por conta da crescente desconfiança sobre a capacidade das gerações mais velhas em transferir a herança cultural e garantir trajetórias padronizadas e sempre ascendentes para as gerações mais novas. Nesse sentido, Cardoso (2015) descreve as revoltas estudantis de maio de 1968 na França como um momento ímpar de afirmação de uma cultura juvenil de revolta contra a sociedade salarial e a alienação da sociedade de massas. Essa geração buscava algo além de carreiras unidimensionais e lineares resumidas nas fases de estudar, trabalhar, casar e ter filhos.

A partir da década de 70, com a reestruturação do capitalismo global, o problema das gerações foi repostado diante das novas incertezas e inseguranças socioeconômicas (CARDOSO, 2015). Durante esse período na Europa, cresceram as taxas de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos e completar os estudos, mesmo o superior, não era mais garantia de emprego. A massificação do ensino superior nos EUA e na Europa, mais do que uma janela de oportunidades de vida e trabalho, gerou também uma inflação de credenciais, diminuindo os retornos monetários para os diplomas universitários. No contexto dos países do norte global, a condição juvenil na atual conjuntura é cada vez mais permeada por incertezas num quadro em que o fechamento de formas ‘virtuosas’ de inscrição social vem sendo substituídos por inserções precárias no mercado de trabalho, renda incerta e redes sociais frágeis (CARDOSO, 2015)

No contexto brasileiro, o problema das gerações possui contornos um tanto quanto diferentes. Em nosso país, a migração do campo para as cidades se deu de maneira mais intensa e recente do que no contexto europeu. A partir dos anos 1970, os centros urbanos brasileiros cresceram sem constituir uma infraestrutura adequada e suficiente para atender aqueles que migraram e para garantir sua saúde e a educação de seus filhos. Assim, a

gerações predecessoras e que os indivíduos progressivamente adquirem mais liberdade para decidir seu próprio caminho, tendo também menos certeza sobre as posições que podem atingir. Dessa maneira, apesar dessa tendência de individualização, podemos identificar alguns padrões. (HUGHES, 1958)

população migrante ao se estabelecer nas cidades, acabava desempenhando ocupações que retornavam patamares baixos de renda, limitando assim suas oportunidades por gerações (CARDOSO, 2015).

Além disso, nesse contexto, as pressões para que o homem da classe popular cumprisse o papel de provedor podem ser tão intensas quanto inalcançáveis sendo a evitação e mesmo o abandono dos vínculos uma estratégia para contornar o sentimento de fracasso (SALEM, 2006). Essa situação ganha contornos dramáticos quando culmina no abandono afetivo e econômico da parceira e dos filhos se traduzindo em uma sobrecarga de responsabilidades sobre a mulher e a vulnerabilização da família. Por essa e por outras razões, e em função da pressão econômica a que muitas famílias foram historicamente submetidas, muitos jovens foram convocados a ajudar nas finanças domiciliares de maneira precoce. Desse modo,

“No Brasil, pois, o trabalho fazia parte do processo de incorporação das novas gerações ao fluxo da vida coletiva, porque ocorria muito cedo nas biografias. O movimento não foi no sentido de socializar ou educar para o trabalho, mas antes, de socializar pelo trabalho, educar pelo trabalho.” (CARDOSO, 2015, p. 892)

Assim, a juventude brasileira, ao contrário da europeia, não pode ser caracterizada pela moratória em relação ao trabalho (DAYRELL, 2007). Além disso, cabe pontuar que a inserção pelo labor não se deu em condições de formalização e proteção, dado o espaço ocupado pela economia informal em nossa sociedade. Para se ter uma noção, segundo a PNAD, em 2014, 16,4% dos jovens de 15 a 17 anos conciliavam estudo e trabalho e 5,7% apenas trabalhavam, sendo que destes todos, 50,4% estavam empregados no mercado informal.

Apesar da socialização e educação pelo trabalho ser um traço importante na sociedade brasileira, o período entre 2004 e 2014 foi marcado por uma inflexão nessa tendência. Para Sposito e colegas (2018), as mudanças ocorridas na esfera econômica, na primeira década dos anos 2000, como a retomada do crescimento, a ampliação de postos de trabalho formal no país, a valorização do salário mínimo e o maior acesso da população aos programas sociais teriam garantido condições favoráveis para que as famílias mais pobres pudessem postergar a entrada de seus membros mais novos no mercado de trabalho. Disso resulta uma recente e crescente tendência de acesso e permanência na escola pelas classes mais desfavorecidas.

Isso representa uma novidade num país que só universalizou o ensino fundamental em 1990. Por aqui, em contraste com a experiência europeia, o alcance limitado das

instituições escolares e os altos índices de evasão reduziram a exposição dos jovens brasileiros à institucionalidade pública e aos mecanismos públicos de transmissão da ‘herança cultural’, fazendo com que o Estado participasse apenas marginalmente do ordenamento das trajetórias de vida.

Apesar desse cenário, o período entre 2004 e 2014 registrou a incorporação mais substantiva de indivíduos geralmente apontados como os mais afetados pelos fenômenos que levam à exclusão escolar. Segundo a PNAD de 2014, os jovens oriundos das famílias 20% mais pobres tiveram o maior crescimento da proporção de estudantes. Com menos intensidade, ocorreu o mesmo fenômeno com a população negra e com jovens do sexo masculino. Essas estatísticas apontam para a crescente centralidade da escola entre os brasileiros. Em 2014, 84,3% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam uma instituição de ensino. No entanto, apenas 67,2% dos jovens dessa faixa etária estavam no ensino médio, nível ideal para essa população. Cerca de 15,7% desses jovens não frequentavam a escola, sendo que destes, 80% não tinham completado a educação básica. Isso demonstra que para uma grande parcela dos jovens, a trajetória educacional é marcada por uma série de descontinuidades e não necessariamente representa uma forma de ascensão social.

Segundo Cardoso (2015), a migração em massa, associada à diminuta capacidade do Estado de responder às carências da maioria, resultou para as camadas mais pobres em processos estruturais de privação de formas ‘virtuosas’ de inscrição social. Assim, as trajetórias juvenis foram forjadas na negociação privada de experiências com outros jovens e com o mundo dos adultos, num contexto de desigualdade de oportunidades e cheio de filtros e gargalos no acesso às posições superiores. A ausência e ineficiência dos mecanismos públicos de inscrição social perpetuaram e aprofundaram as clivagens e hierarquias sociais, estruturando de maneira também desigual e hierárquica as chances na vida das novas gerações. Por isso, é imprescindível ater-se ao fato de que num país heterogêneo e desigual como o Brasil, as diferentes classes sociais experimentaram à sua maneira os processos de privatização da socialização e construíram também à sua maneira a sucessão geracional, de formas muitas vezes incomensuráveis e irredutíveis umas às outras (CARDOSO, 2015).

Desse modo, podemos vislumbrar dois tipos ideais de trajetórias através das quais se dá a transição para a idade adulta no Brasil. Em primeiro lugar está o diagnóstico de Cardoso (2015) e Dayrell (2007), segundo o qual a esfera do trabalho foi historicamente responsável por forjar a juventude brasileira. Em contraponto a essa formulação está a tendência

capturada por Sposito e colegas (2018) nos dados da PNAD que indicam que a escola é cada vez mais responsável por “fazer a juventude” no país.

O primeiro tipo ideal refere-se aos jovens de classe média (emergentes e estabelecidas). A preparação destes para o mundo adulto está associada com etapas simbólicas organizadas pela família e principalmente pela lógica escolar. Nesse quadro, a escola enquanto instituição cumpre um papel duplo de experiência controlada de vida social e base para a construção de mecanismos adequados para uma vida autônoma (LYRA, 2013). Espera-se que um indivíduo qualquer de classe média tenha uma trajetória escolar regular no ensino fundamental e médio, culminando com o ingresso no ensino superior, conciliado ou não com a entrada no mercado de trabalho. O investimento desses jovens em um projeto de escolarização em nível superior é um mecanismo usado para a obtenção de uma melhor inserção no mercado, o que pode lhes garantir uma maior autonomia frente à família e alguma mobilidade social. Para estes jovens e, principalmente entre as mulheres, decisões como sair da casa dos pais e/ou casar geralmente são tomadas somente após estabelecidas as bases de sua autonomia pessoal e independência financeira. (BARROS, 2010)

A segunda trajetória dá-se tipicamente com os jovens periféricos das classes populares. A passagem destes para a vida adulta não se apresenta de maneira tão clara e definida quanto a dos jovens oriundos das classes médias urbanas (LYRA, 2013). A infância pode ser não muito diferente de qualquer outra criança, uma vez que a escola também ocupa uma posição importante nos primeiros anos de vida. No entanto, a mudança na lógica pedagógica em uma direção menos tutelar que se dá com a progressão etária pode se apresentar como um abismo para os jovens periféricos oriundos de famílias populares. Alguns pela falta de repertório cultural e disciplina exigidos pelo ambiente escolar (BOURDIEU; PASSERON, 1975), outros em função da precariedade material vivenciada pela família e talvez muitos mais em uma situação mista; acabam evadindo-se da escola ou acumulando reprovações logo após o fim da primeira fase do ensino fundamental.

A evasão escolar representa um ponto de virada nessa trajetória típica, visto que a dinâmica social voltada para o futuro - como é o processo de escolarização - dá lugar à força do presente e a urgência de mitigar as necessidades. Nesta situação, alguns jovens ajudam a sustentar suas famílias através de inserções precarizadas no mercado informal, enquanto outros podem enxergar na criminalidade uma alternativa para a resolução da precariedade material. Em ambas as formas, estes jovens entram em contato com um conjunto de

experiências sociais estabelecidas do mundo adulto que acabam precipitando a percepção da autonomia pessoal e a vontade de independência financeira (LYRA, 2013).

Possivelmente isso está relacionado à tendência percebida por Sposito e colegas (2018) nos dados da PNAD de 2014, a partir da qual conclui-se que quanto menor o rendimento familiar, maior o percentual de jovens de 18 a 24 anos que se encontravam na posição de pessoa de referência de um domicílio ou cônjuge. Desse modo, a evasão escolar, a entrada precoce no mercado de trabalho e até mesmo a formação de uma família antes dos 25 anos de idade podem ser compreendidos como aspectos corriqueiros no curso de vida de jovens das classes populares brasileiras.

Esse cenário prejudica as possibilidades de mobilidade social ao gerar um círculo vicioso no qual, para desempenhar ocupações menos precarizadas, é preciso qualificação, mas a pessoa não consegue se qualificar por conta da natureza de sua ocupação, que lhe toma grande parte seu tempo e de suas energias. Desse modo, pode ser necessário lançar mão de diversas estratégias para sobreviver às adversidades (HIRATA, 2010). No leque de oportunidades, para além de uma ocupação informal precária, há outras opções. Entre elas está o engajamento em atividades que envolvem a transgressão das leis e que discutiremos a seguir.

3.2 - Juventude e Criminalidade

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2018), dos 26.450 adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas em 2016, 46,6% respondiam por roubo e 22,5% por tráfico de drogas. A prevalência desses dois tipos de infração sobre as demais indica que a adesão e a permanência dos jovens na criminalidade podem ser justificadas como uma forma de resolução da precariedade material e obtenção de autonomia individual (LYRA, 2013).

O tráfico de drogas se apresenta como uma empresa organizada e fixada em lugares específicos, que incorpora os jovens como 'assalariados' (LYRA, 2013). Este é capaz de oferecer não apenas uma fonte de renda, como também um plano de carreira para aqueles que sentem a necessidade e a obrigação de se tornarem independentes ainda em tenra idade. Assim como qualquer empresa, o tráfico de drogas exige uma divisão de tarefas que são

hierarquicamente dispostas em postos que vão desde olheiro ou entregador de marmitas até cargos de gerência. Segundo Lyra (2013):

Existem várias maneiras para o jovem ascender na boca, mas em todas elas o que determina seu crescimento é o grau de confiança que desperta em seus superiores. Chegar no horário, desempenhar bem sua função, não consumir o produto, ser corajoso, além de uma boa relação com os companheiros de trabalho são fatores que tornam um jovem confiável e apto a assumir um cargo tão logo a empresa cresça, um funcionário faleça ou acabe preso. [...] A oportunidade de crescer no trabalho, por meio de sua própria dedicação, propicia um reconhecimento social e uma satisfação individual que, no seu caso particular, dificilmente poderia ser encontrada em um emprego formal. (LYRA, 2013: 139)

Neste contexto, podemos perceber a integração nefasta entre o modelo de guerra às drogas e um cenário de grande desigualdade social. Mesmo ilegais, as drogas derivadas da maconha, da coca e da papoula são consumidas por milhões de pessoas em todo o planeta sem nenhum tipo de controle ou regulamentação estatal. Para se ter uma ideia, segundo o relatório “Drugs Statistics and Trends”, produzido pela UNODC em 2010, de 150 a 250 milhões pessoas com idades entre 15 e 64 anos consumiram drogas ilícitas pelo menos uma vez no ano de 2007. A principal droga consumida é a maconha, utilizada por uma população estimada entre 129 e 190 milhões de pessoas em todo mundo. Embora a proibição dessas substâncias seja a doutrina hegemônica em todo planeta, esta é incapaz de suprimir a demanda. Desse modo, o proibicionismo patrocina o surgimento e a manutenção de uma criminalidade organizada de extensões transnacionais, mas com fortes impactos locais. (FIORE, 2012). O tipo de impacto e seu alcance está intimamente ligado com o estágio de estruturação desse mercado.

Segundo Beato e Zilli (2012), quanto menor a penetração de uma racionalidade econômica no mercado das drogas ilícitas, maior é a exposição dos seus agentes à violência perpetrada por e contra grupos competidores ou agentes do Estado. Isso teria impactos sobre a escalada de seriedade dos delitos cometidos por adolescentes associados ao tráfico de drogas, uma vez que estes, a depender do estágio de estruturação desse mercado, podem portar armas de fogo e cometer crimes violentos. No entanto, Zaluar (2004) discorda que a associação entre o tráfico de drogas e a violência se dê apenas em função de questões econômicas. De mesmo modo, a explicação do porquê alguns jovens desenvolvem trajetória infracionais crônicas também deve levar em conta outras dimensões para além da econômica. Assim, Zaluar (2004) argumenta que um dos fatores associados a esse tipo de dinâmica seriam as formas de sociabilidade.

O desempenho de uma atividade como o roubo, o uso de drogas e o próprio comércio de substâncias ilícitas exige um processo de aprendizagem. No caso dos crimes contra o patrimônio, geralmente um mentor mais velho ou mais experiente transmite técnicas de seleção, abordagem, intimidação, dissimulação e dispersão por meio da oralidade ou da observação participativa (SUTHERLAND, 1960) (SHAW, 2013). Além da aprendizagem, a adesão a esse tipo de prática também pode se dar por uma série de pressões e desafios para que os indivíduos se engajem nesse tipo de ato, sob pena de terem sua masculinidade e coragem questionadas (LYRA, 2013) (ZALUAR, 2004).

Desse modo, o início e a continuidade a uma trajetória infracional também podem ser justificados, uma vez que esta pode ser uma fonte de status e prestígio social. De acordo com Malvasi (2012), o tráfico de drogas é:

“uma atividade que compõe tendências atuais de consumo, estilo de vida e valores recorrentes entre jovens de todo o mundo, que são expressos em letras de certas vertentes de estilos musicais como o rap e o funk que retratam o culto ao risco, a procura por modos de vida intensos e a valorização dos jovens associados ao crime.” (MALVASI, 2012, p. 68).

Neste registro, além da pressão econômica, também é possível que os jovens adotem de maneira deliberada certas práticas ou condutas tidas como desviantes como forma de obter reconhecimento. Assim, devemos estar atentos a importância do papel desempenhado pelas culturas juvenis e pelas formas de sociabilidade que estas engendram, já que a construção da identidade pessoal e social durante a adolescência é fortemente influenciada pelas relações sociais estabelecidas entre os diferentes grupos de pares. Para além dos desafios de coragem e masculinidade, a adesão a estilos de vida alinhados com uma perspectiva hedonista e a influência da cultura do consumo podem ser fatores associados à adesão e continuidade de alguns adolescentes em uma trajetória infracional.

Outro eixo possível para explicar o início e o desenvolvimento de uma trajetória infracional seria a relação dos jovens com os mecanismos públicos de inscrição social (CARDOSO, 2015). O alcance e a exposição limitados da juventude brasileira à institucionalidade pública, especialmente à escola, teriam levado à incompletude do processo que no contexto europeu permitiu a gestação de dispositivos de autocontrole (ELIAS, 1993) ou normalização (FOUCAULT, 1997) possibilitando o monopólio da violência pelo Estado⁵.

⁵ Segundo Misse (2014: 206): “O incremento normativo do autocontrole individual e a disseminação da disciplina como regra geral e como ideal valorizado associado a um modo de produção baseado na acumulação de capital (e, depois, na acumulação de mercadorias de consumo conspícuo) produziram uma economia de repressão ao Estado moderno, particularmente na Europa e nos Estados Unidos [...] A isso se chama ‘processo

Em princípio, esse diagnóstico baseado na ideia de defasagem civilizatória, parece confluir com a teoria de Hirschi e Gottfredson (1990) na qual a causa de comportamentos criminosos seria a ausência de autocontrole dos indivíduos. No entanto, esse tipo de teoria explicaria somente atos cometidos sob forte emoção ou por impulso, sendo seu poder explicativo pequeno para atividades que, como o tráfico de drogas, exigem uma racionalidade econômica, inclusive na utilização da violência.

Além disso, apesar do alarmismo no que se refere aos atos infracionais cometidos por adolescentes no Brasil e da sua instrumentalização pelo populismo político e pelos defensores da redução da maioridade penal, apenas uma diminuta parte desses atos é análoga aos crimes violentos. Em verdade, os adolescentes no Brasil ocupam a posição de vítimas de crimes desse gênero. Segundo dados compilados pelo Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação ABRINQ, 18,4% dos homicídios acontecidos em 2017 vitimaram indivíduos com menos de 19 anos e os dados do Atlas da Violência (2018) apontam que os homicídios representavam 56,5% da causa da morte de homens de 15 a 19 anos no país.⁶

Ao invés de enxergar a questão da violência e da criminalidade através das lentes da ‘ausência do Estado’, da incompletude do processo da monopolização da violência ou mesmo da dificuldade de imposição normativa, Das e Pole (2004) sugerem que devemos enxergar as formas pelas quais os modos de produção da ordem e da lei são constantemente negociados e estão em constante mudança. Neste cenário, os agentes lançam mão de vias legais e ilegais de modo simultâneo e negociam as regras, limites, protocolos, de tal modo que as próprias fronteiras do Estado se estendem ou são refeitas na busca de segurança (DAS; POLE, 2004). Isso se verifica, por exemplo, nas relações entre policiais e traficantes baseadas na extorsão, na ameaça e na chantagem pagas em dinheiro, armas e outros itens; e na ação policial nas margens, que acusa e incrimina indivíduos mesmo antes do cometimento de atos ilícitos, operando também nas dobras do legal e do ilegal (MISSE, 2008) (TELLES, 2010).

de normalização’, no sentido foucaultiano, que pretende ser crítico; ou ‘processo civilizatório’, no sentido eliasiano, que prefere reconhecer sua positividade.”

⁶ Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2018) e do Atlas da Violência (2018), dos 61.597 homicídios ocorridos em 2016, 33.590 foram perpetrados contra jovens de 15 a 29 anos. A concentração desse fenômeno sobre a população negra também é um fato alarmante, sendo que a taxa de homicídios de negros foi duas vezes superior à de não negros (16% contra 40,2%) No período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%, sendo que no mesmo período a taxa entre não negros teve uma redução de 6,8%. De maneira geral, os homicídios no Brasil são perpetrados por armas de fogo, ocorrem em vias públicas e atingem homens pretos e pardos, com 4 a 7 anos de estudo. No agregado populacional, esse fenômeno pode reduzir a expectativa de vida ao nascer em até quase 3 anos para os homens, além de representar um custo para o país na ordem de R\$79 bilhões ou 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). (CERQUEIRA; MOURA, 2013).

Sobre esse último aspecto, é importante pontuar o papel dos próprios agentes do Estado, em especial da polícia, na disseminação de uma expectativa de que alguns indivíduos ou grupos que apresentam determinadas características sejam propensos a cometer crimes. Esse processo que Misse (2008) nomeia de sujeição criminal, faz do crime não uma característica do ato, mas do indivíduo transgressor e do seu tipo social mais geral, o que possibilita a criminalização prévia de moradores de determinados territórios e sujeitos pertencentes a determinada classe, gênero, idade e raça.

Podemos tomar como um indicador desse processo a aproximação entre a aplicação das medidas socioeducativas e as políticas de assistência social, que demonstram um maior foco da Justiça Criminal nos delitos cometidos por adolescentes pobres (PAULA, 2014). Isso reforça a percepção de que o controle social e a regulação legal são desiguais e dependem da posição do indivíduo na estrutura social. Dessa forma, a desigualdade e a exclusão socioeconômica se expandem ao âmbito do direito, alimentando a desconfiança de certas camadas da população em relação aos agentes do Estado.

Neste sentido, a própria ação dos agentes do Estado ao criminalizarem previamente certos indivíduos com base no seu encaixe em determinados tipos sociais podem fabricar uma adesão desses indivíduos à prática de atos infracionais. Além disso, a generalização da suspeição, por parte dos agentes do Estado, tende a normalizar e mesmo legitimar a adesão a práticas ilegais, uma vez que tanto os indivíduos que se dedicam a essas práticas como os que não o fazem são tratados da mesma maneira. Isso pode funcionar como um mecanismo que gera coesão e solidariedade mesmo em territórios violentos e com alta concentração de desvantagens, resultando num cenário em que apesar de existirem laços fortes, estes nem sempre se convertem em formas de controle social alinhadas com normativas universalistas (ZALUAR; RIBEIRO, 2009).

Até aqui buscamos traçar um panorama sobre a construção da adolescência na modernidade para em seguida compreender as especificidades do contexto e do desenvolvimento histórico brasileiros. Procuramos também mapear algumas explicações relacionadas ao nosso contexto que nos ajudam a entender e a explicar as dimensões da adesão e do desenvolvimento de uma trajetória infracional.

O contexto brasileiro parece ser bastante afeito a teorias que explicam a adesão e desenvolvimento de trajetórias infracionais como consequência de um sistema social perverso ou deficiente. Diante das desigualdades socioeconômicas, da incapacidade do Estado em efetivar direitos e promover acesso igualitário a oportunidades, os jovens optariam

por se envolver com a criminalidade a fim de mitigar as necessidades e obter algum tipo de ascensão e reconhecimento social. Trata-se de uma dimensão que se relaciona com os princípios de tempo histórico e lugar geográfico da perspectiva do curso de vida. No entanto, tratando-se de um fenômeno multicausal, consideramos também outras possibilidades.

Uma delas é o grau de exposição dos jovens à institucionalidade pública. A maior adesão a instituições como a escola orienta o curso de ação dos jovens para o futuro, possibilitando a formação de mecanismos de autocontrole ao mesmo tempo que diminui a pressão para início precoce de trajetórias tipicamente associadas à adultez. O rompimento com essas instituições, por outro lado, pode significar uma reorientação do curso de ação para o presente imediato, levando os indivíduos a se engajarem em atos de forma irrefletida e impulsiva. Também pode levar a uma situação em que o indivíduo deve buscar por si próprio meios de inscrição social, sendo a criminalidade uma das maneiras possíveis. Consideramos que essa dimensão se relaciona aos princípios de tempo histórico, lugar geográfico e idade da perspectiva do curso de vida

Destaca-se também o papel das formas de sociabilidade, uma vez que a construção da identidade pessoal e social durante a infância e a adolescência é fortemente influenciada pelas relações sociais. Os adolescentes podem ser suscetíveis a provar sua masculinidade ou coragem através do cometimento de transgressões diversas, ou ainda aderir a estilos de vida baseados no hedonismo, que são popularmente designados pela categoria 'vida loka', na qual as formas de agência seriam deliberadamente direcionadas à transgressão das regras sociais (MALVASI, 2012). Esta dimensão alinha-se com os princípios de vidas ligadas e agência da perspectiva do curso de vida.

Por fim, destacamos a própria ação dos agentes do Estado, mobilizando o conceito de sujeição criminal (MISSE, 2008). A criminalização prévia de indivíduos e territórios com base em estereótipos pode fabricar adesões sem que haja crime ou ainda fabricar subjetividades identificadas com esses estereótipos, levando indivíduos a perceberem o desenvolvimento de uma trajetória infracional como algo natural. Assim, trata-se de uma dimensão associada aos princípios de tempo histórico, lugar geográfico e agência humana da perspectiva do curso de vida.

A seguir, trataremos da legislação que se refere à infância e à adolescência no país e a forma pela qual o Estado processa e sanciona os adolescentes que são formalmente acusados de cometerem atos infracionais.

3.3 - As Medidas Socioeducativas e sua Aplicação

Um dos importantes marcos legais que vieram na esteira da Constituição de 1988 foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Inspirada na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) e embasada na Doutrina da Proteção Integral, essa legislação veio no sentido de substituir o até então vigente Código de Menores (1979) baseado na Doutrina da Situação Irregular.

A legislação anterior dirigia-se aos 'menores de situação irregular', agrupando em uma mesma categoria jovens abandonados e delinquentes, sendo semelhante a resposta do Estado para as duas situações. Segundo Oliveira (2016), sobre este marco legal impera uma justiça menorista, em que o processo de julgamento de crianças e adolescentes é feito a partir de suas características individuais, isto é:

Características relacionadas a aspectos socioeconômicos como ter ou não ter moradia, família e condições básicas de sobrevivência na sociedade. Trata-se da inserção de jovens em unidades de confinamento como uma medida assistencialista, como se a institucionalização fosse positiva: dado que se o *menor* vive na rua, melhor que ele seja internado, por exemplo. (OLIVEIRA, 2016:32)

Com a emergência do ECA, a legislação passou a se dirigir à totalidade de indivíduos com até 18 anos e não apenas àqueles em situação irregular. Além disso, estabeleceu-se as diferenças significativas na gestão da juventude abandonada e da juventude delincente. Isso se deu através da distinção entre as medidas protetivas, que possuem um cunho socioassistencial e visam garantir direitos; e as medidas socioeducativas administradas pelo Sistema de Justiça Juvenil que apresentam o intuito de repressão às infrações cometidas por adolescentes.

Dentro desse marco legal, as crianças (até 12 anos incompletos) e os adolescente (entre 12 e 18 incompletos) passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, sendo considerados como "pessoas em desenvolvimento", e, por isso, devem ter seus processos de formação garantidos pela família, pela sociedade e pelo Estado. Dessa forma, enquanto pessoas em formação, estes não seriam capazes de se responsabilizar por todos os atos, sendo penalmente inimputáveis. Há, portanto, a conversão das categorias de crime tipificadas pelo Código Penal e aplicada aos adultos para a categoria ato infracional, cujas tipificações são análogas às do Código Penal, mas que têm suas penas designadas pelo ECA e são aplicadas exclusivamente aos adolescentes:

Art 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - Advertência
- II - Obrigação de reparar o dano;
- III- Prestação de serviço à comunidade;
- IV - Liberdade assistida;
- V - Inserção em regime de semiliberdade;
- VI- Internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990; art 112)

As sanções do ECA se caracterizam por terem um caráter essencialmente pedagógico, mas que em alguma medida mantêm dimensões punitivas, uma vez que as medidas socioeducativas surgem como resposta direta ao cometimento de atos infracionais (OLIVEIRA, 2016). Assim, a aplicação dessas medidas deve levar em conta a capacidade do jovem para cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração. Essa última dimensão é um fator a ser levado em consideração na medida em que ele expressa um ideal de justiça baseado no equilíbrio entre o crime e a pena. Desse modo, os crimes mais graves devem receber as penas mais severas.

A medida de internação figura como a resposta mais punitiva do Estado ao cometimento de atos infracionais por adolescentes. Essa medida é considerada negativa e deve ser utilizada como último recurso (excepcionalidade) e com brevidade, observando os princípios de respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (BRASIL, 1990; art.:121). A legislação caracteriza a excepcionalidade da aplicação dessa medida como resposta a três situações específicas: I – trata-se de um ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II – por reiteração no cometimento de infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

No que tange à brevidade, é interessante notar que essa mesma legislação não estabelece um prazo determinado para a medida de internação, desde que ela não exceda um período de três anos, sendo a manutenção da medida reavaliada a cada seis meses. Assim, embora o ECA represente uma inovação em relação às legislações anteriores em uma série de aspectos, o dispositivo de sentenças indeterminadas - também presentes em outras medidas socioeducativas - é um aspecto convergente entre os diferentes marcos legais.

A segunda medida socioeducativa mais gravosa, a semiliberdade, como o próprio nome sugere, corresponde a uma privação parcial de liberdade. O adolescente, após receber essa sanção, é internado em uma unidade própria, mas tem autorização para realizar atividades externas como ir à escola, a cursos profissionalizantes e a oficinas, assim como a prerrogativa de retornar para sua casa aos finais de semana. Essa medida pode ser aplicada

desde o início ou como forma de transição para o regime aberto e, assim como a medida de internação, não possui prazo determinado para seu encerramento.

A liberdade assistida é uma medida que se propõe como a mais adequada para o acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente autor de ato infracional. Esta medida é executada pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), que são unidades responsáveis por uma série de ações da política pública de assistência social como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). No CREAS, o adolescente é acompanhado por um técnico que tem seus encargos definidos pelo artigo 119 do ECA:

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

- I - Promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;
- II - Supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;
- III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;
- IV - Apresentar relatório do caso. (BRASIL, 1990)

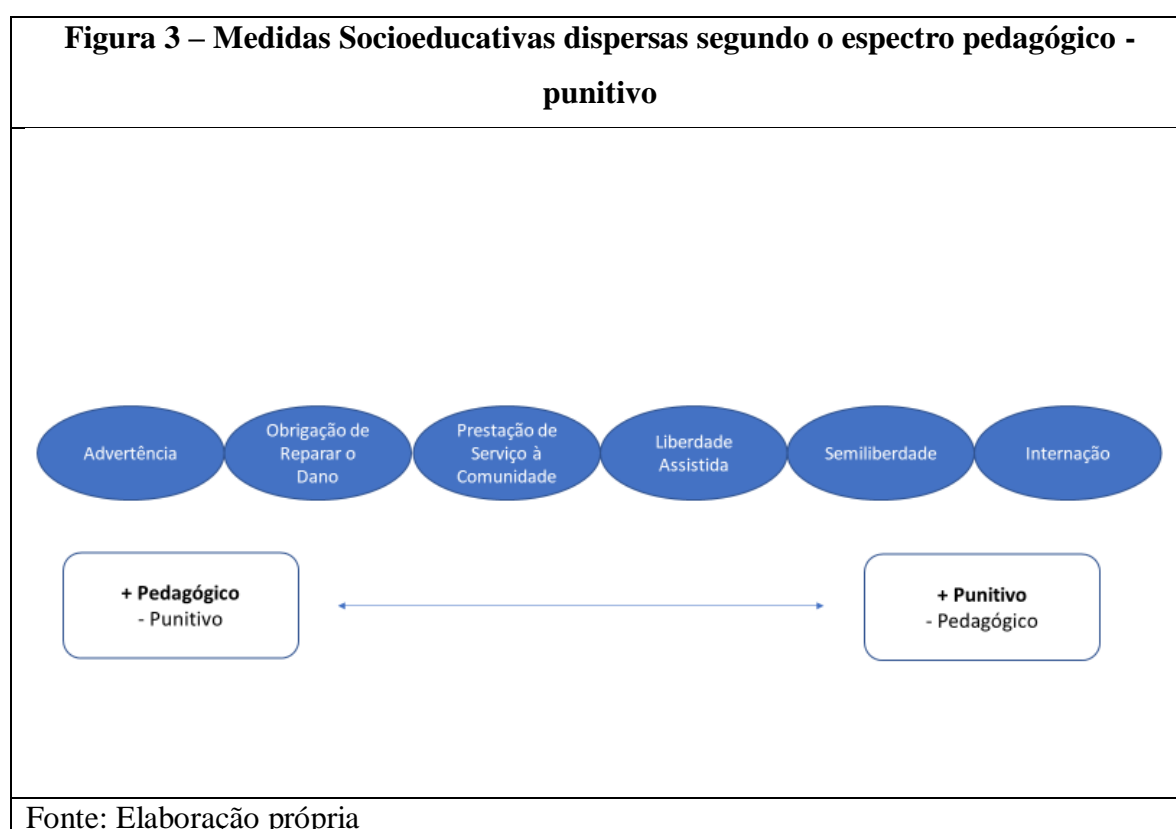
Segundo a legislação, a medida de liberdade assistida deve ser aplicada por no mínimo seis meses, sendo sua prorrogação, revogação ou substituição por outra medida fruto de uma decisão colegiada envolvendo o técnico responsável pela execução da medida, o Ministério Público e o defensor do adolescente. Podemos perceber que a liberdade assistida, que possui um caráter mais pedagógico e assistencial do que punitivo, já que tem como objetivo orientar o adolescente e garantir a efetivação de direitos como o acesso à escolarização e à profissionalização, mira mais no sujeito do que em seu ato.

O mesmo não se verifica com relação à medida de prestação de serviço à comunidade, que prevê como forma de punição ao cometimento de atos infracionais a realização de tarefas gratuitas de interesse geral em hospitais, escolas e outras instituições congêneres por um período não excedente a seis meses. O ECA pontua que essas tarefas devem ser realizadas sem prejudicar a frequência escolar ou a jornada de trabalho do adolescente, além de respeitar suas aptidões. Nesse contexto, podemos afirmar que se trata de uma medida mais gravosa do que a liberdade assistida, ainda que essa tenha um tempo de encerramento determinado pela legislação.

Quando o ato infracional se dirige somente ao patrimônio, o ECA prevê a possibilidade do emprego da medida de obrigação da reparação do dano causado pelo

adolescente através do ressarcimento ou algum tipo de compensação da vítima. No caso de impossibilidade de haver essa reparação, essa medida pode ser substituída por outra. Trata-se também de uma medida que se dirige mais ao ato do que ao autor, figurando, assim, como uma medida de menor gravidade em relação às descritas anteriormente.

A medida menos gravosa estabelecida pelo ECA é a advertência. Esta consiste numa repreensão verbal feita pelo juiz e pelo estabelecimento de um termo que é assinada pelo adolescente. Essa medida também possui um caráter mais pedagógico que punitivo, já que não exige nenhum tipo de contrapartida do adolescente.



A transição entre Código de Menores e o ECA, em tese, significou um deslocamento do Sistema de Justiça Juvenil do indivíduo para o ato. No entanto, há uma série de continuidades, como a influência de algumas características individuais na atribuição de penas mais ou menos graves e o dispositivo de penas com tempos indeterminados (OLIVEIRA, 2016) (ALMEIDA, 2016) (CORNELIUS, 2017). Assim, é interessante compreender um pouco o processo através do qual um adolescente é sentenciado.

O processo de sentenciamento à medida de internação no contexto do Estado de São Paulo foi esmiuçado por Oliveira (2016). Partindo de uma perspectiva de métodos mistos, na primeira parte de sua pesquisa, Oliveira (2016) analisou dados representativos do universo

de adolescentes que tiveram alguma passagem pela FEBEM-SP entre 1990 e 2006 através de regressões logísticas. Neste cenário, atos como "roubo" e "homicídios e outros crimes contra a vida" se mostraram robustos preditores para as medidas de internação, demonstrando a existência e a predominância de uma proporcionalidade entre o crime e a pena no contexto do socioeducativo paulista.

No entanto, algumas características individuais também se mostraram importantes, ainda que em menor medida. Adolescentes julgados como usuários de drogas tinham 45% mais chances de receber uma medida de internação do que jovens julgados como não-usuários. Adolescentes que não trabalhavam nem estudavam tinham 66% mais chances de receber uma medida de internação do que aqueles que só estudavam. Além disso, a raça e o gênero também podem ser fatores determinantes para que um adolescente receba uma medida de internação. Segundo Oliveira (2016), isso demonstra que as relações de poder estabelecidas entre adolescentes e operadores, independentemente da gravidade do ato infracional, influenciam a decisão pelo confinamento de jovens em conflito com a lei.

Com o intuito de esclarecer os mecanismos pelos quais são produzidas essas decisões judiciais, a segunda etapa da pesquisa de Oliveira (2016) se deu através de observações diretas das oitivas informais de cinco dos nove Promotores de Justiça e da análise de audiências de apresentação e de continuação de duas das quatro Varas Especiais da Infância e Juventude do Fórum Brás na cidade de São Paulo.

Oliveira (2016) percebeu que nesse contexto organizacional que lida diariamente com um grande fluxo de adolescentes, a busca por eficiência norteia todo o processo de tomada de decisões. Dessa forma, o Ministério Público, que controla a chave que aciona o mecanismo, assume grande centralidade neste processo. Durante as oitivas informais, a figura do promotor é responsável pelo primeiro contato do adolescente com o sistema judicial. Em tese, seria essa a ocasião em que os adolescentes mais teriam chances de ter uma participação ativa no processo. Os jovens poderiam negociar as acusações e até mesmo as penas com o promotor. No entanto, Oliveira (2016) constatou que o processo de tomada de decisão independe das interações entre promotores e adolescentes. As decisões já estão tomadas antes mesmo das oitivas informais.

O promotor – ou até mesmo o escrivão – analisa o boletim de ocorrência e o relato policial de cada caso e, a partir dessa consulta documental, toma a decisão que geralmente é chancelada pelo juiz. Dessa forma, a análise do promotor sobre os inquéritos policiais, ou seja, a narrativa policial sobre aquilo que aconteceu é a base inconteste de todo o processo.

Segundo Oliveira (2016), a centralidade assumida pelos documentos explica a proporcionalidade encontrada entre os crimes e as penas no contexto do socioeducativo.

Desse modo, oitivas informais são cerimoniais e servem apenas para sustentar o mito de uma justiça individualizadora e participativa - como preconiza a Doutrina da Proteção Integral-, na qual cada adolescente é ouvido antes de qualquer decisão. A efetivação desse ideal representaria uma quebra na eficiência organizacional que o grande número de adolescente processados exige.

No entanto, existem situações específicas em que esse mecanismo não opera. Assim, além de pedir o cumprimento de alguma medida socioeducativa, o promotor pode decidir pelo arquivamento ou remissão do caso de forma que o adolescente não chegue nem ao juiz. Para Oliveira (2016) isso acontece nos momentos em que a expectativa do operador em relação ao adolescente em conflito com a lei é quebrada, isto é, quando um jovem não corresponde ao estereótipo a que o promotor está habituado.

"Nesses momentos, dada a evidente surpresa por parte dos operadores, foi possível observá-los "voltando atrás" em relação às decisões tomadas anteriormente, escrevendo uma nova representação (e substituindo aquela já impressa) contra aquele adolescente e sugerindo uma medida socioeducativa mais branda do que a anteriormente prevista." (Oliveira, 2016:216)

Neste cenário, adolescentes de determinados estratos sociais e raciais - brancos, não-usuário de drogas, do sexo feminino - são menos punidos do que adolescente de outros estratos sociais e raciais - não-brancos, usuários de drogas, do sexo masculino (OLIVEIRA, 2016). Há, assim, uma aplicação desigual da justiça mediada por vieses de classe, raça e moralidade, uma vez que uma justiça impessoal é aplicada aos indivíduos de status mais baixo, enquanto uma justiça mais individualizada é aplicada aos indivíduos de alto status social.

Segundo Cornelius (2017), a informalidade histórica associada à justiça juvenil se traduz em um contexto de limitadas garantias processuais e de sanções mais duras, seguindo a mesma tendência da justiça criminal adulta na contemporaneidade. Reflete-se assim a percepção de que determinados adolescentes sejam casos passíveis de ressocialização através de medidas de caráter pedagógico, enquanto outros sejam irrecuperáveis, sujeitos essencialmente criminosos (MISSE, 2008). Essas construções revelam que as formas de organizar e hierarquizar o mundo social, por parte dos operadores do Sistema de Justiça Juvenil, nem sempre estão de acordo com o ECA e que as sobrevivências da justiça

menorista, que vigorava anteriormente, funcionam como barreiras para a plena implementação do ideal pedagógico. (CORNELIUS, 2017)

4 - Considerações Metodológicas-

O ideal de sanções pedagógicas aliado ao dispositivo das sentenças indeterminadas adotado pelo ECA traz a necessidade de avaliações contínuas sobre o cumprimento das medidas socioeducativas e de produzir, em algum momento, a decisão sobre o encerramento destas. Assim, enquanto a gravidade do ato opera no momento da aplicação, a duração das medidas é determinada pelas avaliações técnicas.

Nesse dispositivo, há o pressuposto de que, ao longo da medida, a situação inicial do adolescente será modificada. A avaliação técnica sobre o acontecimento dessa transformação fundamenta a decisão dos juízes sobre o término da sanção. Este é o contexto da instituição do Plano Individual de Atendimento (PIA) pela lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas.

Essa lei estabelece que o PIA deve ser obrigatoriamente elaborado para todos os adolescentes que passam pelo Sistema de Justiça Juvenil a partir do atendimento técnico realizado nas instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas. Esse instrumento tem o objetivo de orientar a realização de um diagnóstico interdisciplinar a partir de um estudo de caso que esmiúça as *trajetórias* infracional, familiar, escolar, laboral e médica dos adolescentes para orientar o cumprimento das medidas. O PIA também é uma espécie de contrato entre os técnicos do socioeducativo, o adolescente e seus familiares, uma vez que estabelece algumas metas e objetivos a serem cumpridos durante a execução da medida. Trata-se, portanto, de um documento que é parte dos processos levados a cabo por uma burocracia racional-legal e que se embasa em informações de cunho biográfico.

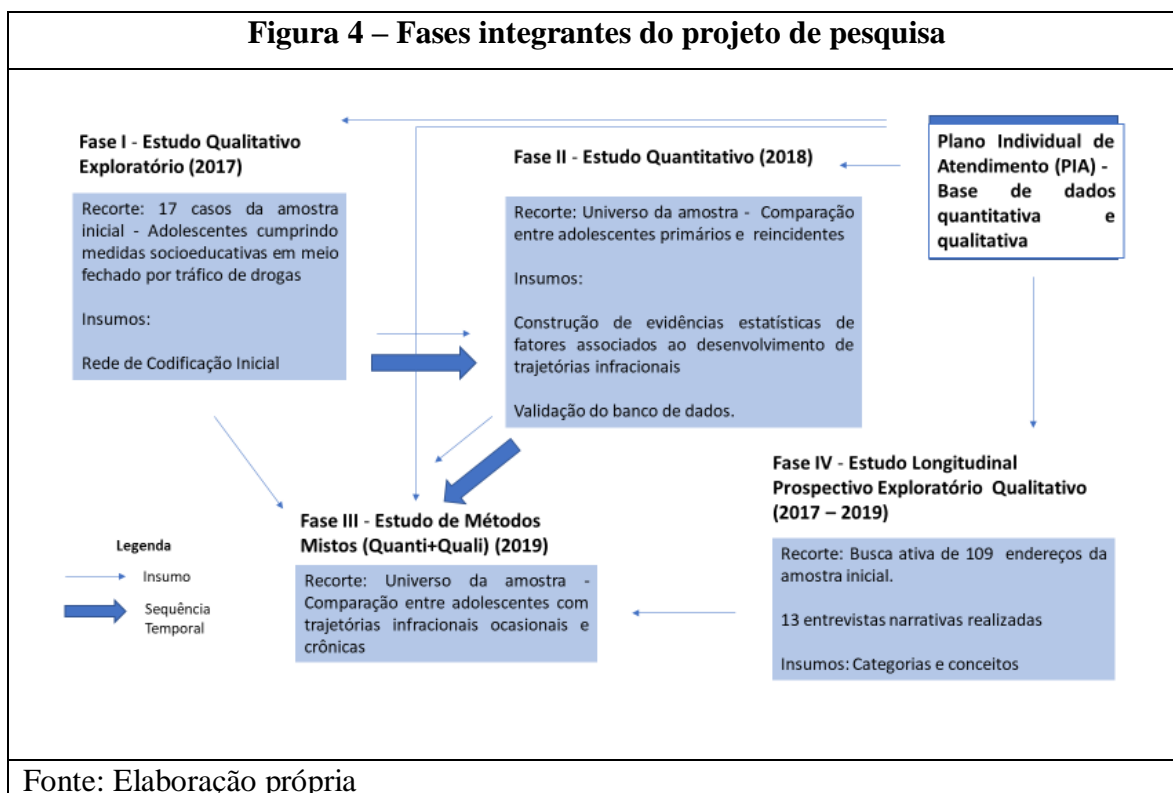
Assim, nos apossamos do robusto banco de dados construído no âmbito da pesquisa “Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção” (CRISP/UFMG, 2016)⁷ para a realização do presente trabalho. A amostragem de 373 casos foi feita por conveniência e recolheu, entre os meses de novembro e dezembro de 2016, dados quantitativos e qualitativos através de análise documental dos PIAS inseridos nos processos que transitaram em julgado na Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte.

⁷ Essa pesquisa foi financiada pela FAPEMIG através do processo APQ-00175-14

Trata-se de um universo no qual, durante o ano de 2016, circularam 8.176 adolescentes, sendo 86,5% deles do gênero masculino. Destes, 66,7% desses adolescentes eram primários e foram encaminhados a partir da acusação de serem autores de atos infracionais, 27,4% eram reincidentes e 5,9% foram encaminhados através do cumprimento de mandados de busca e apreensão. O tráfico de drogas, o roubo e o uso de drogas foram os atos infracionais mais cometidos pelos jovens em 2016, sendo responsáveis por 50% das ocorrências neste período. Apesar de nossa amostra representar somente 4,56% deste universo, a distribuição das variáveis gênero, reincidência e tipos de infrações cometidas é relativamente semelhante.

As informações quantitativas reunidas no PIA contemplam variáveis como sexo, raça, idade, endereço, escolaridade, passagens por instituições da rede de assistência social, uso de drogas; além de informações relativas à trajetória infracional - como tipo de ato infracional, data de cometimento e medida socioeducativa aplicada- bem como informações relativas à composição familiar (número de membros, idade, renda, escolaridade e ocupação de cada membro da família). A parte qualitativa conta com relatórios em que os técnicos do socioeducativo tecem uma narrativa que descreve e reconstrói as trajetórias dos adolescentes atendidos do nascimento até o momento daquela passagem pelo Sistema de Justiça Juvenil. Essa narrativa é estruturada com base nos seguintes eixos: ato e trajetória infracional, família, relações sociais, escolarização, profissionalização e trabalho, cultura esporte e lazer e saúde.

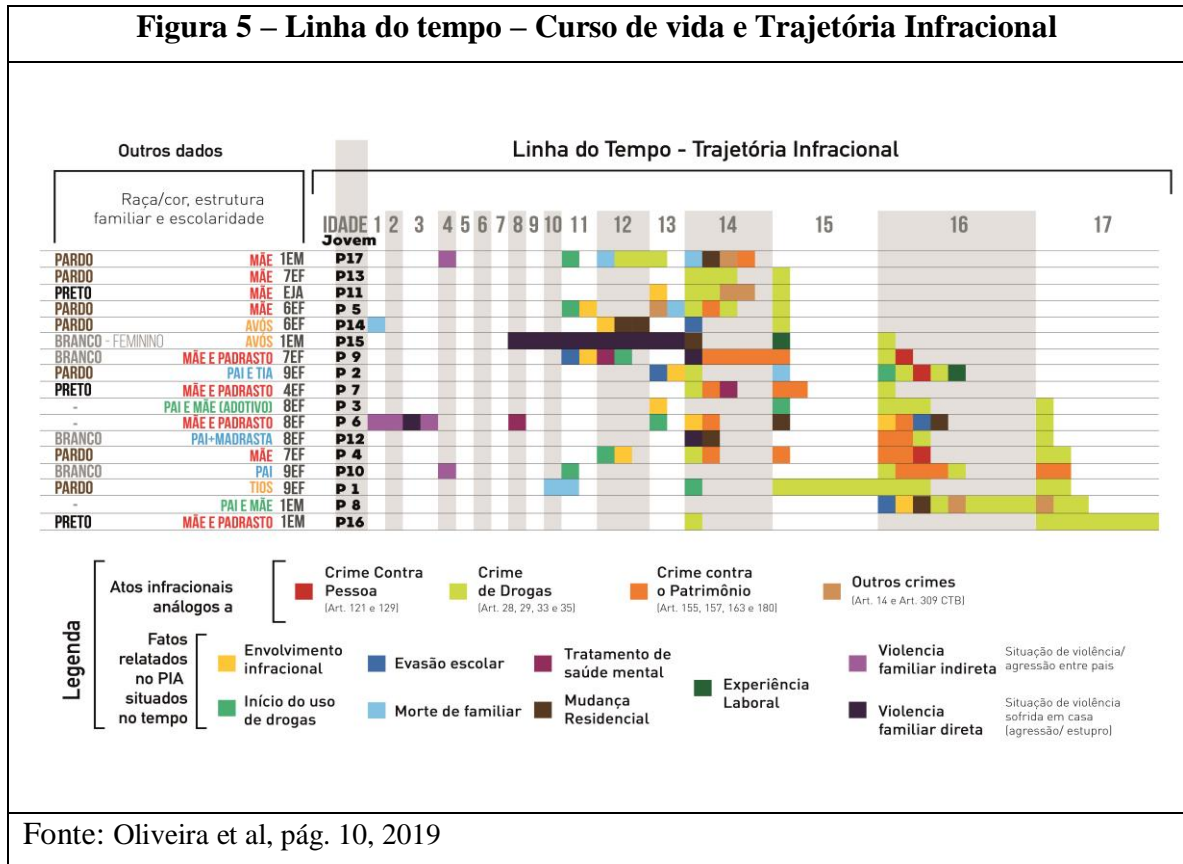
O presente trabalho se insere em um projeto de pesquisa mais amplo que explorou essa base de dados construída no âmbito da pesquisa “Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção” (CRISP/UFGM, 2016). Nesta oportunidade gostaríamos de posicionar o corrente texto como a terceira das quatro fases deste projeto.



Na primeira fase, fizemos um recorte na base de dados, capturando somente os adolescentes que cumpriam medidas em meio fechado (internação e semiliberdade) por tráfico de drogas no momento da lavra do PIA. Desse modo, pudemos explorar em profundidade dados de ordem qualitativa para reconstituir o curso e as trajetórias de vida de 17 adolescentes e identificar eventos recorrentes. Esse estudo exploratório permitiu compreender minimamente as chaves de leitura dos técnicos do socioeducativo e iniciar o processo de construção de nossas próprias chaves de leitura do material coletado, além de fornecer alguns *insights* que se desdobraram em elementos a serem explorados durante a pesquisa. A representação gráfica abaixo resume este exercício e explicita eventos e trajetórias comuns na vida de adolescentes que passam pelo Sistema Socioeducativo.

As 17 histórias de vida analisadas, de modo geral e por motivos diversos, são marcadas pela fragilidade dos vínculos familiares, principalmente com os pais, gerando situações de apatia e negligência nessa esfera. Também mostra que a forma como a escola lida com problemas como o bullying, a indisciplina, a dificuldade de aprendizagem e outras questões típicas da juventude acaba muitas vezes culminando na exclusão desses adolescentes do espaço escolar. Assim, o cenário de fragilidade dos vínculos familiares possibilita a evasão escolar, evento que aparece como um ponto de virada associado ao início precoce do uso de drogas e da trajetória infracional desses jovens.

Figura 5 – Linha do tempo – Curso de vida e Trajetória Infracional



Os resultados dessa fase do projeto foram apresentados em 2017 no V Encontro Nacional de Antropologia do Direito realizado na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, durante GT- “Justiça juvenil, adolescentes em conflito com a lei e instituições de internamento para jovens”, com o título “Artigo 33: História de vida de jovens infratores cumprindo medida socioeducativa em meio fechado por tráfico de drogas” (Oliveira, 2017). Posteriormente, uma versão desse texto foi publicada na Revista Psicologia e Sociedade (Oliveira et al, 2019).

Na segunda fase desse projeto, exploramos os dados quantitativos com o objetivo de apontar fatores sociais e individuais relacionados ao fenômeno da reincidência através da comparação de adolescentes primários e reincidentes. A realização deste trabalho se deu por meio da análise dos 373 PIAs amostrados. Os resultados apontam associações fortes entre a reincidência e fatores como coorte, defasagem série-idade, recebimento de medidas protetivas, idade da primeira passagem, o tipo de medida socioeducativa, uso de drogas lícitas e ilícitas, e recebimento de tratamento de saúde mental. Associações moderadas foram verificadas para as variáveis sexo, baixa escolaridade da mãe e renda familiar per capita. Por

fim, não foram encontradas correlações para as variáveis raça, configuração familiar, escolaridade do pai e regional de moradia.

Esses resultados foram apresentados durante o painel “Sociólogos do Futuro” realizado no 19º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia com o título “Reincidência Juvenil e seus fatores de risco: Uma comparação entre reincidentes e primários na Vara de Infância e Juventude de Belo Horizonte” (Oliveira, 2019) A segunda fase do projeto proporcionou uma visão de conjunto de algumas dimensões explicitadas na fase anterior, além de permitir uma maior acurácia na elaboração dos modelos estatísticos da fase subsequente.

A terceira fase, edificada no presente trabalho, buscou apontar quais os eventos e fatores inseridos no curso de vida de adolescentes autores de atos infracionais que estão associados ao desenvolvimento e à continuidade de uma trajetória infracional, aqui compreendida através das dimensões da frequência e da gravidade dos atos. Para elucidar este processo, estabelecemos como estratégia metodológica a confrontação de jovens que julgamos possuírem uma trajetória infracional mais consolidada e jovens que possuem uma trajetória mais incipiente.

Isso foi feito através da conjugação de métodos quantitativos e qualitativos. Justificamos essa opção, uma vez que os dados quantitativos sozinhos, apesar de oferecem um entendimento mais geral do fenômeno sobre estudo, tem a desvantagem de desconsiderar o contexto, os agentes individuais e o caráter processual dos fenômenos. Por outro lado, os dados qualitativos isoladamente proporcionam descrições ricas, que são capazes de situar o contexto, as perspectivas individuais e a processualidade dos fenômenos, mas oferecem uma limitada capacidade de generalização. Dessa forma, as limitações de um método podem ser compensadas pelas potencialidades do outro; e a combinação dos métodos quantitativos e qualitativos proporciona um entendimento mais completo do problema de pesquisa do que cada uma das abordagens isoladamente (CRESWELL; CLARK, 2013).

Os dados quantitativos foram trabalhados com o auxílio do software SPSS que permitiu a construção de estatísticas descritivas, tabelas de covariância, testes qui-quadrado, testes t e modelos de regressão logística. A análise de conteúdo dos relatórios técnicos foi feita com auxílio do software Atlas.TI (KRIPPENDORF, 2004). Nesta procuramos identificar passagens de diferentes documentos que explicitamente discorriam sobre um mesmo assunto ou fenômeno, associando-as a um código. No caso de processos dedutivos

como o realizado neste trabalho, as categorias ou conceitos que os códigos representam se originaram da revisão bibliográfica e do estudo realizado na primeira fase deste projeto.

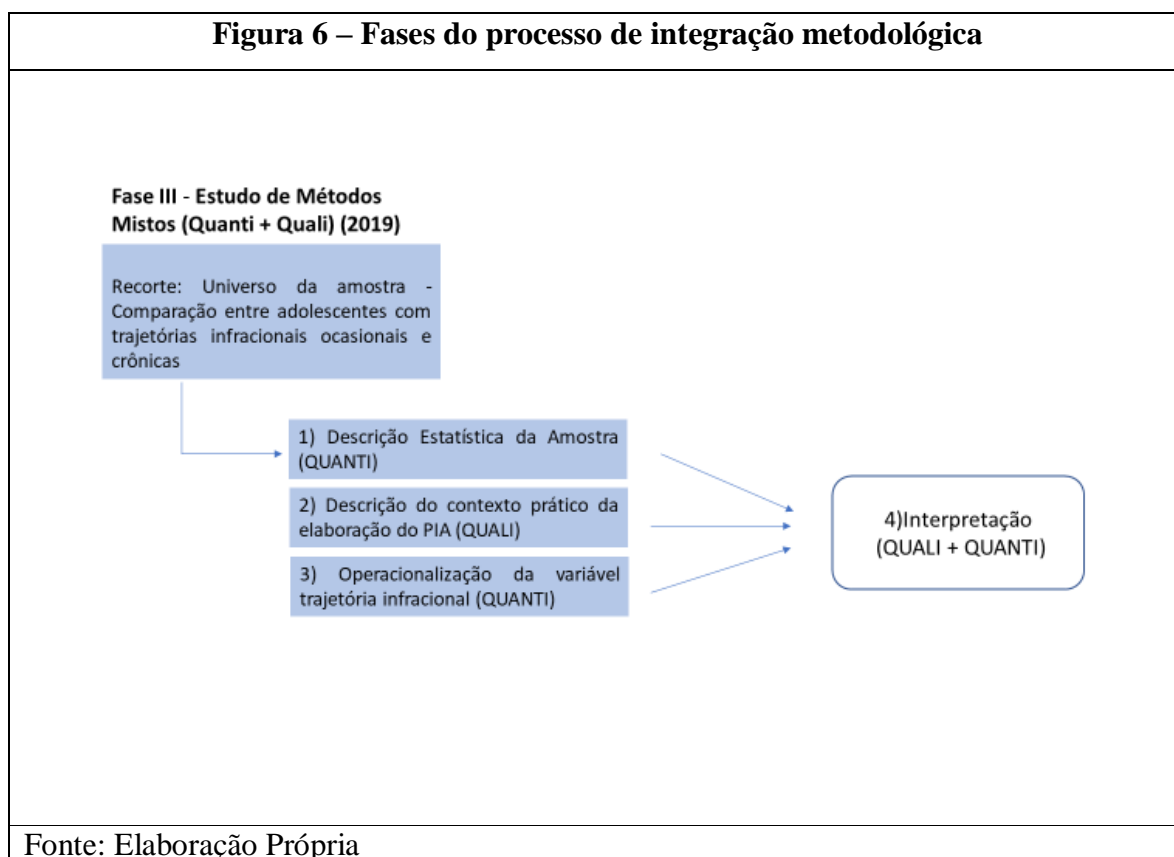
Durante a codificação, identificamos várias passagens e as relacionamos com códigos associados a atores (como o jovem, os integrantes de sua família, seus pares, o socioeducativo e outras instituições como a escola, ONGs e assim por diante), a eventos (abandono por parte dos genitores, situações de violência doméstica, abandono escolar, encaminhamentos, etc.) e sempre que possível à idade que o jovem possuía ao vivenciar cada um desses eventos. Nesse processo, procuramos tomar notas a respeito de cada código, a fim de registrar qual o sentido, a natureza e o raciocínio por trás de cada um deles. Esse registro garantiu a aplicação dos códigos de maneira coerente e uma maior organização dos dados, uma análise mais estruturada e uma maior confiabilidade para o processo interpretativo.

Dado o volume de documentos com o qual trabalhamos, em várias situações nos apropriamos dos códigos, transformando-os em variáveis quantitativas. Isso foi feito através da função “codes-primary documents table” do Atlas.TI, que gera uma planilha que indica quantas vezes cada código foi usado em cada documento. As variáveis geradas foram associadas ao banco de dados quantitativo e transformadas em indicadores dicotômicos, isto é, indicam os documentos em que um determinado código foi aplicado e quais os documentos em que não foi.

O processo de integração metodológica foi feito em quatro passos. Num primeiro momento, demos maior ênfase aos dados quantitativos no intuito de tecer uma análise descritiva exploratória da amostra. Em seguida, descrevemos o contexto prático da elaboração do PIA e o seu papel na execução das medidas socioeducativas, usando os dados qualitativos para ilustrar as técnicas e procedimentos usados pelos profissionais do socioeducativo, bem como os tipos de hipóteses formuladas por estes para explicar o cometimento de um ato isolado ou o desenvolvimento de uma trajetória infracional. O objetivo principal desta seção é o de depurar aquilo que seria a visão dos técnicos do socioeducativo na narrativa tecida sobre a história de vida dos adolescentes sob intervenção

No terceiro passo, retornamos aos dados quantitativos, observando as dimensões da frequência e da seriedade dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes de nossa amostra para então operacionalizar a variável resposta ‘trajetória infracional’ e a partir dela estabelecer a divisão entre o grupo ocasional e crônico. Por fim, realizamos uma análise combinada mobilizando os métodos quantitativos, para demonstrar associações entre as variáveis de interesse e o pertencimento ao grupo ocasional ou crônico, e os métodos

qualitativos para explicar, tecer considerações sobre os resultados e elucidar o processo através do qual as variáveis de interesse se relacionam com o tipo de trajetória infracional assumida.



Finalmente, a quarta fase do projeto de pesquisa do qual essa dissertação é integrante, ocorreu de maneira simultânea às outras fases. Isso foi possibilitado por uma parceria entre o Centro de Estudo de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG) e do Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS/UFMG). Essa parceria foi chancelada pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT/UFMG) que nos deu a oportunidade de realizar diversos seminários interdisciplinares entre 2017 e 2019, que permitiram estabelecer categorias e conceitos transversais aos campos da Sociologia e da Psicanálise (GOES ET AL, 2019) (MOREIRA ET AL, 2019). Também possibilitou que, entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019, visitássemos 109 endereços na cidade de Belo Horizonte em busca dos jovens da amostra inicial. Depois de 6 meses de trabalho, encerramos o campo após realizar somente 13 entrevistas narrativas. Muitos jovens mudaram de endereço e, em alguns casos, nem mesmo os vizinhos souberam informar se ali residiu em algum momento a pessoa com aquele nome. Os levantamentos externos, realizados em março

de 2019 pela equipe da pesquisa, indicaram que dos 373 jovens da amostra inicial, 16 haviam sido assassinados e 69 estavam aprisionados no sistema adulto. As reflexões iniciais dessa fase da pesquisa foram publicadas em forma de dossiê pela Revista Psicologia em Revista no ano de 2019 e os resultados finais serão publicados em um livro no ano de 2020.

Na próxima seção do texto, iremos detalhar e fazer algumas inferências com base nas dimensões de incidência e prevalência dos principais fatores de interesse em nosso estudo. Neste exercício, esperamos observar alguns fatores possivelmente ligados à dimensão da adesão a uma trajetória infracional.

4.1 - Análise Exploratória do Perfil da Amostra

Cicourel (1968) recomenda cautela no uso de documentos e estatísticas oficiais e outros tipos de dados secundários no campo da sociologia do desvio. Uma das razões para essa atitude reside no fato de que nem todos os desviantes são apreendidos, classificados e contabilizados. Uma pessoa pode passar toda a adolescência cometendo pequenos delitos sem nunca ser apreendida, ou ainda, ser apreendida por um único delito mesmo tendo uma longa trajetória infracional. Isso representa uma limitação nas generalizações que podemos fazer tendo como base esse tipo de dados.

Neste contexto, devemos considerar a existência de toda uma série de filtros entre o cometimento de um ato e sua sanção oficial, sendo que cada estágio representa uma contingência em relação ao próximo. No caso da Justiça Juvenil, para que um adolescente receba uma medida socioeducativa e para que o seu PIA seja elaborado, pelo menos em tese, é preciso que haja uma denúncia ou flagrante da polícia, que os policiais optem por lavrar um boletim de ocorrência, que o Ministério Público, com base neste boletim, indicie o jovem e, por fim, que o juiz decida pela aplicação da medida. Assim, esses dados revelam mais sobre a relação entre várias instituições do Estado e certa parcela da população do que sobre os indivíduos isolados representados na amostra.

Os adolescentes que compõe a amostra dessa pesquisa nasceram entre 1994 e 2003. Isso significa que em 2019, 96,5% dessas pessoas serão maiores de 18 anos de idade. Observando a distribuição por ano de nascimento dos adolescentes, percebemos que 85,6% deles nasceram entre 1996 e 2000, sendo o ano de 1997 o que concentra a maior parte dos adolescentes entre todos os anos.

Tabela 1 -Distribuição dos adolescentes por ano de nascimento

Ano de nascimento				
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
1994	2	,5	,5	,5
1995	25	6,7	6,8	7,4
1996	52	13,9	14,2	21,5
1997	98	26,3	26,7	48,2
1998	71	19,0	19,3	67,6
1999	56	15,0	15,3	82,8
2000	37	9,9	10,1	92,9
2001	12	3,2	3,3	96,2
2002	12	3,2	3,3	99,5
2003	2	,5	,5	100,0
Total	367	98,4	100,0	
Ausente	6	1,6		
Total	373	100,0		

Fonte: Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção (CRISP/UFMG, 2018)

No que se refere à divisão dos adolescentes por sexo, vemos uma prevalência dos adolescentes do sexo masculino sobre as adolescentes do sexo feminino dentro de nossa amostra. Esse fato corrobora as teorias que associam o cometimento de transgressões com as formas de socialização e sociabilidade masculinas (Zaluar, 2014)

Tabela 2 - Distribuição dos adolescentes por sexo

Sexo				
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Masculino	330	88,5	88,5	88,5
Feminino	43	11,5	11,5	100,0
Total	373	100,0	100,0	

Fonte: Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção (CRISP/UFMG, 2018)

A distribuição dos adolescentes por raça/cor mostra um percentual parecido entre pretos e brancos, uma vez que ambos representam cerca de 20% do total dos adolescentes. No entanto, a categoria “pardo” se sobressai representando 59% do percentual válido. A categoria “negro”, obtida a partir do somatório das categorias preto e pardo, representa cerca de 80% do percentual válido. Essa prevalência da população negra no Sistema Socioeducativo também é verificada no Sistema Penitenciário e pode ser tomada como um indicador de que as agências responsáveis pelo controle social tendem a vigiar e punir preferencialmente corpos negros.

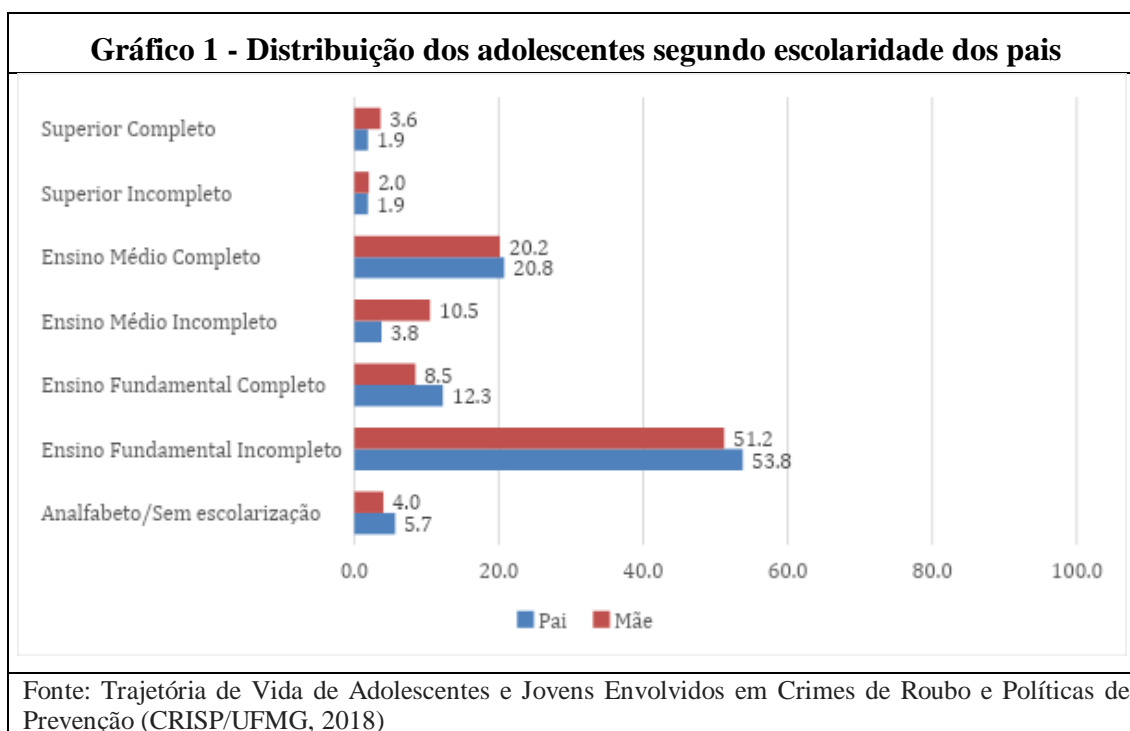
Tabela 3 - Distribuição dos adolescentes por raça/cor				
Raça				
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Branco	60	16,1	20,0	20,0
Preto	62	16,6	20,7	40,7
Pardo	177	47,5	59,0	99,7
Amarelo	1	,3	,3	100,0
Total	300	80,4	100,0	
Ausente	73	19,6		
Total	373	100,0		

Fonte: Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção (CRISP/UFMG, 2018)

Quando olhamos o perfil dos pais, podemos ter uma noção um pouco mais ampla de quem são os clientes do Sistema de Justiça Juvenil. Observando somente os percentuais válidos, percebemos que cerca de 55,2% das mães desses adolescentes possuíam menos de 9 anos de escolaridade e 65,5% tinham menos de 12 anos de escolaridade. É importante também ressaltar o número de informações ausentes nessa variável - cerca de 33,5% do total de respostas.

Entre os genitores, essa ausência de informação é ainda maior. Em 71,6% dos casos, não há dados a respeito da escolaridade dos pais desses jovens. Em relação aos poucos sobre os quais existem informações, percebemos que 59,4% dos pais possuem menos de 9 anos e 63,2% possuem menos de 12 anos de escolaridade.

O gráfico abaixo traça um comparativo entre a escolaridade de mães e pais a partir dos percentuais válidos. A escolaridade das mães é maior que a dos pais em somente duas categorias: Ensino Médio Incompleto e Ensino Superior.



O nível de escolaridade dos pais desses adolescentes reflete o status socioeconômico de suas ocupações. Cerca de 30,2% das mães ganham seu sustento como empregadas domésticas ou fazendo faxinas e cerca de 12,9% delas realizam trabalhos semelhantes a empregadas sob o rótulo de serviços gerais. Observamos, assim, a predominância de ocupações manuais pouco qualificadas entre as mães. A ocupação dos genitores também segue esse mesmo perfil, uma vez que cerca de 32,6% dos pais assumem postos de trabalho na área da construção civil principalmente como pedreiros, mestres de obra e ajudantes.

Outra informação muito relevante para compreender o perfil socioeconômico dessas famílias é a renda. A renda média das famílias dessa amostra é de R\$1911,14, sendo que a mediana assume o valor de R\$1478,00. Quando observamos o valor da renda per capita, percebemos uma média de R\$469,14 e uma mediana R\$349,50 por pessoa. Só para se ter uma ideia, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) referentes ao ano de 2018, o rendimento domiciliar per capita no Brasil era de R\$1373,00, quase três vezes maior do que o rendimento per capita médio de nossa amostra. Esse fato também corrobora a tese da existência de um maior foco das agências

responsáveis pelo controle social formal nos delitos cometidos por adolescentes pobres (PAULA, 2014), revelando o papel cumprido por essas agências na gestão da pobreza e das populações marginalizadas.

É possível que o status socioeconômico também tenha influência sobre os arranjos familiares. A maioria dos adolescentes reside apenas com a mãe e 80,4% dos jovens são oriundos de arranjos familiares diferentes da família nuclear, isto é, a residência com ambos os pais. Para Salem (2006), a prevalência da matrifocalidade entre famílias das classes populares está associada a formas específicas de socialização no que tange ao papel e às expectativas de gênero. Enquanto a socialização feminina é voltada para vínculo, a permanência e a continuidade; a socialização dos homens, nas classes populares, seria dialeticamente oposta, baseada na constituição de alianças sucessivas e contingentes com várias parceiras ao longo do ciclo de vida.

As pressões para que o homem da classe popular cumpra o papel de provedor podem ser tão intensas quanto inalcançáveis num contexto de ocupações precárias e baixos salários (SALEM, 2006). Desse modo, a evitação e mesmo o abandono dos vínculos podem ser entendidos como estratégias para contornar o sentimento de fracasso. Para Salem (2006), esse sentimento pode levar a uma espécie de compensação na qual esses homens elegem a virilidade e a sexualidade como instâncias simbólicas de afirmação da masculinidade. Neste cenário, as mulheres das classes populares habituaram-se a sobreviver sem contar com a presença contínua do homem ou sob a sucessão de vários deles.

Essa tendência masculina de circular entre as mulheres pode ser aceita quando não coloca em risco a continuidade da aliança, mas pode ganhar contornos dramáticos quando culmina no abandono afetivo e econômico da parceira e dos filhos (SALEM, 2006). Situações desse tipo podem se traduzir em uma sobrecarga de responsabilidades sobre a mulher e na vulnerabilização da família, uma vez que uma única pessoa deve dar conta de sustentar a casa e exercer um papel de supervisão. Também é possível que diante desse cenário, os filhos se sintam na obrigação de ocupar o lugar do pai, o que precipitaria a inserção destes nas esferas de sociabilidades adultas.

Dimensões como redes de parentesco ou redes comunitárias coesas e o acesso às políticas públicas de assistência social e educação em tempo integral podem atuar como fatores protetivos. E de modo simétrico, o esgarçamento dessas redes e a inefetividade das políticas públicas podem agravar os processos de exclusão social e de transmissão intergeracional de desvantagens sociais.

Tabela 4 - Distribuição dos adolescentes segundo situação de residência

Com quem reside				
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Pai e mãe	73	19,6	19,6	19,6
Pai	39	10,5	10,5	30,0
Mãe	196	52,5	52,5	82,6
Outros	6	1,6	1,6	84,2
Família extensa	41	11,0	11,0	95,2
Trajetória de rua	8	2,1	2,1	97,3
Amasiado	10	2,7	2,7	100,0
Total	373	100,0	100,0	

Fonte: Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção (CRISP/UFMG, 2018)

Além da família, outra trajetória importante para a compreensão do curso de vida de um indivíduo é a escolar. No Brasil, entre 6 e 18 anos de idade, é esperado que uma pessoa frequente a escola. O ensino fundamental é cursado entre os 6 e os 14 anos, sendo que esse percurso é dividido em duas partes. A primeira etapa é uma fase marcada por uma dinâmica mais próxima do mundo infantil, em que um único profissional –normalmente do sexo feminino - é responsável pelo conteúdo de todas as disciplinas.

A circulação das pessoas nessa faixa etária, regularmente é resumida como um constante trânsito entre os ambientes familiar e escolar, de modo que, muitas vezes esses ambiente se confundem e as professoras são tratadas por ‘tias’. Talvez, o ambiente tutelar tenha contribuído para que 92% adolescentes dessa amostra tenham ultrapassado essa etapa da escolarização.

Tabela 5 - Distribuição dos adolescentes segundo escolaridade

Escolaridade				
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
1 EF	2	,5	,6	,6
3 EF	2	,5	,6	1,1
4 EF	8	2,1	2,2	3,3
5 EF	17	4,6	4,7	8,0
6 EF	64	17,2	17,6	25,6
7 EF	63	16,9	17,4	43,0
8 EF	50	13,4	13,8	56,7
9 EF	33	8,8	9,1	65,8
1 EM	73	19,6	20,1	86,0
2 EM	18	4,8	5,0	90,9
3 EM	4	1,1	1,1	92,0
EJA	29	7,8	8,0	100,0
Total	363	97,3	100,0	
Ausente	10	2,7		
Total	373	100,0		

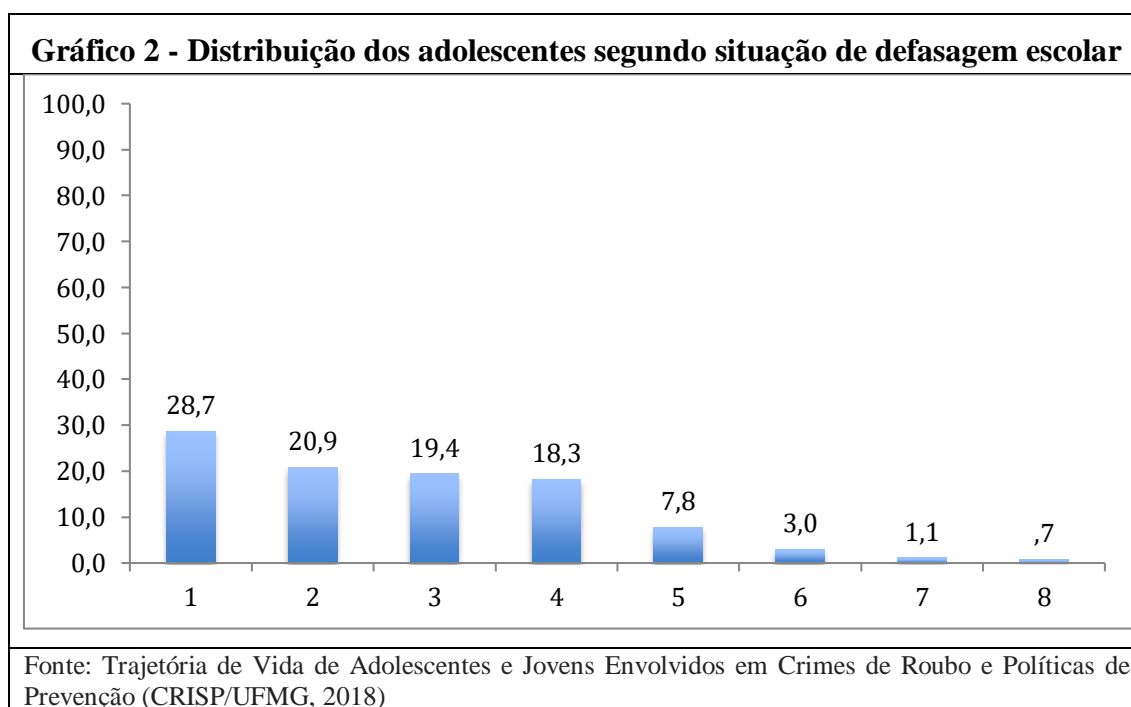
Fonte: Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção (CRISP/UFMG, 2018)

A segunda parte do ensino fundamental que se inicia no 6º ano, inaugura uma nova fase na vida dos indivíduos, uma vez que cada disciplina passa a ser ministrada por um professor ou professora diferente e os alunos passam a ser tratados de maneira menos infantilizada. Essa transição também é mais ou menos concomitante com uma transição do âmbito biológico e psicológico que é a puberdade. Esta irrompe no sujeito e o obriga a lidar com transformações em seu corpo infantil que culminam no aparecimento da sexualidade como base para a formação da identidade. Dessa maneira, a coincidência dessas transições torna essa fase da vida um período muito delicado.

Em nossa amostra, 35% dos adolescentes tinham escolaridade compatível com o 6º ou 7º ano e conforme a tabela demonstra, há uma queda acentuada entre a 7º e a 8º, e entre a 8º e a 9º série. Isso pode ser tomado como um indício de que a transição para a segunda fase do ensino fundamental foi marcada pelo distanciamento desses adolescentes em relação à instituição escolar. A mudança da lógica pedagógica aliada ao baixo estoque de capital cultural das famílias desses jovens podem ser fatores associados a esse distanciamento.

A mesma análise pode ser aplicada para compreender a distribuição percentual dos adolescentes de nossa amostra nos anos que compõem o Ensino Médio, uma vez que o 1º ano dessa etapa escolar aparece como o maior grupo de escolaridade entre os adolescentes, somando 20,1%, enquanto as demais séries do Ensino Médio juntas somam 6,1% dos adolescentes. A entrada no ensino médio também representa uma transição na lógica pedagógica que conjugada com outros fatores pode igualmente gerar um afastamento do ambiente escolar.

O grau de ligação desses adolescentes com a escola pode ser indicado pela defasagem ano/idade. Em nossa amostra, cerca de 77,1% deles se encontravam nessa situação no momento da feitura do PIA. Quando levamos em conta quantos anos cada jovem está atrasado em relação ao esquema idade-série, computamos uma média de 2,73 anos, sendo que cerca de 31% dos adolescentes estava atrasado mais de 4 anos.



Uma das esferas mais características do mundo adulto é a esfera do trabalho. Cerca de 64,1% dos adolescentes declararam já terem exercido alguma atividade laboral. Diante do perfil de escolaridade e ocupação dos pais e da predominância de um arranjo familiar matrifocal, é provável que muitos jovens tenham sido obrigados a trabalhar para contribuir com o sustento da família. Porém, dado que o PIA é um instrumento que embasa as decisões judiciais sobre esses adolescentes, também é possível que a categoria trabalho possa ser mobilizada para conferir um status de conformidade por parte dos jovens (ALMEIDA, 2016).

De todo modo, entre as atividades apontadas pelos jovens destacam-se ocupações manuais que exigem pouca qualificação, seja na área da Construção Civil, como ajudantes de pedreiro e pintor, e em outras ocupações informais, seja no comércio, em oficinas automotivas, em lava-jatos e outros ramos de atividade. Apenas 19,4% dos jovens disseram que estavam trabalhando no momento da construção do PIA, sendo que apenas 30% desses trabalhavam com carteira assinada.

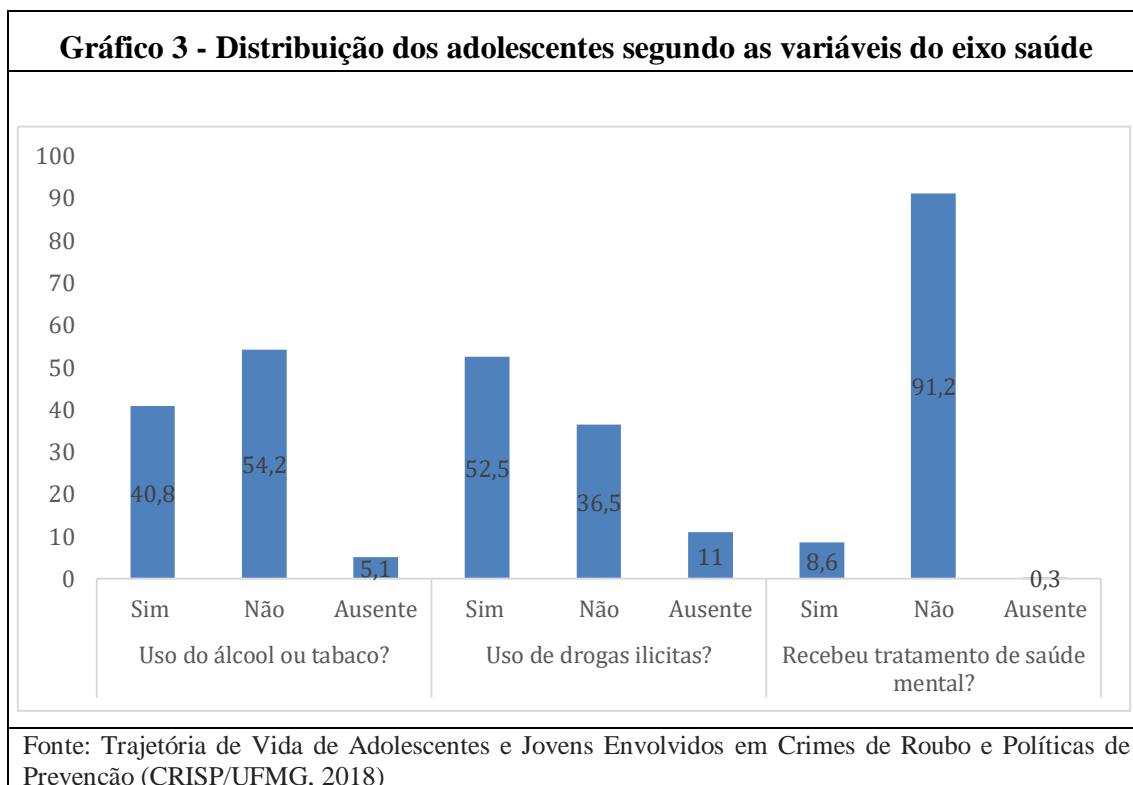
Outro ponto interessante relacionado à trajetória laboral constante no PIA diz respeito à realização de cursos profissionalizantes. Cerca de 40,8% dos jovens de nossa amostra estavam participando ou já haviam participado de cursos de formação profissional no momento da elaboração do PIA. Dentre os cursos realizados por esses jovens, destaca-se o curso de informática (48,9%) e os cursos de auxiliar administrativo (10,8%) e de cabeleireiro realizado por 10,2% dos jovens; sendo que 62,2% desses jovens concluíram o curso realizado, 31,5% abandonaram e 6,3% estavam realizando cursos desse gênero no momento da passagem pelo Sistema de Justiça Juvenil. É possível que a realização desses cursos esteja associada com o cumprimento de medidas socioeducativas anteriores, tendo em vista que a profissionalização é um eixo no programa de cumprimento dessas sanções.

Desse modo, embora a ideia de oferecer alguma inserção no mercado de trabalho, por meio dos cursos profissionalizantes, possa ser concebida como uma estratégia para levar esses jovens a interromper a trajetória infracional, os cursos oferecidos pelo socioeducativo se limitam ao nível básico, talvez por conta da alta defasagem escolar apresentada por esse público. Desse modo, essa estratégia pode se mostrar pouco eficaz, uma vez que a inserção na trajetória infracional pode oferecer maiores rendimentos do que as ocupações alinhadas com o nível de qualificação proporcionada pelos cursos oferecidos no âmbito do cumprimento das medidas socioeducativas.

O último eixo explorado pelo Plano Individual de Atendimento diz respeito à saúde dos adolescentes. Os principais indicadores desse eixo se referem ao consumo de drogas e ao recebimento de tratamento de saúde mental por parte dos adolescentes. No que tange ao uso de álcool e tabaco, 42,9% dos jovens relataram fazer o uso dessas substâncias e um número ainda maior de adolescentes (59%) admitiu fazer uso de substâncias ilícitas. A maior prevalência do uso de drogas ilícitas sobre o uso de drogas lícitas pode ser explicada, uma vez que, para um adolescente, é possível que seja mais fácil adquirir uma droga ilícita do que uma droga lícita, uma vez que os estabelecimentos que vendem substâncias lícitas podem estar sujeitos a multas caso forneçam esse tipo de produtos a crianças e adolescentes. Já o

tráfico de drogas ilícitas, numa situação de total ilegalidade, não se ancora nessas amarras legais.

Os adolescentes que receberam algum tipo de tratamento de saúde mental somam 8,6%. No entanto, cabe ressaltar a imprecisão desse indicador que agrupa diferentes tipos de tratamento para diferentes tipos de doença mental. Abaixo apresentamos um gráfico com a distribuição das três variáveis componentes do eixo saúde.



Com o intuito de qualificar ainda mais nossa interpretação sobre o Plano Individual de Atendimento, detalharemos a seguir o contexto organizacional no qual este se insere e o papel desempenhado nas medidas socioeducativas.

4.2 - O Contexto Prático da Elaboração do Plano Individual de Atendimento

Cicourel (1968) nos adverte que ao usar documentos e estatísticas oficiais não devemos ignorar o trabalho interpretativo dos atores responsáveis pela produção da informação e o emprego de categorias e teorias de senso comum para produzir relatos coerentes sobre “aquilo que aconteceu”. Quando o pesquisador ignora esse trabalho interpretativo, ele incorre em um erro de produzir teorias e explicações que subscrevem as tipificações nativas utilizadas na produção dos documentos institucionais. Assim, a objetividade, a racionalidade e a facticidade não devem ser concebidas como atributos intrínsecos dos documentos, mas como realizações práticas dos atores que os produzem e os utilizam. Desse modo, podemos compreender como um conjunto de informações vagas e desconectadas que são sucessivamente transformadas em um acontecimento ordenado (Cicourel, 1968).

Desse modo, é importante ter em mente que o objetivo da equipe técnica na construção do PIA é elaborar descrições convincentes e tecer inferências válidas sobre o que aconteceu para justificar as ações da equipe e fomentar as decisões judiciais. Assim, esses relatórios também são uma forma que os juízes têm de avaliar e fiscalizar o trabalho realizado no âmbito da aplicação das medidas socioeducativas (ALMEIDA, 2017). Segundo Almeida (2017), os juízes consideram que efeitos da medida são dependentes da qualidade do trabalho das equipes de modo que o PIA é uma importante ferramenta de *accountability* institucional. Isso pode ser visualizado nos trechos abaixo em que os técnicos buscam justificar os atrasos na elaboração do PIA:

O adolescente [nome do adolescente] está em acompanhamento no serviço de proteção social a adolescente em cumprimento da medida socioeducativa – modalidade prestação de serviço à comunidade desde dezembro de 2014. Compareceu irregularmente aos atendimentos agendados, o que impossibilitou a elaboração desse plano no prazo estabelecido. Sempre realizamos a busca ativa do jovem, que em um primeiro momento, atendia às convocações deste serviço, mas, posteriormente, começava a se ausentar sem justificativas. [P40 - 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside sozinho, 5 E.F]

A demora no envio deste PIA se deu em função da dificuldade de [nome do adolescente] em manter uma frequência constante nos atendimentos, em razão do emprego que conseguiu como frentista duas semanas depois de ter iniciado o cumprimento da MSE. [P157 - 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F]

O jovem retornou ao cumprimento da MSE de PSC em fevereiro de 2016. A demora na confecção do PIA se deu por causa do processo de busca ativa do jovem que foi moroso, e

após este processo ele retorna aos atendimentos com uma postura mais crítica em relação ao ato infracional e apresenta uma possível mudança de vida. [P227 - 17 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 1 E.M]

Desse modo, o relatório não apresenta só o adolescente, mas também o trabalho da equipe a partir de um relato que deve ser fechado e coerente sem discordâncias ou brechas. Assim, existe uma preocupação com a qualidade do relatório, uma vez que este pode vir a ser questionado ou mesmo negado pelo juiz. Por conta disso, os PIAs também são um problema prático e burocrático já que a produção de relatórios demanda um volumoso trabalho por conta do grande número de adolescentes pelos quais um único profissional pode ser responsável (ALMEIDA, 2017) (MOREIRA ET AL, 2015).

Almeida (2017) em sua pesquisa na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), instituição responsável pela aplicação das medidas de internação no estado de São Paulo, identificou três tipos de prontuários: o prontuário inicial, que geralmente é elaborado na unidade de internação provisória, antes da sentença), relatórios de acompanhamento (produzidos nas unidades de internação) e o relatório conclusivo.

Na Vara Infância e Juventude de Belo Horizonte, verificamos que o modelo do PIA muda conforme o grau de restrição de liberdade imposto pela medida socioeducativa. As medidas de meio aberto (advertência, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) contam com um modelo de PIA mais enxuto, semelhante ao relatório inicial descrito por Almeida (2017). Já o modelo do PIA para aqueles que recebem medida em meio fechado (semiliberdade e internação) é expandido e assemelha-se com a descrição dos relatórios de acompanhamento (ALMEIDA, 2017). Desse modo, este conta com algumas questões a mais e com uma parte qualitativa mais rica em detalhes. Além disso, em conversa informal com uma ex-funcionária da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUAASE/MG), que fez parte da quarta fase do projeto na qual esta pesquisa se insere, descobrimos que o relatório de conclusão da medida é efetuado por meio de outro documento. Apesar disso, a tipologia de Almeida (2017) nos é útil para compreender o contexto prático da elaboração dos documentos analisados no escopo desta pesquisa.

Os relatórios iniciais são compostos principalmente por dois tipos de informações: características e trajetória do adolescente e sua família e evidências das causas que levaram o adolescente a cometer a infração. É comum haver semelhanças entre relatórios iniciais de diferentes passagens, uma vez que estes vão sendo atualizados e a situação que explica a infração é reapresentada. Também é comum o apontamento de 'problemas na vida e

trajetórias' dos adolescentes, sendo estes muitas vezes apontados como fatores que contribuíram para o adolescente cometer a infração. Assim, elabora-se uma série de demandas de encaminhamentos a instituições da assistência social, ONG's e outras instituições ligadas a programas de primeiro emprego, como forma de 'corrigir' o curso de vida desses jovens.

Isto é ilustrado pelo caso abaixo reproduzido na íntegra, uma vez que, o profissional responsável pela elaboração do PIA busca sensibilizar o jovem sobre a importância dos eixos que compõe a medida socioeducativa, especialmente no que tange ao processo de escolarização, à profissionalização e ao trabalho sobre o uso de drogas.

Considerações técnicas sobre o ato e a trajetória infracional: No que tange ao ato infracional, o jovem relata que foi por impulso de raiva, algo momentâneo pelo qual se arrepende.

Considerações técnicas sobre a família e relações sociais: ele compareceu ao serviço acompanhado da sua genitora para dar início ao cumprimento da determinação judicial da medida socioeducativa de prestação de serviços comunitários. Segundo relataram, o relacionamento familiar é tranquilo, o jovem reside com a genitora [nome da genitora] de 35 anos, manicure e autônoma, com o irmão de 19 anos, com a avó de 60 anos, com 3 primos e ainda com um tio. Com seu pai, o adolescente relatou pouco contato.

Considerações técnicas sobre escolarização profissionalização e trabalho: Sobre os estudos, ele relatou que iniciou o primeiro ano do ensino médio em 2014, mas não concluiu. Demonstra muito desinteresse em voltar a estudar, o serviço está tratando a questão com ele. O jovem relata que só vai voltar a estudar em 2015.

Sobre cursos profissionalizantes, trabalho, atividades culturais e esportivas o jovem ainda não demonstrou interesse, o que também tem sido tratado com ele

Considerações técnicas sobre a saúde: Sobre saúde, o jovem relata ter boa saúde e que faz uso de maconha. O serviço realizou encaminhamento com médico clínico geral e informou sobre dois equipamentos que tratam a dependência química. Até agora ele não efetivou os encaminhamentos. [P242 - 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M]

No relatório de acompanhamento, a maior parte das informações inseridas são vinculadas a evidências do trabalho desenvolvido com o adolescente de modo a elaborar a razoabilidade das ações institucionais. No caso do eixo profissionalização e trabalho, por exemplo, os relatos de experiências laborais e de cursos realizados anteriormente são apresentados antes dos encaminhamentos realizados pelos técnicos do socioeducativo. Essa forma de redação funciona como uma forma de justificar a ação tomada pela equipe diante da demanda ou do contexto do adolescente. Isso pode ser verificado nos trechos a seguir:

Com relação a questão profissional, o adolescente diz que nunca trabalhou. Dentro dos atendimentos, foi explorado junto ao jovem suas potencialidades e preferências e, a partir disso, o mesmo fora encaminhado para o curso de mecânica de motos na ONG [nome da

instituição], para a realização do curso. [P19 - , Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F]

Anteriormente ao acautelamento na unidade de semiliberdade [nome do equipamento], quando estava acautelado na Unidade [nome do equipamento], [nome do adolescente] iniciou curso de informática Básica, abandonando-o. Atualmente o adolescente localiza interesse na profissão de soldador, afirmando que gostaria de aprender a técnica. Dessa forma, a equipe vem articulando cursos de qualificação profissional na área de interesse do jovem, com o objetivo de estimular os aspectos da profissionalização em sua vida, promovendo autonomia e independência. [P112 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F]

No relatório de acompanhamento, as características da família, da trajetória e do comportamento do adolescente também são reapresentadas e vinculadas às medidas tomadas pela equipe, como encaminhamentos ou visitas domiciliares. No trecho abaixo, a ocorrência de conflitos na trajetória escolar do adolescente e seu comportamento infantilizado são mobilizados como justificativa para a posição de cautela dos técnicos com relação ao encaminhamento escolar.

Diante da conturbada vivência escolar do adolescente, e de sua apresentação infantilizada, a equipe técnica avalia com cautela uma escola para que [nome do adolescente] retome seus estudos, levando em consideração sua idade, seu interesse, suas condições cognitivas e seu perfil. Contudo, a matrícula do adolescente será realizada ainda no mês outubro de 2013. [P50 – , Crônico, Masculino, - , Reside com a mãe, 8 E.F.]

No caso das visitas domiciliares, isto é, a situação na qual os técnicos do socioeducativo visitam a residência do jovem (penetrando assim na vida privada), mais do que vincular as características e trajetórias dos adolescentes aos encaminhamentos, estas buscam descrever o território, as condições materiais de moradia, os efeitos da medida sobre o comportamento do adolescente, as relações familiares, além de confirmar informações levantadas anteriormente.

Em visita domiciliar realizada na data 18.09.2014, estavam no local Sra. [nome da genitora] e [nome da irmã do adolescente]. Foi observado que o local tem acesso fácil a comércios, ao transporte público e à delegacia. Se trata de um bairro localizado na Regional Norte – [nome do bairro], com ruas pavimentadas e construções ao redor em bom estado de conservação. Residem no local além de [nome do adolescente], a genitora e as duas irmãs. Se trata de um imóvel alugado no Bairro [nome do bairro], onde residem há dois anos; no terreno possui construções de dois imóveis, sendo que em um deles reside a avó materna. Quanto à divisão dos cômodos, há uma sala, uma cozinha, uma área de serviço, dois banheiros e dois quartos. Em um Quarto dormem a [nome da genitora] e as duas filhas e no outro quarto dorme [nome do adolescente]. [P34 – 16 anos , Crônico, Masculino, Pardo , Reside com a mãe, 2 E.M.]

Na visita domiciliar realizada à casa da família (pai), ele percebe que depois do acautelamento na semiliberdade, vem visualizando mais compromisso de [nome do adolescente] com as regras e horários em casa. Ele também percebe no filho mais responsabilidade com as questões domésticas, como organizar seu quarto e demais tarefas. [nome do adolescente] vem se mantendo distante do viés infracional e das pessoas com as quais a família identificava como más influências. O adolescente divide as visitas familiares entre a casa da mãe e do pai. [nome da genitora também tem a mesma percepção do pai em relação ao novo reposicionamento e às atitudes do filho. A equipe de atendimento compreende que a participação da família no decorrer do cumprimento da medida, além de fortalecer os vínculos familiares, será de suma importância para a responsabilização pelos atos infracionais praticados e seu distanciamento do viés infracional. [P337 – 17 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com o pai, 1 E.M.]

[nome do adolescente] contou que o padrasto, Sr. [nome do padrasto] possui problemas de alcoolismo e violentava sua mãe, por isso atualmente está afastado da família por determinação judicial, o que foi comprovado pela genitora em visita domiciliar realizada em 24/11/2015. [P305 – 17 anos, Crônico, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Através da visita familiar o que é perceptível é que [nome do adolescente] expõe para os outros adolescentes uma situação de ostentação que não foi percebida na casa confortável, mas pequena e simples em que vive. Não queremos comparar, mas [nome do adolescente] a todo momento tenta expor para todos que vivencia uma situação confortável financeiramente o que não vemos através do relato da mãe que diz ter dificuldade financeira. [nome da genitora] atualmente trabalha numa empresa de estacionamento no período noturno e relata que se esforça para dar conforto aos filhos e para que eles não passem necessidade, mas em nenhum momento confirma a ostentação que [nome do adolescente] expõe para todos. [P22 - 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

De modo geral, a interlocução com membros da família do adolescente permite conhecer o perfil deste e aprofundar-se em detalhes sobre suas relações com os membros de sua família e a economia de afetos associada a esta. Isso possibilita que os técnicos do socioeducativo possam fazer aferições sobre a qualidade dos laços familiares, relacionando os estilos de parentalidade com adesão a uma trajetória infracional ou com uma boa execução da medida socioeducativa.

Já em relação à avaliação psicossocial da família, constatou-se, através de entrevista psicológica, que a mesma apresenta uma vinculação afetiva positiva, sendo capaz, diante de crises e conflitos, buscar o fortalecimento e o desenvolvimento deste vínculo e não o seu rompimento; fator de apoio primordial para que o adolescente possa se envolver e cumprir a medida socioeducativa. [P101 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Aliando sua trajetória infracional e o contexto familiar em que a adolescente se instaura, percebe-se uma certa dificuldade no exercício de papéis parentais, principalmente nas relações entre mãe e filha. Apesar da genitora ter voz mais ativa do que o genitor dentro do seio familiar, ainda assim observa-se uma superproteção por parte da mãe em relação aos filhos, principalmente em relação a [nome da adolescente]. Inclusive nos foram passados relatórios pela rede social de atendimento do município, que apontam até mesmo atitudes de negligência por parte da Sra. [nome da genitora], alegando que, em alguns momentos,

esta chega a acobertar as filhas [nome da adolescente] e [nome da irmã da adolescente] (também envolvida com a criminalidade) em suas atuações, omitindo informações importantes. [P113 – 17 anos, Ocasional, Feminino, Branco, Reside com pai e mãe, 8 E.F.]

Ainda no que tange ao levantamento, confirmação ou triangulação das informações, os técnicos do socioeducativo também buscam articular-se com instituições da rede socioassistencial. Assim, são acionados equipamentos como o CRAS, o CREAS, Conselho Tutelar, Centros de Saúde e instituições de abrigamento para garantir a confiabilidade das informações e reconstruir as trajetórias do adolescente sob intervenção.

No mesmo dia da visita domiciliar, foi realizada uma conversa com a Conselheira [nome da profissional], no Conselho Tutelar, [nome do equipamento] – [nome de cidade da RMBH]. Neste atendimento, fomos informados que em abril de 2013, [nome da genitora] procurou o conselho Tutelar comunicando que a filha [nome da adolescente] estava desaparecida. Naquela época, a conselheira [nome da profissional] acompanhou o caso e realizou visita domiciliar. Além disso, realizou busca ativa no bairro [nome do bairro] e nas proximidades da casa da genitora. Como não encontraram a adolescente, orientaram [nome da genitora] a fazer um boletim de ocorrência. Posteriormente foram comunicados que a adolescente havia retornado para casa. Em 29 de janeiro de 2015, [nome da adolescente] e sua mãe foram atendidas pela conselheira, desta vez para trocar a adolescente de escola devido seu envolvimento com o tráfico de drogas. Segundo a conselheira [nome da profissional], foram ofertados à adolescente encaminhamentos para tratamento de dependência química e acompanhamento psicológico. Ambas as ofertas foram descartadas. Quanto à genitora, nenhum tipo de acompanhamento foi ofertado. De acordo com a conselheira [nome da profissional], após ter ciência de que [nome da adolescente] estava em cumprimento de semiliberdade, convocaria a genitora para atendimento e encaminhamento para acompanhamento psicológico [P235 – 16 anos, Ocasional, Feminino, Branco, Reside com a mãe, EJA]

A família é referenciada ao Centro de Saúde [nome do equipamento], todavia, em reunião com a equipe do centro de saúde, percebemos que a família tem cadastro, porém, o mesmo apresenta muitas lacunas, ausência de informações, membros da família que não estavam no cadastro, como, por exemplo, o adolescente que atendo. O serviço fez uma conversa com a médica [nome do profissional], [nome do profissional], psicólogo do NASF, a assistente social [nome do profissional] e a técnica [nome do profissional] do CRAS [nome do equipamento]. Foi agendado atendimento coletivo dia 17.10.2013 às 7:20h no centro de saúde. [nome do profissional] trouxe algumas questões que estavam postas no prontuário da família que diz de uma gravidez de alto risco, uso de drogas, bebê que nasceu com problemas e ausência de acompanhamento destas questões [P46 – 13 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com a mãe, 1 E.F.]

Assim, entramos em contato com a técnica [nome do profissional], do Abrigo onde o adolescente está residindo. Ao que ela relatou que a genitora demonstra ser pouco presente na vida do adolescente, sendo assim, faremos uma discussão do caso com a rede socioassistencial de modo a entender melhor a história do adolescente, que já teve trajetória de vida nas ruas, e articular meios de fortalecer os vínculos familiares. [P37 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Trajetória de rua/abrigamento, 7 E.F.]

Quanto à relação do adolescente com a comunidade; a dinâmica é conturbada, posto que existem indícios de uma ameaça na região onde o adolescente reside, devido ao envolvimento do mesmo no tráfico. Tal situação está em fase de averiguação junto à família e junto aos dispositivos de rede. [P68 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

Desse modo, a interlocução com o adolescente, sua família e os diversos equipamentos da rede capacita os técnicos do socioeducativo a formular e solidificar hipóteses sobre as causas do cometimento de um ato infracional ou do desenvolvimento de uma trajetória infracional por parte do adolescente sobre intervenção. Estas hipóteses geralmente estão associadas com questões relativas à dinâmica familiar como a existência de situações de conflito, negligência, violência doméstica e a ausência de figuras de referência capazes de exercer um papel de supervisão, especialmente a figura paterna. Além disso, há eventos responsáveis por desarticular a rede familiar tais como a morte de um familiar, o divórcio ou uma mudança residencial. As situações de vulnerabilidade socioeconômica vivenciadas pelas famílias dos adolescentes aparecem apenas lateralmente nas hipóteses formuladas pela equipe técnica.

A equipe percebe que o cometimento de seus atos infracionais pode se relacionar com o fato de o adolescente não ter conhecido seu pai e com o relacionamento conturbado que ele tem com o padrasto. Para melhor construção do caso, questões relacionadas ao ato infracional e questões subjetivas, como a do pai, serão melhor trabalhadas com o adolescente nos diversos espaços, pois o adolescente ainda apresenta uma postura muito arredia e trata tais questões de maneira superficial, não permitindo intervenções mais claras e efetivas. [P20 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

Durante os atendimentos da equipe, é possível perceber a hipótese de que a morte do genitor tenha influenciado na escolha do jovem pela criminalidade. [nome do adolescente] parece ser identificado com pai, que foi morto. [nome do adolescente], apesar do discurso pronto, vem cometendo “atos falhos” durante os atendimentos, o que parece confirmar a hipótese de identificação com o pai. O genitor do jovem morreu há 14 anos e em um dos atendimentos, [nome do adolescente] diz: “Meu pai morreu há dez anos e na época eu estava com cinco”; em outro atendimento o jovem relata que “entrei no crime aos 15 anos”. A conta não fecha, visto que [nome do adolescente] tem 19 anos. Percebe-se que, na verdade, o jovem está dizendo de maneira inconsciente que seu envolvimento se deu no momento em que ele teve consciência dos motivos do assassinato do pai – assassinado devido ao envolvimento na criminalidade – nesta época, [nome do adolescente] estava com 15 anos de idade e até então ele imaginava diferentes causas para a morte do pai. [P44 – 19 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

A equipe percebe que um dos fatores que podem ter levado o adolescente a entrar na criminalidade foi a separação dos pais. Ao tratar desta questão é percebido certa revolta na fala do adolescente, principalmente por não ter o nome do pai em seu registro de nascimento. Diante destas questões, faz-se necessário trabalhar com o adolescente as questões subjetivas que perpassam por suas escolhas para que posteriormente o adolescente consiga se repositonar e vislumbrar outras possibilidades que não perpassem pela criminalidade. [P196 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Importante destacar que há elementos nesta história familiar que podem ter contribuído para a entrada do adolescente para a criminalidade, tais como a violência intrafamiliar por parte do pai; o uso de drogas por parte do pai, as condições socioeconômicas vivenciadas por esse jovem e seus irmãos. [P27 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

As hipóteses formuladas pela equipe também costumam contemplar a relação do adolescente sob intervenção com as drogas. As hipóteses baseadas nessa relação podem ser formuladas tanto com as drogas funcionando como um retro alimentador da trajetória infracional, como meio de fuga ou ainda como alienação frente a eventos traumáticos acontecidos no âmbito familiar.

A partir dos relatos acima, percebe-se que os atos infracionais cometidos pelo adolescente estão relacionados ao uso abusivo de drogas. Ele se declara usuário compulsivo e em nenhum momento falou de outro objetivo para o roubo que não fosse a compra de entorpecentes. Pedia as pessoas drogas e dinheiro e quando não conseguia, encontrava como solução o furto e o roubo para adquiri-las. [P67 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

A equipe acredita que toda trajetória criminal de rua do adolescente e o uso abusivo das drogas podem ter sido uma maneira que o adolescente encontrou para fugir da elaboração do luto pela perda de seu genitor e a sucessiva substituição do mesmo pelo padrasto. Segundo o adolescente em atendimento: “eu gostava do meu pai... ele morreu quando eu tinha cinco anos... minha mãe tem meu padrasto e eu não gosto dele (sic)” [...] A equipe percebe que o adolescente passa a cometer pequenos furtos para sustentar seu vício, mas para além disto, percebe que seu envolvimento com a criminalidade e com as drogas pode ter sido uma fuga que ele encontrou por não conseguir trabalhar as questões subjetivas que perpassam pela morte de seu genitor [P141 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

As hipóteses relacionadas à influência dos pares geralmente são associadas com as hipóteses do âmbito familiar. Nesses casos, observamos que as hipóteses da equipe do socioeducativo associam a influência dos pares à fraqueza dos laços familiares, sendo essa influência também apontada como mecanismo responsável por afrouxar esses laços.

A equipe técnica realiza uma leitura do contexto social no qual o adolescente está inserido na cidade de [cidade da RMBH], no sentido de compreender que o socioeducando reside ao lado de pessoas atuantes diretamente na criminalidade local, sendo “convidado” a todo o momento a estar nestes espaços. Além disso, é movido de um desejo, que é único dele, de participar desses eventos relacionados à criminalidade, sofrendo também com a ausência dos genitores para acompanhamento e orientação. Percebemos que a família fica dividida entre pai, mãe e parentes paternos, e que as relações sociais deste adolescente vão sendo conduzidas conforme ele observa como a família se impõe a ele. Esta se ausenta de culpa por qualquer atuação ou erro do jovem, que é educado por paternos. Não existe diálogo entre o pai e filho, a mãe precisa de um local para apoio e tratamento psicológico, no sentido de esvaziar toda angústia e sofrimento que sente, no sentido de ser mais firme e presente

tanto na vida e no acompanhamento da MSE de Semiliberdade, trazendo o pai para essa responsabilidade. [P109 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 6 E.F.]

A equipe técnica percebe diante dos atendimentos realizados com o adolescente e sua família que as relações que [nome do adolescente] construiu ao seu redor estão todas relacionadas com a criminalidade, nas quais também ele envolve sua família, quando fica envolvido com gangues e devendo drogas. O adolescente precisa ser acompanhado de perto. [P50 - - , Crônico, Masculino, - , Reside com a mãe, 8 E.F.]

Esse tipo de hipótese se aproxima de uma concepção próxima a da teoria da rotulação, uma vez que o enfraquecimento ou mesmo a fraqueza intrínseca dos laços familiares levaria a um estreitamento dos laços com pares desviantes. Chama a atenção a identificação feita pelos técnicos do socioeducativo entre os termos relacionados a influência dos pares, tais como “más companhias, e a categoria abstrata “criminalidade”.

Aferimos que os atos infracionais estejam endereçados à falta de referência positiva que lhe apresentasse as normas e regras sociais. Parece que o óbito do pai e as más companhias contribuíram para que [nome do adolescente] buscasse na criminalidade um lugar de pertencimento. [P59 – 17 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com a Mãe, 9 E.F.]

Segundo informações da técnica do NAMSEP, que acompanha o presente caso, os grupos com os quais [nome do adolescente] começou a cometer pequenos furtos ofereceu um aparato para o adolescente se organizar psicologicamente, pois nesta época que ele desencadeia uma crise psiquiátrica. Apesar de a criminalidade ser uma forma disfuncional da pessoa se estabilizar psicologicamente, no caso de [nome do adolescente] teve uma função de não acentuar o surto psicótico, pois ele buscou um grupo para se identificar e buscar apoio. [P215 – 17 anos, Crônico, Masculino, Branco, Trajetória de rua/abrigamento, 3 E. F.]

Em menor grau, também observamos hipóteses relacionadas à condição de saúde mental dos adolescentes. Essas hipóteses também podem aparecer relacionadas à narrativa familiar e aos efeitos de eventos traumáticos acontecidos nesse âmbito, demonstrando assim a centralidade das questões familiares para os técnicos do socioeducativo.

Outra questão foco para a equipe é a questão mental do adolescente que necessita de maior investigação, haja vista os relatos da mãe de possíveis maus tratos por parte de uma “madrinha” e que poderiam ter influenciado no uso de drogas e no envolvimento com a criminalidade, assim como os relatos clínicos de dificuldade de compreensão e aprendizado. [P49 -15 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com pai e mãe, 6 E.F.]

Podemos perceber que os procedimentos e as técnicas socioeducativas possuem uma racionalidade governamental capaz de capilarizar suas formas de poder até o território, a moradia e o núcleo familiar dos adolescentes (MALVASI, 2012). Dessa maneira, o PIA configura-se como uma extensão do inquérito que ultrapassa o esclarecimento do ato

infracional e busca escrutinar os mínimos detalhes das trajetórias de vida dos adolescentes sob intervenção e seus familiares.

No relatório de acompanhamento, esse escrutínio ainda inclui a descrição das atividades nas quais os adolescentes foram inseridos nas unidades que executam as medidas em meio fechado, avaliações comportamentais e as alterações que as atividades e encaminhamentos promoveram no comportamento dos adolescentes. Deste modo, cada eixo da medida é uma oportunidade para avaliar a atitude e o comprometimento dos jovens.

O aluno passou por uma reclassificação para o 6º ano do Ensino Fundamental com o objetivo de diminuir a defasagem idade/série. A intervenção se fez positiva, uma vez que atualmente o adolescente apresenta avanços que vão desde sua participação nas atividades até a melhora de comportamento e convívio com os colegas de sala. [P105 – 17 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Quanto à escolarização, [nome do adolescente] buscou retomar os estudos relatando inicialmente que tal iniciativa facilitaria sua inserção ao mercado de trabalho. Hoje se encontra matriculado na Escola Municipal [nome da escola], na modalidade EJA, em período noturno. O mesmo é frequente, mas pouco participativo o que exige uma atenção da equipe no que tange a responsabilizá-lo sobre amaneira que aproveita o ambiente escolar. [P22 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Na Unidade, o jovem foi inserido na oficina de Competências Básicas para o Trabalho, entretanto, este não vem demonstrando comprometimento para com as atividades propostas. Adota uma postura imatura e de deboche frente às atividades. [P11 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

No que diz respeito ao esporte, [nome do adolescente] menciona que gosta de jogar bola e que gostaria de fazer um curso de natação. Nas atividades ofertadas pelo Projeto Superação, o adolescente tem participado continuamente demonstrando interesse e assiduidade. A auxiliar educacional pontua que [nome do adolescente] respeita as normas da atividade bem como as intervenções do educador físico do projeto. [P50 - - , Crônico, Masculino, - , Reside com a mãe, 8 E.F.]

No curto período de tempo que o adolescente ficou sem acesso ao médico psiquiátrico, devido a uma organização da rede local de sua cidade, após acautelamento, percebia-se [nome do adolescente] mais agitado e agressivo com os demais socioeducandos e profissionais da instituição. Ele não levava a sério o cumprimento da medida e sempre que eram realizadas intervenções com ele, afirmava que iria evadir do cumprimento da medida. Com a entrada da medicação, o adolescente vem conseguindo se organizar, demandando e realizando os encaminhamentos solicitados por ele, como a confecção dos documentos, a inserção no espaço escolar, as visitas familiares e demais eixos da MSE, mas sempre com intervenções provenientes da equipe da CSL. [P348 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Neste sentido, as atividades e encaminhamentos são formuladas como meio de intervir no comportamento dos adolescentes, sendo a rotina institucional planejada o meio para a transformação. Da mesma forma, dificuldades de adaptação ao ambiente institucional

e os conflitos surgidos neste meio funcionam como um indicador para a equipe técnica de que esta transformação ainda não está em processo.

Na rotina da Unidade, [nome do adolescente] é colaborativo na organização da casa, sendo destacado pelo zelo e determinação em cumprir as atividades propostas. Além disso, raramente transgredir as normas disciplinares. Frequentemente, [nome do adolescente] é enaltecido com visitas extras à família em virtude de seu comportamento, e o adolescente retorna nos horários pré-estabelecidos pelo Regimento Único da Semiliberdade [P186 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

Em relação ao cumprimento de medida no CEAD [nome do equipamento], de acordo com relatos em seu prontuário, [nome do adolescente] chegou à unidade com uma postura imatura, demonstrando dificuldade em lidar com as situações de conflito que apareciam, entrando em medidas disciplinares diversas vezes por brincadeiras e desentendimentos com adolescentes e educadores, demonstrando não possuir um devido juízo frente às próprias atitudes. [P32 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Para Malvasi (2012), o corpo técnico do socioeducativo procura intervir nos comportamentos de risco e estados vulneráveis através de orientações para uma vida saudável e da construção de normativas de cidadania e subjetividade. Desse modo, o bom comportamento e a adesão do jovem à escola, aos cursos profissionalizantes e até mesmo aos tratamentos de toxicod dependência indicariam sua disposição para esse processo de transformação. Além disso, essa transformação passa por aquilo que os técnicos do socioeducativo nomeiam de “processo de responsabilização”, no qual os jovens sob intervenção devem produzir uma reflexão sobre seus atos infracionais e sobre seu curso de vida, reconhecendo sua situação vulnerável e sinalizando seu desejo de construir um projeto de vida alinhado com as normativas do socioeducativo. A consolidação desse processo funcionaria como uma condição necessária para o encerramento da medida e para a não reincidência na prática infracional.

Nos casos analisados, isso passa pela formulação de um discurso que busca desidentificar o sujeito da noção de criminalidade através do reconhecimento da gravidade dos atos, do consentimento e do comprometimento com a medida socioeducativa imposta, da reflexão sobre as consequências da trajetória infracional para si mesmo e para as outras pessoas de seu ciclo de convivência. As narrativas de responsabilização também mobilizam eventos como a paternidade e o alcance da maioridade penal como pontos de virada que permitiriam a elaboração de um novo projeto de vida alinhado a papéis conformistas como o de “trabalhador” ou “pai de família”.

A equipe desta Unidade avalia que o jovem consente com a medida recebida, além de afirmar que esta foi “merecida”. Este, em atendimentos, relata considerar a presente medida como sua “última chance”, já que a recebeu em fevereiro e no mês seguinte completou dezoito anos. [nome do adolescente] afirma ter o desejo de cumprir a presente medida de forma responsável, e informa que o fato de ter completado a maioridade lhe fez refletir sobre vários aspectos de sua vida, dentre eles, o envolvimento com a prática infracional. A equipe desta Unidade avalia, ainda, que o jovem compreende a gravidade dos atos cometidos, além de apresentar um discurso maduro frente as escolhas que pretende fazer para si, quando for desligado. Outro ponto que merece ser mencionado é o fato de o jovem não apresentar um discurso identificado com a criminalidade. [nome do adolescente], ao relatar sobre os atos praticados, o faz de forma clara e objetiva, porém, ressalta, a todo momento, saber que estes foram graves e passíveis de punição. Parece que a internação veio em um momento importante tendo um papel de limite já que o jovem relata várias tentativas sem sucesso de parar de infracionar sozinho. Apesar de não ter sido possível parar por conta própria, [nome do adolescente] já apresenta uma posição mais madura, demonstrando estar disposto a construir uma história diferente [P38 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

Hoje, porém, já é capaz de reconhecer, em atendimentos, que o esforço despendido por ele não vale a pena, uma vez que acabou perdendo sua liberdade e no momento atual, a namorada tem falhado em acompanhá-lo. Sobre as evasões e fugas do sistema, [nome do adolescente] conta que percebeu que não são benéficas, pois acaba retornando ao sistema de qualquer forma e ainda prejudica seu processo. O adolescente tem verbalizado o desejo de se desvincular da ilicitude por meio do ingresso no mercado de trabalho, especialmente considerando que será pai em breve e que deve sustentar seu filho e ser um exemplo para ele. Por isso, tem demandado constantemente da equipe que o ajudemos a conseguir um emprego. O adolescente recebeu medidas em meio aberto, mas não demonstrou responsabilidade no cumprimento das mesmas. [P51 – 14 anos, Crônico, Masculino, - , Reside com a avó, 6 E.F.]

Com Referência à cultura, ao esporte e ao lazer: relata que já realizou atividades culturais como dança, grafite e cinema, sendo a dança realizada pela igreja e as outras atividades pela Semiliberdade Ipiranga. Recebeu a oportunidade de participar de uma partida de futebol no mês de setembro. Na ocasião, outros cinco adolescentes acautelados fugiram do passeio e [nome do adolescente] optou por não acompanhá-los. Sobre o ocorrido, diz que tem como objetivo cumprir sua MSE e relata que sua genitora prometeu que o abandonará caso se descomprometa com a medida. Assim, recebeu nova oportunidade de participar de outra partida de futebol. [P114 – 17 anos, Crônico, Masculino, - , Reside com a mãe, 6 E.F.]

Enfim, este é o eixo que [nome do adolescente] aponta como maior suporte para o cumprimento de sua MSE, alegando “somos todos família! Está fazendo falta a convivência com eles diariamente. Eu não quero que minha família passe por isso de novo. Tive muita vergonha da minha avó e de todos eles virem me visitar aqui” (sic) [P248 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Por fim, segundo Almeida (2017), o relatório conclusivo se diferencia dos demais por ser mais coeso e conter a sugestão de encerramento da medida. Este exhibe claramente o esforço para a construção de um relato coerente, isso porque é o único tipo de relatório que contém de maneira explícita a construção de uma decisão. As avaliações sobre o adolescente e a situação familiar são majoritariamente positivas e a decisão de encerrar a medida é formulada a partir da avaliação de que uma situação inicial foi alterada durante a medida e

como resultado dela. Neste sentido, relata-se a transformação de atributos individuais, como a obediência às regras e a reflexão e responsabilização sobre escolhas e ações pregressas. Como dito anteriormente, no caso da Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte, identificamos que o relatório de conclusão da medida é efetuado por meio de outro documento. Apesar disso, observamos alguns trechos em que os técnicos do socioeducativo sugerem a substituição das medidas em meio fechado para medidas em meio aberto, mas sem fazer menção ao processo de responsabilização.

Tudo indica que o envolvimento de [nome do adolescente] com a prática infracional é atravessado pelo uso de drogas ilícitas, e que o dinheiro obtido era usado principalmente para sustentar o consumo, indicando a necessidade de tratamento do adolescente. Além disso, trata-se de uma família com histórico de violações de direito, demandando encaminhamento para o PAEFI, com o intuito de garantir o acompanhamento familiar. Por isso, sugere-se uma avaliação quanto à progressão da medida de internação assistida, considerando a capacidade de cumprimento do adolescente em meio aberto, além de identificar a demanda pelo acompanhamento do mesmo. [P70 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Recebeu PSC por duas vezes e relata que não cumpriu devido à guerra de regiões, onde era arriscado transitar entre o [nome do bairro] e [nome do bairro]. A genitora pontua que essa guerra de território é não é dirigida a [nome de adolescente]. Em estudo de caso realizado pela equipe Técnica, compreendeu-se que mediante a ausência de um histórico infracional extenso e os entraves no cumprimento de PSC, no momento, seria mais adequado ao adolescente o cumprimento da MSE em meio aberto. Cabe ressaltar, que a equipe técnica não desconsidera a gravidade do ato atual pelo que sugerimos a progressão para a Liberdade Assistida. [P135 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Seguir as regras e expectativas institucionais ou mesmo apresentar alguma reflexão sobre correção de um determinado ato pode não significar uma interrupção da trajetória infracional ou uma real conversão subjetiva ao projeto de vida preconizado pelo socioeducativo. Devemos considerar que em um primeiro contato com o Sistema de Justiça Juvenil, é possível que impere uma lógica de suspeição na situação de entrevista entre o técnico do socioeducativo e o jovem autor de ato infracional. Isso possivelmente modula o relato de vida feito, fazendo-o se aproximar daquilo que Bourdieu (2006) chama de “modelo oficial de si”, na qual o sujeito se apresenta como um conformista e o ato infracional como um mal-entendido ou um acidente de percurso. Isso é demonstrado através do desenvolvimento de estratégias de resistência, como a dissimulação de comportamentos e a manipulação da identidade por parte dos adolescentes. (ALMEIDA, 2016). Apesar disso, sucessivos contatos com o Sistema Socioeducativo tendem a desarticular essa capacidade de

manipulação, uma vez que a cada passagem mais informações sobre o sujeito são geradas e confrontadas com as presentes no seu histórico (GOFFMAN, 1975).

A segunda passagem se deu no dia 17/01/2014 pelo ato análogo ao crime de tráfico (art. 33 da lei 11.343/06), culminando a sentença (29/01/2014) em medida socioeducativa de LA. O adolescente conta que cumpriu a medida por 6 meses, o que foi confirmado pela técnica [nome da profissional], da Regional Venda Nova. [nome da profissional] informou que o adolescente compareceu a maioria dos atendimentos agendados, e também trouxe demandas espontâneas, mas a genitora [nome da genitora] acrescentou que o filho continuou envolvido com práticas ilícitas durante o cumprimento da medida. [P70 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Segundo [nome do adolescente], sua primeira apreensão policial aconteceu no final de 2014, em função de ato análogo ao tráfico de drogas, gerando a aplicação da medida de prestação de serviços comunitários. O adolescente cumpriu a medida por quatro meses na Escola Municipal [nome da escola], organizando os espaços da biblioteca e do almoxarifado, todavia manteve o envolvimento infracional, optando pela conclusão da PSC motivado pelo receio da privação de liberdade. O técnico [nome do profissional], da Regional Venda Nova, acompanhou [nome do adolescente] e registrou a irregularidade da frequência do adolescente nos agendamentos feitos, assim como o não alcance da responsabilização de [nome do adolescente], que produzia discursos ideais durante os atendimentos, mas apresentava conduta contrária no território. [P281 – 18 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Diante disso,

A impossibilidade de aferir corretamente a transformação do adolescente a partir de seu comportamento na unidade não é percebida, assim, como limitação do próprio procedimento interpretativo, mas como evidência de que o adolescente pertence a um tipo impossível de transformar: o "estruturado no crime". Dessa maneira, os limites da ação institucional - nos casos em que o adolescente volta a cometer atos infracionais - são elaborados, novamente, a partir do recurso a fatores "estruturais": a medida pode não surtir o efeito pretendido porque o adolescente exibe o crime como condição permanente - porque é "estruturado no crime" - ou porque ele retorna ao "meio" causador da prática. (Almeida, 2016: 225)

Dessa forma, os técnicos do socioeducativo acabam recorrendo a explicações holistas e atomistas para justificar a reincidência. É essa a forma pela a qual “o Estado constrói, desde a margem, a distinção entre aqueles que são aptos a voltar para o convívio da sociedade e os reincidentes” (MALVASI, 2012: 261). Diante do exposto, é possível visualizar nos procedimentos adotados pelos técnicos do socioeducativo na construção do PIA um alinhamento a ideais disciplinares que visam corrigir e produzir sujeitos dóceis e conformistas, além do emprego de táticas de gestão populacional e condução e alinhamento das condutas aos interesses e razões do Estado (FOUCAULT, 1997).

No PIA, o sujeito transformado em caso, torna-se um objeto passível de ser individualizado, medido, categorizado, comparado e agrupado segundo suas qualidades, competências e aptidões, o que demonstra concretamente a incorporação de conhecimentos médicos, pedagógicos, psicológicos e outros aos saberes jurídicos. Essa situação pode levar à estruturação daquilo que Garland (2009) chama de 'criminologia do outro', isto é, na qual impera o ideal lombrosiano de que adolescentes mal socializados, vítimas de processos de acúmulo de desvantagens de vários tipos ou violentos seriam anormais, criminosos em sua essência e, portanto, irrecuperáveis. Nesse sentido, o processo de cumprimento de uma medida socioeducativa e as constantes avaliações feitas pelos técnicos podem engatilhar processos de sujeição criminal (MISSE, 2008)

Por outro lado, a ênfase na dimensão pedagógica da responsabilização traz à baila a questão da agência. Coloca-se, assim, o jovem como alguém que explora individualmente os riscos, as perdas, e as benesses de suas escolhas, isto é, um empreendedor de si (MALVASI, 2012), um hedonista racional (GARLAND, 2009) ou mesmo um sujeito reflexivo. Temos, dessa forma, uma 'criminologia do eu' que faz do ofensor um consumidor racional, perfeitamente igual a qualquer outra pessoa (GARLAND, 2009). Há aqui a ideia de que o cometimento de um crime é fruto de situações específicas e que, alterando as condições dessa situação, o agente faria escolhas diferentes.

Dessa forma, o PIA pode efetivamente significar uma oportunidade para que o adolescente se posicione diante de sua história particular onde se insere a prática do ato infracional e suas consequências para seu processo de formação da identidade pessoal e social. Assim, a abordagem biográfica do PIA pode ter efeitos semelhantes a abordagem autobiográfica que Shaw (2013) propôs a Stanley, resultando na interrupção de sua trajetória infracional.

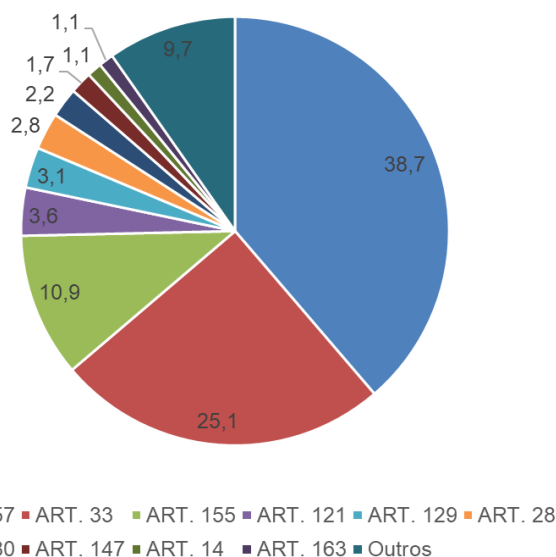
Fora do reino das especulações, um material com orientação biográfica, como é o PIA, pode certamente nos trazer algum entendimento sobre os pontos de vista dos adolescentes, os contextos em que vivem e aos quais são responsivos e as sequências de eventos e experiências vivenciados por eles (SHAW, 2013). Desse modo, é com base no PIA que buscaremos explorar a perspectiva do curso de vida no intuito de identificar eventos e fatores inseridos no curso de vida de adolescentes com passagens pela Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte que estão associados ao início e à consolidação de trajetórias infracionais. Dessa forma, a seguir discutiremos e operacionalizaremos a variável trajetória infracional.

4.3 - Trajetória Infracional

Definimos a trajetória infracional como uma sequência longitudinal de infrações cometidas por um indivíduo e que pode ser descrita através de quatro dimensões: participação, frequência, seriedade e duração (BENSON, 2012). A participação descreve a parcela da população que se engaja nesse tipo de atividade. No caso do presente trabalho, a participação é compreendida como passagem pelo Sistema de Justiça Criminal, sendo assim uma dimensão dada de nossa análise. De mesmo modo, a duração é uma dimensão que não levaremos em conta, uma vez que somente uma pesquisa longitudinal prospectiva poderá revelar a extensão da trajetória infracional dos adolescentes aqui considerados.

No momento da construção do PIA, 49,6% dos jovens da amostra cumpriam medida socioeducativa por atos infracionais análogos aos crimes de roubo (Art. 157) ou furto (Art. 147) e 25,1% cumpriam medida por ato análogo ao crime de tráfico de drogas (art.33).

Gráfico 4 - Distribuição dos adolescentes segundo ato infracional que ocasionou sua última passagem pelo Sistema de Justiça Juvenil

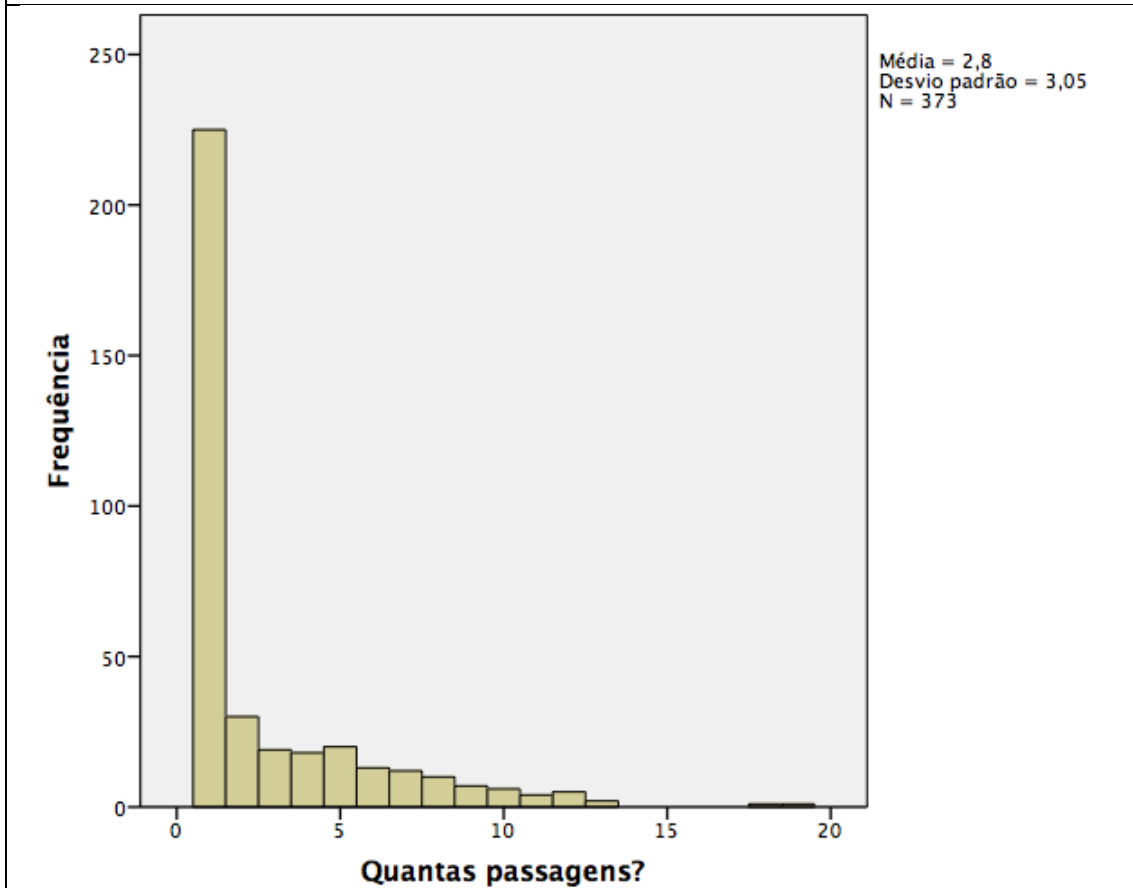


Fonte: Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção (CRISP/UFGM, 2018)

A frequência diz respeito ao número de vezes que o indivíduo foi incriminado pela polícia. Nessa dimensão, incluímos na contagem, além de processos que já receberam uma medida socioeducativa, ações pendentes (ainda não julgadas) e remissões (situação na qual

o Ministério Público decide não denunciar o adolescente). Trata-se de uma variável discreta que varia entre 1 e 19. Apesar de 60,3% dos adolescentes possuírem apenas uma passagem ($f=1$), a média observada foi de 2,8 e o desvio padrão 3,05. O histograma abaixo demonstra a distribuição da frequência.

Gráfico 5 – Histograma da distribuição dos adolescentes segundo a frequência de passagens pelo Socioeducativo



Fonte: Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção (CRISP/UFMG, 2018)

A seriedade é um parâmetro para entender o potencial ofensivo dos indivíduos. Compreender como a seriedade influencia o comportamento desviante é importante para entender progressões desenvolvimentais na trajetória infracional. Sabemos que embora a maior parte dos adolescentes desistem das trajetórias infracionais, uma pequena parte continua essa trajetória através da vida adulta, cometendo atos cada vez mais graves. (FARRINTONG, 1986, BLUMSTEIN ET AL, 1988, LE BLANC; LOEBER 1988, SAMPSON E LAUB, 2005) Desse modo, identificar passos desenvolvimentais relacionados à escalada de seriedade parece ser um bom e grande desafio de pesquisa.

Há um relativo consenso cultural compartilhado por várias sociedades que comportamentos agressivos, violentos ou lascivos representados em crimes como ameaça, agressão, estupro, assassinato e roubo têm caráter mais gravoso. No entanto, a elaboração de uma escala de gravidade de infrações pode se tornar mais difícil quando procuramos classificar os crimes de média seriedade, uma vez que diferenças culturais e divergências sobre os padrões normativos podem afetar a percepção da gravidade de determinados atos. Isso pode ser percebido, por exemplo, no caso do consumo de álcool que é algo absolutamente trivial nas sociedades ocidentais, mas é proibido em várias sociedades islâmicas e também no caso do consumo de álcool por adolescentes em nossa sociedade, que embora seja ilegal, não representa necessariamente uma afronta à moral.

Apesar das dificuldades, diferentes soluções foram apontadas para mensurar e hierarquizar os crimes segundo sua seriedade. A solução mais tradicional consiste em operacionalizar essa variável, partindo de pesquisas de percepção pública. No entanto, essa forma de medir a seriedade dos crimes tem como ponto de fragilidade a volatilidade da opinião pública que pode mudar conforme o calor dos acontecimentos e de acordo a publicização de atos isolados pela imprensa. Outra solução possível é hierarquizar a seriedade dos crimes com base nos custos que as infrações geram para as vítimas e a sociedade de maneira ampla. Porém, essa opção esbarra na dificuldade de mensurar em termos de custos e de fenômenos primordialmente subjetivos como a dor ou o sofrimento (RAMCHAND ET AL; 2008).

Por fim, autores como Sherman et al (2016) sugerem a necessidade da articulação entre o crime e a pena na definição da seriedade. Assim, esses autores adotam como parâmetro da seriedade de um crime, o número mínimo de dias de prisão que um determinado ato ensejou. Isso nos leva a compreender o fenômeno do crime como algo relacional, uma vez que liga o ato à resposta dada a ele pelo Sistema de Justiça Criminal.

Consideramos que a solução de Sherman e colegas (2016) é teoricamente alinhada com a concepção sociológica do desvio e metodologicamente parcimoniosa. Dessa maneira, tomamos emprestado sua orientação de articular crime e pena para o cálculo de nossa própria escala de seriedade. Esta, conforme discutido no capítulo 3 (Mais exatamente em “As medidas socioeducativas e sua aplicação”), classifica as medidas socioeducativas segundo sua aproximação com os polos punitivo ou pedagógico. Assim, quanto maior o caráter punitivo de uma medida socioeducativa, maior a pontuação em nossa escala.

Antes de prosseguir, alguns detalhes são dignos de nota. Em primeiro lugar, estamos tomando como pressuposto os achados de Oliveira (2016) que apontam ao mesmo tempo uma proporcionalidade das medidas socioeducativas impostas em relação ao ato infracional praticado e uma modulação dessa proporcionalidade de acordo com vieses de classe, raça e moralidade. Assim, adolescentes de determinados estratos sociais e raciais - brancos, não-usuário de drogas, do sexo feminino - são menos punidos do que adolescente de outros estratos sociais e raciais - não-brancos, usuários de drogas, do sexo masculino.

Em segundo lugar, embora o ECA elenque a medida de obrigação de reparar o dano, sua aplicação não foi verificada em nossa amostra, de modo que excluímos essa medida de nossa escala. Finalmente, é importante apontar que verificamos um número significativo de remissões em meio aos casos que compõe nossa amostra. Em muitos casos, essas remissões surgem após a aplicação da medida mais gravosa, de modo que podemos interpretar que a decisão do procurador em não denunciar um ato ao juiz se deva ao fato de que o adolescente já cumpra a medida mais gravosa (OLIVEIRA, 2016). Nesse contexto, decidimos incorporar a remissão à nossa escala, ainda que com a pontuação mais baixa. Mesmo que não seja uma medida socioeducativa, a remissão indica um evento de contato entre um adolescente e o socioeducativo.

Tendo em vista essas observações, nossa escala adquiriu a seguinte forma:

Tabela 6 – Escala de Pontuação das Medidas Socioeducativas	
Resultado do Processo	Pontuação
Remissão	1
Advertência	2
Liberdade Assistida	3
Prestação de Serviço à Comunidade	4
Semiliberdade	5
Internação	6

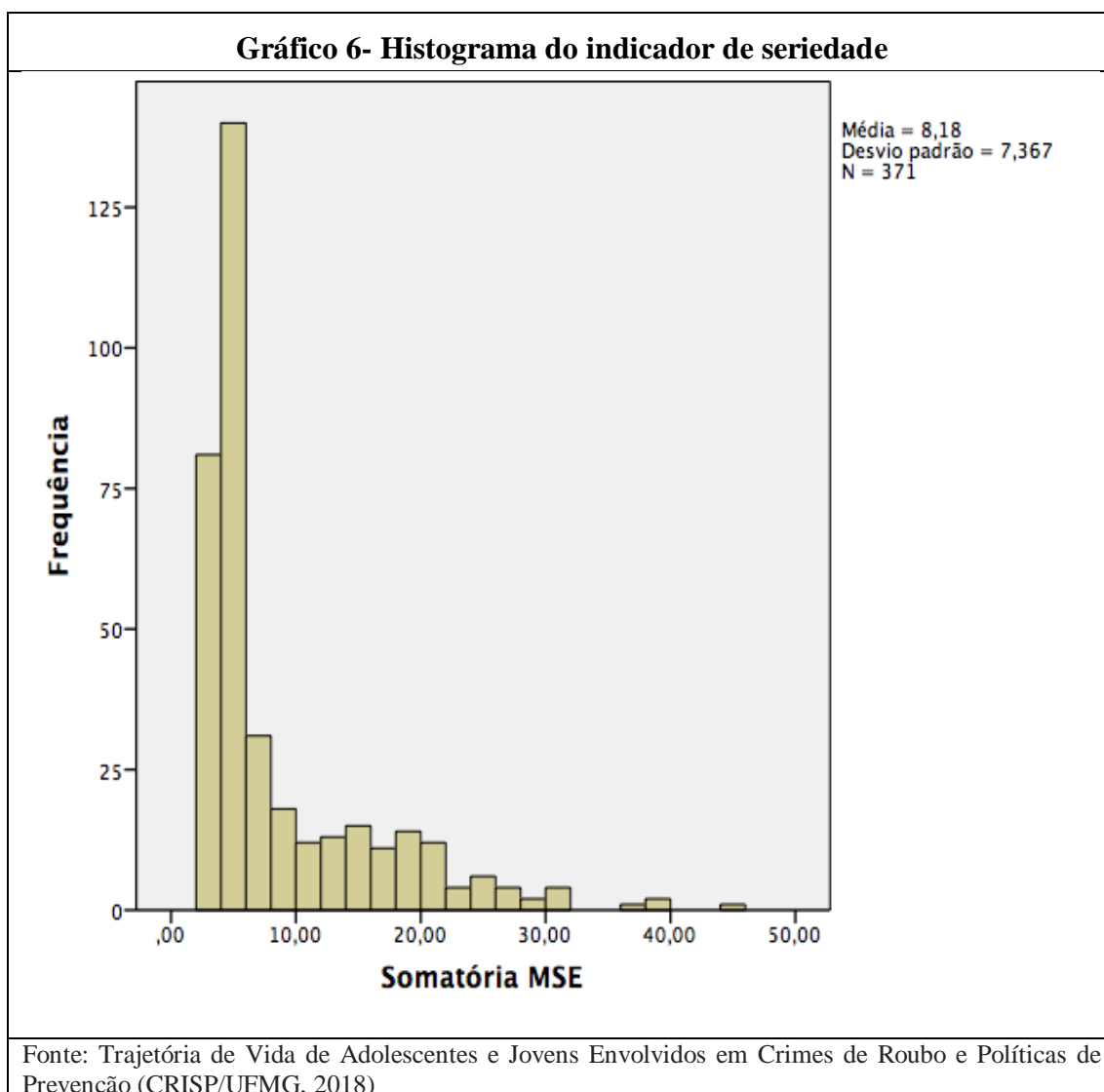
Dessa maneira, para cada ato que produziu um processo que foi finalizado, seja por meio de uma remissão ou por meio de condenação, o adolescente recebe uma pontuação correspondente. Verificamos que o número de condenações na amostra varia entre uma e dezoito, de modo que computamos 18 variáveis relativas a condenações. Isso significa o adolescente que possui somente uma condenação computará somente o valor referente a medida socioeducativa recebida, enquanto o adolescente que apresentou 18 condenações computará o valor de cada uma das 18 medidas socioeducativas recebidas. A tabela abaixo

traz a amplitude de valores, a média e o desvio padrão para cada uma das 18 variáveis relativas às decisões no âmbito do Sistema de Justiça Juvenil.

Tabela 7 - Estatísticas descritivas das medidas socioeducativas recebidas					
Estatísticas descritivas					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
MSE1	357	1,00	6,00	3,48	1,11
MSE2	130	1,00	6,00	3,27	1,46
MSE3	103	1,00	6,00	3,35	1,68
MSE4	82	1,00	6,00	3,61	1,83
MSE5	63	1,00	6,00	3,59	1,96
MSE6	41	1,00	6,00	3,71	2,10
MSE7	33	1,00	6,00	3,18	1,94
MSE8	23	1,00	6,00	4,52	1,88
MSE9	15	1,00	6,00	3,93	2,15
MSE10	10	1,00	6,00	3,00	2,40
MSE11	3	1,00	6,00	3,00	2,65
MSE12	4	1,00	6,00	4,75	2,50
MSE13	2	1,00	1,00	1,00	0,00
MSE14	2	2,00	6,00	4,00	2,83
MSE15	2	2,00	5,00	3,50	2,12
MSE16	1	1,00	1,00	1,00	
MSE17	1	2,00	2,00	2,00	
MSE18	1	2,00	2,00	2,00	

Fonte: Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção (CRISP/UFMG, 2018)

Somando a pontuação de cada indivíduo em cada uma dessas variáveis, obtemos nosso indicador de seriedade cujo menor valor é 3 e o maior valor é 45. A mediana assumiu o valor 4, a média foi de 8,2 e o desvio padrão de 7,36. O histograma abaixo demonstra a distribuição desse indicador. Podemos perceber a concentração dessa distribuição à esquerda, o que indica a predominância de valores mais baixos.

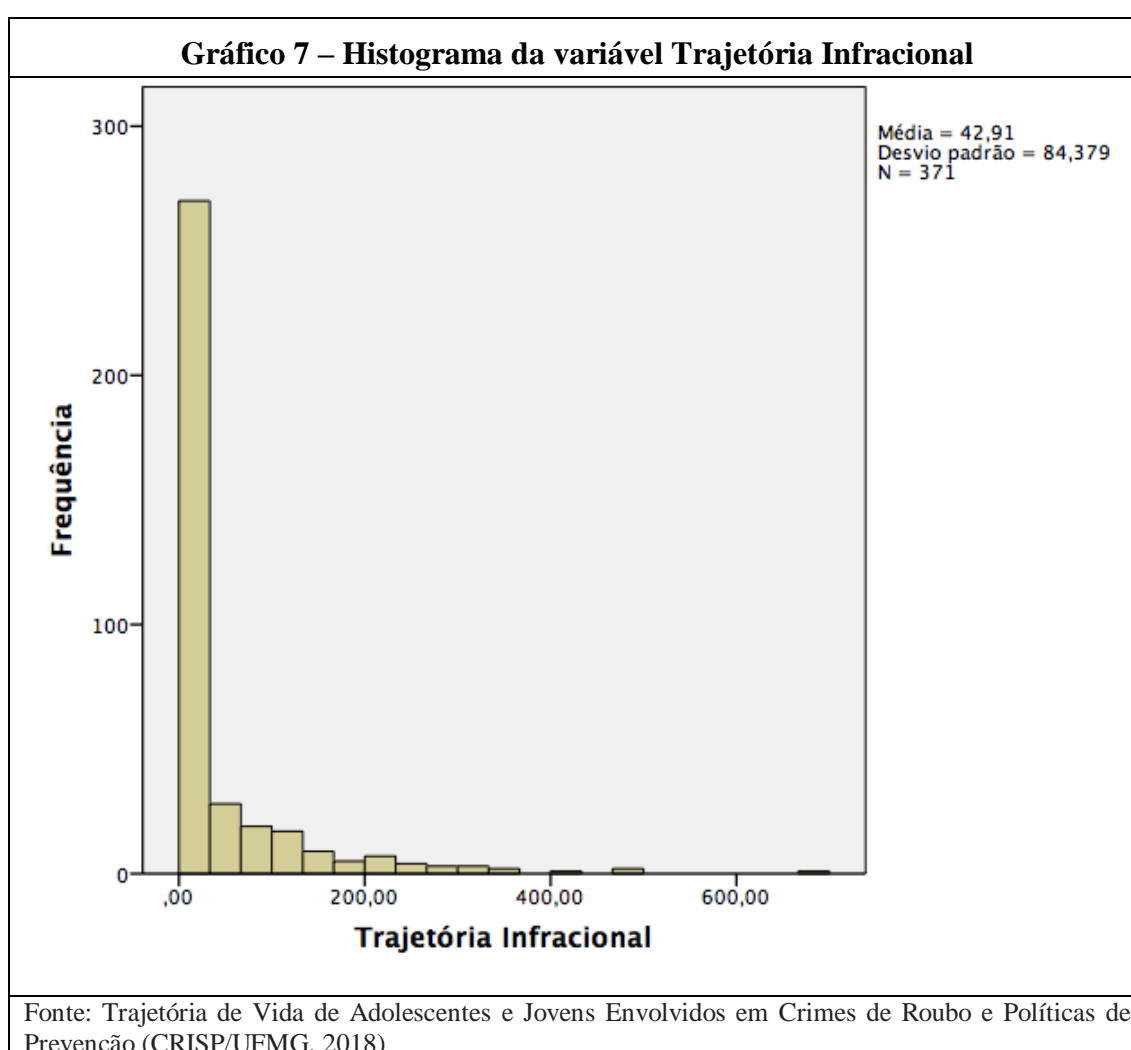


Consideramos que a trajetória infracional pode ser sintetizada através da multiplicação entre a frequência (f) e o somatório da pontuação relativa às medidas socioeducativas (MSE) recebidas pelos adolescentes da amostra. Dessa maneira, a trajetória infracional (TI) para o indivíduo i é obtida por ponderar o total de gravidades das medidas socioeducativas (MSE) e a respectiva frequência (f) que esse adolescente i foi encaminhado para o CIA, conforme a expressão abaixo:

$$TI_i = MSE_i \times f_i = \sum_{j=1}^{18} m_j \times f_i$$

Em que i indexa o adolescente, j indexa a medida socioeducativa, e m_j representa a nota atribuída à medida socioeducativa j , que varia de 1 a 6, e portanto, o total de gravidades

das medidas socioeducativas (MSE_i) assumirá o valor mínimo de 18 e o máximo de 108. O indicador obtido através dessa operação possui o valor mínimo de 3 e o máximo de 684, sendo a mediana 4, a média 42,9 e o desvio padrão 84,37. No que tange à distribuição dos adolescentes dentro desse indicador, constatamos que 56,1% deles receberam uma nota entre 3 e 5 e que cerca de 75% dos jovens pontuaram abaixo da média. Isso significa que muitos adolescentes cometeram poucos atos de pequena gravidade, enquanto poucos adolescentes cometeram muitos atos com uma seriedade cada vez maior. A distribuição da variável trajetória infracional pode ser conferida no histograma abaixo.



Como podemos perceber, trata-se de uma variável que dispõe em um espectro contínuo desde os adolescentes que possuem menos passagens e cometeram atos julgados como menos gravosos até os adolescentes que possuem um grande número de passagens com maior seriedade. Dessa maneira, a comparação entre os adolescentes que se encontram nas duas extremidades dessa distribuição pode se apresentar como um exercício interessante,

uma vez que o aumento da trajetória infracional é um fenômeno processual. Em outras palavras, aqueles que possuem uma grande trajetória infracional já a possuíram em menor grau e nem todos aqueles que a possuem em menor grau irão dar continuidade ao desenvolvimento dessa trajetória.

Isso relaciona-se com a discussão realizada no capítulo 1 sobre o desenvolvimento e a desistência da trajetória infracional e a controvérsia teórica sobre a possibilidade da mudança individual e seus condicionantes psicológicos e sociais (HIRSCHI; GOTTFREDSON, 1990) (MOFFIT, 1993) (SAMPSON; LAUB, 1997,2005). No entanto, o material com o qual trabalhamos permite apenas a exploração da dimensão da continuidade. Neste sentido, assumimos como um de nossos objetivos de pesquisa identificar alguns eventos e fatores associados que ajudam a explicar por que alguns adolescentes realizam apenas atos ocasionais, enquanto outros assumem trajetórias infracionais crônicas.

Apesar de essa ser uma questão clara, ela esconde uma imprecisão no que tange à possibilidade de se estabelecer um limite objetivo que permita distinguir trajetórias infracionais ocasionais e crônicas. Estudos que se dedicaram a explorar o mesmo problema, como os de Wolfgang et al (1972) e Conseur et al (1997) estabeleceram que aqueles que possuísem pelo menos 5 passagens pelo Sistema de Justiça integrariam o grupo dos crônicos. No entanto, consideramos que estabelecer um critério levando em conta somente a dimensão da frequência é uma solução reducionista, uma vez que para cada ato praticado há uma medida de seriedade correspondente que em nosso caso é mensurada pela penalidade aplicada pelo Sistema de Justiça Juvenil.

Cientes de que a escolha de um critério de distinção entre ocasionais e crônicos é uma decisão altamente arbitrária, tomamos a decisão metodológica de dividir a distribuição de nossa variável dependente em dois grupos, tomando como referência a média que assumiu o valor de 42,91. Essa decisão se justifica uma vez que a média é uma medida de tendência central que sumariza um conjunto de dados, além de ser parâmetro objetivo. Assim, passamos a considerar os 279 adolescentes (75,2%), que obtiveram uma pontuação entre 3 e 42, como integrantes do grupo de ocasionais; e os 92 jovens (24,8%), que pontuaram entre 44 e 684, como integrantes do grupo de crônicos. Logo, definimos nossa variável resposta como uma variável binária em que o grupo dos crônicos é a categoria de referência (=1).

Com o objetivo de verificar a existência de alguma associação estatística entre as variáveis que compõem nossos eixos explicativos e a pertença aos grupos ocasional ou crônico, utilizamos o software SPSS para construir tabelas de covariância e realizar os testes

qui-quadrado e t. As tabelas covariância e os resultados dos testes podem ser checados no anexo.

Ao comparar os grupos de ocasionais e crônicos, buscamos observar se as médias da população ou proporções da população diferem entre os grupos. Quando as médias ou proporções não diferem entre os grupos, dizemos que as variáveis são estatisticamente independentes. Por outro lado, se verificadas discrepâncias nas médias e proporções, falamos que as variáveis são estatisticamente dependentes, ou seja, associadas.

A associação estatística entre a variável resposta e as variáveis explicativas é atestada pelo teste qui quadrado no caso das variáveis relativas às proporções (categóricas), e pelo teste t para as variáveis contínuas (que possuem média). Em ambos os casos as evidências de associação nos são dadas através do cálculo do valor p. Quando o valor p assume um valor muito pequeno ($p < 0,05$), admitimos a forte evidência de associação entre duas variáveis. Se o valor p tem um tamanho moderado ($p < 0,10$), admitimos a possibilidade de que exista alguma associação. (AGRESTI; FINLAY, 2012)

Além disto, buscamos explicitar as formas pelas quais a variável resposta e as variáveis explicativas estão associadas laçando mão dos dados qualitativos. Desse modo, nossa intenção é tornar claros os mecanismos através dos quais certos eventos e fatores podem influenciar no desenvolvimento e na continuidade de trajetórias infracionais. (ELSTER, 1994)

5 - Trajetórias Infracionais Ocasionais e Crônicas

A partir deste momento, realizamos uma análise integrando as perspectivas metodológicas quantitativas e qualitativas. Essas análises foram constituídas através da mobilização dos eixos explicativos desenvolvidos ao longo do capítulo “Trajetórias Juvenis, Criminalidade e Sistema de Justiça Juvenil”. Desse modo, trataremos a seguir do papel das sociabilidades no início e continuidade das trajetórias infracionais, sendo as próximas seções dedicadas às temáticas da precariedade material, da exposição à institucionalidade pública e da sujeição criminal. Ao fim, apresentaremos dois modelos de regressão logística com o intuito de integrar as análises desenvolvidas ao longo deste capítulo.

5.1 - Sociabilidade

O primeiro eixo explicativo explorado se refere às formas tomadas pelas relações sociais. Essas relações sociais são estruturadas em redes de interdependência que perduram ao longo do tempo e exercem algum tipo de controle sobre os indivíduos ao incentivar ou restringir alguns atos, comportamentos, ou o desempenho de papéis sociais, impactando assim na formação da identidade ou da autoimagem de um sujeito. (GRANOVETTER, 1985) (ELIAS, 2008) (GOFFMAN, 2008). Considera-se que o comportamento desviante, assim como qualquer outro, é aprendido na interação social especialmente com os grupos primários de convivência (SUTHERLAND, 1960). Akers (1976) considera que esse aprendizado se dá através da imitação e do reforço realizado através de punições e recompensas, fazendo com que os indivíduos internalizem certas definições que podem ser favoráveis ou não ao cometimento de atos desviantes. Essas definições se apresentam como um conjunto de orientações, justificativas, habilidades e práticas relacionadas ao comportamento do grupo que proíbem alguns comportamentos e prescrevem outros.

Para compreender um pouco sobre as diferentes sociabilidades existentes e sua interação com o desenvolvimento e a continuidade das trajetórias infracionais recortamos a discussão em três partes: família, pares e relações de gênero.

FAMILIA

As formas adquiridas pelas relações sociais podem também ter impactos no desenvolvimento de trajetórias infracionais. Segundo Warr (1993), os vínculos familiares podem atuar como fatores protetivos no que diz respeito ao desenvolvimento destas trajetórias. No entanto, é preciso considerar que existem diferentes formas de mensurar, compreender e explicar a associação entre as relações familiares e o início e desenvolvimento de uma trajetória infracional.

Uma forma de mensuração quantitativa possível é tipo de arranjo familiar, esta é uma variável binária que foi operacionalizada de quatro maneiras. Na primeira delas, os adolescentes que residem com pai e mãe são a categoria de referência (=1). Estes representam uma diminuta parte em ambos os grupos, sendo que o grupo dos ocasionais apresenta uma proporção maior desse tipo de arranjo familiar. O p valor correspondente a 0,140 sugere que a pertença a um dos grupos independe da residência com ambos genitores. Na segunda operacionalização os jovens que residem apenas com os genitores são a categoria de referência (=1). Observamos que essa categoria se distribui de maneira semelhante em ambos os grupos. O p valor de 0,897 sugere a independência entre este tipo de arranjo familiar e a pertença ao grupo dos crônicos.

Na terceira operacionalização, os jovens que residiam apenas com as mães são a categoria de referência (=1). Podemos perceber uma maior prevalência desse tipo arranjo familiar entre os crônicos do que entre os ocasionais, mas, apesar disso, o p valor de 0,110 está ligeiramente acima de nosso intervalo de confiança. Isso indica que pode não haver discrepância entre os grupos com relação a esse tipo de arranjo familiar. Por fim, na última operacionalização do arranjo familiar, comparamos os grupos de crônicos e ocasionais segundo as proporções de jovens que não residiam com nenhum dos pais. Chama a atenção a existência de uma maior proporção de jovens que não residem com nenhum dos pais entre os ocasionais. No entanto, o p valor alto (0,503) indica não haver diferença entre ocasionais e crônicos com relação a não residência com nenhum dos pais.



Outra forma de compreender as relações familiares pode se dar qualitativamente. Observando o grande número de famílias monoparentais e de adolescentes que residem com membros da família extensa, nos parece que uma questão salutar para explicar o início e o desenvolvimento de uma trajetória infracional é a qualidade dos vínculos estabelecidos nesta

esfera. Vínculos familiares mais estáveis podem funcionar como fatores protetivos contra a consolidação de trajetórias infracionais. Por outro lado, vínculos familiares instáveis ou frágeis podem conduzir os indivíduos à consolidação de uma trajetória infracional. Assim, durante a análise de conteúdo buscamos capturar os eventos acontecidos em âmbito familiar a fim de verificar a existência de diferenças entre ocasionais e crônicos quanto à qualidade dos vínculos estabelecidos no âmbito familiar.

Percebemos que, em muitos casos, os adolescentes são frutos de relacionamentos fortuitos, sendo que no momento em que a gravidez é descoberta, o genitor opta por abandonar o vínculo com a genitora ainda grávida. Essa situação pode representar uma sobrecarga de responsabilidade sobre as genitoras, que passam a ter que desempenhar sozinhas e simultaneamente os papéis de supervisão e provimento. Isto favorece o empobrecimento da família e também a redução da capacidade de supervisão, o que pode levar um indivíduo a desenvolver uma trajetória infracional.

A mãe conta que se relacionou com o pai de [nome do adolescente] pouco menos de um ano, que [nome do genitor] registrou o filho, mas não manteve contato e tão pouco auxiliou financeiramente [P352 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

[nome do adolescente] é filho biológico do Sr. [nome do genitor], entretanto, este abandonou a genitora do adolescente quando descobriu que ela estava grávida [P29 – 16 anos, Crônico, Masculino, - , Reside com a mãe, 7 E.F.]

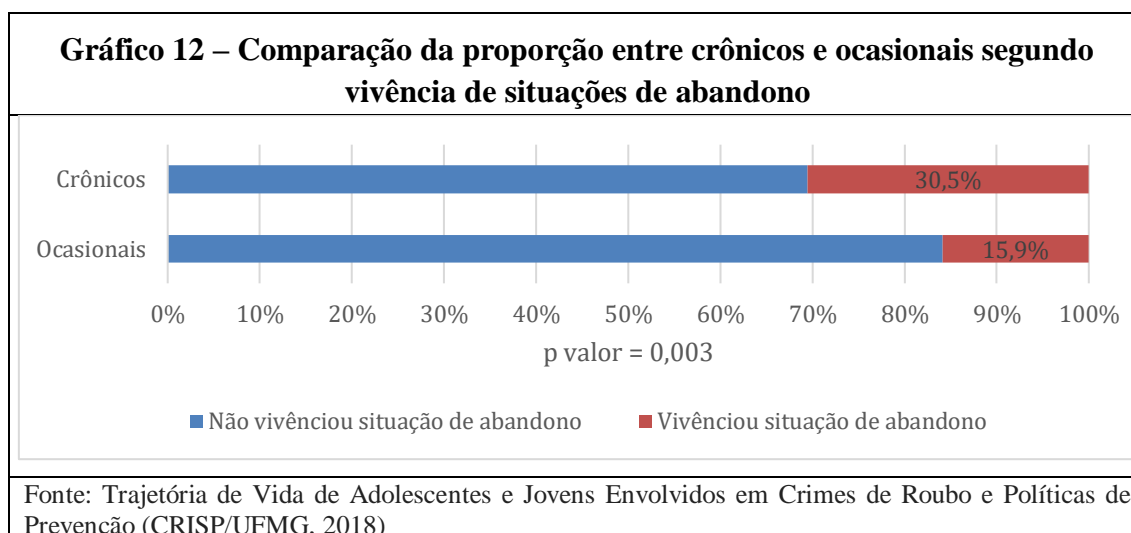
O pai de [nome do adolescente] desapareceu desde o seu nascimento e nunca ofereceu nenhuma ajuda material ao filho [P265 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Em outros casos, situações de abandono fazem com que membros da família extensa, especialmente as avós, se responsabilizem pelos jovens. Isto também pode significar uma situação de pressão econômica, uma vez que a velhice está associada a uma diminuição dos rendimentos aferidos pelo trabalho.

Quanto à mãe de [nome da adolescente], Sra. [nome da avó da adolescente] disse que ela foi embora quando [nome da adolescente] tinha apenas 04 meses de vida e nunca mais voltou. [P28 – 16 anos, Ocasional, Feminino, - , Reside com a avó, 1 E.M.]

[nome do adolescente] mora com a avó e sua tia. A mãe de [nome do adolescente] saiu de casa quando o adolescente tinha 7 anos. Ela nunca demonstrou interesse em se aproximar e cuidar do filho, e quando [nome do adolescente] nasceu ela tentou doar seu filho para a adoção, fato este que foi impedido pela sua avó, [nome da avó do adolescente]. A avó conta que sua filha nunca deu atenção ao neto e que assumiu a criação do adolescente. [P147 – 16 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com a avó, 1 E.M.]

Quando quantificamos as menções a situações de abandono em meio aos casos analisados, percebemos que uma prevalência duas vezes maior desse tipo de evento entre os integrantes do grupo crônico. O p valor muito pequeno ($< 0,05$) sugere uma associação entre a vivência de situações de abandono e a pertença ao grupo crônico.



A morte por causas naturais de um familiar -especialmente de um dos genitores - também é um evento que pode fragilizar os vínculos familiares, representando um ponto de virada para os adolescentes. A perda de um familiar pode configurar um evento traumático a partir do qual se destacam inúmeras consequências. Além das consequências econômicas, pode também significar uma situação de perda de referências capaz de desarticular os controles intrafamiliares. Além disso, a dificuldade na elaboração do luto pode conduzir os sujeitos a situações de risco.

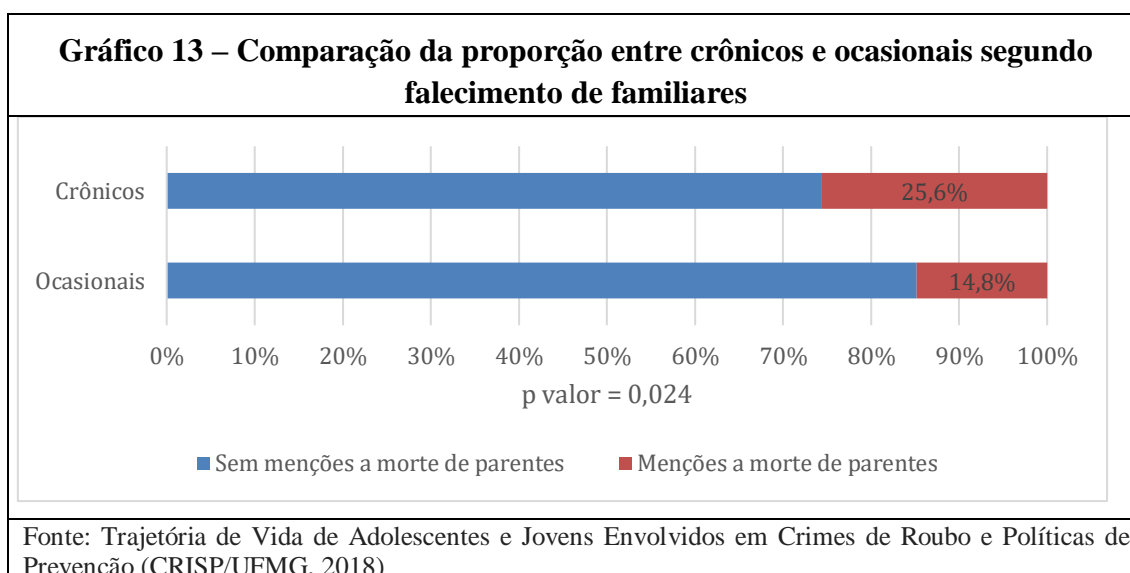
Sua irmã alega que [nome do adolescente] não superou a perda dos pais, a partir deste episódio, começou a dar problemas, afirma que quando iniciou o uso de drogas e o tráfico, passava grande parte do tempo na rua, voltava para casa apenas para dormir. [P 2 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a avó, 9 E.F.]

Além da influência do irmão, a tia, acrescenta que o falecimento da mãe também contribuiu para a vinculação de seu sobrinho com tal prática. Diz que ele ficou mais retraído, perdido e como não tinha mais a mãe para impor limites, passou a permanecer mais tempo nas ruas. “Ele ficou mais solto depois da morte dela”. [P 4 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 9 E.F.]

Ressaltou que o filho era praticante de taekwondo e que após o falecimento da mãe, abandonou a prática de esporte, período em que começou a envolver-se com situações ilícitas. [P84 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

Sra. [nome da genitora] relata que após o falecimento do seu esposo, o [nome do adolescente] passou a se posicionar de forma diferente, não participava das atividades da escola. Não soube detalhar, mas afirma que o adolescente tinha uma relação boa com seu pai. [P114 – 17 anos, Crônico, Masculino, - , Reside com a mãe, 6 E.F.]

Através da quantificação das menções as mortes de familiares, percebemos que este também é um evento mais recorrente entre os crônicos do que entre os ocasionais. A seguir, apresentamos um gráfico que agrega todas as menções a mortes de integrantes da família nuclear (pai, mãe, irmãos, avós). O p valor atesta que essa diferença é estatisticamente significativa e fornece indícios de uma associação entre a pertença ao grupo crônico e o falecimento de um familiar.



Constatamos também muitos relatos de divórcio, especialmente durante a infância de nossos sujeitos de pesquisa. Apesar disso, é importante salientar que esse evento nem sempre conduz a situações de quebra dos vínculos, abandono afetivo ou financeiro.

Vale ressaltar que os pais de [nome do adolescente] se separaram quando este estava com três anos de idade e, desde então, dividem a guarda dos filhos amigavelmente. [P109 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 6 E.F.]

Em conversa com o genitor do adolescente, o mesmo relata que ele e a esposa são separados, mas residem na mesma casa e têm uma relação amigável [P123 - 16 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com pai e mãe, 4 E.F.]

Os pais são separados há 9 anos e o pai, embora não resida com os filhos, é presente e afetuoso [P290 – 16 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com a mãe, 1 E.M.]

A mãe relata que teve um bom relacionamento com ele, que era um homem bom e tranquilo e chegou a pagar pensão aos filhos após a separação. [P305 – 17 anos, Crônico, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Deste modo, mais do que o simples acontecimento, a forma como este evento se processa pode funcionar como uma contingência importante associado ao início e desenvolvimento de trajetórias infracionais. Quando um distanciamento ou mesmo um abandono se processa em consequência do divórcio, este pode representar um ponto de virada capaz de colapsar o controle intrafamiliar, além de alimentar sentimentos como os de rejeição ou revolta nos jovens, o que pode gerar consequências relevantes nos cursos da vida, como a necessidade ou anseio de antecipação do desempenho de papéis relacionados à vida adulta ou ao início de uma trajetória infracional.

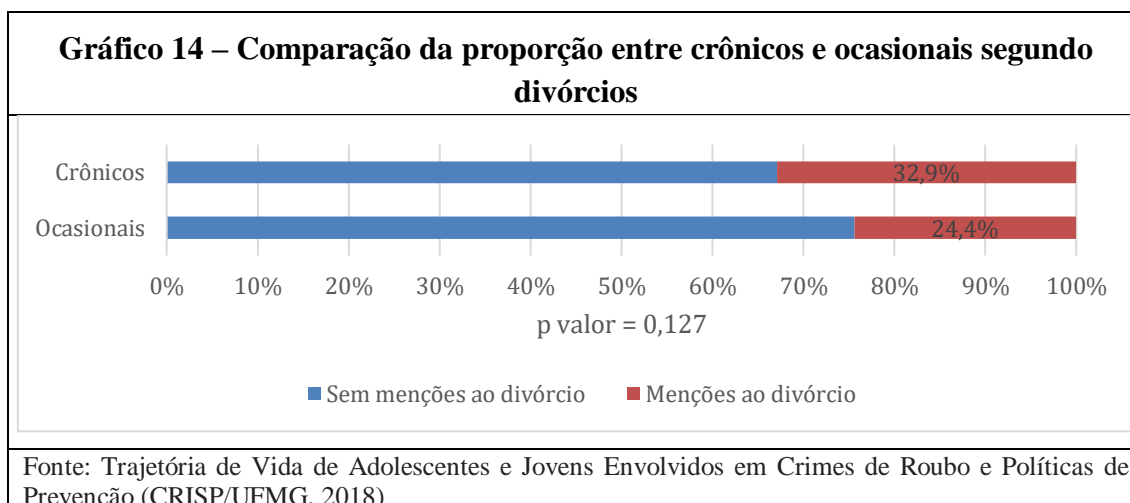
Os pais são separados há 11 anos e a relação com ele está rompida. Segundo o adolescente, ele tem muita mágoa pelo pai que abandonou a família quando ele ainda era criança. [P127 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 2 E.M.]

Adolescente mostra ressentimento em relação ao pai: ‘pra mim eu sou muito mais homem que ele. Ele separou da minha mãe e não dá assistência nenhuma pra gente. É só minha mãe pra tudo.’ [P283 – 18 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com mãe, 7 E.F.]

No que tange ao genitor, coloca que estes são separados desde que [nome do adolescente] nasceu. Alegou ser fruto de um relacionamento que sua mãe tinha e que após a gravidez, seu genitor os abandonou [...] Diz não ter vínculo com o mesmo e que este sempre foi ausente em sua vida. Colocou que este o registrou, entretanto, não dava assistência financeira nem à genitora e nem a ele. O jovem, quando fala sobre seu genitor, demonstra raiva e ressentimento frente a essa situação. [P11 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

No que diz respeito a sua trajetória infracional, [nome do adolescente] contou que os pais se separaram quando ele tinha 14 anos: "ai eu comecei nessa vida. Comecei a usar droga. Eu fiquei mais livre na rua, antes meu pai não deixava. Depois que ele saiu eu fiquei na rua. Sem o pai a gente fica mais solto. A mãe fica trabalhando, aí você começa a mexer com trem errado e usar droga". [P70 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Ao transformar as menções aos eventos de divórcio em uma variável quantitativa, constatamos uma maior prevalência entre o grupo crônico. No entanto, o valor p indica não haver diferenças entre ocasionais e crônicos neste quesito.



Outro evento potencialmente responsável pelo afrouxamento dos vínculos familiares é a constituição de novas alianças matrimoniais por parte dos genitores. Estas podem se traduzir em situações abandono na qual os genitores optam por construir uma nova família sem a participação dos frutos das relações anteriores.

A história de vida do adolescente perpassa por momentos em que viveu com a mãe e com a avó materna. Quando [nome do adolescente] nasceu, viveu com a mãe até os 06 anos de vida na casa da avó materna, nesse momento a [nome da genitora] saiu da casa da mãe para viver com o companheiro na casa que construíram no lote onde reside a sogra, deixando seu filho com a avó, alegando que as casas eram próximas. [P136 – 17 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Segundo o parecer judicial, os pais de [nome do adolescente] são separados e ambos constituíram novas famílias e o adolescente parece não ter sido “lembrado” como membro de nenhuma delas: ambos os pais alegam terem que cuidar das suas respectivas famílias e trabalho e nenhum dos dois inclui [nome do adolescente] nestes cuidados. [P111 – 13 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 6 E.F.]

Os novos vínculos afetivos dos genitores também podem fragilizar as relações por conta da tentativa, por parte dos padrastos ou madrastas, de ocupar um papel de referência ou supervisão. Isto pode ser mal recebida pelos adolescentes, gerando situações de conflito. Além disso, notamos que em alguns casos os padrastos podem ser responsáveis por situações de abuso sexual e violência doméstica.

A relação de [nome do adolescente] com o padrasto é visivelmente conflituosa. O mesmo afirmou que é muito rígido na educação de [nome do adolescente], que já bateu bastante nele com o intuito de “consertá-lo”. [nome do adolescente] também relata esta relação conflituosa, ao mesmo tempo em que tem consciência que toda ação do padrasto visa apenas ao seu melhor. [P29 – 16 anos, Crônico, Masculino, - , Reside com a mãe, 7 E.F.]

Conforme relatório da internação anterior de [nome do adolescente], foi informado que o adolescente, após a separação dos pais, residiu com a genitora em [nome da cidade], Mato Grosso do Sul, a genitora contraiu uma nova união estável e [nome do adolescente] passou a conviver com o padrasto, vivenciando diversos conflitos com ele. [P194 – 17 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com o pai, 8 E.F.]

O jovem está morando com seu avô devido às dificuldades familiares com a companheira de seu pai. [P16 – 16 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com o avô, 6 E.F.]

Disse que durante seis anos foi abusada sexualmente pelo padrasto. Tentou denunciar a situação à genitora gravando em DVD a última investida do padrasto e deixou a gravação para que a mãe assistisse. No entanto, depois de tomar conhecimento do ocorrido, a genitora não se posiciona em favor da adolescente, culminando na saída desta de casa. [P240 – 16 anos, Ocasional, Feminino, Branco, Reside com a avó, 1 E.M.]

Voltando a temática do divórcio, apesar de este não ser um evento que distinga as trajetórias infracionais ocasionais e crônicas, as razões pelas quais estes acontecem nos oferece uma oportunidade de aferir algumas considerações sobre a qualidade dos vínculos estabelecidos no âmbito familiar. Destacam-se a presença de conflitos entre os genitores, muitas vezes motivados pelo uso abusivo de álcool e outras drogas e que, em alguns casos, se traduzem em episódios de violência doméstica. Também se verifica que o envolvimento com a criminalidade também é um fator que leva à interrupção dos vínculos matrimoniais entre os genitores dos adolescentes.

[nome do adolescente] conta que os pais separaram por brigas que tinham. Lembra ainda que a sua mãe fazia uso de bebida alcoólica e drogas e o seu pai não gostava de ver esta situação, o que acarretou a separação [P150 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com família extensa, 8 E.F.]

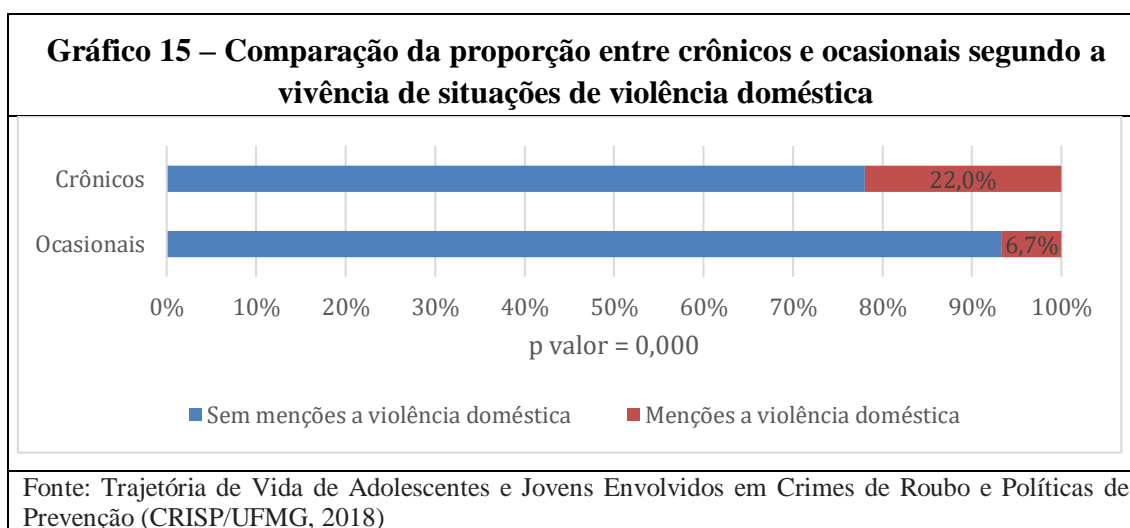
A genitora em atendimento corrobora as informações prestadas pelo filho, acrescentando que a dissolução de sua união com o genitor de [nome do adolescente], se deu em virtude do uso de drogas ilícitas, por parte daquele, somado a sua falta de responsabilidade para exercer o papel paterno [P53 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Os pais são separados há 16 anos, [nome do adolescente] chegou a conhecer seu pai, mas não mantinham contato. O genitor era usuário de drogas. Conforme Sra. [nome da genitora], ficaram casados 3 anos e motivo da separação era devido a violências psicológicas e física. [P124 – 17 anos, Crônico, Masculino, - , Reside com a mãe, 7 E.F.]

Do genitor, Sr. [nome do genitor], [nome da genitora] fala que o conheceu quando ainda era adolescente, aos 12 anos de idade, e viveram casados por 8 anos. Quando tomou conhecimento que o esposo fazia uso de drogas, resolveu separar. Disse que outro motivo da separação foram as constantes violências domésticas que sofria por parte do esposo. Cenas muitas vezes presenciadas por [nome do adolescente] e as irmãs [P348 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Por causa da bebida, relata que a mãe agredia o pai e há cinco anos ele não mora mais com a família. [P135 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Tendo mapeado estes eventos que nos parecem associados ao esgarçamento dos vínculos familiares, passamos a explorá-los, estando estes relacionados ou não ao divórcio. Ao operacionalizarmos uma variável quantitativa através das menções a situações de violência doméstica nos relatórios analisados, constatamos uma prevalência quase três vezes maior entre os crônicos do que entre os pertencentes ao grupo ocasional. Além disso, o p valor evidencia uma associação entre este evento e a pertença ao grupo crônico.



O uso de entorpecentes, por parte dos genitores, pode ser responsável pelo afrouxamento dos vínculos familiares, uma vez que, a adição e o abuso de substâncias conduzem a situações de negligência e também à violência doméstica. Essas situações também podem fazer com que membros da família extensa passem a se responsabilizar pela criação dos jovens e em casos extremos levá-los a experienciar uma trajetória de abrigo e vivência nas ruas.

Sobre o relacionamento de [nome do adolescente] com seu pai, a tia relata que este também é muito harmonioso, que seu sobrinho é bastante apegado ao pai e que [nome do adolescente] sempre cobrou juízo dele, pois segundo ela, o genitor também é alcoólatra e, muitas das vezes, não supria as necessidades financeiras de seus filhos. “Ele recebia bolsa família e outros benefícios e gastava o dinheiro todo com ele mesmo, com bebida e os filhos viam isso”. Acrescenta que o adolescente “sempre jogou na cara do pai que ele não dava nada”. [P4 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 9 E.F.]

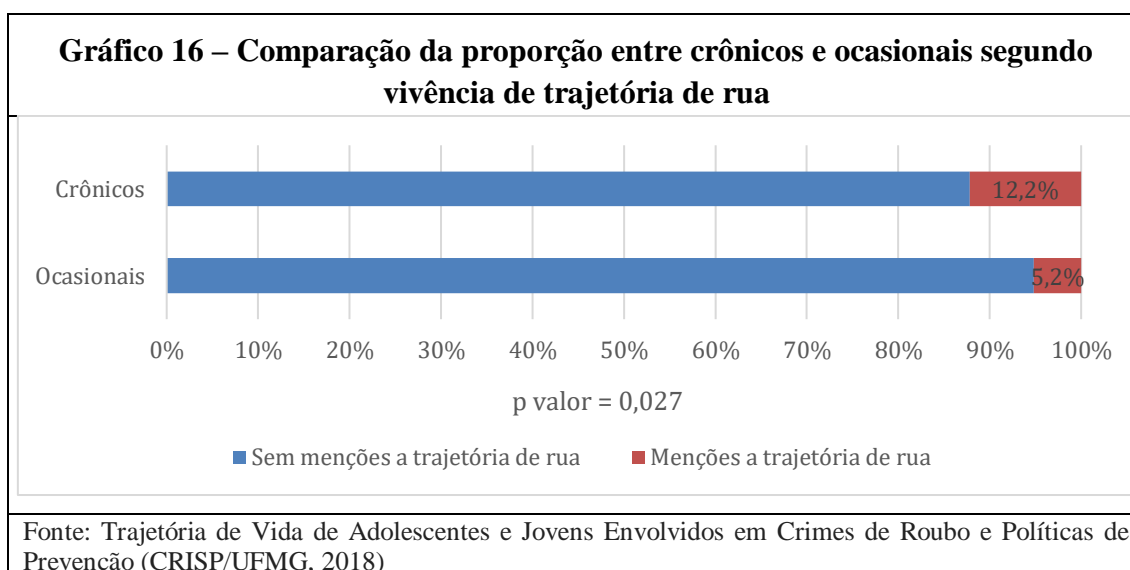
[nome do adolescente] durante os atendimentos falou sobre o pai. Disse que o Sr. [nome do genitor] faz uso abusivo de bebida alcoólica e, em algumas ocasiões, afirma que o genitor o agrediu. [P12 – 16 anos, Crônico, Masculino, -, Reside com o pai, 7 E.F.]

A mãe, [nome da genitora], perdeu a guarda dos filhos quando [nome do adolescente] ainda era pequeno, por ser usuária de drogas e estar sendo negligente no cuidado com os filhos. [P63 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a avó, 7 E.F.]

A genitora, Sra. [nome da genitora] apresenta trajetória de vida nas ruas, é usuária de crack e não tem contato com o filho. O jovem sabe que a mãe está com a vida nas ruas, mas não sabe como ajudá-la costuma encontrar ocasionalmente com essa. [P73 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a avó, EJA]

[nome da adolescente] tem trajetória de rua e de abrigo desde os 7 anos de idade, quando sua guarda foi retirada dos pais devido à situação de drogadição em que eles se encontravam submetidos. [P21 – 15 anos, Crônico, Feminino, Pardo, -, 6 E.F.]

Na quantificação das menções a situações em que os jovens vivenciaram trajetória de rua, observamos uma maior prevalência deste evento entre os jovens integrantes do grupo crônico. O p valor aponta forte indícios de uma associação entre a vivência desse tipo de situação e a consolidação de uma trajetória infracional acima da média. Isso pode se dar, uma vez que jovens em situação de rua podem ser mais vulneráveis à atuação dos agentes do Estado e ao aliciamento por pares desviantes.



Consideramos que esses eventos são relevantes na medida em que podem indicar processos de associação diferencial ocorridos no interior do ambiente familiar. Comportamentos desviantes, assim como quaisquer outros, são aprendidos por meio das interações sociais, especialmente com os grupos primários de convivência (SUTHERLAND, 1960). Ao ver os genitores ou familiares praticando ou sofrendo violência, consumindo entorpecentes e envolvidos na criminalidade, um sujeito encontra uma situação que favorece a naturalização e a reprodução desses atos. Além disso, essas situações podem deslegitimar

a autoridade dos genitores ou responsáveis, reduzindo a efetividade da supervisão parental ou dos demais membros da família.

O adolescente também teve influência do pai que era dependente químico e teve envolvimento com o crime. Segundo relatos de [nome da genitora], o pai do adolescente usava drogas na frente dos filhos e já chegou a incentivar [nome do adolescente] a fazer uso de maconha, dizendo que não havia problemas em experimentar drogas. [P35 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Segundo [nome do adolescente], durante a infância, o pai fazia uso de drogas na sua presença, contudo, à época não tinha certeza que essas substâncias eram ilícitas. Por causa das intervenções do pai frente ao vício do filho, a relação dos dois é bem fragilizada, tendo em vista que o pai não quer que o filho use drogas, mas “não dá o exemplo” [P67 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Outro ponto que parece relevante para compreender a identificação do adolescente com a criminalidade é o relacionamento com o irmão, [nome do irmão do adolescente], que também possuía envolvimento com o tráfico de drogas e foi assassinado em 2005. Ao dizer do irmão, se lembra que ele ficava em casa embalando maconha e cocaína para a venda. Desse modo, desde pequeno convivia com essas drogas dentro de casa e sempre presenciava as atividades do irmão. Recordar-se das correntes de ouro e prata que o irmão usava e que ele, às vezes, pegava escondido. Por esta situação, chegou a apanhar do mesmo uma vez, já que havia perdido uma corrente na escola. Diz ainda que presenciava as brigas do irmão com a namorada (que tem três filhos dele), pois ele, constantemente levava várias mulheres para sua casa e a namorada descobria. [P 6 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

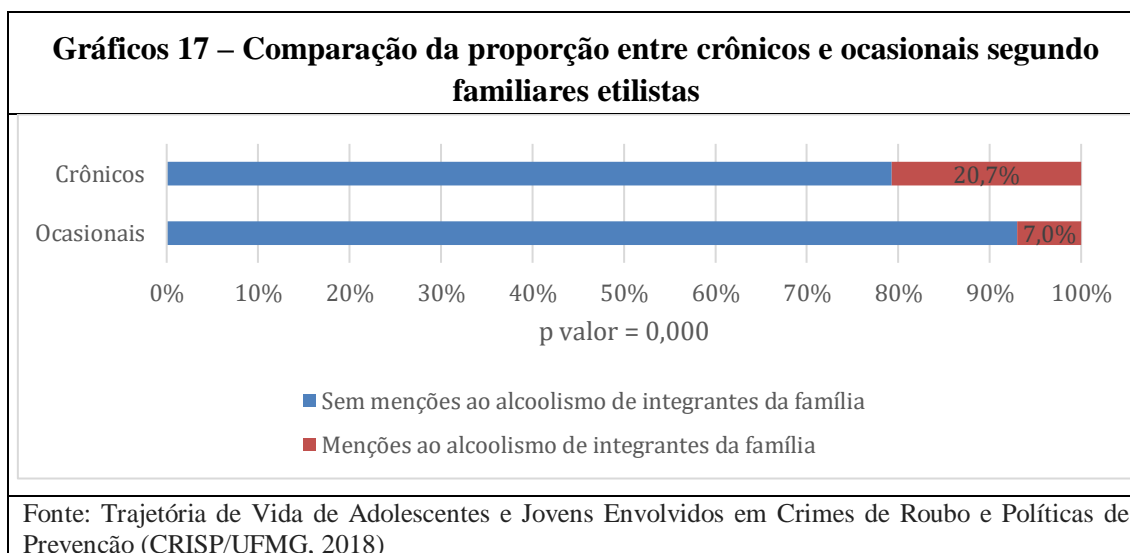
Importante dizer que o irmão [nome do irmão do adolescente] se encontra acautelado no CEIP-SB, aguardando sentença por ato infracional semelhante ao tráfico. É a segunda passagem do adolescente no CEIP-SB, na primeira passagem, também por tráfico de drogas, recebeu a medida socioeducativa de Liberdade Assistida, a qual estava cumprindo. Contudo foi apreendido novamente. Em conversa realizada com a técnica de referência do CEIP-SB, a mesma informou que [nome do irmão do adolescente] tem o irmão [nome do adolescente] como ídolo e acredita que [nome do irmão do adolescente] está tentando ocupar o lugar do irmão no tráfico de drogas [P27 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

[nome do irmão do adolescente], irmão do jovem, também está acautelado nesta Unidade, acusado de um assalto, e possui várias passagens por esta Vara infracional, onde responde por roubo, tráfico e lesão corporal. Este, assim como [nome do adolescente], iniciou seu envolvimento infracional na infância e já recebeu várias medidas socioeducativas, além da internação. [nome do adolescente] afirma ter atuado em companhia de [nome do irmão do adolescente] apenas uma vez, e relata que não o chamava para cometer atos infracionais por saber que estava praticando algo “errado” e não querer que ele também se envolvesse com a criminalidade. A seguir complementa que sempre o “aconselhava” a fazer outras escolhas para si, porém, este não o escutava. [nome do irmão do adolescente] apresenta o mesmo discurso e relata que não atuava na companhia de [nome do adolescente], porque “não queria envolver o irmão em coisas erradas e colocá-lo em risco”. [P38 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

O adolescente conta ainda que outros parentes são envolvidos com o tráfico, sendo que traficava para um primo que atualmente encontra-se preso. [P41 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

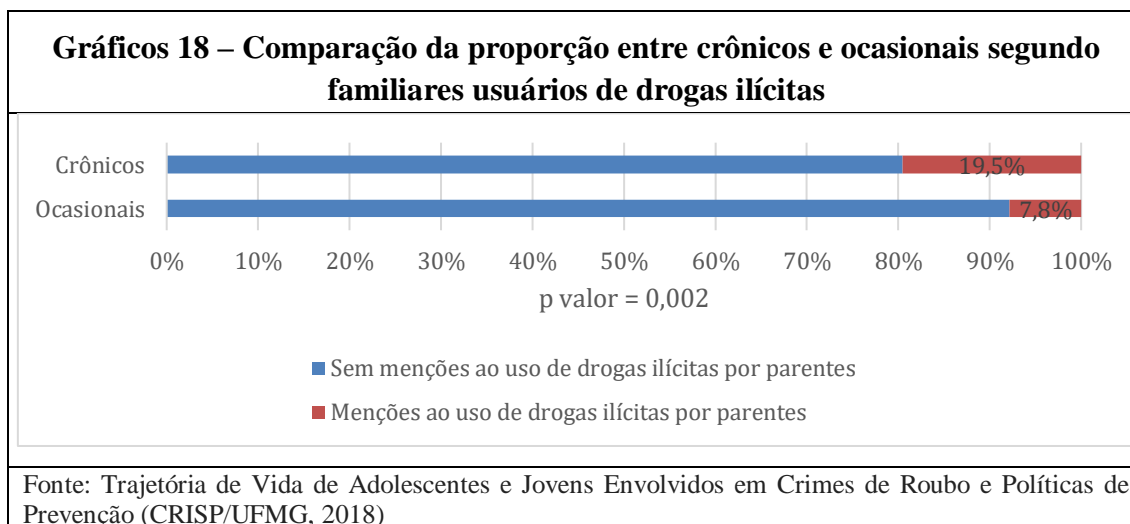
[nome do adolescente] relata que seu envolvimento com a criminalidade se iniciou aos nove anos de idade como aviãozinho para traficantes de sua região. Nesta época suas irmãs começaram a se envolver também. Na sua concepção o seu envolvimento levou ao envolvimento das irmãs. [P87 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

Analisando quantitativamente as menções a integrantes da família relacionadas com alcoolismo, percebemos que estas se referem predominantemente aos pais e em menor proporção às mães. Em ambos os casos, há uma proporção três vezes maior de genitores alcoólatras entre os crônicos do que entre os ocasionais e o p tem valor de 0,026 no caso das mães e de 0,004 no caso dos pais. Tais dados atesta a associação estatística entre o alcoolismo dos genitores e o desenvolvimento de uma trajetória infracional crônica. Estes resultados podem ser conferidos no anexo deste trabalho. Abaixo, apresentamos um gráfico que agregou as menções a familiares alcoólatras sem distinguir qual o grau de parentesco. Assim, de forma semelhante aos resultados anteriores, capturamos uma prevalência quase três vezes maior entre os crônicos, sendo que o p valor atesta uma associação entre o etilismo dos familiares e a pertença a este grupo.



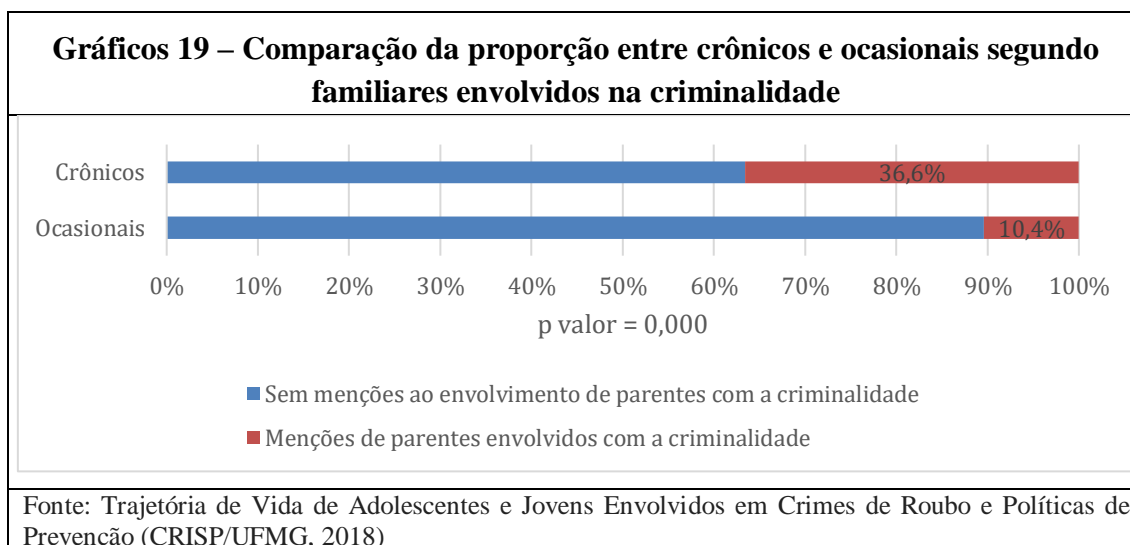
No que se refere às menções ao consumo de drogas ilícitas por parte dos familiares, constatamos que os atores mais frequentemente associados a este evento são os genitores. Há uma proporção seis vezes maior de pais usuários de drogas ilícitas entre os crônicos do que entre os ocasionais e o valor p (0,000) oferece indícios de associação entre este fato e o desenvolvimento de uma trajetória infracional crônica. Estes resultados podem ser conferidos no anexo deste trabalho. Abaixo, apresentamos um gráfico que expõe todas as menções que

se referem ao consumo de drogas ilícitas por membros da família dos adolescentes. Existe uma maior proporção de familiares que consomem drogas ilícitas entre os crônicos do que entre os ocasionais, sendo que o p valor também fornece fortes indícios entre a associação dessas variáveis.



No que se refere ao envolvimento de familiares com a criminalidade, observamos que os atores mais relevantes são os irmãos e os pais. No caso dos irmãos envolvidos com a criminalidade, observamos uma proporção quatro vezes maior entre os crônicos do que entre os ocasionais e o p valor (0,000) atesta a associação entre este fato e o desenvolvimento de uma trajetória crônica. Já no caso dos genitores envolvidos com o crime, observamos uma proporção duas vezes maior entre os crônicos do que entre os ocasionais e dado o valor assumido pelo p valor (0,108), há evidências moderadas de associação entre este fato e o pertencimento ao grupo crônico. Estes resultados também podem ser conferidos no anexo.

Abaixo, exibimos um gráfico comparando ocasionais e crônicos segundo o agregado de menções a familiares envolvidos na criminalidade. Chama a atenção o fato de que em 36,6% dos relatórios referentes aos crônicos haja pelo menos uma menção a um familiar envolvido com a criminalidade. Assim como constatado nas outras variáveis, encontramos evidências da associação entre o engajamento de familiares na criminalidade e o desenvolvimento de trajetórias infracionais crônicas.



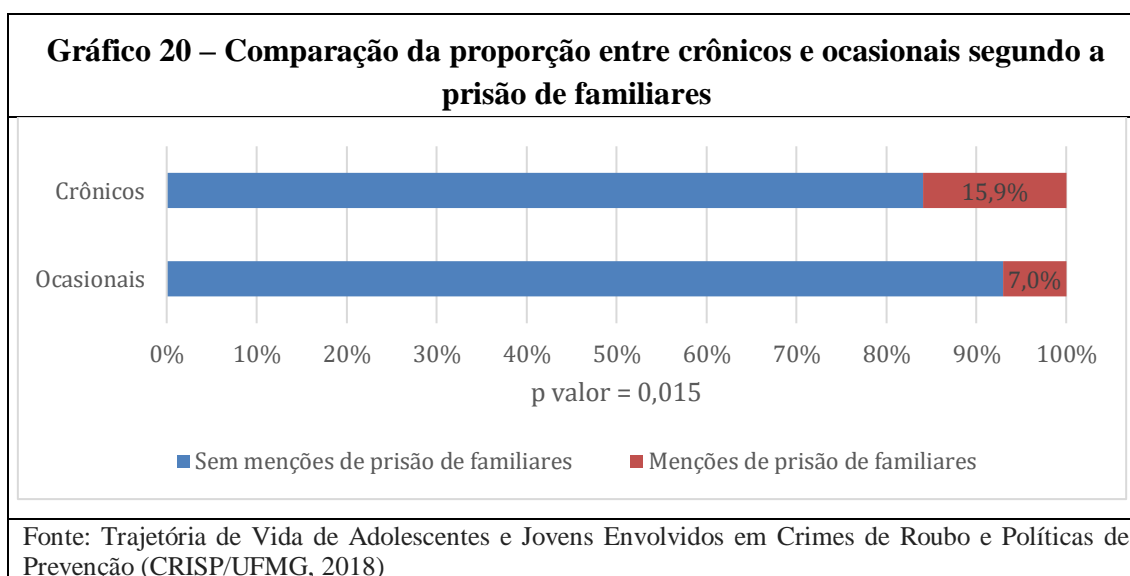
Também podemos tomar a prisão de integrantes da família como outro indicador de associação diferencial. Além disso, a prisão de um membro de uma família pode significar a perda de uma parcela da renda e de uma figura que exerce algum controle social sobre os demais membros da família. Também pode levar a um desbalanceamento das relações de gênero, uma vez que a prisão pode forçar uma reorganização familiar para um tipo monoparental, normalmente com a figura da mulher sendo obrigada a desempenhar papéis que antes eram minimamente divididos. (CHESNEY-LIND; MAUER, 2003). Dessa forma, os efeitos mais perversos do encarceramento são verificados nos filhos de pais encarcerados. A prisão e o estigma decorrente dela afetam as possibilidades de realização profissional, educacional e, portanto, monetária daqueles que são ou foram presos. Esse fato dificulta uma mobilidade ascendente e acaba colaborando para uma transmissão intergeracional de desvantagens (DOOB ET AL, 2014) (GIORDANO ET AL, 2019).

Assim, a prisão pode exacerbar a marginalização das crianças desfavorecidas. Filhos de presos estão mais propensos a abusos e negligências com efeitos intergeracionais, como o alcance de baixos ativos educacionais e experiências de abuso, de pobreza, de ausência de moradia e de envolvimento com a criminalidade. No caso de famílias monoparentais, as consequências podem ser ainda mais graves, pois a prisão pode dissolver essas famílias, expondo as crianças a situações ainda mais cruéis de desproteção. Segundo Wildeman (2014), nos EUA, filhos de pais recentemente presos têm 65% mais chances de passarem pela experiência de morar na rua.

Diante disso, é possível que a prisão de um membro da família, especialmente do pai ou da mãe, leve um adolescente a desenvolver uma trajetória infracional crônica. Assim, ao quantificar os relatos sobre a prisão de familiares dos jovens, verificamos uma proporção três

vezes maior de pais ou mães que foram presos entre os crônicos do que entre os ocasionais, sendo o p valor (0,010) uma evidência de associação entre este evento e o desenvolvimento de uma trajetória infracional acima da média. Este resultado pode ser conferido em anexo.

Abaixo apresentamos um gráfico que compara crônicos e ocasionais, segundo a prisão de familiares, sem considerar um ator específico. Desse modo, encontramos uma prevalência duas vezes maior de parentes presos entre os crônicos e o p valor atesta a associação entre a pertença ao grupo crônico e a prisão de um familiar.



Outro indicador importante relacionado à associação diferencial pode ser o assassinato de membros da família por ocasião do envolvimento com a criminalidade. Este evento pode ter como consequência o início ou mesmo o aprofundamento de uma trajetória infracional, uma vez que pode originar cursos de ação baseados no desejo ou mesmo na necessidade moral de vingança.

Sobre a morte do genitor, [nome da genitora] diz que no dia do ocorrido tinha levado [nome do adolescente] para vê-lo e assim que entraram no ônibus para voltar para casa o mesmo foi assassinado, contudo, só soube da morte dele dias depois. Acrescenta que o filho ficou “muito sentido” com a morte do pai e, desde então, começou a apresentar problemas em casa, na escola e na rua. “[nome do adolescente] passou a não querer mais obedecer a mim e seus irmãos, começou a se envolver com más amizades e passar a maior parte do tempo nas ruas.” [P32 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

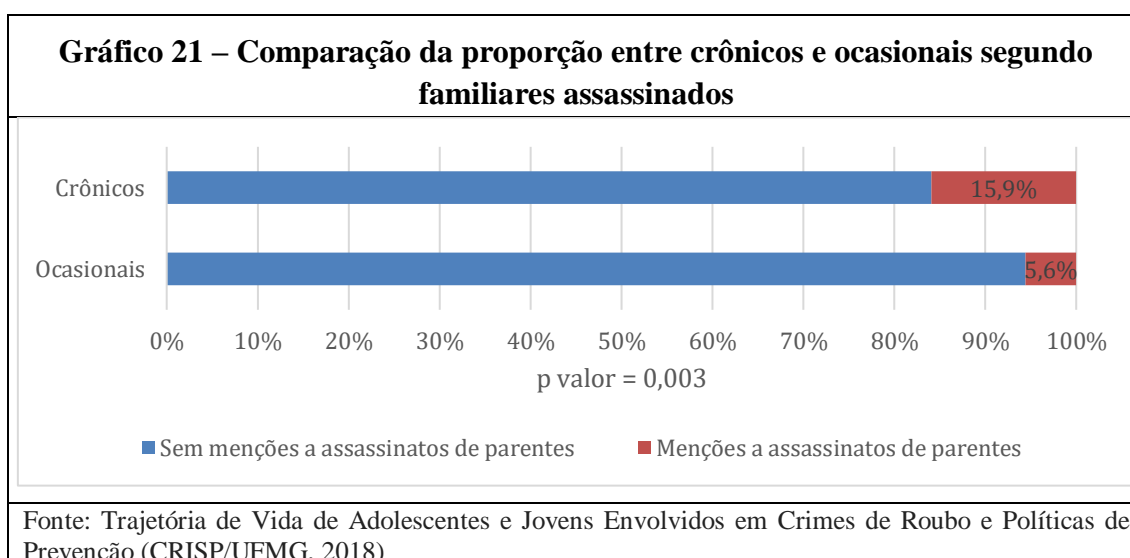
Entretanto, em outros atendimentos e também de acordo com a genitora, [nome do adolescente] afirma ter se envolvido infracionalmente por motivo de vingança, pois o jovem perdeu um irmão, há aproximadamente 03 anos, por motivo de associação ao tráfico de drogas. Após o ocorrido [nome do adolescente] jurou vingar a morte do irmão e acabou se

envolvendo infracionalmente. [P124 – 17 anos, Crônico, Masculino, -, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Afirma não compreender por que o filho se envolveu com drogas e atos infracionais e que sempre deu tudo que ele pediu. Diz que [nome do adolescente] começou a usar drogas e a se envolver com criminalidade depois que o pai faleceu, “eu não contei para ele que o pai havia morrido, mas ele viu pela televisão”(sic), depois disso, a mãe relata que o adolescente ficou revoltado, jurando que vingaria a morte do pai. A genitora informa ainda que o pai do adolescente foi assassinado no ano de 2008 e que o mesmo era envolvido criminalmente. [P144 – 16 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Operacionalizando uma variável quantitativa através dos relatos de assassinatos de familiares presentes nos PIAS, percebemos que os genitores dos adolescentes são as vítimas numericamente mais relevantes. Há uma proporção quase três vezes maior de pais assassinados entre os crônicos do que entre os ocasionais, sendo o p valor (0,029) uma evidência da associação entre o assassinato do pai e o desenvolvimento de uma trajetória infracional acima da média. Este resultado pode ser conferido em anexo.

Resultados semelhantes são percebidos quando observamos este evento sem considerar qual o membro da família foi vitimado. Constatamos uma maior prevalência deste tipo de evento entre os jovens que integram o grupo crônico. Além disso, o p valor demonstra a associação entre este evento e o desenvolvimento de uma trajetória infracional crônica. Esse resultado pode ser visto no gráfico abaixo.



É possível que o desenvolvimento de uma trajetória infracional também possa fragilizar as relações familiares. Os genitores, ao descobrir o envolvimento dos filhos, podem optar por excluí-los do ambiente familiar, o que favorece o estreitamento dos laços com pares

desviantes. Além disso, várias passagens pelo sistema socioeducativo representam que os pais ou responsáveis passaram diversas vezes pelo escrutínio dos profissionais responsáveis pela execução das medidas. Diante de várias intervenções fracassadas, é possível que um sujeito passe a ser desacreditado por seus familiares, sendo visto como alguém irrecuperável ou que não merece o esforço e o desgaste que são demandados no engajamento a uma medida socioeducativa.

O jovem relata que em determinada ocasião, se “cansou” de mentir para a genitora, e a chamou para conversar com o objetivo de lhe informar sobre suas atuações. Segundo o jovem, a mãe se apresentou bastante indignada ao saber do seu envolvimento com a criminalidade “e ameaçou mandá-lo embora de casa”, caso ele permanecesse infracionando. [nome do adolescente] afirma que mesmo diante da fala da genitora; continuou atuando e que, com o decorrer do tempo, a mãe “desistiu” de convencê-lo a “sair do crime”. [P38 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

Em atendimento à genitora, ela traz que quando [nome do adolescente] recebeu a primeira medida socioeducativa de internação, ele não se encontrava morando em sua companhia. Informa que o filho saiu de casa após se desentender com o genitor que não aceitava o seu envolvimento infracional. Esclarece que durante o tempo em que o filho ficou evadido desta Unidade, novamente, ele não ficou morando em sua companhia. Relata que [nome do adolescente] estava residindo em outro bairro ([nome do bairro]), juntamente de outros rapazes. Questionada se ela conhecia os adolescentes e a casa em que o filho ficava, a Sra. [nome da genitora] afirma que não procurou saber, mas acredita que tais rapazes possuem envolvimento na dinâmica criminal. A genitora alega ainda que mantinha contato regular com [nome do adolescente], uma vez que ele comparecia sempre em sua casa para se alimentar e logo se ausentava. [P92 – 17 anos, Crônico, Masculino, - , Reside com pai e mãe, 1 E.M.]

Em atendimento com a equipe técnica, a genitora e o padrasto afirmaram que já estão cansados de [nome do adolescente], pois ele já aprontou muito e não sabem mais o que fazer com ele. “Quero que ele sai daqui (Unidade) como um homem”, afirmou o Sr. [nome do padrasto]. [P29 – 16 anos, Crônico, Masculino, - , Reside com a mãe, 7 E.F.]

O pai apresentou desgaste quando trouxe a situação do filho para a equipe, mencionando a questão das mentiras que ele conta, dizendo que não tem interesse em ajudar o filho, uma vez que o mesmo não demonstra vontade de ser ajudado. [P181 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a irmã, 6 E.F.]

A mãe se preocupa muito com [nome do adolescente], mas parece estar cansada da situação recorrente de medidas socioeducativas, agressões verbais e uso das drogas pelo filho. [P87 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

Diante das evidências aqui expostas, consideramos que jovens que desenvolveram uma trajetória infracional crônica possuem vínculos familiares mais frágeis do que os jovens com trajetórias infracionais ocasionais. Isso é demonstrado, principalmente, através da prevalência de eventos como o abandono, a violência doméstica e a vivência de situação de rua por parte destes últimos. Também constatamos que os crônicos estão mais expostos a

situações e eventos que propiciam um acúmulo de definições positivas ao cometimento de atos desviantes, como a convivência com familiares usuários de entorpecentes e envolvidos com a criminalidade.

PARES

As relações sociais estabelecidas com os grupos de pares também podem nos esclarecer muitos aspectos sobre a combinação entre as distintas formas de sociabilidade juvenil, sobre os processos de associação diferencial e sobre o início e o desenvolvimento de trajetórias infracionais. Um ato infracional ocasional pode se dar em função de um impulso grupal no sentido de obter algum objeto de desejo ou ganho imediato.

O adolescente relata que a motivação do ato foi a influência de colegas. Relatou que estavam andando de bicicleta com os amigos e um deles sugeriu que eles furtassem peças das bicicletas para repor as peças que faltavam nas suas bicicletas. [P329 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Quando perguntado sobre os fatos e motivos que o levaram ao cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade, [nome do adolescente] relata que roubou a pochete de uma pessoa no centro da cidade juntamente com um colega adulto. O adolescente afirma que foi a primeira vez que infracionou e que “foi na onda do colega” (sic). [P71- 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Em algumas situações, o cometimento de atos infracionais na companhia de pares parece surgir de maneira instantânea, indicando uma certa naturalidade desse tipo de ação entre os membros do grupo. Assim, a ideia de cometer um roubo se processa como algo tão corriqueiro quanto um passeio pelo bairro.

[nome do adolescente] relata que o ato infracional não foi planejado. Que estava com seu colega [nome do colega] e que este resolveu roubar o celular de um outro rapaz que estava andando pela rua. [P179 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Ele relata que ele e mais quatro colegas se encontravam nas proximidades do seu bairro e surgiu uma ideia de assaltar alguém, então, assaltaram uma senhora que passava pela rua. Ele considera que a motivação para o ato foi a influência da turma, disse que foi no embalo e que fizeram aquilo para aparecer e mostrar que tinham coragem, avaliou o ato de forma negativa, como sendo um vacilo [P243 – 15 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com o pai, EJA]

É possível também que um jovem se encontre envolvido no cometimento de um ato infracional por conta de uma situação produzida por um colega ou pelo grupo, estando este jovem consciente ou não das intenções de seus pares. Neste sentido, esse tipo de situação

pode representar um teste de esperteza ou coragem no qual um jovem deve demonstrar sua capacidade de agir sob a pressão do momento e expressar sua lealdade aos seus colegas.

A adolescente relata o ato infracional como um evento fortuito em sua vida. Relata que uma colega de escola a chamou para ir a uma loja de celular e que, quando percebeu, a amiga furtou um celular e saiu correndo, deixando-a sem reação na loja. A afirma que não sabia dos planos da colega. [P346 - -, Ocasional, Feminino, -, Reside com pai e mãe, 8 E.F.]

De acordo com as entrevistas realizadas e com a certidão de antecedentes infracionais, observou-se que este foi o primeiro ato de [nome da adolescente], e que, conforme expõe, ela foi motivada pelo irmão a auxiliá-lo na execução do ato. A adolescente reitera em sua fala que não tinha a intenção de cometer o roubo, no entanto, seu irmão [nome do irmão] a colocou na situação de modo que ela foi obrigada a concretizá-lo. [P306 – 13 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Acerca do ato infracional, o adolescente relata que o realizou na companhia de amigos. Segundo ele, foi um ato pontual, seu primeiro e único, afirma. Os amigos e ele combinaram e disseram a ele que havia uma adrenalina em cometer tal ato e de fato ele afirma tê-la sentido [P126 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, -]

A fidelidade aos grupos de pares também pode ser exigida através do acobertamento de atos ilícitos e de objetos como armas de fogo ou drogas. Um adolescente pode ainda tomar essa atitude voluntariamente como forma de garantir aceitação e respeito de seus pares.

No que tange ao ato infracional, declarou que não teve nenhum envolvimento com o ato em si e que guardou o material furtado com intenções de ajudar um amigo, sem ter clareza sobre a origem do material. [P36 – 15 anos, Ocasional, Feminino, Preto, Reside com a mãe, 6 E.F.]

[nome da adolescente] relata que conheceu alguns jovens maiores de idade em uma praquina na volta da escola com os quais iniciou uma amizade. Eles a pediram para usar sua casa à tarde, período em que sua mãe está fora trabalhando, para preparar porções de drogas para vender. Ela acabou permitindo “para ter conceito com as pessoas” (sic), isto é, para ter a aprovação e aceitação dos amigos. [P292 – 14 anos, Ocasional, Feminino, -, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Quando perguntado sobre a prática do ato infracional, [nome do adolescente] relata que foi um assalto a mão armada em uma padaria, juntamente com o colega [nome do colega] que também recebeu medida socioeducativa de PSC. O jovem diz que roubaram dinheiro com uma réplica de revólver 38, e ao saírem da padaria, foram abordados por policiais militares. Quanto ao motivo da infração, [nome do adolescente] afirma que “o [nome do colega] tava precisando de dinheiro para colocar dentro de casa, ele me chamou, então eu fui ajudar” (sic). [P85 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 9 E.F.]

Em alguns casos, esses tipos de exigências ou atitudes podem ser um fator determinante na escalada da seriedade dos atos cometidos por um jovem, uma vez que, pares maiores de idade podem se aproveitar da distinção do tratamento legal dos crimes cometidos

por adultos e adolescentes para pedir que estes assumam a responsabilidade ou cometam atos em seu lugar.

Sobre esse risco [referente a ameaça de morte], [nome do adolescente] informa que em uma abordagem policial foi apreendido junto de um colega maior de idade que pediu para que ele segurasse a droga para ele e [nome do adolescente] não segurou. [P217 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 7 E.F.]

No [nome do bairro], [nome do adolescente] começou a andar com um homem conhecido como [apelido do homem], que pediu para matar uma pessoa. [nome do adolescente] recusou-se e pouco tempo depois [apelido do homem] foi preso por ter matado essa pessoa. [P225 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Quando a equipe trabalhou com o adolescente, o ato que ensejou sua internação foi relatado pelo próprio jovem. Segundo consta, ele estava guardando armas para os colegas e os policiais o pegaram. Ele relata que recebia dinheiro para guardar as armas. Relata que nunca atirou e que apenas vigiava as armas para os amigos. O adolescente relata que o ato que ensejou sua internação foi porte ilegal de armas, art. 14, porém o ato que ensejou a internação foi o art.121. Quando falado sobre isso com o adolescente, ele mencionou que não atirou em ninguém e não matou ninguém. O adolescente apenas disse que foi pego pelos policiais portando as armas que estava guardando para os amigos, após o momento em que ocorreu o fato. No entanto, segundo a sentença do adolescente, existem provas materiais de que os disparos que acertaram a vítima partiram da arma que estava com o adolescente, sem contar que testemunhas relatam ter visto [nome do adolescente]. juntamente com o “grupo de tráfico” atirando na vítima. [P261 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 7 E.F.]

A questão da aceitação pelo grupo também pode ser verificada no tocante ao início do uso de drogas ilícitas. Dado que o uso de substâncias entorpecentes é parte integrante da sociabilidade e dos estilos de vida adotados por jovens de todo o mundo (MALVASI, 2012), a decisão de iniciar o uso desse tipo de substâncias pode se dar através do desejo de tornar-se membro de um grupo.

O socioeducando em atendimentos relata que começou a fazer o uso de drogas ilícitas entre os 11 e 12 anos. Iniciou pela via da curiosidade, depois como uma forma de ser aceito no grupo, chegando a usar para garantir certo status. O grupo com quem [nome do adolescente] circulava pela escola e pelas proximidades da residência familiar mantinha uma postura de delinquência e isso garantia ao grupo o status de bad boys [P109 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 6 E.F.]

Assim, é frequente nos PIAS a associação entre o início do uso de drogas e a influência dos pares. Ademais, percebe-se que o consumo de entorpecentes, especialmente da maconha, representa uma forma de lazer, sendo os postos de venda lugares de convergência destas formas de sociabilidade.

O jovem relata ter iniciado no uso de drogas aos 9 anos de idade, e afirma que várias pessoas do seu círculo de amizades faziam uso de substâncias ilícitas. Relata, ainda, que várias colegas lhe relatavam, frequentemente sobre as sensações prazerosas que estas substâncias lhes causavam, despertando, assim, o seu interesse. [nome do adolescente] afirma que, diante da fala dos referidos colegas, se sentiu “curioso” e que resolveu comprar maconha para “experimentar”. O jovem relata ter “gostado” das sensações que o uso desta droga lhe causou, passando, então, a usá-la diariamente [...] [nome do adolescente] afirma que chegava a ficar longos períodos sem traficar, mas mesmo rompendo com a prática do tráfico, “gostava” de permanecer em pontos de venda de drogas, já possuía vários amigos que trabalhavam para traficantes da região. O jovem afirma que nos momentos em que ficava ocioso, ia para locais de venda de drogas, porque se “divertia”, além de estabelecer novas amizades. [nome do adolescente] descreve os referidos locais como “pontos de diversão”, e justifica alegando que nestes lugares encontrava “mulheres, amigos e alguém para conversar”. [P38 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

Desse modo, é possível que uma contingência importante para o desenvolvimento de uma trajetória infracional seja a relação cultivada por um indivíduo com as drogas. Jovens de distintas classes sociais consomem substâncias lícitas e ilícitas sem que isso necessariamente se traduza em formas abusivas de consumo ou mesmo no engajamento no tráfico de drogas (MALVASI, 2012).

Relatou uso de cigarro diariamente, álcool e maconha somente em festas, pontuando que o uso está relacionado apenas a esses ambientes. [P296 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, EJA]

O adolescente informa que que naquela época fazia uso da respectiva droga nos finais de semana, quando saía para festas ou reuniões com os amigos. [P316 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

No entanto, as relações estabelecidas com as drogas podem ir além do simples consumo. Dessa maneira, é importante salientar que o ingresso no tráfico de drogas - assim como o consumo destas - pode se dar através da influência dos pares. O enraizamento de “biqueiras” em alguns territórios naturaliza o envolvimento de jovens oriundos desses espaços, de modo que o ingresso no tráfico de drogas pode ser visto como uma espécie de destino comum. Além disso, um indivíduo, ao observar que seus pares conseguem acessar itens de consumo valorizados dentro da sociabilidade juvenil através dessa atividade pode chegar à conclusão de que vale a pena se envolver.

O jovem afirma que se interessou pelo tráfico de drogas, porque a maioria dos seus colegas estava vendendo drogas: “Via todo mundo lá, não tem ninguém que faz outra coisa, ai fiquei interessado e comecei também” SIC. [P56 – 18 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Relata ainda que um colega de escola vendia drogas. [nome do adolescente] se aproxima deste colega e pede para vender drogas também. Após a entrada na prática infracional, seu

envolvimento foi intenso e praticava a venda de drogas próximo de sua residência. [P27 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

[nome do adolescente] relata que sua entrada na criminalidade se deu quando tinha aproximadamente 12 anos. Iniciou com o uso de maconha, diz que alguns colegas ofereceram e ele, por curiosidade, experimentou. A partir disso, o adolescente viu no tráfico de drogas uma possibilidade de ganhar dinheiro, tanto para comprar a droga que usava quanto para adquirir bens materiais. [P196 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Neste aspecto, as drogas representam um meio de se obter dinheiro e status. No entanto, dado o caráter ilegal desse tipo de empreendimento, as resoluções das contendas comerciais e as disputas pelos pontos de venda se dão majoritariamente através do uso da violência. Também é possível que as armas de fogo mobilizadas pelo tráfico de drogas para garantir a segurança do negócio sejam usadas para a manutenção de antagonismos entre grupos de pares rivais causados por motivos diversos. Dessa forma, estabelecer vínculos com pares associados ao tráfico de entorpecentes pode significar um pacto de lealdade no qual um indivíduo deve proteger os interesses e os membros de seu grupo contra ameaças externas.

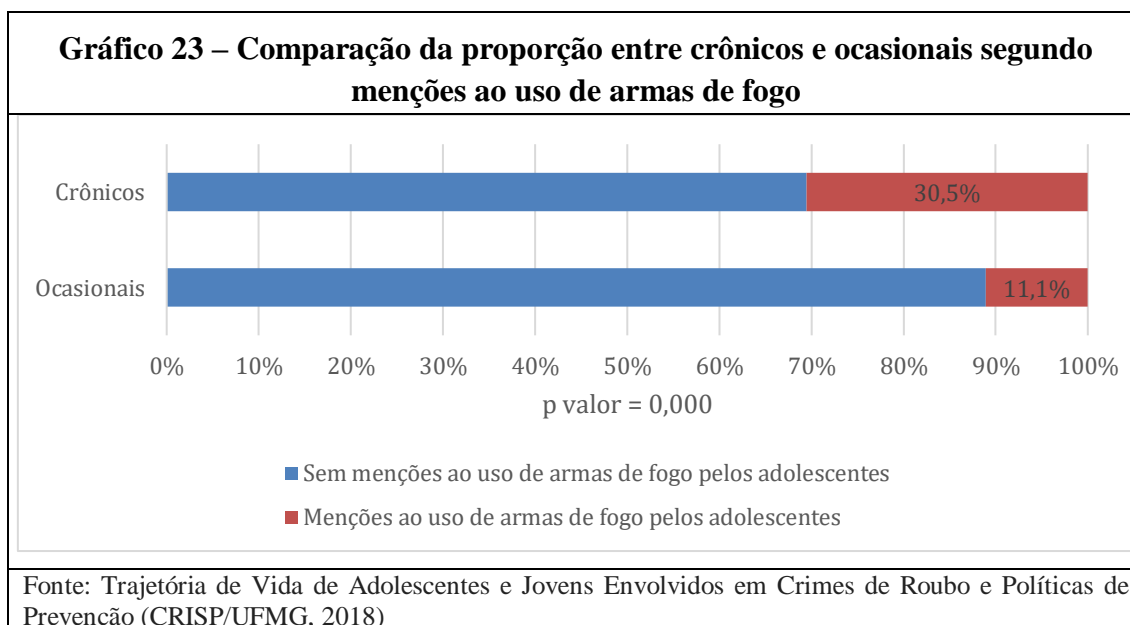
Quando perguntado sobre o ato infracional, [nome do adolescente] relatou que estava em uma festa no bairro onde mora com uma arma de fogo, quando foi apreendido. O adolescente declarou que a arma lhe pertencia, comprou para se defender quando fosse necessário, sob a alegação do bairro ser um local de risco por apresentar muitos conflitos [P334 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

[nome do adolescente] quando levado a refletir sobre suas relações comunitárias fala das guerras do território e coloca que “quando você nasce e cresce onde eu moro, não tem opção, tem que optar por um lado”. Disse que tem dificuldades para circular em função das guerras, mas tem conseguido ficar distante e administrar os conflitos e ameaças que aparecem [P207 – 17 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com a mãe, EJA]

Ressalta que após envolver-se no tráfico de drogas passou a ter conflitos territoriais com o grupo rival e que, inclusive, um dos líderes do tráfico, considerado por ele como "pai", foi assassinado devido a este conflito. Contudo, em 2007 o grupo rival abandonou o aglomerado e a “guerra” foi interrompida. [P 6 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

O acesso facilitado a armas de fogo propiciado pela associação ao tráfico de drogas também pode levar a uma escala de seriedade dos atos cometidos pelos adolescentes ao transformar pequenos furtos em assaltos a mão armada. Assim, um possível indício do nível de consolidação de uma trajetória infracional talvez seja a posse de armas de fogo. Ao quantificar os relatos que mencionam a posse deste tipo de armamento pelos jovens, constatamos uma prevalência quase três vezes maior entre os crônicos do que entre os

ocasionais. O p valor é significativo e atesta a associação entre o uso de armamentos e a pertença ao grupo crônico.



Outro tipo de relação com as drogas e também com o tráfico se dá quando um indivíduo desenvolve uma relação de consumo abusivo de entorpecentes, enxergando nelas não um meio para o lazer ou para obtenção de dinheiro e status, mas como um fim em si mesmo. Dessa maneira, o engajamento seja no tráfico ou outros tipos de infração torna-se uma forma de sustentar o consumo.

[nome da adolescente] declara que o seu envolvimento se deu a fim de manter o uso das substâncias entorpecentes (loló, cocaína e maconha), mas também pelo “conceito” (respeito que o tráfico proporciona). [P42 – 15 anos, Crônico, Feminino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

O adolescente tem envolvimento com drogas desde os 12 anos, quando experimentou maconha por curiosidade e começou a fazer pequenos furtos para sustentar o vício. [P67 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Em relação a sua inserção na dinâmica infracional, [nome do adolescente] localiza que, aos 12 anos de idade, inicia o uso de drogas (maconha) e que a partir de tal uso, com o intuito principal de manter o consumo de drogas, começa a traficar no bairro em que reside. [P53 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

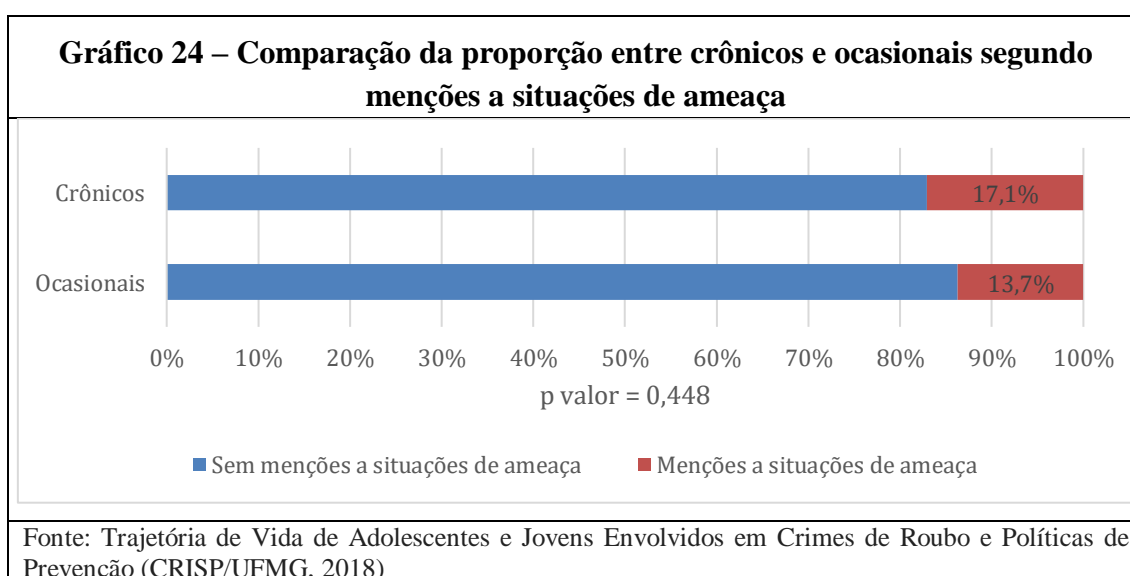
O consumo abusivo pode ainda se traduzir na contração de dívidas com traficantes, fazendo com que os jovens vivenciem situações de ameaça de morte por parte destes e em alguns casos acabem recorrendo a prática de atos infracionais como forma de saldar seu débito. Essas ameaças – que também podem ter raízes nas guerras territoriais – podem limitar

a circulação dos jovens pelo território, dificultando o acesso a uma série de equipamentos públicos ou ainda provocar uma migração territorial do jovem e até mesmo de toda sua família.

[nome do adolescente] relatou que cometeu o ato infracional porque precisava de dinheiro para pagar dívida de tráfico. Informou que estava sendo pressionado pelo traficante e ficou com medo diante das ameaças, por isso agiu sem pensar e acabou cometendo o ato. Relatou que já pagou boa parte da dívida com a ajuda da bisavó e que agora falta apenas uma pequena quantia, mas que já não corre mais risco, não sofre mais ameaças e que o traficante aguardará o restante do pagamento. [P78 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a bisavô, EJA]

[nome do adolescente] informou que furtou da lanchonete onde trabalhava cerca de R\$1500,00. O adolescente informou que o proprietário do estabelecimento desconfiou do volume que trazia no bolso e chamou a polícia. Segundo o adolescente, o dinheiro era para pagar uma dívida de tráfico em sua ex-comunidade ([nome da comunidade]). De acordo com o adolescente, na ocasião fazia uso de substância psicoativa e que tal uso culminou em uma dívida e que a dívida culminou numa ameaça pessoal. [P84 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

Quantificando os relatos de situações de ameaça vivenciadas pelos adolescentes, percebemos uma maior prevalência deste tipo de evento entre os pertencentes do grupo crônico. No entanto, p valor oferece indícios de que não há diferenças proporcionais entre ocasionais e crônicos no que tange à vivência deste evento.



As condições de trabalho ofertadas pelo tráfico de entorpecentes também podem favorecer o desenvolvimento de relações abusivas no que tange ao consumo de drogas. Dada a situação de extrema pressão, a necessidade de estar sempre atento e a facilidade no acesso

a uma série de substâncias, os jovens envolvidos com o tráfico de drogas podem vir a desenvolver um padrão de consumo caracterizado por uma maior frequência do uso de drogas “pesadas”.

Justifica o uso de drogas pelo fato de ter que trabalhar no tráfico; a maconha usava para relaxar e a cocaína para manter-se “aceso”, pois tinha de ficar acordado a noite toda no seu “plantão”. [P294 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com o pai, -]

[nome do adolescente] relata que o uso de “peixe” aumentou, porque precisava ficar acordado para vender na pista, mas que agora que está tratando não tem mais necessidade de ficar acordado, pode dormir, pois está cumprindo medida e não trafica mais. [P41 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

De todo modo, o uso e principalmente o uso abusivo de entorpecentes pode trazer uma série de consequências. Entre elas, é possível este seja um fator que contribua para o desinteresse dos jovens pelo processo de escolarização. Também é possível que contribua para o esgarçamento dos vínculos estabelecidos no âmbito familiar, ao mesmo tempo em que favorece o estreitamento dos laços com os pares desviantes, uma vez que os adolescentes podem buscar locais em que possam fazer o consumo de drogas longe do controle familiar.

Os irmãos permanecem boa parte do tempo numa região conhecida como “asilão” que seria um ponto de venda de drogas. Além desse local, convivem muito tempo com pessoas que possuem envolvimento com o tráfico de drogas e que ficam situadas na casa de um dos membros, conhecido como [apelido do traficante] e que seria filho de um vizinho da família. [P109 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 6 E.F.]

[nome da adolescente] nos informou ainda, que antes de ser acautelada, estava passando boa parte do tempo na casa de amigas, ou nas ruas fazendo uso de bebidas e maconha. [P42 – 15 anos, Crônico, Feminino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

O uso abusivo de drogas também pode contribuir para o esgarçamento dos laços familiares na medida em que este se traduz em furtos realizados no ambiente doméstico ou em comportamentos agressivos direcionados aos membros da família. É importante pontuar que este uso também pode se dar em resposta à qualidade dos vínculos e a eventos traumáticos acontecidos no âmbito familiar.

A assistente social [nome da profissional] relata que nos atendimentos com [irmã do adolescente] percebeu uma preocupação por parte dela com [nome do adolescente], mas também um esgotamento, porque os demais irmãos não queriam ficar responsáveis pelo adolescente, pois João começou a furtar objetos dentro de casa, a chegar a casa sob efeito de droga e bebida alcoólica e se tornava agressivo e desrespeitoso. [P152 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Trajetória de rua/abrigamento, 6 E.F.]

Consoante às informações de seu prontuário e atendimento técnico realizados com a avó [nome da avó], a mesma relata que [nome do adolescente] já a agrediu fisicamente em

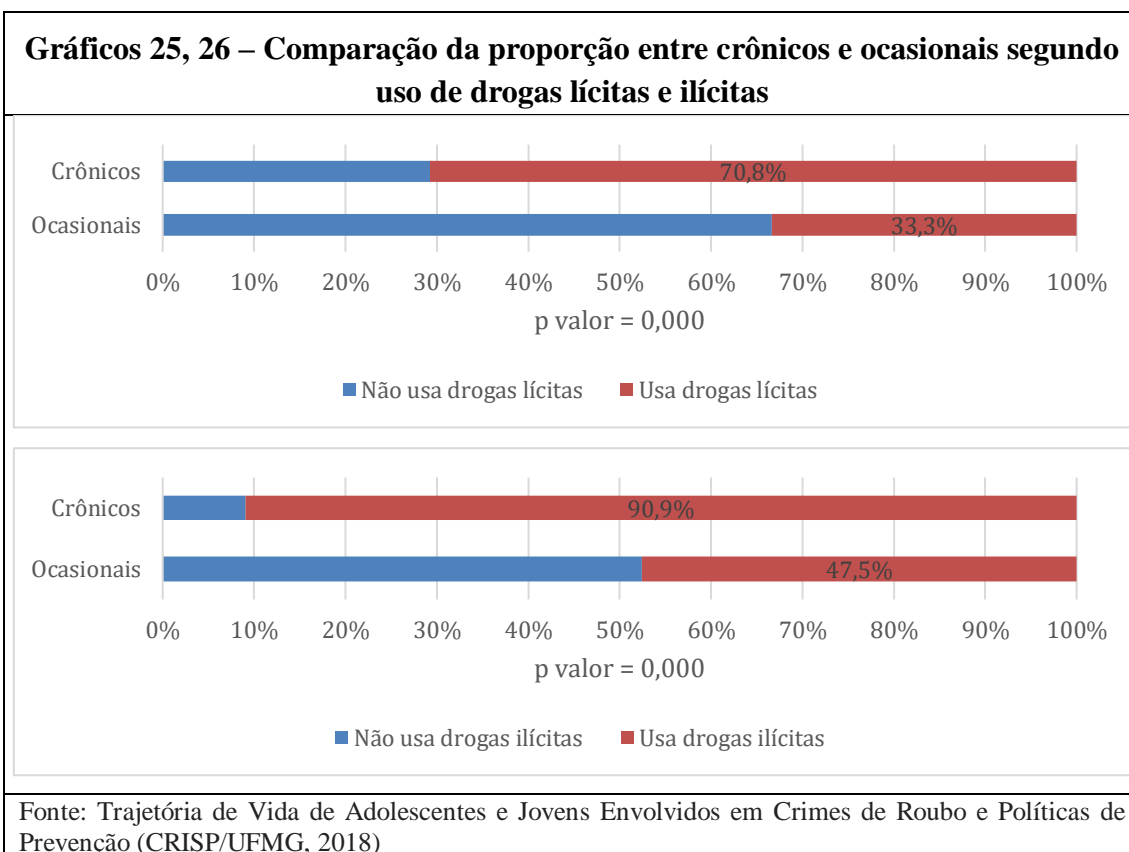
algumas oportunidades. Questionada acerca do suposto motivo, não soube identificar, mas apontou que tal fato ocorria quando da utilização de drogas pelo adolescente. [P68 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

O uso abusivo de entorpecentes também pode impactar no cumprimento das medidas socioeducativas, especialmente aquelas que envolvem a institucionalização. Isso pode acontecer, à medida que um jovem acautelado, uma vez privado do consumo, pode procurar formas de obtê-los dentro da instituição ou mesmo evadir desta em função da necessidade do uso.

Na unidade, [nome do adolescente] se envolveu em situações que geraram a convocação de comissão disciplinar por fazer uso de substâncias semelhante a maconha. [P108 – 17 anos, Crônico, Masculino, Preto, Mora com família extensa, 7 E.F.]

Ainda assim, muitas das evasões e das transgressões cometidas pelo socioeducando durante as passagens anteriores por outras unidades de Semiliberdade foram relacionadas com essa dificuldade em lidar com o uso das drogas, comprometendo o cumprimento da MSE, bem como trazendo prejuízos em sua vida, sobretudo, relacionados ao seu envolvimento com a criminalidade [P33 – 15 anos, Ocasional, Masculino Pardo, Reside com a avó, 5 E.F.]

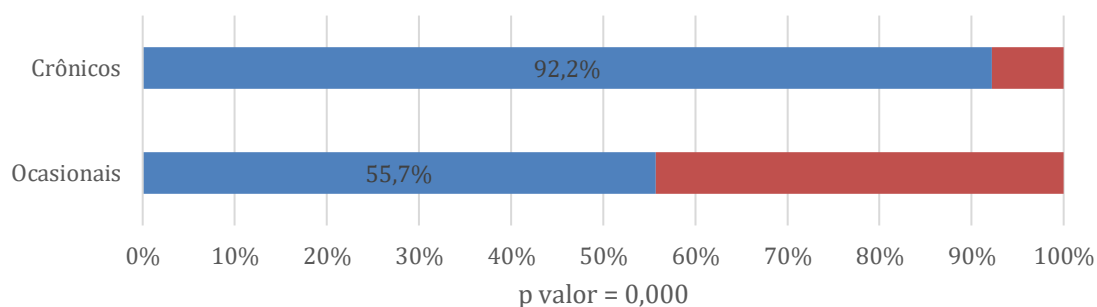
Dessa maneira, o padrão de consumo de entorpecentes lícitos e ilícitos também pode ser tomado como um indicador que associa a influência dos pares e o desenvolvimento da trajetória infracional. Por isso, operacionalizamos as variáveis ligadas a esta dimensão de dois modos distintos. Em primeiro lugar, consideramos o uso de drogas lícitas e ilícitas separadamente. Estas foram construídas como variáveis dicotômicas, sendo a categoria de referência o uso (=1). Nos gráficos abaixo, percebemos que os adolescentes que integram o grupo dos crônicos admitem muito mais o uso de drogas lícitas e ilícitas de que os jovens do grupo ocasional. No caso das drogas lícitas, a proporção de crônicos que admitiram o uso é mais que o dobro do que a proporção entre os ocasionais; e no caso das drogas ilícitas essa proporção é quase o dobro. Tamanha discrepância, associada ao p valor de 0,000, proporciona uma forte evidência da dependência estatística entre o uso de drogas e a pertença ao grupo dos crônicos.



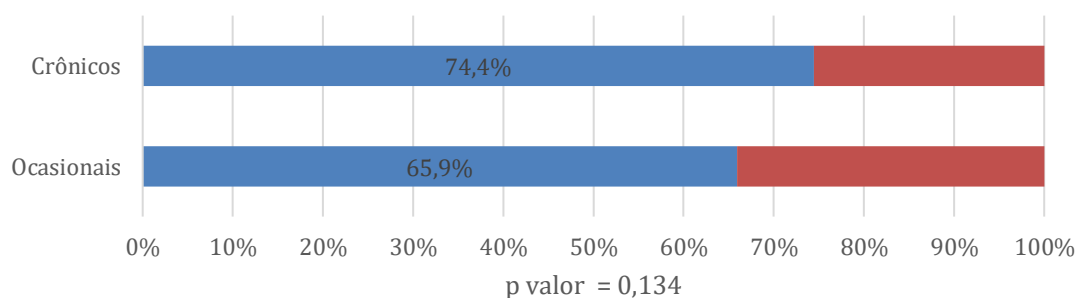
A segunda forma de operacionalização busca explorar a combinação do uso de drogas lícitas e ilícitas através da construção de três variáveis. Na primeira, os jovens que não consomem nenhum tipo de droga são a categoria de referência (=1). Observamos, assim, uma prevalência quase 6 vezes maior de jovens abstêmios entre os ocasionais do que entre crônicos. O valor p pequeno (0,000) indica uma dependência entre as duas variáveis.

A segunda construção toma como referência os jovens que consomem um tipo de droga seja ela lícita ou ilícita (=1). Chama atenção a existência de uma maior prevalência de jovens que usam uma substância entre os ocasionais. No entanto, o valor p acima de nossa margem de confiança indica a independência entre as duas variáveis. Para a terceira forma de construção, colocamos aqueles que consomem drogas lícitas e ilícitas como categoria de referência (=1). Assim, podemos observar a maior prevalência dos jovens que consomem ambos os tipos de substâncias entre os crônicos. Além disso, o p valor indica a associação entre essa forma de uso e o pertencimento ao grupo dos crônicos. Tomadas conjuntamente, as três variáveis parecem indicar que o grupo dos crônicos possui um padrão mais consolidado no que tange ao uso de drogas.

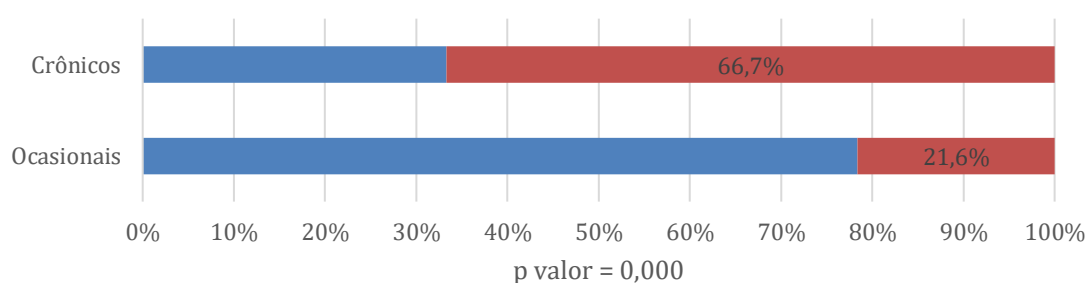
Gráficos 27, 28 e 29 - Comparação da proporção entre crônicos e ocasionais segundo padrão de consumo de drogas



■ Usa algum tipo de droga ■ Não Usa drogas



■ Outros ■ Usa pelo menos um tipo de droga



■ Outros ■ Usa drogas lícitas e ilícitas

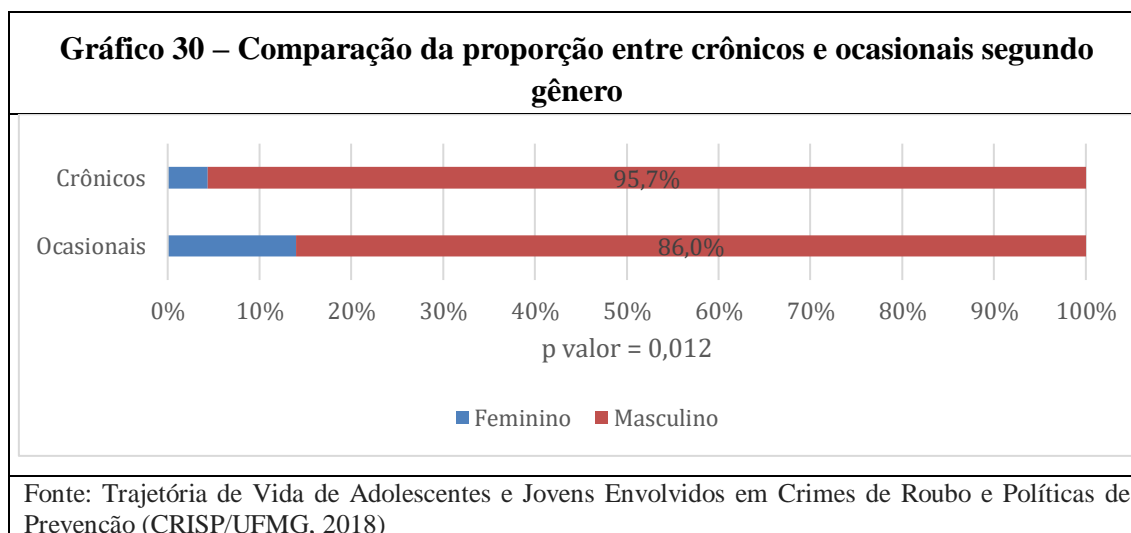
Fonte: Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção (CRISP/UFMG, 2018)

Em suma, ao tomarmos o uso de armas de fogo, o uso de drogas e o padrão de consumo associados a estas como evidências do grau de vínculo dos adolescentes com seus pares, percebemos que os integrantes do grupo crônico possuem laços mais estreitos com pares desviantes.

RELAÇÕES DE GÊNERO

Outra dimensão importante que traz implicações para as formas de sociabilidade desenvolvidas pelos indivíduos durante o curso de vida e que pode afetar a forma como trajetórias infracionais são iniciadas e desenvolvidas é o gênero e as expectativas relacionadas a este.

O gênero é uma variável binária em que o masculino é a categoria de referência (=1). A distribuição percentual exibida no gráfico abaixo revela uma maior proporção de jovens de gênero masculino em ambos os grupos e chama atenção para a diminuta parte ocupada pelas jovens do gênero feminino no grupo dos crônicos. O p valor indica uma forte evidência de que a pertença a um dos grupos depende do gênero do indivíduo.



No entanto, é preciso pontuar que podem haver algumas diferenças na forma como se processa o início e o desenvolvimento da trajetória infracional entre homens e mulheres. A forma como os homens são socializados orienta o curso de ação desses indivíduos para o desempenho de papéis na esfera pública, geralmente através da encenação de demonstrações de virilidade e coragem. Desse modo, as instâncias simbólicas de afirmação da masculinidade passam pela conquista de diferentes parceiras sexuais e pela adesão a estilos de vida, nos quais as formas de agência seriam deliberadamente direcionadas ao risco, à transgressão das regras sociais e à busca pelo prazer (MALVASI, 2012). Neste aspecto, o envolvimento com a criminalidade pode se apresentar como um cenário para a representação e afirmação da identidade masculina, o que explicaria uma maior proporção de homens em ambos os grupos.

Destaca-se que, nos atendimentos realizados até o momento, o mesmo tem apontado a relação com as mulheres como algo que também pode ter contribuído para a sua identificação com a criminalidade, pois ao dizer dos relacionamentos amorosos, o adolescente aponta que “mulher não gosta de trabalhador” e ao ser questionado sobre isso se surpreende. [P 6 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

[nome do adolescente] quando indagado sobre suas motivações para o cometimento do ato diz: "sempre estive perto e vendo as coisas acontecerem, ao lado da minha casa tem um ponto do tráfico. Queria ostentar e a mulherada. Você é mais visto e falado." [P148 – 17 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com pai e mãe, 9 E.F.]

Gostava de sentir a adrenalina de correr riscos, do dinheiro e das mulheres que o envolvimento na criminalidade lhe proporcionava. [P139 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

[nome do adolescente] quando indagado sobre a motivação para o cometimento do ato, diz ter sido pelo dinheiro e a adrenalina que rola no momento de planejar e executar o ato. [P157 - 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Já a socialização feminina, especialmente entre as classes populares, é voltada para o ambiente privado, o que pretensamente orienta o curso de ação em direção à manutenção dos vínculos e a alguma esquivar a situações de risco (SALEM, 2006). Essa orientação feminina à esfera privada pode ser demonstrada pela prática dos atos infracionais. Diferentemente dos adolescentes do sexo masculino, o cometimento de atos na esfera doméstica é um fator recorrente entre as adolescentes da amostra.

[nome da adolescente] relata que no dia do ocorrido (26 de agosto de 2015) não queria ir à escola, porque estava passando mal. A mãe tentou acordá-la e [nome da adolescente] lhe disse que não iria, mas a Sra. [nome da genitora] insistiu para que ela fosse, as duas iniciaram uma discussão e a adolescente agrediu a genitora fisicamente. Esta foi ao Conselho Tutelar Noroeste, onde a família já vinha sendo acompanhada devido aos conflitos que a acometem há muito tempo, expôs a situação e foi orientada a denunciar a filha na delegacia do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA). A adolescente passou por audiência e recebeu medida de Liberdade Assistida. [nome da adolescente] aponta como motivação para o ato cometido o fato de os pais a proibirem de muitas coisas. Relata que os genitores não a deixam sair de casa para nada e que ela vive presa, não a deixa ir a festas, nem conviver com a maior parte de seus amigos. Porém, reconhece que errou e afirma que deseja “parar de brigar com os pais e ter tantos conflitos, até completar seus 18 anos e poder fazer o que quiser da sua vida” (SIC). [P295 – 15 anos, Ocasional, Feminino, - , Reside com pai e mãe, 9 E.F.]

No que diz respeito ao ato infracional que culminou na MSE de Internação, inicialmente a adolescente mostrou-se resistente em produzir relatos referentes a tal prática. Posteriormente, a mesma relata que ficou nervosa com seu filho [nome do filho da adolescente] (2 anos), pelo fato deste ter defecado e urinado na sala de sua casa, e o agrediu. Ademais, [nome da adolescente] expõe que sua alteração de comportamento se deu devido ao fato de seu companheiro [nome do companheiro] tê-la deixado em casa sozinha com as crianças. [P191 – 17 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com o companheiro, 6 E.F.]

Sobre o ato infracional, [nome da adolescente] relata que brigou com uma vizinha e que o resultado da briga foram as lesões corporais. [nome da adolescente] afirma que durante grande parte da sua vida essa vizinha, juntamente com as primas, sempre a hostilizaram com piadas, agressões verbais e provocações em frente a sua casa. [nome da adolescente] se diz uma pessoa tranquila e que não revida as provocações e as ofensas. Inclusive era orientado pela família a não dar importância e ignorar. No entanto, no dia do fato ocorrido, a vizinha atirou uma bomba, tipo de festas de São João, em sua casa e a bomba estourou próximo a sua irmã mais nova. Essa situação foi como uma gota d'água para a jovem que resolveu revidar o ato fisicamente. Segundo [nome da adolescente], a vizinha trazia consigo um objeto cortante e que no momento em que entraram em contato físico as duas se cortaram, porém, os ferimentos mais significativos aconteceram com a vizinha. [P336 – 16 anos, Ocasional, Feminino, - , Reside com pai e mãe, 2 E.M.]

Da mesma forma, o cometimento de crimes passionais também é um ponto de distinção entre as trajetórias infracionais desenvolvidas por adolescentes do sexo feminino.

Sobre o homicídio praticado contra o namorado, [nome do namorado] (18 anos), esclarece que se encontrava em uma festa na cidade de [nome da cidade do interior de Minas Gerais], quando soube que ele estava ficando com outra menina. Nesse momento, ela dirigiu-se ao encontro do mesmo e iniciaram uma discussão. Conta que ambos estavam alcoolizados. [nome da adolescente] relata que estendeu a mão para ele, mas ele negou o contato. Fala do sentimento de ter sido rejeitada. Seguindo a isso, ambos se deslocaram até a casa do namorado e passaram por caminhos distintos. [nome da adolescente] passou em sua casa e pegou uma faca de açougueiro que era do irmão, e foi ao encontro de [nome do namorado]. Ao chegar na casa dele, escondeu a faca embaixo do armário, enquanto ele estava no banho. O pai do rapaz chegou e começou a participar da discussão: xingava o filho e agredia verbalmente a [nome da adolescente]. O pai iniciou uma agressão física contra o filho e a [nome da adolescente] conta que tirou o sogro de cima de [nome do namorado]. A discussão permanecia e [nome do namorado] confirmou que estava flertando com a menina; [nome da adolescente] conta ficou muito nervosa e descontrolada, pegou a faca e atingiu o namorado no pescoço, na frente do pai, mas alega não se lembrar de nada. [P210 – 16 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Esta é a primeira passagem da adolescente por esta unidade, tendo sido admitida no dia 08/08/2015 para o cumprimento da MSE de Internação, pela prática de ato infracional análogo ao crime tipificado no art. 121, s 2º inciso II c/c 14 e II do CPB. Sobre o ato infracional, [nome da adolescente] conta que os conflitos se iniciaram pelo whatsapp, já que a vítima conversava com o namorado e se oferecia para arrumar outras mulheres para ele. [nome da adolescente] disse ter ficado revoltada com esta situação e começou a conversar com a vítima pelas redes sociais, até que um dia elas se encontraram “eu estava sozinha e ela em grupo. Chegou e me deu um tapa na cara, e o que eu ia fazer? Sozinha?”. Posterior a este fato, [nome da adolescente] conta o episódio em que estava no shopping com dois amigos, quando as duas se encontraram no estacionamento e a adolescente agrediu a menina com uma faca. Sobre isso fala “claro que não ia matar a menina. Dei uma facada e fiquei apavorada”. [P304 – 15 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Outro ponto interessante para se apreender a associação entre as relações de gênero e o desenvolvimento de trajetórias infracionais se encontra no plano das afetividades. Nos PIAS dos adolescentes do sexo masculino, em consonância com as expectativas de gênero

relativas ao sexo feminino, as namoradas são retratadas como peças chave num possível processo de interrupção ou desistência da trajetória infracional.

[nome da namorada do adolescente] é uma pessoa que influencia positivamente a vida do adolescente, afirma fazer o que estiver ao seu alcance para ajudar o namorado. O mesmo já chegou a propor algumas concessões com a namorada para sair do crime, como ter um filho e formar uma família. No momento, o adolescente pensa em casar e construir uma família. A namorada diz que o adolescente é determinado, que nas outras passagens pelo CEIP, ele não falava em sair do crime e agora afirma que a vida será diferente quando sair. [P 1 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

[nome do adolescente] se relaciona, há um ano e oito meses, com a namorada [nome da namorada], que completará dezoito anos no mês de agosto, do corrente ano, e reside com a mãe do jovem. É relevante informar que a mãe do jovem relata que [nome da namorada] configura-se enquanto uma referência positiva para o filho, além de “exigir” que ele rompa com a prática infracional, impondo esta condição para que a relação permaneça. [P38 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

A paternidade também é uma dimensão relacionada às expectativas de gênero mobilizadas para engendrar processos de desistência da trajetória infracional. Diante dessa situação, os adolescentes são convocados, seja por suas parceiras seja pelos profissionais do socioeducativo, a desempenhar o papel de provedor do lar e da prole.

Relata que sua namorada tem lhe incentivado a se desligar da criminalidade, e neste ponto, o fato do adolescente estar próximo de se tornar pai parece influenciar bastante sua mudança de posicionamento. [P 7 – 16 anos, Crônico, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Agora com a maioridade, [nome do adolescente] afirma possuir novos projetos para sua vida, diz não se envolver mais em atos ilícitos '[...] agora eu tenho meus filhos para cuidar, tenho que pensar neles.'(sic) [P10 – 18 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Embora esse tipo de curso de ação esteja normalmente associado ao desempenho de papéis conformistas e seja apontado pela literatura como um ponto de virada relacionado ao processo de interrupção ou desistência da trajetória infracional (SAMPSON; LAUB, 2005), num contexto de opções precárias de inserção no mercado de trabalho, o desenvolvimento de uma trajetória infracional pode ser uma alternativa para que um sujeito atenda essas expectativas.

[nome do adolescente] relata que iniciou sua trajetória infracional para adquirir bens materiais, especialmente depois que começou a namorar [nome da namorada] sua atual namorada e mãe gestante de seu filho. Condiciona o afeto direcionado a ele pela namorada à capacidade de prover o lar e de fornecer regalias. [P51 – 14 anos, Crônico, Masculino, - , Reside com a avó, 6 E.F.]

Isso pode se traduzir em situações que culminam com as primeiras passagens das parceiras desses adolescentes pela Justiça Criminal.

A adolescente relata que não cometeu o ato infracional. Relatou que namorava um rapaz aproximadamente 3 anos e que ele tinha envolvimento com o tráfico de drogas, ela disse que foi apreendida na casa dele, pois lá foi encontrado drogas. De acordo com a adolescente, após esse episódio ela terminou o relacionamento, pois percebeu como tal situação poderia prejudicá-la. [P288 – 14 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com pai e mãe, 9 E.F.]

No caso das adolescentes do sexo feminino, as relações afetivas aparecem frequentemente associadas ao início e desenvolvimento de trajetória infracionais, sendo a continuidade desses relacionamentos uma possível contingência dessas trajetórias. É provável que a socialização orientada à permanência dos vínculos nessa situação engendre situações de permissividade e submissão com relação aos atos cometidos pelos companheiros.

Sobre o ato que ensejou a aplicação da medida socioeducativa (participação no ato libidinoso contra uma criança) em companhia de [nome do namorado], a adolescente se recusa a falar e também pede para que não seja comentado com ninguém, temendo a reação das demais internas. Limita-se a dizer que não foi ela e que seu parceiro entrou na casa sem ter sido convidado e levou a menina ao banheiro. Nega ter realizado a ligação chamando-o para ter relação com a vítima. Na sentença é mencionado que o fato de [nome da adolescente] dizer que não realizou a ligação, foi uma tentativa de não se responsabilizar pelo ocorrido. Já o parceiro assumiu o ato e ressaltou a participação de [nome da adolescente]. [P278 – 16 anos, Crônico, Feminino, Pardo, Reside com a avó, 2 E.M.]

Sobre o ato infracional, ela relata que não participou de fato do crime que culminou no seu acautelamento. Ela afirma que seu companheiro, Sr. [nome do namorado] tirou a vida de dois indivíduos que lhe deviam dinheiro, e que sua participação foi estar presente no acontecimento. Ela conta que o mesmo estava alterado e nervoso, chegando a ameaçá-la e, temendo a reação do companheiro, ficou quieta e assumiu o homicídio. Cabe ressaltar que imediatamente após a prisão, [nome da adolescente] assume o ocorrido no momento do registro do boletim de ocorrência e alega ter sido por medo de [nome do namorado]. Em atendimento, ela demonstra angústia pelo ocorrido e refaz a cena do crime com muitos detalhes, alegando que não suportava ver o que o companheiro fazia. Fala que tentou pedir que ele não matasse as vítimas, mas ele a questionava “vai colar comigo ou com os pilantras”. [P211 – 14 anos, Ocasional, Feminino, Preto, Reside com o companheiro, 6 E.F.]

É igualmente provável que diante dos planos de constituir uma família ou da necessidade da manutenção de um domicílio formado ainda na adolescência, o casal enxergue na trajetória infracional uma possibilidade de concretização desses planos ou resolução da questão da precariedade material.

Diante da posição familiar de não aceitação do relacionamento, [nome da adolescente] passou a residir com o companheiro a partir dos 13 anos de idade, no bairro [nome do bairro], em uma casa alugada. A genitora afirma que tentou impedir que a filha passasse a residir com o companheiro, mas que todas suas tentativas foram em vão. [nome da adolescente] relata que para manter as despesas da casa, inicialmente o companheiro trabalhava como pedreiro, mas que depois, ambos entraram em acordo para praticar roubos em joalherias, salões de beleza e lojas de roupas para angariar recursos para subsidiar as despesas com a casa. Em decorrência dessas atividades, ambos foram apreendidos, quando a adolescente tinha por volta dos 13 anos. [...] Durante o tempo em que [nome do namorado] esteve preso, o casal rompeu o relacionamento, pois [nome do namorado] iniciou relação com outra pessoa, de quem poderia receber visitas no sistema prisional. No entanto, logo quando foi solto, este procurou [nome da adolescente] para reatar o relacionamento. [nome da adolescente] voltou a morar com o companheiro e engravidou. Nessa época, segundo [nome da adolescente], sua sogra deu ao casal um terreno para que construíssem uma casa. Assim, com o intuito de obterem recursos, voltaram a praticar assaltos, desta vez aliados a outras pessoas. Mesmo grávida [nome da adolescente] relata que comparecia às ações do grupo, só interrompendo a atividade ilícita alguns meses antes de ganhar o bebê pouco depois de dar a luz. Há 6 meses, a filha do casal nasceu, sendo que há 3 meses esta se encontra abrigada em instituição de acolhimento em decorrência de ter sido utilizada como escudo durante a perseguição policial que culminou na prisão da adolescente. [P185 – 15 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com o companheiro, 8 E.F.]

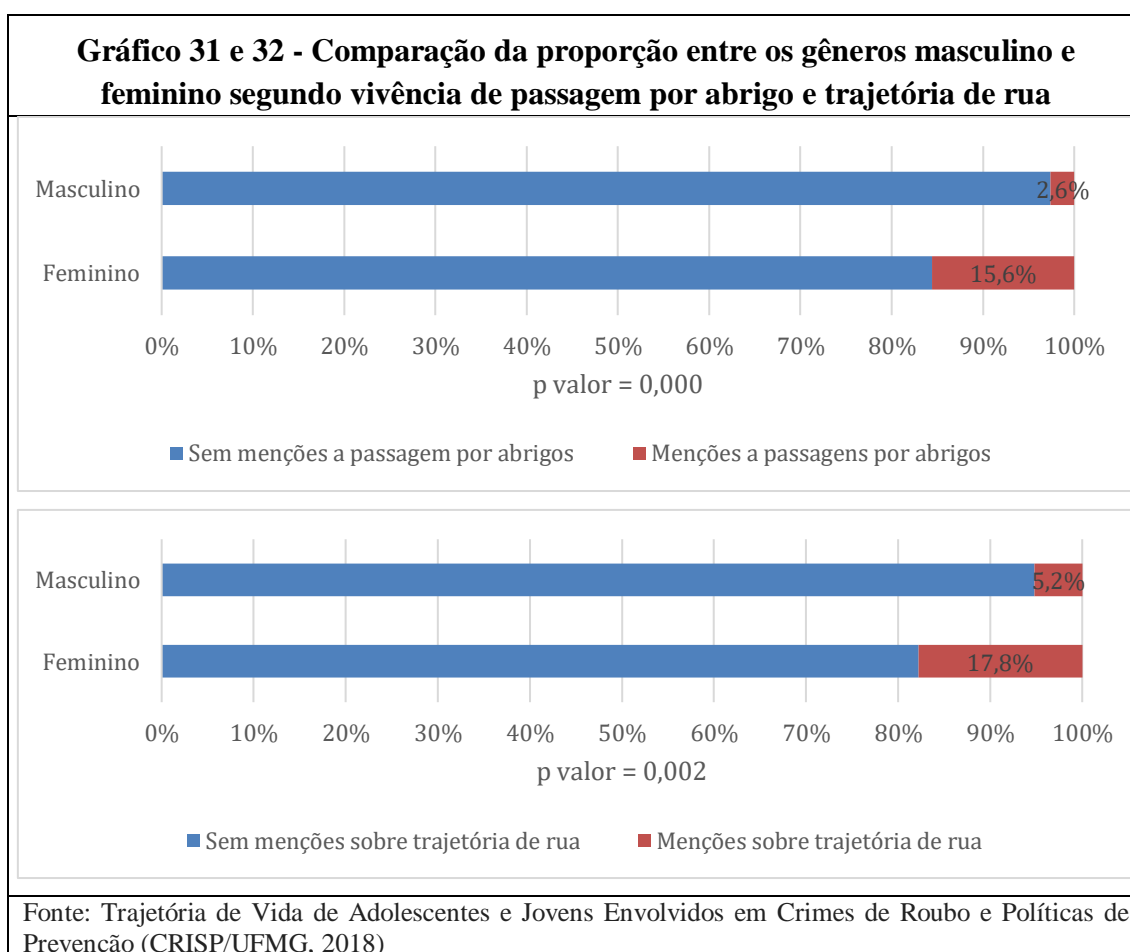
[nome da adolescente] afirmou que o rompimento da relação e da convivência com sua genitora se deu pelo fato de ter sofrido abuso sexual por parte do padrasto, Sr. [nome do padrasto]. De acordo com [nome da adolescente], com 9 anos, seu padrasto começou a persegui-la em casa e assediá-la. Situações que perduraram até os quase 14 anos de idade [...] Informa que há um ano e meio mantém um relacionamento com [nome do namorado], 21 anos, e pretendiam se casar em setembro/15. Sustenta que ela e o noivo não têm envolvimento com o tráfico de drogas ou qualquer atividade ilícita, embora tenha restado apurado que este último responde processo em liberdade por roubo majorado, tentado e explosão. [...] Relata que um colega pediu para que guardasse em casa uma bolsa feminina, a qual acreditava pertencer a esposa daquele. Disse que guardou a bolsa no quarto e saiu para o trabalho (panfletagem nas ruas). A avó, durante a arrumação do quarto, viu a referida bolsa embaixo da cama e ao abri-la deparou-se com peças de roupas infantis, de adulto e cerca de dois quilos de maconha. Disse que a avó chamou a polícia, que a encaminhou para a delegacia. Disse que não tinha conhecimento de que havia drogas na bolsa e que, no momento da abordagem policial, assumiu que estava vendendo drogas porque ficou nervosa, “não aguentou a pressão dos policiais” (sic). [P240 – 16 anos, Ocasional, Feminino, Branco, Reside com a avó, 1 E.M.]

No caso das adolescentes, muitas vezes, esses planos e necessidades se constituem como alças que permitem a saída de ambientes familiares caracterizados por relações degradadas ou mesmo de condições geradas como consequências desses ambientes.

Aos 7 anos de idade, relata que foi abusada sexualmente pelo avô e que o mesmo a ameaçava caso contasse, mas sua avó acabou percebendo e quando ela admitiu o que acontecia, foi expulsa de casa. Desde então, inicia sua trajetória de rua, o uso de drogas e seu envolvimento na criminalidade. [P193 – 14 anos, Ocasional, Feminino, Preto, Trajetória de rua/Abrigamento, 6 E.F.]

Profere que sua mãe tem “ódio” (sic) dela por ser fruto de um estupro sofrido. E que, portanto, sua avó foi quem assumiu a criação de [nome da adolescente]. Entretanto, diz que sua avó a agredia fisicamente e que o namorado da avó abusava dela quando criança. Por estes fatos, aos 7 anos foge de casa. Começa a ficar na rua e a dormir na casa de amigas e logo é iniciada na prostituição. Diz que de tempos em tempos voltava para casa, mas retornava para rua em seguida. Afirma que a convivência na instituição era “horrível” (sic) e que havia conflitos constantes. Então, diz que fugia constantemente do abrigo e nestas ocasiões era explorada sexualmente e fazia uso de drogas. [P344 – 13 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Trajetória de rua/Abrigamento, 6 E.F.]

Encontramos evidências para este processo quando comparamos adolescentes de ambos os gêneros através das menções a situações de passagem por instituições de abrigamento e da vivência de trajetória de rua. Há uma prevalência muito maior desses eventos no curso de vida das adolescentes do sexo feminino; quase seis vezes maior no caso da passagem por abrigos e pouco mais do que três vezes maior no caso da vivência de situação de rua. O valor assumido pelo p valor aponta que esses eventos são mais experienciados pelas adolescentes.



O desenvolvimento de relações afetivas com jovens envolvidos na criminalidade também pode ser responsável pelo esgarçamento dos vínculos familiares entre as adolescentes do sexo feminino. Essa situação pode representar/gerar uma série de privações econômicas, além do estreitamento desses laços afetivos, o que pode retroalimentar os processos acima descritos ao favorecer o desenvolvimento de uma trajetória infracional.

[nome da namorada] apresenta muita vontade de realizar visitas a [nome do adolescente], todavia, ela é menor de idade (16 anos de idade) e não possui a autorização da genitora para visitá-lo. Em contato telefônico, a genitora informa que não autorizará [nome da namorada] visitar o namorado na Unidade, pelo fato de considera-lo um “problema” para a filha. [P187 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside sozinho, 7 E.F.]

A genitora relatou situações de conflito familiar em virtude das relações amorosas da adolescente, todavia informou que recentemente o diálogo com a filha está melhor. Segundo a Sra. [nome da genitora], após a chegada da família em Belo Horizonte, quando [nome da adolescente] tinha 12 anos, a adolescente se envolveu com um traficante com quem teve um filho. O mesmo foi preso e não assumiu a filha. Posteriormente, [nome da adolescente] iniciou outro relacionamento e o referido namorado assumiu a paternidade da criança, inclusive sob forma legal, todavia, a família também não aprovava o relacionamento [P164 – 18 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com pai e mãe, 8 E.F.]

[nome do adolescente] tem um relacionamento de 2 anos com a [nome da namorada] que está no 1º ano do Ensino Médio, não relata envolvimento com atos ilícitos ou uso de substâncias entorpecentes. Dessa relação, eles têm a filha [nome da filha do adolescente] de 8 meses. Relata que a mãe de [nome da namorada] não aceitava a relação dela com [nome do adolescente] e quando ela engravidou, foi expulsa de casa. Conta que a relação da companheira com sua mãe era complicada. Em relação à companheira conta que eles residem numa casa cedida pela avó materna. [P350 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a companheira, EJA]

Dadas as características da sociabilidade familiar descritas anteriormente, podemos nos perguntar sobre as consequências destes processos associados às relações de gênero para a transmissão intergeracional de desvantagens sociais, principalmente no que tange aos mecanismos descritos pelas teorias da associação diferencial e de aprendizagem (SUTHERLAND, 1960) (AKERS, 1976), nos quais os ambientes de socialização podem produzir condições para o desenvolvimento de trajetórias infracionais. Crescer em uma família cujos pais são usuários de entorpecentes e/ou envolvidos com a criminalidade, facilita que um sujeito tenha definições favoráveis ao desenvolvimento de trajetórias desviantes. Isso pode naturalizar o relacionamento afetivo com pares que mantenham esse tipo de trajetória, ocasionando uma situação em que os filhos frutos dessas relações também cresçam em um ambiente que favorece processos de associação diferencial.

5.2 - Precariedade Material

A adesão e o desenvolvimento de trajetórias infracionais podem se dar como uma consequência de um sistema social perverso ou deficiente. Diante das desigualdades socioeconômicas e da ausência de um acesso igualitário a oportunidades, os jovens optariam por se envolver com a criminalidade a fim de mitigar as necessidades e obter algum tipo de ascensão social. Também podemos supor que jovens oriundos de famílias mais pobres, tem menos recursos para negociar com os diferentes agentes do Sistema de Justiça Criminal para que um determinado ato não se transforme em um boletim de ocorrência ou em uma condenação, o que teria efeitos sobre sua pontuação em nosso índice.

Conforme observamos na análise exploratória do perfil da amostra, a clientela do Sistema de Justiça Juvenil se caracteriza pela ocupação de posições baixas do espaço social. A baixa escolaridade dos genitores se converte em inserções precárias no mercado de trabalho que rendem baixos salários, o que pode se traduzir em condições de moradia precárias em localidades distantes e sem acesso a uma série de serviços e bens públicos.

A moradia do adolescente está localizada em área de risco e vulnerabilidade social no bairro [nome do bairro]. Para sobrevivência, a família (de 4 pessoas) conta apenas com a renda de R\$600,00 que a mãe recebe trabalhando (sem carteira assinada) meio período em uma lanchonete localizada próximo à sua residência, além do benefício Bolsa Família. [P305 – 17 anos, Crônico, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Para além das questões da empregabilidade dos genitores e da região de moradia, alguns eventos como a morte de um dos responsáveis, o divórcio e a subsequente ausência de auxílios financeiros, especialmente por parte dos genitores, e as consequências desses eventos podem gerar situações de precariedade material e a reorganização do desempenho dos papéis familiares, o que pode favorecer o desenvolvimento de uma trajetória infracional.

[nome do adolescente] perdeu seu pai em 2006, [nome do genitor] foi atropelado, o jovem localiza tal acontecimento a sua entrada na criminalidade, disse que após a morte do pai, a família começou a passar por dificuldades financeiras. [P10 – 18 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Em atendimento realizado com a mãe do adolescente, [nome da genitora], esta nos conta que, após a separação de seu marido, passou a ter que trabalhar em dois empregos para poder sustentar seus filhos, já que este não lhe prestava auxílio financeiro e ela não buscou seus direitos. [P 6 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

Sra. [nome da genitora] relata que se separou do pai de seus filhos, Sr. [nome do genitor], há aproximadamente 10 anos. Relata, ainda que nunca foi casada com este e que o

considerava apenas como “namorado”. Segundo afirma, após o término do relacionamento, Sr. [nome do genitor] passou a não procurar pelos filhos, além de não contribuir financeiramente com as despesas destes, fato que deixava os filhos “revoltados”. A seguir complementa que a separação do ex-companheiro repercutiu diretamente na vida financeira da família, já que para sustentar a família, teve que trabalhar- fato que não ocorria anteriormente. Sra. [nome da genitora] relata que passou a ficar o dia todo fora de casa sem poder auxiliar os filhos, que passaram a ficar sob os cuidados, ora de sua irmã, ora de pessoas da vizinhança. Informa, porém, que estes não “obedeciam a ninguém” e que ficavam a maior parte do tempo nas ruas, se envolvendo em “más companhias” e “aprendendo coisas erradas”. A seguir, afirma que sua região de moradia era permeada por violência e que os filhos conviviam com várias pessoas ligadas à criminalidade, fato que, em sua avaliação, contribuiu para as escolhas destes. [P38 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

A pressão econômica também pode ser um fator que contribui para o esgarçamento dos vínculos familiares, uma vez que, diante de situações de privação, alguns membros podem acabar indo residir com membros da família extensa como maneira de equilibrar a renda domiciliar.

Durante atendimento técnico, Sra. [nome da genitora] explicou que o filho foi residir com a avó, pois vivenciavam situação de precariedade intensa, tais como falta de luz elétrica e água, como também dificuldades de acesso à escola para [nome do adolescente], contando assim, com o apoio de Sra. [nome da avó] nos cuidados com o filho. [P186 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

Os irmãos de [nome do adolescente] residem com o [nome do genitor], pois sua mãe não possui condições financeiras para mantê-los [P33 – 15 anos, Ocasional, Masculino Pardo, Reside com a avó, 5 E.F.]

De maneira geral, a privação econômica pode contribuir para a exclusão dos jovens de uma série de experiências típicas dessa faixa etária, como o lazer e a escolarização, fomentando um imperativo de contribuir de algum modo com as despesas da família, além dos sentimentos de frustração e revolta diante da situação vivenciada.

Seu sonho era ser jogador de futebol e ele treinava na escolinha do América, mas deixou a atividade, porque sua mãe não teve mais como pagar as mensalidades. [P228 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

Relatou em atendimento com a pedagoga que a mãe sempre o incentivou nos estudos e que o acompanhava na escola, porém, parou de estudar em 2015, na ocasião em que havia concluído o 7º ano do Ensino Fundamental disse que passava por dificuldades financeiras e resolveu procurar um emprego para ajudar em casa. [P139 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Depois que começou a trabalhar com jardinagem e atualmente como servente de pedreiro, não pensa mais em estudar. Diz que chega muito cansado em casa e não tem disposição para frequentar as aulas. Gostava de matemática. Estudou até a 6ª série do ensino

fundamental. [P76 – 15 anos, Ocasional, Masculino, -, Reside com a mãe, EJA]

A evasão do espaço escolar, seja em função do trabalho, do início ou do maior engajamento em uma trajetória infracional pode resultar num empobrecimento da família. Isto pode se dar, uma vez que ao abandonar a escola, o jovem deixa de cumprir as condicionalidades para a inserção no Bolsa Família, causando assim a perda de uma renda importante para a mitigação da situação de precariedade material.

Foi informado à [nome da genitora] sobre a possibilidade de recadastrar no Bolsa Família, a mesma informa que descumpriu as condicionalidades do programa quando [nome do adolescente] evadiu da escola [P18 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com pai e mãe, 4 E.F.]

A família informa que estão cadastrados no CRAS da região. Foi solicitada a inclusão para o recebimento de benefício do programa Bolsa Família, mas não é possível porque [nome do adolescente] não estava frequentando a escola. [P134 – 16 anos, Crônico, Masculino, Preto, Reside com pai e mãe, 8 E.F.]

Ainda que existam políticas públicas de transferência de renda, é possível que o valor destinado à família não se traduza no tipo de acesso ao consumo ou na independência financeira preconizados pelo jovem. Esse valor ainda pode ser considerado baixo, sendo mais rentável o engajamento em alguma atividade laboral. Diante dessa situação, é perfeitamente compreensível o fato de que cerca de 64,1% dos adolescentes da amostra declararam já ter exercido alguma atividade laboral ainda que momentânea e, na maioria das vezes, informalmente, especialmente em ocupações manuais que exigem pouca qualificação, como ajudante de pedreiro, pintor, mecânico ou lavador de carros.

[nome do adolescente] informa ter começado a trabalhar com 13 anos de idade com o pai, que é pedreiro na função de servente de pedreiro. Tendo achado pesado o trabalho na construção civil. Posteriormente o adolescente exerce “bicos” no ramo de jardinagem, para ter, segundo ele, “o que seus pais não podiam lhe dar”. Com o dinheiro do trabalho, adquiriu bens duráveis para seu quarto e gastava com lazer [P133 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com o pai, 7 E.F.]

Assim, o adolescente iniciou sua experiência no campo da profissionalização, trabalhando como atendente da lanchonete Bob's, tendo sua CTPS assinada. Segundo o adolescente, o valor recebido era de R\$3,90 por hora trabalhada, jornada de trabalho era de segunda a domingo, com uma folga de segunda a sexta e, além desta, de 15 em 15 dias usufruía mais uma folga, aos domingos. Além desta experiência, o adolescente também trabalhou como servente de pedreiro com seu tio, recebendo o valor R\$180,00 reais por semana. Trabalhava de segunda a sábado no período da manhã. Com o dinheiro que recebia, o adolescente ajudava sua mãe e comprava bens de consumo para si próprio como roupas, tênis etc. [P222 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

O desempenho de ocupações, na maioria dos casos caracterizada pela precariedade e pela incompatibilidade com a fase do desenvolvimento etário em que estes jovens se encontram, também podem acabar se configurando como insuficientes para suprir as necessidades materiais e os anseios de consumo. Neste sentido, é possível que a qualidade dos vínculos laborais estabelecidos funcione como um mecanismo capaz de interromper ou favorecer o desenvolvimento de uma trajetória infracional.

Informa que já trabalhou como ajudante em uma gráfica de um conhecido na [nome da comunidade], em Belo Horizonte/ MG. Recebia R\$50,00 por semana e relata que com o dinheiro recebido não dava para comprar nada. [P108 – 17 anos, Crônico, Masculino, Preto, Mora com família extensa, 7 E.F.]

Quanto a profissionalização e trabalho, [nome do adolescente] trabalhou como atendente em uma lanchonete durante dois meses, entre junho e agosto deste ano. Todavia as condições de trabalho, como elevada carga horária, levaram a jovem a se desligar do emprego [P164 – 18 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com pai e mãe, 8 E.F.]

Atualmente [nome do adolescente] trabalha em um restaurante [nome do estabelecimento] e pretende continuar no trabalho. Está gostando de trabalhar e quer continuar no serviço onde está. Sua carteira de trabalho será assinada. Diz ainda não ter a carteira assinada por estar organizando seus documentos. Pretende comprar sua casa e ajudar sua mãe. No momento pretende continuar a trabalhar e voltar a estudar. [P30 – 17 anos, Ocasional, Masculino, -, Reside com a mãe, 7 E.F.]

[nome do adolescente] assim que admitido, reinicia suas atividades laborativas com carga horária de seis horas no depósito do Sr. [nome do patrão do adolescente], local em que já trabalhava anteriormente a medida imposta. [nome do adolescente] desempenha a atividade como auxiliar de almoxarifado e conferente de materiais e relata que uma das condições estabelecidas pelo proprietário e “pai adotivo” é que o adolescente permaneça na escola e não abandone os estudos. Em visita ao local de trabalho, o Sr. [nome do patrão do adolescente] relata que apesar do adolescente ser seu filho, na relação trabalhista é tratado como os demais funcionários, pois é muito rígido tanto com o salário pago assim com a responsabilidade do adolescente nas suas atribuições. Acrescenta que diante da crise que se passa no país, o sr. [nome do patrão do adolescente] está se organizando para legalizar as condições trabalhistas de [nome do adolescente], uma vez que após o cumprimento da medida, o mesmo continuará a trabalhar no depósito no qual acreditava que a tendência é que [nome do adolescente] venha auxiliar na administração do local. [P343 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com família adotiva, 9 E.F.]

Neste contexto, a interrupção do vínculo laboral de um jovem pode ser um ponto de virada importante com relação ao início da trajetória infracional. A conquista de algum tipo de independência financeira frente à situação precária da família é um ponto de afirmação da individualidade que um sujeito dificilmente gostaria de se ver privado. Dessa forma, essa autonomia pode ser vista como um valor que deve ser defendido a qualquer preço. Também é importante frisar que o cometimento de um ato infracional e a estigmatização decorrente

deste evento pode causar uma interrupção na trajetória laboral, aumentando a vulnerabilidade socioeconômica e potencializando o desenvolvimento da trajetória infracional

[nome do adolescente] iniciou a prática infracional por volta dos 14 anos, envolvendo-se com o tráfico da região da [nome do bairro], tendo como motivação a necessidade de dinheiro, pois tinha parado de trabalhar e sua família não tem condições de proporcionar os desejos materiais dele. Atuando pela primeira vez no tráfico, por sua vontade, procurou o traficantes da região que são de fácil acesso. [P348 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Após residir com o pai, [nome do adolescente] adquire experiência laborativa em um depósito de materiais de construção onde permaneceu cerca de dois anos e interrompeu a atividade após ser acautelado. [P175 – 16 anos, Ocasional, Masculino, -, Reside com o pai, -]

O jovem informa que realizou curso de Auxiliar Administrativo na ASSPROM e foi encaminhado pela empresa para trabalhar como Auxiliar de Escritório em uma conceituada empresa, recebendo um salário de R\$650,00 mensais. De acordo com a CTPS, sua admissão se deu em 01/08/2012 e a demissão em 31/07/2013. O jovem relata que, nesse período, foi acautelado, perdendo a oportunidade de trabalho. [P34 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 2 E.M.]

Assim, os jovens expostos a um contexto de privação econômica, diante de opções precárias de inserção no mundo do trabalho e de situações de interrupção da trajetória laboral, podem enxergar no cometimento de roubos e na inserção no tráfico de drogas opções mais viáveis para complementar ou mesmo garantir uma renda considerada adequada para remediar a situação de precariedade material familiar, além de vislumbrarem a possibilidade de algum acesso ao universo do consumo e alguma independência financeira.

Destaca-se que o adolescente se manteve nas duas atividades até o período que antecedeu o seu acautelamento. Sobre isso, afirma que trabalhava durante a semana como servente de pedreiro e aos finais de semana atuava no tráfico de drogas. Além disso, como trabalhava informalmente, em alguns momentos, pedia férias para o patrão e permanecia apenas no tráfico. [P 6 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

[nome do adolescente] relata que quando trabalhava na padaria, achava que o valor que recebia era pouco e, por isso, resolveu sair, pois o envolvimento com o crime lhe rendia dinheiro mais fácil. [P200 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a avó, 5 E.F.]

Assim, insatisfeito com a sua remuneração, [nome do adolescente] vislumbrou no tráfico uma alternativa para o quesito financeiro, desligando-se então do trabalho e iniciando sua trajetória infracional. [P281 – 18 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Isso é visível nas justificativas dadas pelos adolescentes aos técnicos do socioeducativo para explicar por que se envolveram com o crime. Percebe-se que numa

situação de necessidade, o engajamento em uma trajetória infracional pode ser visto como uma forma de defender a família da necessidade, causando um afrouxamento dos controles normativos ou até mesmo uma certa permissividade no âmbito familiar.

Afirma que entrou para a criminalidade por que sua mãe não tinha condições de manter a casa, que inclusive já faltou comida para ele e seus irmãos, “às vezes só comia angu”. Diante dessa realidade, encontrou no tráfico a oportunidade de ganhar dinheiro e conseguir alimentação, bens materiais, incluindo roupas e brinquedos, e o sustento dos irmãos. Sobre isso, a mãe, Sra. [nome da genitora], concorda com o relato de [nome do adolescente] sobre sua entrada para a criminalidade. Diz: “não vou mentir, às vezes quando ele tinha dinheiro ele me dava, pra comprar alguma coisa. Às vezes ele mesmo comprava, nem precisava pedir. [P27 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Também é explícito nessas justificativas que, diante da privação econômica vivenciada pela família, um adolescente pode compreender sua situação de dependência financeira frente à família como indesejável e a trajetória infracional como uma forma de ganhar o próprio dinheiro para garantir o acesso as formas de lazer e consumo típicas de sua faixa etária.

[nome do adolescente] relata que cometia roubos e furtos porque não queria ser sustentado pela mãe, pois a sua mãe era “sozinha” e trabalhava muito para sustentar os três filhos. O adolescente reitera que queria ajudar a família, uma vez que se preocupava com o fato de sua mãe trabalhar excessivamente. [P48 – 16 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 7 E.F.]

No que diz respeito à trajetória infracional, a adolescente expõe que, na maioria das vezes, cometia os atos infracionais movida pela vontade de usar drogas ou para adquirir roupas ou produtos de beleza. [P21 – 15 anos, Crônico, Feminino, Pardo, -, 6 E.F.]

Disse que se envolveu no ato infracional, porque queria comprar uma bicicleta e precisava do dinheiro. [P285 – 13 anos, Ocasional, Masculino, -, Reside com pai e mãe, 7 E.F.]

Informa que “deixou se levar pelo dinheiro” (sic). Com o dinheiro do tráfico, o adolescente adquiriu roupas, televisão, videogame e uma motocicleta. [P118 – 17 anos, Crônico, Masculino, Preto, Reside com pai e mãe, 8 E.F.]

O adolescente apresentou dificuldades para falar sobre quais motivos o teriam levado a cometer os atos infracionais dos quais está sendo responsabilizado, relatou, até o momento que um dos fatores relevantes foi seu desejo de consumo: sonha em ter uma moto. [P58 – 18 anos, Ocasional, Masculino, Amarelo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Observou-se, através das entrevistas, que [nome do adolescente] iniciou sua trajetória infracional com objetivo de obter dinheiro para compra de roupas, tênis, celular e outros objetos para benefício próprio. [P101 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F.]

A adolescente relatou que a motivação partiu do uso de drogas que fazia na época. Devido à precariedade financeira de sua família, acabou vendendo drogas para manter o seu

consumo de maconha e para comprar alguns objetos que desejava. [P107 – 15 anos, Ocasional, Feminino, -, Reside com a mãe, EJA]

A precariedade material ainda pode influenciar no engajamento da família no cumprimento da medida socioeducativa. Famílias mais pobres têm menos condições de se engajarem no cumprimento da medida, uma vez que esta envolve deslocamentos do adolescente e/ou do responsável para atendimentos (no caso das medidas em meio aberto) e visitas (no caso de medidas em meio fechado). Além disso, em algumas situações, a inserção precária dos genitores no mercado de trabalho e a vergonha de ter de pedir algum tipo de auxílio financeiro também são mecanismos associados à precariedade material que podem contribuir para o não engajamento dos familiares na medida. Essas situações propiciam o esgarçamento dos vínculos familiares, contribuindo para o florescimento de um sentimento de abandono por parte dos adolescentes, o que por sua vez pode interferir no processo de responsabilização, levando a continuidade da trajetória infracional.

No início da medida, quando a família residia em Belo Horizonte e o adolescente se encontrava no CEAD, [nome da genitora] comparecia à unidade semanalmente. Após a mudança do adolescente para o Centro Socioeducativo de [nome da cidade do interior de Minas Gerais], seu comparecimento semanal foi impossibilitado, uma vez que a mãe relatava não possuir condições financeiras suficientes. Com o retorno do adolescente ao CEAD de Belo Horizonte, o comparecimento da genitora ainda não ocorreu. Em atendimento [nome do adolescente] relata não ver a mãe há 5 meses [P103 – 14 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 7 E.F.]

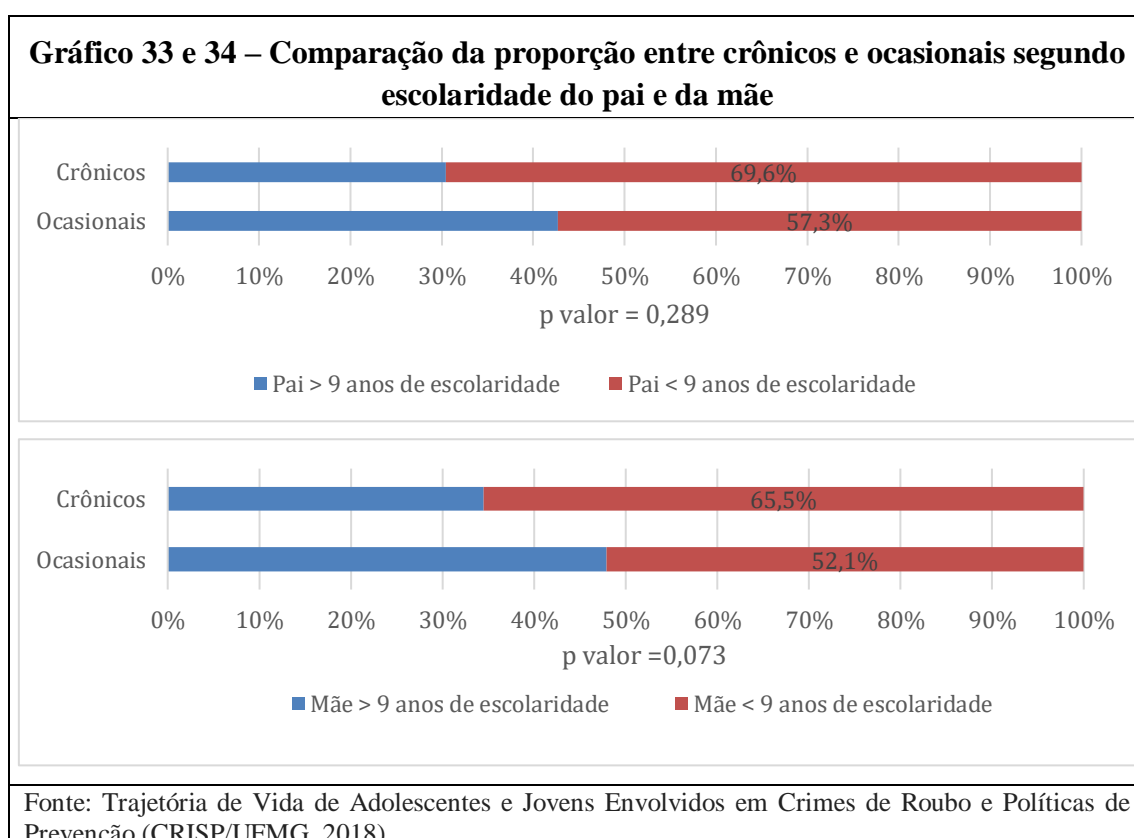
Em atendimento, a genitora relatou dificuldades financeiras de visitar o adolescente semanalmente e, diante disso, foi orientada a procurar o CRAS que já acompanha a família para solicitar vale social pra custear a passagem do transporte público. A genitora informou que é cadastrada no CRAS da região, recebe cesta básica, porém, se sente desconfortável de relatar ao serviço que tem um filho acautelado e, por isso, não quer solicitar tal benefício. Ela relata que o desconforto se refere à situação já ter acontecido com ela; pois segundo [nome da genitora], ela ficou presa por dois meses. [P310 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Quanto ao genitor, igualmente à primeira internação de [nome do adolescente], ele não se faz presente na medida. A genitora verbaliza que a ausência do genitor se dá por motivo de trabalho, salientando que o pai desempenha a atividade de pedreiro, geralmente em cidades distantes de Belo Horizonte. [P92 – 17 anos, Crônico, Masculino, -, Reside com pai e mãe, 1 E.M.]

Diante do exposto, assumimos como hipótese que os jovens integrantes do grupo crônico possuam um menor status socioeconômico do que os jovens do grupo ocasional. As variáveis ligadas a esse eixo explicativo são a renda per capita e a escolaridade dos pais.

A renda per capita foi operacionalizada como variável contínua. Observamos que a média de renda entre os ocasionais é R\$499,98, enquanto entre os crônicos esta média é de R\$367,50. Constatada a homogeneidade da variância, o teste t assume o valor p de 0,067. Dessa maneira, podemos assumir a possibilidade de alguma associação entre uma menor renda per capita e o pertencimento ao grupo dos crônicos, ainda que o intervalo de confiança passe pelo valor 0, sugerindo que pode não haver diferença entre os grupos.

A escolaridade dos pais é uma variável binária a qual os pais que possuem menos de 9 anos de escolarização são a categoria de referência (=1). Ao observar a distribuição da escolaridade dos pais, percebemos que há uma prevalência de jovens que possuem pai e mãe com menos de 9 anos de escolaridade no grupo dos crônicos. No entanto, o p valor nos aponta evidências de associação estatística somente para a escolaridade da mãe, o que é esperado, dado a prevalência de famílias monoparentais femininas e a ausência de informações sobre grande parte dos pais.



Em síntese, encontramos moderadas evidências sugerindo que os adolescentes pertencentes ao grupo crônico são mais pobres que aqueles que pertencem ao grupo ocasional.

5.3 - Exposição À Institucionalidade Pública

A exposição limitada dos jovens brasileiros à institucionalidade pública e aos mecanismos públicos de transmissão da ‘herança cultural’, especialmente a escola, faz com que o Estado participe apenas marginalmente do ordenamento das trajetórias de vida de seus cidadãos. Uma dessas formas de participação praticadas nas margens se dá justamente através das agências do Sistema de Justiça Criminal. Dessa forma, dividimos a argumentação do presente eixo explicativo em dois itens: a escola e a idade da primeira passagem pelo sistema.

ESCOLA

A maior adesão a instituições como a escola orienta o curso de ação dos jovens para o futuro, possibilitando a formação de mecanismos de autocontrole, ao mesmo tempo que diminui a pressão para início precoce de trajetórias tipicamente associadas à adultez. O rompimento com essas instituições, por outro lado, pode representar a vivência antecipada de alguns tipos de eventos normativamente relacionados à vida adulta, levando a uma reorientação do curso de ação para o presente imediato, contexto que propicia o engajamento de um sujeito em atos de forma irrefletida e impulsiva. Além disso, a evasão escolar também pode representar uma situação em que um sujeito deve buscar por si próprio meios de inscrição social, sendo a criminalidade uma das maneiras possíveis.

Assim, a defasagem escolar é um indicador interessante, na medida em que pode refletir a relação do jovem com a escola. No entanto, trata-se de um fenômeno complexo por si só e que pode ser explicado por uma série de fatores e eventos, não necessariamente ligados ao início e ao desenvolvimento de uma trajetória infracional. Como explicitado anteriormente o ingresso precoce no mercado de trabalho pode ser um deles.

Na análise de conteúdo, detectamos outros eventos que serviram como pontos de virada relacionados à defasagem e à interrupção da trajetória escolar. Situações de instabilidade ou ruptura dos laços familiares como brigas, divórcio e a morte de um dos genitores podem tanto abalar psicologicamente os jovens como desarticular os controles intrafamiliares, fazendo com que o jovem se desinteresse ou simplesmente deixe de frequentar o espaço escolar.

A adolescente iniciou os estudos no maternal, permaneceu na mesma escola até a 4ª série. Foi reprovada na 5ª série, segundo a adolescente por fragilidade emocional após a separação dos pais. [P331 – 17 anos, Ocasional, Feminino, -, Reside com o pai, 3 E.M.]

Sobre a escola, [nome da adolescente] está matriculada e frequente no 2º ano do Ensino Médio. A jovem relata que no ano em que ocorreu a briga ela repetiu por duas vezes a série que cursava e justifica seu atraso escolar em razão do fato que gerou o ato infracional. [P336 – 16 anos, Ocasional, Feminino, -, Reside com pai e mãe, 2 E.M.]

[nome da adolescente] evadiu da escola há quatro anos, tendo interrompido os estudos no 5º ano do Ensino Fundamental logo após a morte de sua mãe, sendo sua última escola localizada no Rio de Janeiro; porém a adolescente não sabe o nome da mesma. [P191 – 17 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com o companheiro, 6 E.F.]

Uma mudança residencial também pode causar a defasagem escolar. A limitação da oferta de vagas no lugar de destino, problemas com a transferência de documentos entre as escolas e até mesmo a falta de vínculos com o território e os equipamentos educacionais disponíveis podem funcionar como contingências que propiciam a distorção entre o ano escolar e a idade de um sujeito.

O adolescente abandonou os estudos no ano de 2014, quando cursava o primeiro ano do Ensino Médio na cidade de [nome da cidade do interior do Espírito Santo] e em 2015 não se matriculou porque não havia recebido a documentação de transferência de lá. [P327 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Sobre o eixo escolarização o adolescente relata que cursou até o 4º ano do ensino fundamental, e que parou de estudar, pois residia com sua genitora e esta mudou de residência, sendo que ao mudar não conseguiu vaga para o adolescente na escola do novo bairro. [nome do adolescente] relata que a partir de então não frequentou mais a escola. [P200 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a avó, 5 E.F.]

[nome do adolescente] informou que interrompeu os estudos no meio do primeiro semestre de 2013, quando cursava a 7ª série do ensino fundamental na modalidade Educação para Jovens e Adultos/ EJA. Entretanto, ao mudar para o bairro [nome do bairro], o jovem não conseguiu vaga escolar por desconhecer as escolas existentes na comunidade. [P84 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

Além disso, alguns eventos biológicos como uma doença ou uma gravidez podem prejudicar a frequência escolar, propiciando uma discrepância entre o ano frequentado e a idade. No caso da gravidez, trata-se ainda de um evento que potencialmente significa uma transição entre a minoridade e a maioridade. Essa transição e a adoção do papel de mãe representam o acúmulo de novas responsabilidades, que podem ser percebidas como mais importantes do que a continuidade do processo de escolarização.

Quando questionado sobre a educação dos filhos, a mãe disse que [nome do filho] sempre foi uma criança muito doente, que teve leucemia e por isso não foi para a escola. [P46 – 13 anos, Ocasional, Masculino, -, Reside com a mãe, 1 E.F.]

Em relação ao contexto escolar, a adolescente abandonou os estudos em dezembro de 2013, quando concluiu o 8º ano na Escola Municipal [nome da escola]. Segundo [nome da adolescente], com o nascimento de sua filha, em 28 de abril do referido ano, o seu envolvimento com a escola sofreu rupturas. Deste modo, preferiu cuidar da criança a continuar os estudos [P164 – 18 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com pai e mãe, 8 E.F.]

Percebemos que a questão do desinteresse é uma tônica comum nas narrativas presentes nos PIAS no que diz respeito a defasagens no processo de escolarização e na ruptura dos jovens com a escola.

[nome do adolescente] estudou regularmente até a 6ª série/7º ano na EE. [nome da escola] quando deixa os estudos por falta de interesse no ano de 2013. [P143 – 15 anos, Ocasional, Masculino, -, Reside com a mãe, 7 E.F.]

[nome do adolescente] parou de estudar ainda este ano. Relata que é bom aluno e consegue aprender com facilidade, reconhece que as reprovações foram por não se empenhar e levar sem comprometimento os estudos. [P116 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

Apesar disso, a relação do desinteresse com a defasagem entre a idade e o ano escolar também pode se dar por diferentes processos que merecem ser explicitados de maneira mais clara. Em primeiro lugar, podemos pressupor que o baixo status socioeconômico (especialmente a baixa escolaridade das genitoras), que caracteriza a clientela do Sistema Socioeducativo, seja um fator relevante para explicar a defasagem escolar neste público. O desconhecimento do repertório cultural exigido pelo ambiente escolar para a decodificação dos conteúdos transmitidos pode propiciar o surgimento de uma série de dificuldades que não podem ser sanadas no âmbito familiar, levando a não identificação do jovem com espaço escolar (BOURDIEU; PASSERON, 1975). Dado que os jovens pertencentes ao grupo crônico são em média mais pobres que os jovens do grupo ocasional, é de se esperar que se verifique uma maior defasagem entre a idade e o ano escolar neste grupo.

No que se refere aos aspectos escolares, [nome do adolescente] afirma ter cessado os vínculos por causa da dificuldade encontrada em algumas matérias do ensino médio. Diz que a mãe e a avó não tinham condições de o auxiliar, uma vez que ambas possuíam uma formação incompleta do ensino fundamental. [P102 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Na escola o adolescente apresenta dificuldades de aprendizagem em algumas disciplinas, demonstra desinteresse pelas atividades propostas em sala de aula acarretando baixo aproveitamento e notas insuficientes. [P11 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

O adolescente apresenta dificuldade de interpretação de texto, tem uma leitura silábica e muitos erros ortográficos, foi retido no 5º ano do ensino fundamental e não apresentava problemas disciplinares, nunca foi suspenso ou expulso. [P74 – 14 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

Em alguns casos, chama atenção a enorme defasagem em relação ao conteúdo, isto é, a situação em que uma pessoa frequenta uma série compatível com sua idade sem que tenha aprendido os fundamentos necessários para compreender aquilo que é ensinado. Isso demonstra uma negligência da instituição escolar frente ao desempenho e ao aprendizado dos alunos.

No que concerne aos aspectos relativos à escola, verificou-se que embora o adolescente tenha frequentado o correspondente ao 8º ano do Ensino para jovens e adultos, o mesmo apresenta baixa alfabetização, com dificuldades para escrita, leitura e comunicação [P258 – 15 anos, Ocasional, Masculino, -, Reside com a avó, 8 E.F.]

Quanto a relação do adolescente com a escola, esse tem sido frequente e encontra dificuldades em relação aos temas abordados alegando que chegou à série em que se encontra por que a escola o aprovava mesmo sem saber ler e escrever. [P234 – 16 anos, Crônico, Masculino, Preto, Reside com a mãe.6 E.F.]

As dificuldades no âmbito escolar também podem estar relacionadas a outros eventos e fatores como as situações ocorridas na esfera familiar, a qualidade dos vínculos desenvolvidos nesta esfera e os possíveis problemas cognitivos entre os jovens. Diante da má qualidade do ensino ofertado e da já mencionada negligência da escola para com os jovens, podemos nos perguntar se o despreparo dos profissionais da educação para lidar com as dificuldades de aprendizagem, com as questões surgidas na esfera familiar e com outras questões típicas da juventude não acaba funcionando como um mecanismo capaz de produzir desinteresse, apatia, além de discrepâncias entre o ano escolar, o conteúdo aprendido e a idade dos jovens.

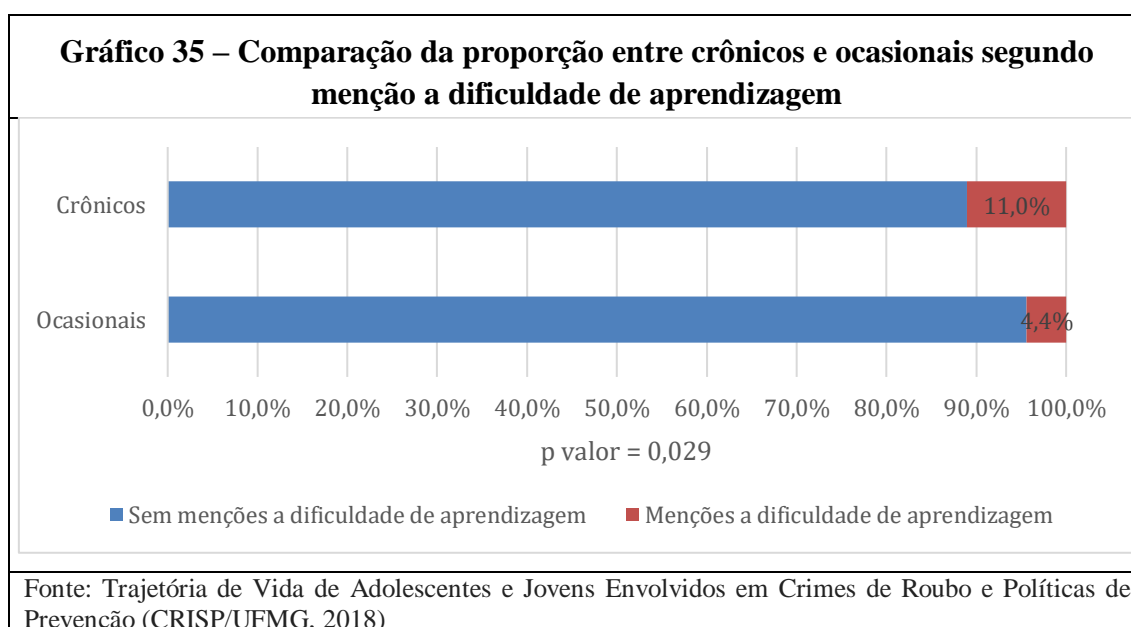
O adolescente afirma possuir dificuldade de aprendizagem. [nome da genitora] que verbaliza quando [nome do adolescente] era criança caiu de bicicleta e bateu a cabeça e que após este acontecimento o adolescente começou a apresentar dificuldades de aprendizagem. [...] [nome da genitora] supõe que esta dificuldade também esteja relacionada com a morte do irmão, já que tal fato abalou muito o adolescente. [nome da genitora] já colocou [nome do adolescente] em aulas particulares, porém não obteve sucesso. Ambos verbalizaram que [nome do adolescente] esquece todas as informações com facilidade. A genitora afirma que [nome do adolescente] possui um bloqueio para estudar “[...] ele parece que tem medo de

estudar, tem um bloqueio [...] (sic), pois seus familiares zombam de sua dificuldade. [P90 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 7 E.F.]

De acordo com a equipe pedagógica, [nome do adolescente] se apresenta na fase de escrita pré-silábica com utilização de letras e números, sem atribuição de sentido aos símbolos numéricos. Copia seu nome completo e apresenta noções de adição e subtração com o apoio do material concreto; confunde-se na compreensão de conceitos básicos como direita/esquerda. Em alguns momentos fica aéreo, disperso, com pouca concentração e participação. Apresenta dificuldades para compreensão de textos simples, como o gênero de anedotas. [P111 – 13 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 6 E.F.]

Relata ainda que sempre teve muita dificuldade para aprender e que esquece as coisas com facilidade, tal informação também aparece no relato de sua tia, que diz que desde muito novo [nome do adolescente] dava sinais de ter algum problema ou dificuldade na escola, relata que durante as aulas o adolescente não prestava atenção e parava por longos momentos olhando para o nada. [P200 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a avó, 5 E.F.]

Assim, uma maior defasagem entre os crônicos também poderia ser tomada como um indicador de dificuldade de aprendizagem. Esse fato é corroborado pela quantificação das menções a dificuldades de aprendizado nos relatórios técnicos do socioeducativo. Encontramos uma proporção quase três vezes maior de relatos desse tipo no grupo crônico do que no grupo ocasional, sendo que o p valor sugere uma associação entre a dificuldade de aprendizagem e a pertença ao grupo crônico.



Essas dificuldades podem se traduzir numa série de consequências, uma vez que alunos que apresentam problemas de aprendizagem podem ser estigmatizados por seus pares, sendo excluídos de atividades e das relações de modo geral. Nesse sentido, o sentimento de

rejeição pode funcionar como um mecanismo associado à perda de interesse pelo processo de escolarização e à evasão escolar.

O processo de escolarização de [nome do adolescente] na infância foi um pouco conturbado. Inserido aos 5 anos na E.M. [nome da escola], no bairro [nome do bairro] em [nome da cidade da RMBH], o socioeducando apresentou inúmeras dificuldades de aprendizado e atenção, tais impasses fizeram com que ele se sentisse excluído. [...] Quanto ao histórico de saúde, a família informa à equipe de atendimento quanto a um acompanhamento desde a infância em sua região de moradia devido a dificuldades na escola em que estudava. Foi encaminhado através da escola para o atendimento psiquiátrico, onde se identificou hipóteses diagnósticas de “dislexia” e “hiperatividade”, segundo a genitora. [P348 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 6 E.F.]

A adolescente afirma que apesar de não gostar de estudar, quer retornar aos estudos, pois quando estava no [nome da unidade de internação] participava das aulas e teve muita dificuldade na escrita, leitura as vezes até na pronúncia de algumas palavras por ficar nervosa; sentia-se isolada em sala de aula e rejeitada pelas colegas. [P269 – 15 anos, Ocasional, Feminino, -, Trajetória de rua/abrigo, 5 E.F.]

Esse processo de exclusão também pode ser verificado entre os jovens que não alegaram dificuldades de aprendizagem, mas que se encontram defasados. Dependendo do número de anos de defasagem, as diferenças físicas e psicológicas entre os jovens com a idade adequada para o ano escolar e os jovens defasados tornam-se incontornáveis, de modo que os primeiros preferem afastar-se dos últimos.

Acrescenta que repetiu o sexto ano devido às dificuldades que encontrou nas disciplinas de matemática e geografia. Destaca que abandonou os estudos porque foi matriculado em uma turma a qual apresentava alunos muitos jovens, afirma que “os meninos eram muito pequenos”. [P27 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Na escola acima mencionada, o adolescente socializa que foi matriculado para cursar a 6ª série (7º/9º do Ensino Fundamental), foi estudar a noite por que os alunos da manhã tinham medo dele: “ah estudar a noite era mó embaçado sô! Os menorzim do turno da manhã tinham medo de mim, mas só por causa do meu tamanho tá ligada??” sic [P109 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 6 E.F.]

Uma consequência deste processo é que a exclusão de grupos “conformistas” favorece a aproximação de um jovem dos grupos de pares “desviantes”. O início do uso de drogas pode ser tomado como um indicador disto, uma vez que este depende de um processo de aprendizagem possibilitado pelo contato com outros indivíduos mais experientes. Além disso, o consumo de entorpecentes pode contribuir para acentuar ainda mais o desinteresse e aumentar significativamente a defasagem escolar entre os jovens.

O adolescente relata que desde os 13 anos não sabe o que é escola, não estudava direito e na última escola que frequentou estava na 5ª série. Alega que aos 13 anos seus problemas começaram, se envolveu com colegas que usavam e vendiam drogas, afetando a sua participação na escola. [P 5 – 17 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com o pai, 5 E.F.]

Relatou que algumas vezes percebia que ele havia fumado maconha antes de entrar para a escola, mas não o impedia de assistir a aula. Em sala, o aluno era disperso, não fazia nada, não copiava, não fazia as atividades e brincava muito. Informou também que o adolescente tinha bom relacionamento com os outros alunos e, nesta escola, não foi suspenso e nem expulso. [P103 – 14 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 7 E.F.]

A mãe do adolescente, [nome da genitora], relata que o filho começou a comparecer à escola com sintomas de uso da substância, uma vez que passou a chamar à atenção dos professores por dormir durante toda a aula. Quando conseguia permanecer desperto, apresentava dificuldades de atenção e concentração, o que provocou os professores a convidá-la para comparecer na instituição com o objetivo de uma conversa. [nome da genitora] alega ter sido dessa forma, que soube que [nome do adolescente] estava fazendo uso de substâncias ilícitas. [P48 – 16 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Como discutimos anteriormente, a proximidade aos grupos de pares desviantes, também contribui para o desenvolvimento e consolidação de uma trajetória infracional. Com isso, os jovens são colocados em contato com situações e experiências que podem prejudicar a frequência escolar, reorientar os cursos de ação para o presente imediato e levar à evasão escolar.

Iniciou o 1º ano do ensino médio em 2014, na mesma escola, porém não deu seguimento. De acordo com o jovem, interrompeu os estudos por ter achado, naquele momento, que a escola não fazia mais sentido para a sua vida, este fato foi na mesma época que começou seu envolvimento com a criminalidade. [P281 – 18 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

O adolescente relata que o último ano que frequentou a escola foi em 2012. Diz que estava cursando a sexta série do ensino fundamental na Escola Municipal [nome da escola]. De acordo com [nome do adolescente], ia a escola de vez em quando, pois estudava na parte da manhã e não conseguia levantar cedo, uma vez que ficava a noite toda acordado vendendo e usando drogas. [nome do adolescente] disse que gostava muito de estudar, porém iniciou o uso de drogas e não conseguia prestar atenção nas aulas. [P20 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

Outra das consequências desse processo pode ser uma resposta agressiva, por parte do jovem, direcionada aos colegas e aos educadores. Desse modo, os sentimentos de rejeição e negligência podem fomentar uma insatisfação com a escola que pode ser expressada por meio da violência. Nesse sentido, a questão da violência dentro da escola e contra a escola deve ser encarada não como um ato individual desconectado das relações estabelecidas neste

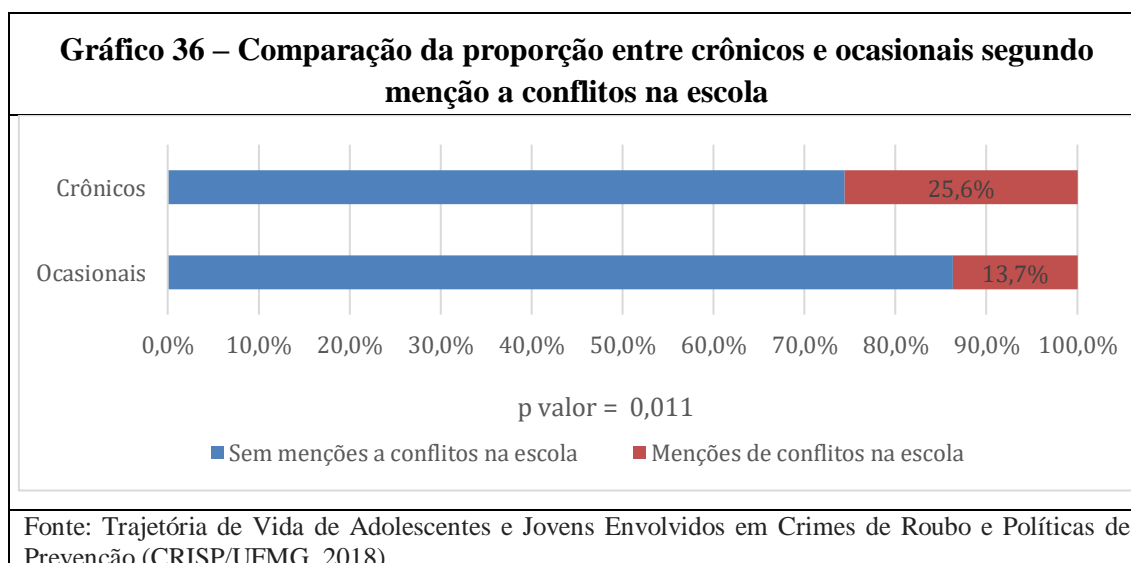
meio, mas como uma categoria relacional que conecta o sujeito e o ato ao ambiente no qual ela se desenrola.

Segundo a atual diretora da única escola que [nome do adolescente] estudou a relação com o Espaço Escolar não foi uma experiência boa. O socioeducando no período que esteve como aluno da Escola Estadual [nome da escola], na pré-adolescência, se envolveu em brigas e confusões e por algumas vezes a relação com as figuras de autoridades da escola se tornou delicada devido à falta de respeito e disciplina. [P152 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Trajetória de rua/abrigo, 6 E.F.]

Anteriormente [nome do adolescente] estudava na Escola Estadual [nome da escola], na qual afirma ter cursado até o 9º ano do Ensino Fundamental, porém sem concluir essa fase da escolarização. Nessa escola chegou a ser suspenso, pois, segundo suas falas, aprontava muito. Jogava bomba constantemente na escola e, por este motivo, foi apelidado pelos demais colegas como “Bin Laden”. [P 6 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

Em relação à vida escolar pregressa, [nome do adolescente] relata que estava matriculado na Escola Estadual [nome da escola] no 1º ano do Ensino Médio, mas não frequentava as aulas há mais de dois meses por ter perdido o interesse, além de ter sido suspenso e expulso. Sobre a expulsão, informa que o uso de boné na escola era proibido, mas sempre insistia em utilizá-lo, sendo então advertido pela diretora da escola que pegou o boné e disse que só devolveria no final do ano letivo, fazendo-o ficar sem o mesmo e decidiu dar uma cadeirada na diretora, que ficou machucada. A partir desse episódio foi expulso e não retornou aos estudos. [P32 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Ao quantificar as menções a conflitos na escola nos relatórios analisados, percebemos uma proporção duas vezes maior desse tipo de evento entre os adolescentes que integram o grupo crônico. Além disso, o p valor fornece indícios de uma associação entre esses conflitos e a pertença ao grupo crônico.



Diante deste cenário, é comum que esses conflitos acabem por ocasionar a expulsão dos jovens do espaço escolar, culminando na interrupção dessa trajetória. Também é comum que as primeiras passagens pelo Sistema de Justiça Juvenil possam se dar por conflitos ou situações ocorridas no interior da escola. Isso também contribui para o processo de estreitamento dos laços com pares “desviantes” e para o desenvolvimento e consolidação de uma trajetória infracional.

O adolescente [nome do adolescente] está em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistindo pela prática do ato infracional semelhante ao tipificado no Art.33 do CPB. O jovem relatava de forma sucinta sobre o ato praticado, dizendo apenas que estava na escola com a posse de vinte buchas de maconha escondidas em seu tênis, o adolescente afirma que faz uso da substância. [P19 - , Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F.]

No que se refere ao processo de escolarização o jovem apresenta histórico de atitudes indisciplinadas no âmbito escolar. O adolescente ia passar por duas escolas estaduais: [nome da escola] e [nome da escola], durante o percurso estudantil foi convidado a mudar de local de estudo após se envolver em brigas e confusões em decorrência de jogos de futebol. Cabe salientarmos que a prática infracional análoga ao art. 331 do código Penal (Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela) se deu em ambiente escolar, quando o referido xingou a funcionária da biblioteca após essa ter lhe negado o direito de ir ao banheiro. [P140 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

No dia 9 de julho de 2015, praticou ato similar ao descrito no art. 129 do CPB. Sobre este fato, o adolescente declara que alguns colegas de escola jogaram uma lixeira do segundo andar e ele, não tinha nada a ver com isso, desceu para não ser envolvido. Quando chegou ao andar de baixo, discutiu com um dos funcionários da escola, que falou que ele e seus amigos poderiam vir brigar com ele. Ao se sentir desrespeitado, o adolescente entrou em luta corporal com o funcionário. [P228 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

A defasagem escolar tem consequências sobre os encaminhamentos que são possíveis durante a intervenção socioeducativa. Quanto mais baixo é o nível escolar, menores as possibilidades de encaminhamentos para cursos capazes de oferecer uma qualificação adequada e uma inserção satisfatória no mercado de trabalho. Assim, é possível que quanto maior a defasagem escolar, menor a efetividade das ações do socioeducativo, o que pode se traduzir na continuidade da trajetória infracional.

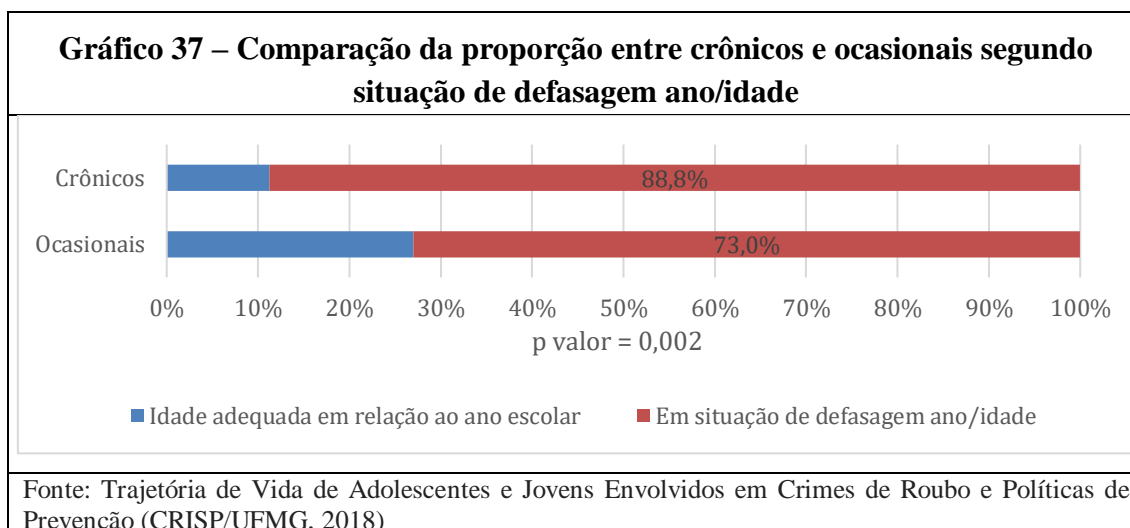
O adolescente tem interesse na área de informática e logo lhe foi oferecida oportunidade no curso ofertado pelo IOS – Instituto de Oportunidade Social – no qual prontamente manifestou interesse. Contudo, para inserção no curso o critério escolaridade é fundamental. Houve tentativa junto à coordenadoria do instituto de flexibilização do critério uma vez que o adolescente está no último ano do ensino fundamental. A coordenadora informa não ser possível em razão do objetivo do curso que é a inserção no mercado de trabalho, sendo assim, é uma exigência das empresas contratantes. [P116 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

Também é preciso considerar que diante de um histórico de conflitos, indisciplina e até mesmo de atos infracionais no ambiente escolar, o retorno a esse espaço pode ser dificultado pelo estigma, que pode se traduzir numa animosidade ou recusa da escola em receber os jovens. Esse processo de rotulação pode dissuadir os jovens da busca pela retomada da trajetória escolar e da interrupção da trajetória infracional, além de também contribuir para o estreitamento dos laços com pares “desviantes”.

O mesmo recebeu protetiva de retorno à escola para qual foi direcionado para a matrícula informou sobre a dificuldade em receber [nome do adolescente], uma vez que, segundo o diretor, [nome do adolescente] está ameaçado na região. [nome do adolescente] nega as ameaças, mas informa que teve uma discussão com o guarda municipal da escola e na ocasião foi levado ao CIA. [...] [nome do adolescente] informou que não existe nenhuma ameaça contra sua vida. Segundo ele, são inverídicas as informações da escola sobre as ameaças na região do [nome do bairro] e [nome da comunidade]. [nome do adolescente] diz que pode circular por toda cidade sem restrições. [P12 – 16 anos, Crônico, Masculino, -, Reside com o pai, 7 E.F.]

A adolescente possui a medida protetiva III aplicada e foi encaminhada por este serviço à secretaria estadual de educação em abril e foi orientada a comparecer à E. E. [nome da escola], porque havia uma vaga disponível. A responsável ao chegar nesta instituição de ensino, recusaram o encaminhamento e nem receberam a socioeducanda e a sua responsável legal. [P345 – 16 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

Diante do exposto, colocamos como hipótese a existência de uma maior proporção de adolescentes pertencentes ao grupo crônico em situação de defasagem ano/idade. Esperamos também que o grupo dos crônicos tenha uma média maior de anos de defasagem. Assim, defasagem ano escolar/idade foi operacionalizada de duas maneiras. Na primeira delas, a defasagem escolar assumiu a forma binária. Assim, os jovens que se encontravam fora do nível escolar adequado à sua idade passaram a representar o grupo de referência (=1). No gráfico abaixo, observamos uma maior proporção de adolescentes em situação de defasagem escolar no grupo dos crônicos e o valor p pequeno (0,002) indica que a pertença ao grupo dos crônicos depende da situação de defasagem escolar.



Na segunda forma de operacionalização, essa variável assumiu uma forma contínua ao medir a defasagem por anos. Assim, observamos que a média de defasagem ano/idade entre os ocasionais é de 2,61 anos, enquanto que entre os crônicos esta média é de 2,99. Constatada a homogeneidade da variância, o teste t assume o valor p de 0,067. Dessa maneira, podemos assumir a possibilidade de alguma associação entre uma maior defasagem e o pertencimento aos grupos crônicos, ainda que o intervalo de confiança passe pelo valor 0, sugerindo que pode não haver diferença entre os grupos.

Em resumo, detectamos que a defasagem ano escolar/idade pode ter inúmeras fontes, mas sua extensão nos parece depender da relação constituída entre a escola e o jovem. As evidências apontam que os jovens crônicos possuem um vínculo mais frágil com a instituição escolar, uma vez que estes, ao ignorar questões relacionadas ao desinteresse e à dificuldade de aprendizado, podem iniciar um processo de exclusão que engendra uma série de conflitos e leva à evasão escolar, dificultando o retorno a este espaço, bem como inserções menos precárias no mercado de trabalho. Trata-se de um estado de coisas que pode contribuir para o início e continuidade de uma trajetória infracional.

A IDADE DA PRIMEIRA PASSAGEM PELO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Outra dimensão da exposição à institucionalidade pública é a idade do primeiro contato com o Sistema de Justiça Criminal. De maneira objetiva, quanto mais precocemente se dá a primeira passagem, mais tempo o jovem tem para desenvolver uma trajetória infracional. Assim, um jovem apreendido pela primeira vez aos 12 anos pode passar várias vezes pelo socioeducativo até completar a maioridade, mas um jovem que apresenta a

primeira passagem aos 17 anos, dificilmente teria tempo de somar frequência de passagens e gravidade dos atos para ser classificado entre os membros do grupo crônico.

Tendo isto em mente, operacionalizamos a idade da primeira passagem como variável contínua. Dessa maneira, encontramos que a média do grupo dos ocasionais foi de 15,46 anos, enquanto que a média do grupo crônico foi de 14,01 anos. Dada a homogeneidade da variância, o teste t assume o p valor de 0,000, apontando forte evidência da associação entre uma precocidade na primeira passagem pelo Sistema de Justiça Juvenil e o pertencimento ao grupo dos crônicos.

Embora este seja um indicador interessante, são necessárias algumas considerações para analisá-lo de maneira mais cautelosa. Em primeiro lugar, este não deve ser tomado como um indício referente à idade em que uma trajetória infracional se inicia. Uma pessoa pode passar toda a adolescência cometendo delitos sem nunca ser apreendida, ou ainda, ser apreendida por um único delito mesmo tendo iniciado sua trajetória infracional muitos anos antes. Isso é ilustrado pelas citações abaixo, em que os jovens que foram apreendidos pela primeira vez aos 16 anos relatam ter iniciado suas trajetórias infracionais bem antes disso.

A adolescente pontua que apesar de nunca ter sido apreendida anteriormente, iniciou sua trajetória infracional aos 10 anos, quando também deu início ao uso de drogas [P235 – 16 anos, Ocasional, Feminino, Branco, Reside com a mãe, EJA]

Conforme PIA realizado no período que o jovem esteve na semiliberdade Casa [nome do equipamento], [nome do adolescente] iniciou sua trajetória infracional aos 13 anos quando se envolveu com tráfico de drogas, algumas vezes foi apreendido por policiais e reconduzido para casa afirma a genitora. O jovem também afirma que atua desde os treze anos tendo sido apreendido somente aos 15 anos. [P31 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com pai e mãe, EJA]

A citação anterior também ilustra outra situação interessante. Diante da apreensão de um indivíduo muito jovem, os policiais podem tomar uma decisão discricionária de entregá-lo à família, convocando os responsáveis a intervir sobre os comportamentos do adolescente, ao invés de conduzi-lo ao juízo, onde este receberá uma medida socioeducativa e passará por uma intervenção conduzida por agências estatais. Este tipo de decisão discricionária pode não ter nenhum impacto que conduza à interrupção de uma trajetória infracional ou ainda ser contraproducente ao alimentar uma sensação de impunidade e relações escusas com as forças do Estado.

Dito isso, a natureza da infração cometida na ocasião da primeira passagem pelo Sistema Socioeducativo é uma dimensão que deve ser levada em conta para compreender o

grau de desenvolvimento de uma trajetória infracional. Isso pode ser verificado quando observamos somente os adolescentes que têm a primeira e única passagem aos 17 anos. Atos ocorridos dentro do ambiente doméstico e passagens ocasionadas por conta do uso de drogas nos parecem mais associadas a eventos pontuais ou ao cometimento ocasional de atos infracionais.

O ato infracional cometido se refere a uma discussão em que o adolescente ameaçou a genitora. Segundo o adolescente a ameaça foi um ato isolado, feita sem pensar e que nunca pensou em efetivá-la de fato. [P324 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com família extensa, 9 E.F.]

O adolescente relatou que foi ao bairro [nome do bairro] para comprar maconha. Em relação ao início do uso, informou que pessoas ofereceram, teve a curiosidade de experimentar e acabou utilizando com certa frequência. Disse em atendimento que está diminuindo o uso. Mencionou ainda que nunca vendeu substâncias ilícitas. [P349 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com família extensa, 2 E.M.]

Já atos infracionais que envolvem o roubo ou furto de veículos automotivos, bem como o uso de armas de fogo, sugerem um padrão de atividade infracional mais consolidado. Furtar um carro, por exemplo, exige uma série de conhecimentos. É preciso saber arrombar o veículo, desativar alarmes se eles existirem, fazer uma ligação direta e além disso, é preciso saber onde esconder, como desmanchar e para quem vender as peças. Tudo isso exige um aprendizado e a associação a redes bem estruturadas, o que só pode ser conseguido através do desenvolvimento de uma trajetória infracional.

Segundo o adolescente, ele ainda não consegue explicar porque cometeu o ato. Relatou que estava voltando de uma festa com amigos e que estes o deixaram no caminho porque ainda iriam a outra festa, [nome do adolescente] então “viu uma moto destravada e subiu nela”. Sua intenção era “dar umas voltas e deixar a moto na rua”. [P159 – 17 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com a mãe, 1 E.M.]

[Nome do adolescente] relatou que juntamente com outro adolescente furtaram um carro e após a polícia ser acionada foram apreendidos, sendo que o outro adolescente foi atingido pelos policiais após sacar a arma de fogo que portava. [P138 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com pai e mãe, 7 E.F.]

O adolescente não possuía contra si nenhum processo atribuindo-lhe a autoria de ato infracional, nem ao menos ter sido apreendido/ detido em delegacia, até praticar esse ato infracional pelo qual está em cumprimento de medida. Tal fato, desperta estranheza nesta equipe técnica, pois soa insensato que de repente e sem uma única explicação plausível o adolescente tenha saído disparando tiros de arma de fogo e tentando ceifar vida de pessoas. Contudo, verifica-se que o adolescente estava envolvido em gangues e era influenciado por pessoa ligada ao tráfico de drogas, além de fazer o uso de drogas e andar armado. [P352 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Apesar dessas considerações, a idade da primeira passagem ainda pode ser tomada como um indicador importante, na medida em que pode estar associada a eventos e situações que podem produzir desproteções contra o poder punitivo do Estado. Um adolescente que vivencia uma trajetória de rua nos anos finais da infância, em função de uma trajetória familiar conturbada, tem menos recursos para escapar de processos de incriminação, o que pode se traduzir numa passagem precoce pelo Sistema Socioeducativo.

Dado que a tarefa de se realizar intervenções sobre os vínculos e sobre o ambiente familiar, de modo geral, pode ser um trabalho hercúleo e que uma passagem muito precoce pode inviabilizar determinados tipos de encaminhamentos, as intervenções socioeducativas podem ter efeitos limitados ou mesmo serem ineficazes na produção de uma interrupção da trajetória infracional.

Gostaria de um dia fazer curso de mecânica, mas como não tem idade suficiente acredita que no momento poderia fazer curso de cabeleireiro que ele também gosta e poderia ganhar algum dinheiro com isto. [P218 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

O adolescente será encaminhado para providenciar a documentação necessária e possível considerando a idade de [nome do adolescente]. Sobre cursos, o adolescente apresenta demandas por cursos na área de construção civil e o serviço colocou para o adolescente os critérios para encaminhamentos e pontuou que assim que houver disponibilidade, o serviço realizará o encaminhamento. Quanto ao trabalho, não é possível neste momento considerando a idade do adolescente. [P289 – 13 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 7 E.F.]

[nome do adolescente] quer começar a trabalhar logo. Como ainda tem 14 anos é muito difícil conseguir vaga até no jovem aprendiz. Em agosto fará 15 anos e já poderá procurar vagas nesta modalidade de profissionalização. [P309 – 14 anos, Ocasional, Masculino, -, Reside com pai e mãe, 8 E.F.]

O adolescente informou que no momento não se interessa por cursos. Devido à sua idade, são poucas as oportunidades de cursos. Ao longo da medida lhe serão apresentadas oportunidades de cursos para estimulá-lo. [P326 – 13 anos, Ocasional, Masculino, -, Reside com família extensa, 7 E.F.]

Uma passagem muito precoce também pode estar associada ao desenvolvimento de uma trajetória infracional crônica, uma vez que sujeitos muito jovens podem ter pouca consciência sobre o significado de seus atos e as consequências que eles podem produzir em seus cursos de vida.

O adolescente apresenta em atendimentos, uma postura imatura, pueril e naturalizada quando trata de sua trajetória infracional. [P196 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Essa situação pode engendrar uma naturalização do cometimento de atos infracionais e das passagens pelo Sistema Socioeducativo, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação de uma trajetória infracional, além de favorecer processos relacionados à sujeição criminal que serão discutidos em seguida.

5.4 - Sujeição Criminal

O quarto eixo explicativo se refere ao processo de sujeição criminal no qual a disseminação da expectativa de que alguns indivíduos ou grupos sejam propensos a cometer crimes conduz a uma situação em que a infração deixa de ser uma característica do ato e transforma-se em uma característica do sujeito e do seu tipo social mais geral (MISSE, 2008). Isso possibilita a criminalização prévia de moradores de determinados territórios e sujeitos pertencentes à determinada classe, gênero, idade e raça, trazendo também uma série de consequências para a formação da subjetividade destes.

Esse processo pode ser ilustrado em situações em que os sujeitos se encontram em uma posição em que são desacreditados em função de sua história prévia, sendo assim alvo de processos de exclusão, além de serem acusados e incriminados sem que haja qualquer presunção de sua inocência.

Ausente nas aulas da escola e frequentemente envolvido em confusões e “bagunças” na cidade, rapidamente ficou conhecido na região como um “menino problema” e sua presença tornou-se indesejada pelos moradores. [P256 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a avó, 4 E.F.]

Em 2013, a adolescente esteve matriculada na E. E. [nome da escola] e foi transferida de escola após ter sido responsabilizada pela explosão de uma bomba caseira na escola. De acordo com [nome da adolescente], ela não cometeu tal atitude, mas como ela já tinha vários episódios de indisciplina na escola ela foi acusada [P120 – 17 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com outros, 1 E.M.]

Tem estado ansioso devido à apreensão de seu irmão. De acordo com [nome do adolescente], a polícia encontrou um revólver no terreno da vizinha e atribuiu a posse a seu irmão, que já tinha passagem pela polícia, mas não era dono da arma. Este revólver foi utilizado em um assassinato e [nome do adolescente] teme que ele ou o irmão sejam indiciados por tal crime, que não foi cometido por nenhum dos dois. A família do adolescente confirma a história e espera que um advogado consiga comprovar a inocência do acusado. [nome do adolescente] diz que a outra passagem do irmão também foi injusta. [P213 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com pai e mãe, 8 E.F.]

Um dos atores-chave neste processo é a polícia. A expectativa de que residentes de certas áreas e pertencentes a certas classes sociais sejam mais propensos a cometer crimes se traduz em um padrão de atuação policial baseado em uma suspeição generalizada capaz de intimidar, assustar e amedrontar estes indivíduos.

A genitora questionou muito conosco a ação da polícia. Diz que muitas vezes eles fazem apreensões ilegais, baseados em impressões. Além disso, nos relatou que ficou indignada quando um policial questionou os bens de consumo que ela possuía em casa. Ela diz então que mostrou ao policial sua carteira de trabalho, assinada há muitos anos, e disse que tudo que conseguiu foi graças ao trabalho. [P43 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 2 E.M.]

Diante dessa situação, esses sujeitos podem acabar adotando certos tipos de autocensura como deixar de circular em alguns lugares ou em determinados horários, a fim de evitar o contato com as autoridades do Estado e uma eventual situação de subjugação ou incriminação.

Entretanto não relata restrições de circulação territorial, mas queixa-se frequentemente da abordagem policial na região entorno de sua moradia. [P345 – 16 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

Apesar de não possuir restrição de circulação, fica receoso de ter abordagem policial truculenta. [P298 -16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com pai e mãe, 1 E.M.]

Mas ela não concorda que o filho saia, pois muitas vezes ele se envolveu em confusões chegando até a ser agredido por policiais. [P305 – 17 anos, Crônico, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F.]

A suspeição generalizada praticada pela polícia também pode ser verificada através de situações em que os sujeitos são incriminados sem que seja necessário comprovar sua participação no cometimento dos atos. Assim, a condição de jovem morador de periferia torna-se também uma condição de sujeito desacreditável, que pode ter sua trajetória infracional iniciada simplesmente por sua presença em ambientes públicos de seu próprio bairro.

Sobre o ato infracional, o adolescente nega que tenha feito papel de olheiro, alegando que estava apenas tomando coca cola no bar com umas colegas, e os homens passaram e o levaram (sic). [P46 – 13 anos, Ocasional, Masculino, -, Reside com a mãe, 1 E.F.]

Adolescente alega que o ato ocorreu em 2014. Estava sentado na rua, com o sobrinho no colo, na companhia de dois amigos, quando foram abordados pela polícia. Alega que não estavam com drogas, mas que a polícia forjou para eles, com drogas encontradas no beco, próximo de onde estavam. Foram levados para o CIA e no dia seguinte passaram por

audiência, no que ele recebeu a aplicação da medida de liberdade assistida. [P127 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 2 E.M.]

A condição de sujeito desacreditável em função de seu local de moradia, classe social, raça ou gênero ou ainda a concepção de sujeito já desacreditado em função de passagens anteriores pelo Sistema de Justiça Criminal, associam-se também à emergência da ideia e da prática levada a cabo pelas forças policiais de que certos sujeitos podem ser violentados ou mesmo mortos.

Devido ao seu envolvimento frequente em diversas confusões na cidade e com sujeitos conhecidos pela polícia, por sua atuação no crime, o adolescente diz que era frequentemente abordado pelos policiais do município que, apesar de nunca encontrarem nenhuma droga ou arma com ele, sabiam de seu envolvimento com a criminalidade e, por este motivo, o agrediam e o humilhavam publicamente, chegando a praticar as agressões contra ele por diversas vezes durante a semana. [nome do adolescente] afirma que, nessas situações, sempre estava presente um mesmo policial que teria chegado a ir até sua casa certo dia pela manhã, quando o acordou e o levou para ‘dar uma volta’ quando foi agredido pelo policial e seus colegas. [P256 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a avó, 4 E.F.]

[nome do adolescente] sofreu várias agressões na cidade, por moradores e policiais, chegando ao ponto de ser internado pela gravidade da situação e ficar ameaçado. É possível ver as marcas da violência sofridas pelo corpo do adolescente. [P152 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Trajetória de rua/abrigamento, 6 E.F.]

Assim, alguns indivíduos por conta dessas características mencionadas anteriormente são frequentemente confrontados com o estado de desproteção em que suas vidas se desenrolam, convivendo com a possibilidade real de sofrer algum tipo de violência perpetrada por um agente do Estado. Trata-se de uma situação que fomenta o surgimento de relações conflituosas e, por vezes, violentas entre os moradores de determinadas localidades e os agentes do Estado, que passam a ser vistos não como garantidores da ordem pública, mas como inimigos contra os quais os indivíduos e suas comunidades devem se defender.

Quanto ao ato infracional, [nome do adolescente] relata que agrediu um policial para defender sua genitora que estava em conflitos com policiais. [P100 – 16 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com a mãe, EJA]

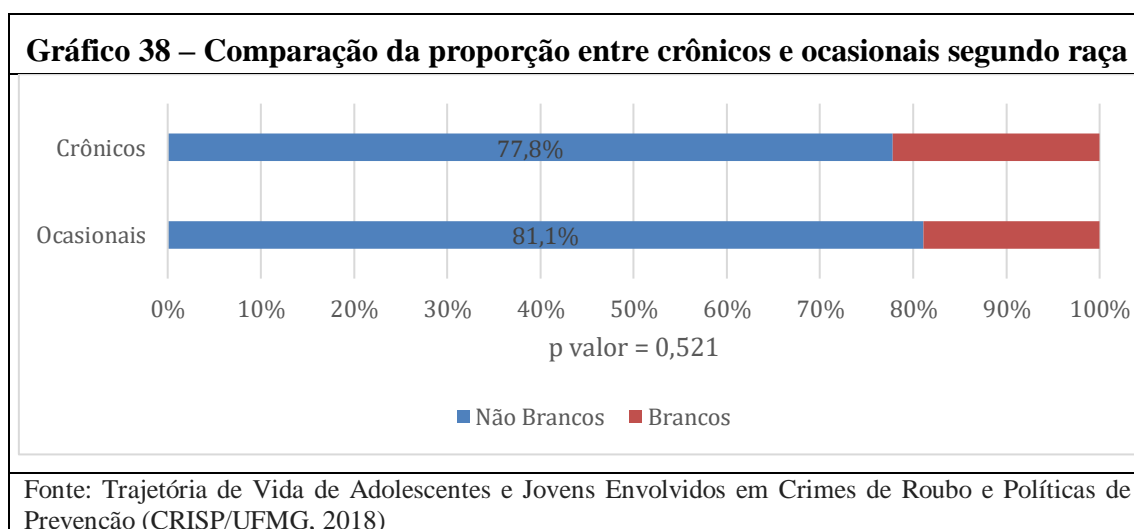
De acordo com [nome do adolescente], o ato infracional ocorreu em 2012. Ele disse que juntamente com colegas do bairro, incendiaram um ônibus. A motivação de acordo com o jovem, foi um protesto devido ao assassinato de um colega do bairro pela Polícia Militar. [P216 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 3 E.F.]

Quando lhe é perguntado [para a genitora] sobre o que acha da medida de internação, afirma: “eu dou graças a Deus por ele está aqui, porque dependendo da situação [...] aconteceu recentemente uma morte no lugar onde moro, menino novo, de 15 anos morreu no tiroteio, não é de bandido não, é de polícia mesmo. [...] Eu acho que se ele tivesse lá,

também tinha morrido...” [P27 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Diante desse cenário e tendo em vista que já encontramos associações entre a pertença ao grupo crônico e o gênero masculino, assim como e um menor status socioeconômico (escolaridade da mãe e renda per capita) e o desenvolvimento de uma trajetória infracional acima da média - encaramos como uma possibilidade que pessoas negras sejam mais visadas pelas forças policiais e que, por isso, tenham mais passagens e sejam mais incriminados no âmbito do Sistema de Justiça Juvenil. Isso se traduziria em uma maior representação proporcional de jovens negros entre os crônicos do que entre os ocasionais. Tomados em conjunto, raça, gênero e status socioeconômico demonstrariam a existência de um processo complexo de *acúmulo de desvantagens* que orienta e reforça a percepção de que a regulação legal é desigual e depende da posição do indivíduo na estrutura social (MISSE, 2008)

Assim, a raça é uma variável binária em que os brancos são a categoria de referência (=1). Observando o gráfico abaixo, percebemos que apesar da maior prevalência de jovens não brancos em ambos os grupos, há uma maior representatividade dos brancos entre os crônicos do que entre os ocasionais. O p valor alto (0,521) sugere uma homogeneidade dos grupos crônicos e ocasionais no tocante a raça.



É possível que a centralidade assumida pelos documentos, especialmente pelos boletins de ocorrência no processo de sentenciamento, explique essa homogeneidade (OLIVEIRA, 2016). Embora os adolescentes negros sejam prevalentes na amostra (o que pode ser tomado como um indicador da seletividade policial), as sentenças são produzidas

com base em documentos, o que pode ter como resultado uma amortização da associação entre a raça e a trajetória infracional.

Outra dimensão associada ao processo de sujeição criminal se refere à produção de uma subjetividade a partir da noção de criminalidade. Nesta, forma-se uma crença na qual o crime se transforma em uma parte integrante da identidade de um sujeito, sendo a esfera da vida pela qual se busca afirmação e realização enquanto indivíduo.

“Quero ficar igual aos traficantes, ter dinheiro para poder comprar tudo o que eu quiser”. [P108 – 17 anos, Crônico, Masculino, Preto, Mora com família extensa, 7 E.F.]

Justifica o adjetivo de “cabuloso” pelo fato de estar constantemente envolvido em brigas nas ruas da cidade. Ao relatar sobre sua participação em inúmeras brigas e confusões, o adolescente exhibe as cicatrizes nas mãos como forma de comprovar a sua fala, com um sorriso que parece sugerir certa satisfação. [P256 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a avó, 4 E.F.]

É percebido pela equipe, a partir da fala do adolescente, que este tem admiração pelo mundo do crime, seu discurso é bastante desimplicado e superficial e sem consciência da gravidade das atuações. Além disto, nos atendimentos o adolescente vem demonstrando uma postura desimplicada, muita das vezes demonstrando sarcasmo quando perguntado sobre sua trajetória infracional. [P196 – 14 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Percebe-se que este posiciona-se de maneira desimplicada tanto diante dos atos cometido por ele quanto em relação as consequências que estes acarretaram em sua vida. Até o momento, [nome do adolescente] não apresenta projetos de vida calcados fora da criminalidade. [P11 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Isto pode conduzir um sujeito a uma postura acrítica sobre a gravidade e as consequências de seus atos, localizando a responsabilidade na figura do outro ou se furtando a apresentar qualquer tipo de reflexão a esse respeito. Esse discurso também pode se traduzir numa limitada adesão aos eixos das medidas socioeducativas. Tal fato pode ser observado na ausência de comprometimento com os atendimentos e encaminhamentos realizados em meio aberto (ou até seu descumprimento), com as regras de convivência das instituições que executam as medidas em meio fechado ou até mesmo com a evasão dos jovens de tais instituições.

Destaca-se também que em alguns momentos o adolescente banaliza o seu envolvimento com a prática ilícita, não percebendo a gravidade dos atos por ele praticados. [P 6 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 9 E.F.]

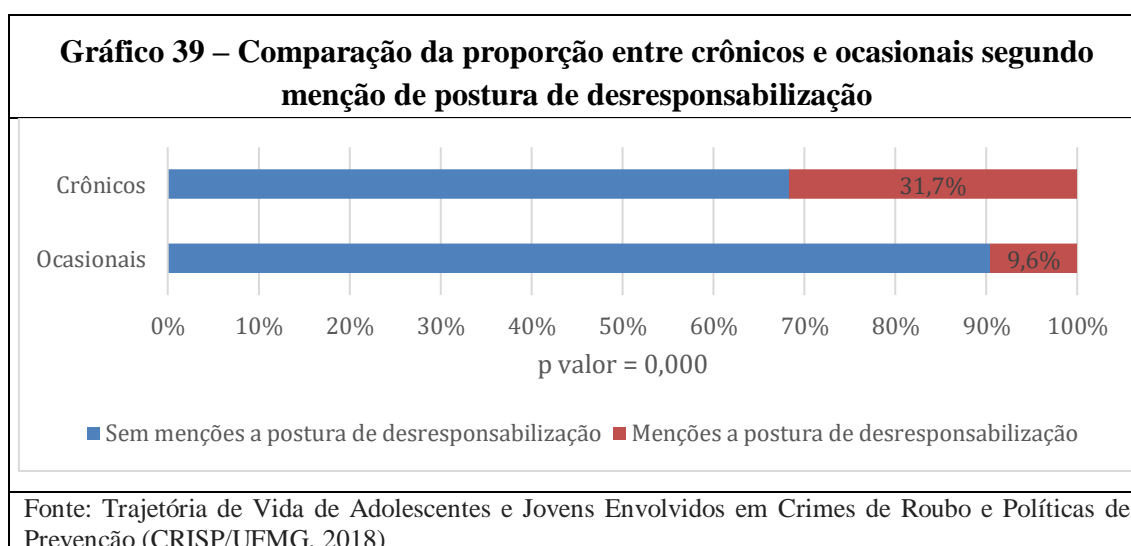
O pai Sr. [nome do genitor] informa que se compromete em realizar a matrícula do socioeducando no sexto ano do ensino fundamental para que ele possa retornar aos estudos. O genitor reconhece a importância do processo de escolarização do socioeducando, no

entanto, o adolescente não demonstrou interesse no retorno escolar. [P190 – 13 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

Em 18.10.12, o adolescente compareceu após o prazo regimental na Unidade e em 30.10.12 foi apreendido novamente por uma MBA. Em contato com a advogada da Semiliberdade [nome do equipamento], a mesma nos informa que esse era um adolescente pouco interessado em cumprir efetivamente a medida, descompromissado com o regimento interno e com os prazos da MSE que lhe foi imposta. Ainda sobre as medidas anteriormente impostas, a Sra. [nome da genitora] narra que o filho recebeu as medidas de LA e PSC para cumprimento na Regional do [nome da regional], e que este compareceu uma única vez para ter conhecimento da medida. Relata que várias vezes chegou a dizer ao filho que o acompanharia até a regional nos dias agendados e que este sempre recusava a presença dela e afirmava que iria por conta própria, entretanto, não comparecia aos atendimentos. [P11 – 16 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Em relação ao cumprimento de medida no CEAD [nome do equipamento], de acordo com relatos em seu prontuário, [nome do adolescente] chegou à unidade com uma postura imatura, demonstrando dificuldade em lidar com as situações de conflito que apareciam, entrando em medidas disciplinares diversas vezes por brincadeiras e desentendimentos com adolescentes e educadores, demonstrando não possuir um devido juízo frente às próprias atitudes. [P32 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Ao quantificarmos as citações relacionadas a essa postura de não responsabilização em meio aos casos analisados, observamos uma prevalência três vezes maior desse tipo de postura entre os adolescentes pertencentes ao grupo crônico. O p valor fornece indícios de uma associação entre uma postura desimplicada e a constituição de uma trajetória infracional acima da média.



Neste contexto, a tentativa da intervenção socioeducativa de implicar os adolescentes num processo de ressocialização ou de responsabilização pode ser tomada como um indicador de sujeição criminal. Essas noções pressupõem que o sujeito não foi bem inserido,

integrado ou ainda que não possui consciência sobre a gravidade de seus atos e as consequências que estes podem trazer para ele próprio, sua família e a sociedade mais ampla. Assim, o discurso identificado com a criminalidade precisa ser desconstruído e o sujeito precisa demonstrar seu engajamento no processo de conversão reflexiva por meio de um discurso de responsabilização (ALMEIDA, 2016, 2017).

A equipe desta Unidade avalia, ainda, que o jovem compreende a gravidade dos atos cometidos, além de apresentar um discurso maduro frente as escolhas que pretende fazer para si, quando for desligado. Outro ponto que merece ser mencionado é o fato de o jovem não apresentar um discurso identificado com a criminalidade. [nome do adolescente], ao relatar sobre os atos praticados, o faz de forma clara e objetiva, porém, ressalta, a todo momento, saber que estes foram graves e passíveis de punição. Parece que a internação veio em um momento importante tendo um papel de limite já que o jovem relata várias tentativas de parar de infracionar sozinho, sem sucesso. Apesar de não ter sido possível parar por conta própria [nome do adolescente] já apresenta uma posição mais madura demonstrando estar disposto a construir uma história diferente [P38 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

A indeterminação do tempo de institucionalização, associada à orientação reflexiva da intervenção socioeducativa, expõem o sujeito a uma interpretação psicologizante do eu, na qual este é obrigado a encarar ou aceitar um discurso que enfatiza o caráter muitas vezes trágico de seu curso de vida e como sua trajetória infracional liga-se a este contexto, sendo convocado a posicionar-se e modificar seu comportamento (GOFFMAN, 2007). Embora essa exposição possa ter efeitos terapêuticos, o imperativo de refletir sobre a própria história no contexto de uma institucionalização pode ter um efeito desagregador sobre os sujeitos.

A equipe observa que [nome do adolescente] está sempre com o semblante entristecido e fechado. Contudo, demonstra interesse em participar dos atendimentos técnicos, colaborando com o diálogo. [nome do adolescente], muitas vezes, chora ao falar de sua vida pregressa, apresentando dificuldades em falar de algumas questões. [P187 – 17 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside sozinho, 7 E.F.]

Ressalta-se que [nome do adolescente] já tentou autoextermínio na unidade. Ele justifica dizendo da angústia em estar privado de liberdade, que não percebe mais sentido em sua vida. . [P215 – 17 anos, Crônico, Masculino, Branco, Trajetória de rua/abrigamento, 3 E. F]

Talvez isso explique a preocupação dos profissionais do socioeducativo com relação as questões de saúde mental dos adolescentes acompanhados pelo serviço. O roteiro de entrevista do PIA contempla essa dimensão e nos oferece alguns pontos para refletir sobre como essa questão afeta o desenvolvimento de trajetórias infracionais.

Condições socioeconômicas precárias e experiências traumáticas vivenciadas pelos sujeitos, especialmente durante a infância, podem gerar problemas de ordem emocional, comportamental e cognitiva que estão relacionados à capacidade de lidar e responder às demandas do mundo externo. Estes problemas podem prejudicar o desenvolvimento de habilidades sociais que são essenciais para o estabelecimento de vínculos estáveis e positivos com os pares, principalmente nas fases da infância em que a criança começa a frequentar ambientes semiprivados ou públicos, ampliando sua rede para além da família (ASSIS ET AL, 2009). Desse modo, alguns adolescentes que passam pelo socioeducativo chegam apresentando uma passagem anterior por equipamentos especializados em questões de saúde mental, sendo encaminhados a estes pela escola ou outras instituições em função de alguns sinais como agitação, dificuldade de aprendizado ou demonstrações de agressividade.

Em se tratando da saúde do adolescente, Sra. [nome da genitora] destacou, em atendimento familiar, que o filho já passou por acompanhamento psicológico quando tinha 12 anos. A indicação para o tratamento partiu de um projeto social que o adolescente participava à época, pois [nome do adolescente] era muito inquieto. [P186 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

[nome do adolescente], segunda relatos da genitora, teve acompanhamento psiquiátrico aos 12 anos de idade, após encaminhamento da escola que frequentava, devido ao seu quadro de constante agitação no cotidiano escolar. [P99 – 16 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Entre os 6 e 7 anos, [nome do adolescente] iniciou tratamento psicológico a fim de encontrar as possíveis causas que justificassem tais dificuldades [de aprendizado]. Ao longo do tratamento o socioeducando foi diagnosticado com TDAH/ Dislexia, precisando de intervenção medicamentosa. [P348 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Em outros casos, observamos relatos de jovens que, apesar de já terem realizado algum acompanhamento desse gênero, interromperam o tratamento. Nestas situações, a interrupção da medicação ou do tratamento aparece como um ponto de virada que marca um afastamento da escola, uma mudança de comportamento ou até mesmo o cometimento de um ato infracional.

No que se refere à sua saúde, o jovem diz estar em boas condições, em conversa com a genitora do adolescente a mesma descreve que, quando criança, [nome do adolescente] fora diagnosticado como hiperativo. Relata que sua irmã, que criou o jovem, é quem percebeu que o mesmo era muito agitado, causando sempre muitos problemas na escola por conta disso. Acrescenta que ele fez tratamento no Hospital [nome do equipamento] por vários anos, tendo o abandonado com 14 anos. A mãe relata que desde que o adolescente deixou de ir ao tratamento e tomar os remédios, ele voltou a ficar agitado, não conseguindo permanecer na escola. [P19 - , Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Em atendimento, a Sra. [nome da genitora], genitora da adolescente, na ocasião de seu comparecimento à Casa de Semiliberdade, em novembro/15, confirmou que [nome da adolescente] desde criança apresentava um quadro de ansiedade. Que a filha aos quatro anos foi encaminhada para uma consulta neurológica e diagnosticada uma desorganização mental e desde os doze anos a mesma relata vozes e vultos a lhe perturbar. Acrescenta que em janeiro/15, após uma crise convulsiva [nome da adolescente] deu início ao uso de medicação controlada. Pouco tempo depois, contrariando os pais, saiu de casa para morar com o atual companheiro, [nome do companheiro], de quem engravidou. Mas aos três meses de gestação, em razão de um tumor trofoblástico gestacional, a gravidez foi interrompida. A genitora acredita que [nome da adolescente] aceitou a perda da gestação, mas não soube dizer se retomou o uso da medicação, aventando a possibilidade de a atuação infracional da filha estar associada a algum descontrole pela falta de medicação. [P312 – 16 anos, Ocasional, Feminino, Pardo, Reside com o companheiro, 6 E.F.]

Já em outros casos, verificamos que durante a situação de entrevista o profissional responsável pela elaboração do PIA desconfia da existência de algum quadro de saúde mental dos adolescentes em função de falas desconexas, da incapacidade do adolescente de dar algumas informações básicas ou compreender a situação em que se encontra.

Em relação aos aspectos de saúde, observou-se por meio de entrevistas individuais que o adolescente apresenta fala desconexa. Levantando suspeita de problemas relacionados a saúde mental. Esses indícios de problemas cognitivos justificam o referenciamento e acompanhamento do centro de saúde próximo a sua residência. [P258 – 15 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com a avó, 8 E.F.]

Percebe-se ainda que o adolescente apresenta um discurso vago e confuso, não consegue se localizar com relação ao tempo, e demonstra dificuldade de compreender o que é dito. Esta equipe acredita que o adolescente possa apresentar algum tipo de comprometimento cognitivo e psíquico, porém, faz-se necessário uma avaliação por um profissional especializado para uma melhor condução do caso. [P200 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a avó, 5 E.F.]

[nome do adolescente] se mostra confuso ao relatar sua trajetória infracional e não consegue organizar seus pensamentos demonstrando possuir um comprometimento mental. [P49 -15 anos, Ocasional, Masculino, - , Reside com pai e mãe, 6 E.F.]

Diante deste cenário, aos olhos do técnico é possível que exista uma indeterminação entre o que seria efeito de um quadro de saúde mental e o que seria efeito do uso precoce e prolongado de drogas.

Sobre o ato que gerou a medida socioeducativa de internação o adolescente demonstra dificuldade em verbalizar as coisas mantendo por vezes seu discurso desconexo do que conhecemos como realidade. [nome do adolescente] demonstra não saber dizer qual foi seu ato, parece ter dificuldade de memorização e/ou um grande envolvimento na criminalidade não sabendo perfazer sua trajetória, bem como, dificuldade cognitiva que pode ter relação ao uso abusivo de drogas em tenra idade (8 anos de idade). [nome do adolescente] também sabe pouco de si, não afirma nem mesmo sua data de nascimento, nem sabe o endereço do pai, onde residia. [P111 – 13 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 6 E.F.]

Nos atendimentos, [nome do adolescente] apresentou, em alguns momentos, falas desconexas. Não sabemos se é devido ao uso de drogas ou decorrente de uso anterior (o adolescente disse que não faz mais uso) ou questões relacionadas a saúde mental. [P89 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Preto, Reside com a mãe, EJA]

De todo modo, essa situação evidencia a negligência das famílias e das escolas com relação a estes jovens, uma vez que, somente após vivenciarem todo um processo de acúmulo de desvantagens e cometerem um ato infracional estes poderão ser encaminhados e devidamente avaliados.

Ao contrário de Moffit (1993) que atribui a causa do desenvolvimento de trajetórias infracionais crônicas ao processo de acúmulo de desvantagens produzidos pelas consequências de transtornos mentais, patologizando de antemão os indivíduos, consideramos que a ausência e a interrupção de tratamentos de saúde mental – e não os transtornos em si – sejam mecanismos associados ao desenvolvimento de trajetórias infracionais. O estabelecimento de vínculos estáveis e um tratamento adequado pode surtir efeitos positivos, ajudando na organização psíquica de um jovem e freando processos de acúmulo de desvantagens que alimentam o desenvolvimento de trajetórias infracionais.

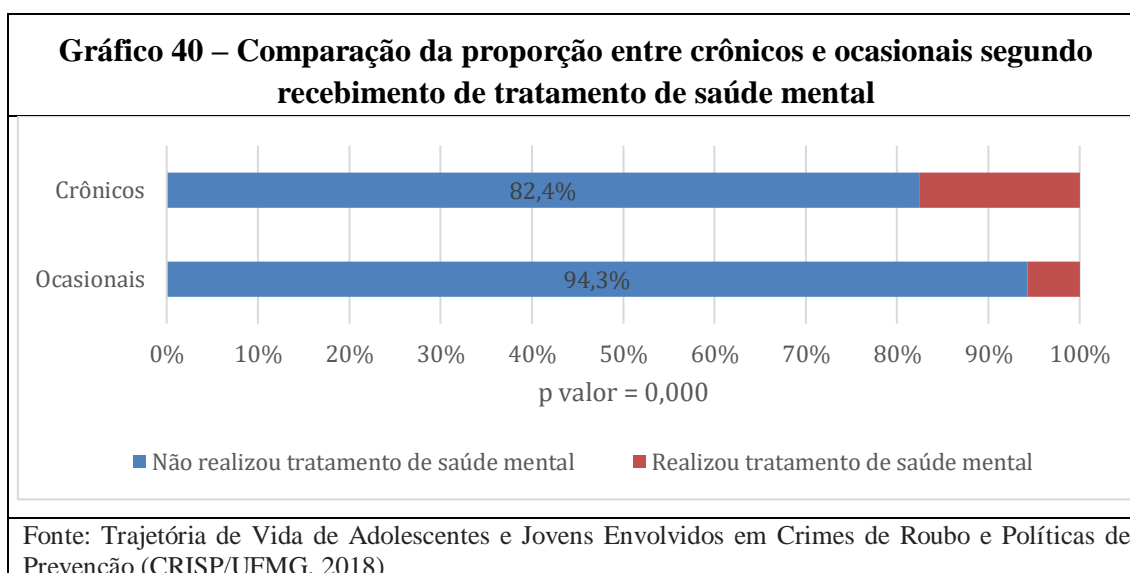
Deste modo, no dia 23.02.2016, [nome do adolescente] e a Sra. [nome da genitora] compareceram no equipamento de saúde onde foi feita a nova receita com os medicamentos antes descritos. [nome do adolescente] inicia o uso dos medicamentos nesta data e a mudança no comportamento foi visivelmente percebida na comunidade socioeducativa, pois [nome do adolescente], após o retorno ao tratamento, melhorou o convívio na unidade, bem como nos espaços externos. Anterior ao início do tratamento, [nome do adolescente] estava frequentemente envolvendo-se em situações conflituosas com os outros adolescentes e agentes socioeducativos, algo que necessitava de intervenções constantes, pois a relação de [nome do adolescente] com os demais se encontrava, inclusive, trazendo diversas dificuldades para sua permanência, podendo a qualquer momento evadir. A partir do início da medicação que visa uma contenção na impulsividade e agressividade, como também do retorno ao acompanhamento psiquiátrico e psicológico, como antes descrito, notou-se uma melhora significativa em [nome do adolescente], que permanece sem oscilações em seu comportamento, no que se refere ao seu convívio com os demais adolescentes e também com os funcionários. [P348 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Apesar disso, é necessário considerar que intervenções psiquiátricas podem disparar processos de sujeição, tendo efeitos importantes sobre a subjetividade dos indivíduos e as expectativas disseminadas sobre estes. Essas expectativas ainda podem engendrar processos de exclusão que podem favorecer a continuidade da trajetória infracional.

[nome do adolescente] apresentou pensamentos delirantes em que o jovem dizia que tinha pessoas em sua casa que estavam arrancando as telhas do telhado de casa para mata-lo. A

Sra. [nome da genitora] revela que ele estava bastante transtornado chegando ao ponto de agredi-la sem motivo. Desta forma, entende-se que, possivelmente havia sim a situação real de ameaça e que esta foi uns dos pontos principais para o jovem apresentar pensamentos delirantes e comportamentos agressivos. Diante de tal situação, a Sra. [nome da genitora] acionou o SAMU e [nome do adolescente] foi encaminhado para o CEPAI (serviço de urgência psiquiátrica para crianças e adolescentes) ficando internado nesta instituição durante dez dias. Ressalta-se que, devido a isso, a mãe começa a intitular o jovem de “doido”, o que gerou consequências para a vida de [nome do adolescente], pois hoje ele relata que faz o tratamento psiquiátrico porque é doido, mas não realiza uma construção subjetiva diante disso. . [P215 – 17 anos, Crônico, Masculino, Branco, Trajetória de rua/abrigo, 3 E. F]

Desse modo, comparamos os grupos ocasional e crônico segundo o recebimento de tratamento de saúde mental. Esta é uma variável binária, em que aqueles que receberam esse tipo de tratamento são a categoria de referência (=1). Ao observarmos o gráfico abaixo percebemos que a vasta maioria dos dois grupos não receberam esse tipo de tratamento. Entretanto, verificamos uma prevalência quase três vezes maior de jovens que receberam tratamento de saúde mental entre crônicos do que entre os ocasionais. O valor p pequeno (0,000) indica que a dependência entre o tipo de trajetória infracional e o recebimento de tratamento de saúde mental.



Uma explicação possível para este resultado é que adolescentes com problemas cognitivos sejam mais vulneráveis à ação dos agentes do Estado, o que resultaria em um maior número de apreensões e, portanto, o desenvolvimento de uma trajetória infracional crônica. Também é possível que um maior número de passagens se traduza em uma maior probabilidade de ser diagnosticado ou mesmo rotulado como portador de um quadro de saúde

mental. Dessa forma, é necessário considerar os efeitos que a institucionalização tem sobre os sujeitos e o uso tático de medicações e dos saberes psicológicos e psiquiátricos na docilização dos adolescentes institucionalizados (FOUCAULT, 1997). Isso demonstra uma contradição do Sistema de Justiça Juvenil que, por um lado, se alinha com uma perspectiva proibicionista, sancionando os adolescentes por conta do uso e da venda de entorpecentes e, por outro, usa de certas drogas como dispositivos da intervenção socioeducativa.

[nome do adolescente] relata não ter histórico de tratamento na rede de saúde mental, porém logo que chegou apresentou algumas crises de ansiedade, ocasiões em que chorava muito, sentia falta de ar, chegando quase perder os sentidos, precisando ser levado para atendimento médico na UPA Leste. Foi avaliado pela médica de plantão e encaminhado ao neurologista. Em novembro saiu sua vaga para consulta com a referida especialidade, quando foi avaliado e descartada a hipótese de epilepsia. Foi ainda prescrito a medicação Diazepam 10mg, manhã e noite, além de solicitado Tomografia Computadorizada (TC) de crânio. O pedido de TC ainda não foi cadastrado, pois o adolescente ainda está com pendências documentais. [P250 – 16 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

No caso dos adolescentes que cumprem medidas em meio fechado é necessário apresentar uma boa adaptação a rotina da instituição (ALMEIDA, 2016, 2017). No entanto, é necessário considerar que a institucionalização é uma experiência que envolve privações de circulação, horários, de relações sociais e sexuais e do uso de drogas; além da convivência forçada com outros jovens perante aos quais um sujeito pode se sentir inseguro ou mesmo desprotegido, o que pode fomentar comportamentos agressivos. Dessa maneira, essas condições podem engendrar uma série de situações de conflito (SYKES, 1958), sendo que os problemas de comportamento geralmente atribuídos a um possível quadro de saúde mental ou ao temperamento do jovem são frutos das circunstâncias em que estes estão colocados (GOFFMAN, 2007).

Durante o período de acautelamento, esteve envolvido em brigas ou tumultos que ocasionaram a convocação da comissão disciplinar [P135 – 17 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Se envolveu em algumas transgressões disciplinares consideradas graves e gravíssimas: adquirir e portar drogas ilícitas, portar instrumento capaz de causar lesão em outrem ou a ele próprio, ameaça, dano ao patrimônio do centro Socioeducativo, e tentativa de agressão a outro adolescente com uma cadeirada na aula de aula. [P167 – 16 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com família extensa, 8 E.F.]

Tal relação tem se repedido durante o cumprimento da Medida de Internação, em que diversas sanções já foram aplicadas ao adolescente por prática de atos violentos e agressivos

contra outros internos e funcionários da Unidade. [P256 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Pardo, Reside com a avó, 4 E.F.]

O dispositivo das sentenças indeterminadas presente no ECA contribui para essa situação ao gerar grande angústia nos adolescentes institucionalizados. Isto, quando associado a uma postura de indiferença com relação à medida, pode alimentar o antagonismo em relação à instituição e ao Estado de maneira mais ampla, o que pode contribuir para a continuidade da trajetória infracional.

Tem se mostrado mais comprometido com a medida, embora muito angustiado por ter a sensação de que ela “não vai acabar nunca” (sic). Afirma que quer deixar a criminalidade e “não quer, nunca mais, passar nem perto de uma cadeia” (sic)[...] A equipe vem trabalhando no sentido de acolher a ansiedade do adolescente e sinalizar para ele, que o seu desligamento vai chegar sim, desde que ele continue comprometido com a medida. [...] Queixa-se de dificuldades para dormir e relata já ter feito uso de medicamento para insônia. Contudo, não há receita e ele tem se mostrado muito ansioso devido à percepção do que sua medida “não acaba nunca” (sic) [P103 – 14 anos, Crônico, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Destaca-se que nos atendimentos, o mesmo afirma insistentemente que deseja ser desligado o mais rápido possível. Diz: “em agosto já quero estar indo em minha casa e em dezembro não quero mais estar aqui, ficar preso é muito ruim e já estou cansado”. [P32 – 15 anos, Crônico, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Indivíduos semelhantes –pretos e pardos, de baixa escolaridade e oriundos de vizinhanças desfavorecidas, sujeitos às mesmas privações - confinados juntos por um longo período de tempo, acabam por instituir um sistema de normas, valores e atitudes comuns, capaz de antagonizar com as normas da administração institucional e conseqüentemente com o Estado (CLEMMER, 1950) (SYKES, 1958) (WILDEMAN, 2014). Isto se dá, uma vez que a interação com outros detentos pode favorecer a disseminação de conhecimentos e técnicas desviantes e propiciar a expansão das redes entre infratores, o que possibilitaria o reforço de uma identidade desviante e o acúmulo de um capital criminal com o qual os adolescentes que passam pelas instituições acabam por sofisticar seu repertório de ações.

[nome do adolescente] é admitido na Semiliberdade [nome do equipamento] em 28.05.2013 e desde então inicia uma parceria com o jovem [nome do colega]. Esta parceria foi construída inicialmente baseada no fato de serem “os de maior da casa”. Logo após esta relação se estendeu para fora da Unidade, para desvios de atividades e uso de maconha [P61 – 18 anos, Crônico, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Em atendimento, quando interpelado sobre a motivação que o levava a infracionar, o jovem relata que os roubos intensificaram quando conheceu um colega que também estava em cumprimento da medida de semiliberdade, quando cumpriu esta medida pela primeira vez. [P75 – 15 anos, Ocasional, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 7 E.F.]

Deste modo, a institucionalização pode gerar uma continuidade da trajetória infracional, na medida em que contribui para a formação de solidariedades entre os adolescentes internos, o que pode acabar reforçando a identificação da subjetividade de um indivíduo com a noção de criminalidade, endossando assim o processo de sujeição criminal.

5.5 - Modelos De Regressão Logística

Até aqui consideramos a relação entre nossa variável resposta e as variáveis explicativas uma a uma em busca de associações entre elas. Desse ponto em diante, buscaremos analisar o que acontece quando essas variáveis são consideradas em conjunto, através de um modelo de regressão logística. Esse tipo de modelo tem como objetivo apontar a probabilidade de ocorrência de um fenômeno dada a influência de outras variáveis. Assim, toma-se como referência uma variável binária, geralmente composta pelos valores 0 e 1, representando assim a possibilidade de se sair da posição inicial nula para uma posição de ocorrência do fenômeno. (AGRESTI; FINLAY, 2012). Em nosso caso, a pertença ao grupo dos ocasionais é definida pelo valor 0, enquanto a pertença ao grupo dos crônicos é dada pelo valor 1. O mesmo se dá com as demais variáveis categóricas aqui consideradas, sendo a categoria de referência sempre apontada pelo valor 1.

Para a modelagem, consideramos somente as variáveis estatisticamente associadas ao tipo de trajetória infracional, com exceção da variável raça que, juntamente com o gênero, cumpre a função de controle no modelo. Durante esse processo, percebemos que a variável renda per capita e a operacionalização dicotômica da variável defasagem ano escolar/idade, quando integradas ao modelo, distorciam as significâncias. O mesmo aconteceu quando tentamos integrar algumas das variáveis geradas através da análise de conteúdo, como as que indicavam a prisão de algum membro da família, o envolvimento de algum familiar na criminalidade, situações de violência doméstica, etc.

Desse modo, guiados pela parcimônia optamos por apresentar somente um modelo ajustado mais conciso que considerou apenas as variáveis gênero, raça, escolaridade da mãe, a residência com a mãe, o uso de drogas lícitas, o uso de drogas ilícitas, a idade da primeira passagem pelo Sistema de Justiça Juvenil, a defasagem escolar em anos e o recebimento de tratamento de saúde mental.

O R quadrado de Nagelkerke indica que este modelo com 9 preditores explica aproximadamente 62% da variabilidade da variável resposta e o teste Hosmer e Lemeshow atesta a adequação do modelo, que apresentou uma acurácia de 84,3% na classificação dos adolescentes entre ocasionais e crônicos. Todas as saídas referentes a regressão logística binária podem ser conferidas no anexo.

Na tabela 8, podemos conferir os resultados de nosso modelo.

A variável gênero é moderadamente significativa (valor $p < 0,10$) e aponta que os homens possuem 11,5 mais chances que as mulheres de estarem no grupo dos crônicos. Como discutimos anteriormente, o desenvolvimento de uma trajetória infracional pode ser uma forma de afirmação da masculinidade e outras dimensões associadas a esta. Desse modo, as formas de sociabilidade relacionadas ao gênero masculino se mostram decisivas para o desenvolvimento de um padrão mais consolidado de trajetória infracional.

O uso de drogas lícitas apresenta robusta significância (p valor $< 0,05$) e indica que os jovens que fazem uso desse tipo de substância têm 7 vezes mais chances de pertencer ao grupo dos crônicos do que aqueles que não as utilizam. Resultado semelhante se passa com o uso de drogas ilícitas: o modelo também aponta uma robusta significância e uma razão de chance na qual os usuários de drogas proibidas por lei possuem quase 6 vezes mais chances de estar entre os crônicos de que entre os ocasionais.

Em relação à idade da primeira passagem pelo Sistema de Justiça Juvenil, há uma relevante significância e a razão de chances aponta que para cada ano a mais de idade em que se dá a primeira passagem diminui-se a possibilidade de se estar entre os crônicos em 32,6%. Esses dados também podem ser lidos da seguinte forma: para cada ano a menos de idade em que se dá a primeira passagem aumenta-se a chance de pertencimento ao grupo crônico em 67,4%. Portanto, quanto mais jovem um indivíduo passa pelo Sistema de Justiça Juvenil maiores são as chances que este constitua uma trajetória infracional crônica.

A defasagem escolar em anos apresenta uma significância moderada. Apesar disso, a razão de chance indica que para cada ano a mais de defasagem aumenta-se a possibilidade de ingresso no grupo dos crônicos em aproximadamente 1,4 vezes. Isso significa que uma trajetória escolar sem reprovações e outros percalços que causem distorções entre o nível de ensino e a idade pode ser um fator protetor contra o desenvolvimento de trajetória infracionais crônicas.

O eixo da exposição à institucionalidade pública mostrou sua força explicativa, uma vez que a defasagem escolar e a idade da primeira passagem pelo Sistema de Justiça Juvenil se mostram significantes e capazes de predizer a probabilidade de pertença ao grupo dos crônicos. O eixo referente à sociabilidade também se destacou, apesar deste modelo não demonstrar relação entre a adesão a uma trajetória infracional crônica e o arranjo familiar. Esse destaque se deu, pois, os homens e os usuários de drogas lícitas e ilícitas, como hipotetizamos, possuem mais chances de assumir uma trajetória infracional crônica.

Assim, diante dos resultados aferidos no último modelo, decidimos lançar mão das variáveis relativas ao padrão de uso de drogas lícitas e ilícitas (Gráficos 27, 28 e 29) com o intuito de verificar a relação entre alguns padrões de uso e o tipo de trajetória infracional assumida. Dessa maneira, incluímos essas variáveis em nosso modelo afim de determinar o grau em que o padrão de uso de drogas pode interferir nas chances de um indivíduo pertencer ao grupo dos crônicos. O R quadrado de Nagelkerke indica que este modelo com 9 preditores explica aproximadamente 60% da variabilidade da variável resposta e o teste Hosmer e Lemeshow atesta a adequação do modelo, que apresentou uma acurácia de 85,3% na classificação dos adolescentes entre ocasionais e crônicos. As saídas referentes a essa regressão logística binária também podem ser conferidas no anexo.

Na tabela 8, podemos conferir os resultados do modelo.

Tabela 8 - Resultados da Regressão Logística Binomial para Probabilidade de Desenvolvimento de Trajetória Infracional Crônica, por modelo

	Modelo 1			Modelo 2		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Gênero (Masculino =1)	2,446	0,088	11,538	2,266	0,107	9,637
Raça (Branco =1)	0,519	0,489	1,68	0,323	0,649	1,381
Escolaridade da Mãe (< 9 anos =1)	0,406	0,498	1,5	0,487	0,4	1,627
Arranjo Familiar (Reside com a mãe =1)	-0,659	0,335	0,517	-0,409	0,523	0,664
Uso de Drogas Lícitas (=1)	1,96	0,005	7,101	-	-	-
Uso de Drogas Ilícitas (=1)	1,77	0,037	5,872	-	-	-
Não usa drogas (referência)	-	-	-	-	-	-
Usa pelo menos um tipo de droga (=1)	-	-	-	2,175	0,04	8,801
Usa drogas lícitas e ilícitas	-	-	-	3,409	0,001	30,241
Idade da primeira passagem pelo SJJ	-1,152	0	0,316	-1,088	0	0,337
Defasagem ano/idade em anos	0,32	0,085	1,377	0,265	0,134	1,303
Recebeu tratamento de saúde mental (=1)	-1,122	0,308	0,326	-1,076	0,28	0,341
Constante	10,524			9,888		

O segundo modelo de regressão logística nos permite observar efeitos interessantes relacionados ao padrão de consumo de drogas sobre a adesão ao grupo dos crônicos. Os jovens que usavam um tipo de droga, seja ela lícita ou ilícita, tinham quase 9 vezes mais chances de estar entre os crônicos do que os jovens que não utilizam nenhum tipo de droga. Já aqueles que faziam o uso de drogas lícitas e ilícitas tinham 30 vezes mais chances de aderir

a uma trajetória infracional crônica do que os jovens que não consumiam nenhum tipo de substância.

A inserção dessas variáveis no modelo altera a relevância das variáveis estatisticamente significantes do modelo anterior, sendo que a defasagem ano/idade deixa de ser estatisticamente significativa e a variável gênero é alçada ao limite da significância tendo sua razão de chance diminuída. Somente a variável idade da primeira passagem pelo Sistema de Justiça Juvenil mantém seu padrão de significância. Isso indica que o padrão de consumo de drogas e a idade em que um indivíduo toma contato pela primeira vez com o Sistema da Justiça Juvenil tendem a ser mais relevantes que as demais variáveis na explicação da continuidade ou desenvolvimento de uma trajetória infracional.

O uso de drogas, pode ser tomado um indicador de processos de associação diferencial. Estes podem acontecer dentro do ambiente doméstico ou em contato com os pares, sendo também possível uma interação entre essas duas esferas, na qual o uso de entorpecentes se processa como resposta ao afrouxamento dos vínculos familiares (acontecido por motivos diversos) e forma de estreitar vínculos com grupos de pares.

Uma passagem precoce pelo Sistema de Justiça Juvenil, quando associada a este processo, favorece o desenvolvimento de uma trajetória infracional, uma vez que amplia-se a janela de tempo em que as consequências deste processo podem se retroalimentar num processo de acúmulo de desvantagens. Desse modo, sucessivos contatos com o Sistema de Justiça Juvenil podem fragilizar ainda mais os vínculos familiares, ao mesmo tempo que medidas que envolvem a institucionalização podem favorecer o surgimento de solidariedades entre os adolescentes, o que por sua vez pode reforçar a constituição de formas de agência inclinadas a transgressão das normas sociais.

Tomados em conjunto, os dois modelos de regressão logística expressam a especial importância das dimensões ligadas à sociabilidade e ao grau de exposição à institucionalidade pública no desenvolvimento de trajetórias infracionais crônicas. Desse modo, é possível que a eficácia de intervenções direcionadas a essas dimensões tenham um efeito protetivo no que tange ao desenvolvimento de trajetórias infracionais crônicas.

6 - Considerações finais

Com o objetivo de explorar os eventos e fatores inseridos no curso de vida de adolescentes autores de atos infracionais associados ao desenvolvimento e continuidade de uma trajetória infracional, adotamos como estratégia comparar adolescentes que desenvolveram trajetórias infracionais acima e abaixo da média. Para tanto, entendemos aqui que uma trajetória infracional se constitui através da relação entre a frequência do contato com as agências que compõem o Sistema de Justiça Juvenil e a gravidade das sentenças atribuídas como resposta aos atos pelos quais os adolescentes foram incriminados.

No campo da sociabilidade familiar, percebemos que jovens que desenvolveram uma trajetória infracional crônica possuem vínculos familiares mais frágeis do que os jovens com trajetórias infracionais ocasionais. Estes resultados corroboram em parte com as teorias dedicadas a temática do controle social. Estas teorias postulam que quanto menos elos um indivíduo possui com instituições que promovem comportamentos conformistas (como seria o caso da família), menores os graus de concordância com os valores e normas vigentes e maiores as chances de se desenvolver uma trajetória infracional (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004).

No entanto - como foi observado - é preciso considerar que nem sempre as famílias promovem comportamentos conformistas e que a causa da quebra dos vínculos muitas vezes está associada à ausência ou negligência por parte dos genitores ou de outros familiares, além de sociabilidades domésticas marcadas pela violência. Isso é demonstrado principalmente através da prevalência de eventos como abandono, vivência de situação de rua e violência doméstica por parte dos adolescentes que desenvolveram uma trajetória infracional crônica.

Também constatamos que os pertencentes ao grupo crônico estão proporcionalmente mais expostos a situações e eventos que propiciam um acúmulo de definições positivas ao cometimento de atos desviantes (SUTHERLAND, 1960). Desse modo, é possível que estas formas de sociabilidade familiar se traduzam em socializações permissivas e em alguns casos, incentivadoras de certos tipos de atos desviantes. Como evidências dito, apontamos uma maior proporção de familiares alcoólatras (especialmente os genitores), usuários de drogas ilícitas (especialmente a figura do pai), envolvidos com a criminalidade (principalmente os irmãos e o pai), presos (pai ou mãe) entre os adolescentes que desenvolveram trajetórias infracionais acima da média.

Estes achados nos permitem refletir sobre o peso das transmissões intergeracionais nas trajetórias desenvolvidas pelos indivíduos ao longo de seu curso de vida, especialmente

no que tange ao uso de drogas ilícitas pela figura do pai e o envolvimento de pai e irmãos com a criminalidade, que encontra associação com o desenvolvimento de trajetória infracionais crônicas e também com um padrão de consumo de drogas mais consolidado entre os adolescentes que desenvolvem trajetória infracionais deste tipo. Assim, também é interessante especular sobre a importância das referências familiares na constituição da noção de futuros possíveis dentro do curso de vida e seus impactos sobre a subjetividade individual. Ao ver um familiar envolvido com a criminalidade, um sujeito pode naturalizar atos deste tipo, bem como as consequências destes, como uma eventual prisão ou assassinato, constituindo assim uma concepção fatalista de futuro para si próprio.

No que se refere aos pares e as formas de sociabilidade estabelecidas com eles, também percebemos processos relacionados a associação diferencial (SUTHERLAND, 1960). Em algumas situações, os grupos podem impelir os indivíduos a cometer atos no sentido de obter algum objeto de desejo ou ganho imediato. Um exemplo seriam pequenos furtos ou roubos, que além de proporcionarem certas recompensas, também proporcionam sentimentos de adrenalina e risco. Nesse sentido, os grupos de pares podem produzir o início de trajetórias infracionais na medida em que condicionam a participação dos indivíduos a testes de virilidade, esperteza, coragem e lealdade provados pelo cometimento ou acobertamento de delitos. Também podem conduzir à continuidade de uma trajetória infracional, uma vez que uma desistência pode ser interpretada como uma traição ao grupo e prova da inferioridade moral do indivíduo frente aos seus pares.

De maneira semelhante ao que ocorre em âmbito familiar, as formas de sociabilidade estabelecidas entre os grupos de pares podem naturalizar e incentivar certos tipos de atos e comportamentos. Além disso, certos tipos de atividades infracionais, como grandes roubos e a venda de grandes quantidades de drogas, só são possíveis por conta de vínculos bastante desenvolvidos com pares. Assim, um ponto importante no que tange à sociabilidade juvenil na contemporaneidade é a valorização de modos de vida intensos que ao mesmo tempo cultivam a busca pelo prazer por meio do uso de substâncias, cultuam o risco e veem no consumo e na sua ostentação uma forma de status e portanto, de inscrição no laço social (MALVASI, 2012). Ao ver seus colegas se envolvendo com atos infracionais, especialmente com o uso e tráfico de drogas, como forma de garantir certo status frente aos grupos em que se inserem, um adolescente pode refletir se este também não seria um caminho interessante para ele.

Neste aspecto, as evidências encontradas indicam que o uso de drogas lícitas ou ilícitas e especialmente o uso de ambas, está associado ao desenvolvimento de uma trajetória infracional crônica. Além disso, outro indicador interessante é uma maior proporção de menções ao uso de armas de fogo entre os crônicos do que entre os ocasionais. Esses fatos podem ser tomados como indicadores de uma maior associação aos pares desviantes, uma vez que este tipo de vínculo se traduz em uma maior facilidade de acesso a drogas e armas e numa maior complexidade das atuações infracionais, o que tem como efeito o aprofundamento de uma trajetória infracional.

As formas de sociabilidade ligadas às relações de gênero demonstram como as orientações e expectativas ligadas aos papéis de gênero provocam algumas diferenças na forma como se processa o início e o desenvolvimento da trajetória infracional entre homens e mulheres. No caso dos homens, que possuem uma socialização voltada para a esfera pública, o envolvimento com a criminalidade pode se apresentar como um cenário para a representação e afirmação da identidade masculina, o que explica uma maior proporção de homens tanto no grupo crônico como no grupo ocasional. Já no caso das mulheres, observamos uma predominância de atos infracionais cometidos em ambientes privados e especialmente de crimes passionais. Isso pode ser tomado com um reflexo dessas expectativas e orientações ligadas aos papéis de gênero, que no caso das adolescentes do sexo feminino seriam socializadas para realizar sua feminilidade na esfera privada (SALEM, 2006)

Outra consideração importante neste aspecto se dá em relação ao papel desempenhado pelos companheiros afetivos com relação a trajetória infracional. Enquanto nos PIAS dos adolescentes do sexo masculino, suas namoradas são retratadas – na maioria das vezes – como peças chave num possível processo de interrupção ou desistência da trajetória infracional, nos PIAS das adolescentes do sexo feminino, as relações afetivas aparecem frequentemente associadas ao início e desenvolvimento dessas trajetórias. Nestes casos, essas alianças podem funcionar como formas de escapar de ambientes familiares caracterizados por relações degradadas ou mesmo de condições geradas como conseqüências desses ambientes.

Seja qual for a situação, diante dos planos de constituir uma família, da necessidade da manutenção de um domicílio formado ainda na adolescência num contexto de inserções precárias no mercado de trabalho e diante de uma série de expectativas normativas ligadas aos papéis de gênero - como a ideia de que o homem deve ser o provedor do lar ou que a

mulher deve sustentar a manutenção dos vínculos - um casal pode ver na constituição ou continuidade de uma trajetória infracional uma possibilidade de suprir essas expectativas, concretizar esses planos e resolver a questão da precariedade material. Desse modo, embora o casamento e a parentalidade sejam apontados pela literatura como um ponto de virada relacionado ao processo de interrupção ou desistência da trajetória infracional (SAMPSON; LAUB, 2005), é possível que a idade em que esses eventos aconteçam, associada à condição socioeconômica, sejam fatores importantes para determinar os resultados que eles podem gerar.

Com relação ao eixo referente à questão da precariedade material, encontramos moderadas evidências de que os adolescentes pertencentes ao grupo crônico são mais pobres que aqueles que pertencem ao grupo ocasional. Ainda assim, destacamos a existência de uma série de mecanismos através dos quais uma pior condição financeira pode estar associada ao início e principalmente a continuidade de uma trajetória infracional.

Em primeiro lugar, a situação de precariedade material pode estar vinculada à fragilidade dos vínculos domésticos, especialmente entre os genitores. Assim, o abandono parental, a morte de um dos responsáveis, o divórcio e a subsequente ausência de auxílios financeiros podem gerar situações de precariedade material e a reorganização do desempenho dos papéis familiares, o que pode favorecer o desenvolvimento de uma trajetória infracional. Em segundo lugar, a situação de precariedade material pode se traduzir em condições de moradia precárias em localidades distantes e sem acesso a uma série de serviços e bens públicos, o que provavelmente afeta famílias vizinhas e favorece processos de associação diferencial. Também pode engendrar a exclusão dos jovens de uma série de experiências típicas dessa faixa etária, como o lazer, o consumo e a escolarização, fomentando assim um imperativo de contribuir de algum modo com as despesas da família ou de tornar-se independente, além do sentimento de frustração e revolta diante da situação vivenciada. Desse modo, diante das opções precárias de inserção no mercado de trabalho que são oferecidas a estes jovens, dada a idade e a escolaridade deles, é possível que nesta situação o desenvolvimento de uma trajetória infracional seja visto como uma alternativa viável. Especialmente no caso do tráfico de drogas, uma vez que este, além de ter a presença naturalizada em alguns lugares, é capaz de oferecer algum tipo de independência financeira frente a situação precária da família.

No eixo da exposição a institucionalidade pública, em primeiro lugar exploramos a relação dos jovens com a escola. Constatamos que há uma proporção maior de adolescentes

que desenvolveram uma trajetória crônica que estão em situação de defasagem ano escolar/idade e também que estes adolescentes possuem uma média de anos de defasagem maior do que aqueles jovens que fazem parte do grupo ocasional. Detectamos que a defasagem ano escolar/idade pode ter inúmeras fontes, mas sua extensão parece depender da relação constituída entre a escola e o jovem. As evidências apontaram que os jovens crônicos possuem um vínculo mais frágil com a instituição escolar, caracterizado por uma série de defasagens de conteúdo, dificuldades de aprendizagem e conflitos. Assim, argumentamos que a escola, ao ignorar questões relacionadas ao desinteresse e à dificuldade de aprendizado, pode iniciar um processo de exclusão que engendra uma série de conflitos e leva à evasão escolar. Isto pode dificultar o retorno a este espaço, bem como inserções menos precárias no mercado de trabalho, o que pode contribuir para a continuidade de uma trajetória infracional.

Ainda neste mesmo eixo explicativo, consideramos a idade na qual os adolescentes passam pela primeira vez pelo Sistema de Justiça Juvenil. Obviamente, quanto mais jovem se dá uma passagem, mais tempo este tem para desenvolver uma trajetória infracional. Assim, recebemos sem surpresa o resultado que aponta que o grupo crônico possui uma média menor de idade de primeira passagem que o grupo ocasional. Desse modo, passamos a fazer uma série de considerações sobre este fator.

Em primeiro lugar, uma pessoa pode passar toda a adolescência cometendo delitos sem nunca ser apreendida, ou ainda, ser apreendida por um único delito mesmo tendo iniciado sua trajetória infracional muitos anos antes. Assim, a idade da primeira passagem não deve ser tomada como idade de início do cometimento de atos infracionais. Em segundo lugar, ainda que os adolescentes tenham uma única passagem, é possível que o tipo de ato infracional praticado revele algo sobre sua trajetória infracional pregressa. Atos infracionais que envolvem o roubo ou furto de veículos automotivos, bem como o uso de armas de fogo, sugerem um padrão de atividade infracional mais consolidado, uma vez que exigem uma série de conhecimentos e associação a redes bem estruturadas, o que só pode ser conseguido através do desenvolvimento de uma trajetória infracional. Mesmo considerando essas dimensões, argumentamos que a idade da primeira passagem ainda pode ser tomada como um indicador importante na medida em que pode estar associada a eventos e situações – como a violência doméstica ou a vivência de situação de rua - que podem produzir desproteções contra o poder punitivo do Estado e assim uma passagem precoce pelo Sistema Socioeducativo. Além disso, uma passagem muito precoce pode inviabilizar determinados

tipos de encaminhamentos, fazendo com que as intervenções socioeducativas tenham efeitos limitados ou sejam ineficazes na produção de uma interrupção da trajetória infracional.

O último eixo explicativo explorado, remonta ao conceito de sujeição criminal, isto é, a disseminação de uma expectativa de que alguns indivíduos ou grupos seriam propensos a cometer crimes em função da sua pertença a determinada classe, gênero, idade, raça e as implicações disto na formação da subjetividade desses sujeitos (Misse, 2008). A forma como a polícia é representada nos PIAS oferece uma visão privilegiada sobre esta dimensão. Verificamos em meio a esses documentos que a atuação da polícia é caracterizada por uma suspeição generalizada que a leva a intimidar, assustar e até mesmo violentar estes indivíduos. Configura-se assim, uma situação que fomenta o surgimento de relações de antagonismo entre estes e os agentes do Estado. Os resultados anteriores indicaram uma associação entre o gênero masculino, um menor status socioeconômico e a pertença ao grupo crônico, o que já fornece algum subsídio a esta hipótese. Estendemos assim a verificação ao campo da raça postulando como hipótese que pessoas negras seriam mais visadas pelas forças policiais e que por isso teriam mais passagens e seriam mais incriminados pelo Estado. No entanto, verificamos uma homogeneidade entre os grupos ocasionais e crônicos no que se refere a raça. É possível que a centralidade assumida pelos documentos, especialmente pelos boletins de ocorrência no processo de sentenciamento, explique esse fato (OLIVEIRA, 2016). Embora os adolescentes negros sejam prevalentes na amostra (o que pode ser tomado como um indicador da seletividade policial), as sentenças são produzidas com base em documentos, o que pode ter como resultado uma amortização da associação entre a raça e a trajetória infracional

Outra dimensão associada ao processo de sujeição criminal se refere a produção de uma subjetividade a partir da noção de criminalidade. Nesta, forma-se uma crença na qual o crime se transforma em uma parte integrante da identidade de um sujeito, sendo a esfera da vida pela qual se busca afirmação e realização enquanto indivíduo. Tomamos como indicador dessa dimensão citações nas quais se registrava que o adolescente assumia uma postura acrítica sobre a gravidade e as consequências de seus atos, localizando a responsabilidade na figura do outro ou se furtando a apresentar qualquer tipo de reflexão a esse respeito. Constatamos a existência de uma maior proporção de adolescentes que assumiram essa postura entre os crônicos do que entre os ocasionais.

Dessa forma, a intervenção socioeducativa pode ser compreendida como uma tentativa de desconstrução deste tipo de discurso. Uma conversão subjetiva que tem como

pressuposição que o sujeito não foi bem inserido, integrado ou ainda que não possui consciência sobre a gravidade de seus atos e as consequências que estes podem trazer para ele próprio, sua família e a sociedade mais ampla (ALMEIDA, 2016, 2017). Neste processo, os adolescentes são expostos a uma interpretação psicologizante do eu, na qual estes são obrigados a encarar ou aceitar um discurso que enfatiza o caráter muitas vezes trágico de seu curso de vida e como sua trajetória infracional liga-se a este contexto. Embora essa exposição possa ter efeitos terapêuticos, o imperativo de refletir sobre a própria história no contexto de uma institucionalização pode ter um efeito desagregador sobre os sujeitos, especialmente em alguns casos (GOFFMAN, 2007).

As condições socioeconômicas precárias e experiências traumáticas vivenciadas pelos adolescente sob intervenção, especialmente durante a infância, também podem gerar problemas de ordem emocional, comportamental e cognitivo que estão relacionados à capacidade de lidar e responder às demandas do mundo externo, prejudicando o desenvolvimento de habilidades sociais que são essenciais para o estabelecimento de vínculos estáveis e positivos com os pares (ASSIS ET AL, 2009). Assim, alguns jovens já chegam ao socioeducativo apresentando uma passagem anterior por equipamentos especializados em questões de saúde mental em função de alguns sinais como agitação, dificuldade de aprendizado ou demonstrações de agressividade. Em outros casos, observamos relatos de jovens que apesar de já terem realizado algum acompanhamento desse gênero, interromperam o tratamento, sendo este um ponto de virada que marca um afastamento da escola, uma mudança de comportamento ou até mesmo o cometimento de um ato infracional. Já em outros casos, verificamos que durante a situação de entrevista o profissional responsável pela elaboração do PIA desconfia da existência de algum quadro de saúde mental dos adolescentes em função de falas desconexas, da incapacidade do adolescente de dar algumas informações básicas ou compreender a situação em que se encontra, o que evidencia a negligência das famílias e das escolas com relação a estes jovens. Dessa maneira, argumentamos que a ausência e a interrupção de tratamentos de saúde mental – e não os transtornos em si, como argumenta Moffit (1993) podem ser mecanismos associados ao desenvolvimento de trajetórias infracionais.

Quando comparamos os grupos ocasional e crônico segundo o recebimento de tratamento de saúde mental, verificamos uma prevalência quase três vezes maior de jovens que receberam este tipo de intervenção entre crônico do que entre os ocasionais. Um maior número de passagens pode se traduzir em uma maior probabilidade de ser diagnosticado ou

mesmo rotulado como portador de um quadro de saúde mental, sendo assim, necessário considerar os efeitos que a institucionalização tem sobre os sujeitos e o uso tático de medicações e dos saberes psicológicos e psiquiátricos na docilização dos adolescentes institucionalizados (FOUCAULT, 1997).

A institucionalização é uma experiência que envolve privações de circulação, horários, de relações sociais e sexuais e do uso de drogas; além da convivência forçada com outros jovens perante aos quais um sujeito pode se sentir inseguro ou mesmo desprotegido, o que pode fomentar comportamentos agressivos. Assim, é possível que os problemas de comportamento atribuídos a um possível quadro de saúde mental ou ao temperamento do jovem frutos das circunstâncias em que estes estão colocados (GOFFMAN, 2007).

Além de conflitos, ao submeter indivíduos semelhantes a um confinamento com prazo indeterminado, se favorece também a constituição de uma solidariedade entre os internos que pode dar origem um sistema de normas, valores e atitudes comuns, capaz de antagonizar com as normas da administração institucional e conseqüentemente com o Estado (CLEMMER, 1950) (SYKES, 1958) (WILDEMAN, 2014), além da disseminação de conhecimentos e técnicas desviantes e da expansão das redes entre infratores. Dessa maneira, a recorrente passagem por instituições que executam as medidas em meio fechado, ao invés de uma interrupção da trajetória infracional – pode reforçar uma identidade desviante e proporcionar o acúmulo de um capital criminal com o qual os adolescentes acabam por sofisticar seu repertório de ações, aprofundando assim as trajetórias infracionais.

Em guias de conclusão, os modelos de regressão logística apresentados expressam a especial importância das dimensões ligadas à sociabilidade e ao grau de exposição à institucionalidade pública no desenvolvimento de trajetórias infracionais crônicas, especialmente do gênero, do consumo de drogas lícitas e ilícitas, da defasagem ano escolar/idade e da idade da primeira passagem.

Tendo em vista estes achados, acreditamos que este trabalho apresenta contribuições ao demonstrar que a aplicação da perspectiva do curso de vida na investigação de trajetórias infracionais pode ser um exercício frutífero que permite considerar simultaneamente múltiplas dimensões da vida humana e verificar a adequação de várias teorias de modo simultâneo na explicação destas trajetórias. Cremos também que estes resultados possuem implicações importantes para as políticas públicas.

Em primeiro lugar, apontamos que as políticas de assistência social deveriam ter maior atenção as famílias monoparentais femininas, sendo uma ação possivelmente

interessante dar preferência a elas nas filas de emprego e preferência aos seus filhos em creches e escolas de tempo integral. Uma maior aproximação dos equipamentos da rede socioassistencial também pode ser importante em momentos delicados vivenciados por essas famílias como a prisão, morte ou assassinato de algum dos seus integrantes

Outra constatação importante dos resultados é que a política de guerras as drogas é ineficaz e gera resultados contraproducentes, uma vez que, o tráfico se configura como uma força capaz de oferecer dinheiro e status, que em outras condições seriam dificilmente acessíveis aos jovens oriundos de famílias de baixo status socioeconômico, ao mesmo tempo que causa a morte e o aprisionamento entre estes. Desse modo, uma implicação importante seria uma reflexão sobre este modelo que se convertesse em uma política de prevenção ao uso com bases realistas.

Igualmente relevante é a constatação de que devemos redobrar a atenção sobre trajetória escolar desenvolvidas pelos jovens. Como ambiente de institucionalidade pública, a escola é a esfera na qual podemos perceber e intervir numa série de aspectos do curso de vida individual. Assim, problemas de indisciplina e dificuldade de aprendizagem devem ser alvo de cuidados especiais para que não se convertam em episódios de violência dentro do espaço escolar e nem em evasões. Além disso, o combate à evasão deve ser feito garantindo as condições para que os jovens permaneçam na escola e percebam nessa instituição uma forma de construir um projeto de futuro. Por isso, tornam-se imprescindíveis investimentos na profissionalização dos jovens que lhes garanta inserções positivas no mercado de trabalho. É provável que a adoção de algumas ações aqui indicadas poderia ter tido impactos realmente eficazes na prevenção do início de trajetórias infracionais e também na indução da interrupção destas, fazendo com que os cursos de vida dos adolescentes que compõem a amostra deste trabalho encontrassem um destino diferente.

Segundo os dados levantados na quarta fase desta pesquisa em março de 2019, 15 (6%) jovens que desenvolveram trajetórias infracionais ocasionais e apenas 1 (1,1%) jovem que desenvolveu uma trajetória infracional acima da média foram assassinados. Desse modo, é possível que, na trajetória infracional dos adolescentes pertencentes ao grupo crônico, a institucionalização tenha sido um fator protetivo contra o risco de assassinato. Outro resultado interessante foi observado no fato de que 31 (33,7%) indivíduos pertencentes ao grupo crônico e 36 (12,9%) indivíduos pertencentes ao grupo ocasional estavam presos. Esse resultado aponta que adolescentes que consolidam uma trajetória infracional na adolescência tendem a persistir nesta após completar a maioridade; ao mesmo tempo que, jovens que

desenvolveram uma trajetória infracional ocasional tendem para uma interrupção desta. Assim, é possível que o trabalho de ressocialização desenvolvido dentro do Sistema Socioeducativo possua maior efetividade dependendo do tipo de trajetória infracional desenvolvida pelo adolescente sob intervenção (SAPORI ET AL, 2018)

Acreditamos que questões relativas à eficácia das medidas socioeducativas na interrupção de trajetórias infracionais e a continuidade dessas trajetórias através da adolescência e da idade adulta e suas consequências no curso de vida dos indivíduos, ainda estão em aberto e por isso, demandam mais pesquisas. Esperamos que este trabalho sirva de inspiração para aqueles que queiram se dedicar a esta empreitada e oferecer soluções para que histórias como as que aqui apresentamos não se repitam.

7 - Bibliografia

- AGRESTI, A.; FINLAY, B. Métodos Estatísticas para as Ciências Sociais. Porto Alegre : Penso, 2012.
- ALMEIDA, B. G. M Racionalidade prática do isolamento institucional: um estudo da execução da medida socioeducativa de internação em São Paulo. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 2016.
- ALMEIDA, B. G. M. A produção do fato da transformação do adolescente: uma análise dos relatórios utilizados na execução da medida socioeducativa de internação. *Plural-Revista de Ciências Sociais* 24.1, 28-53, 2017.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. 1981
- ASSIS, Simone G; AVANCI, Joviana Quintes; OLIVEIRA, Raquel de Vasconcellos Carvalhaes de. Desigualdades socioeconômicas e saúde mental infantil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo , v. 43, supl. 1, p. 92-100, Aug. 2009.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Trajetórias de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre , v. 16, n. 34, p. 71-92, Dec. 2010
- BEATO, C.; ZILLI, L. F. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (80): 71-88, 2012.
- BECKER, H. A História de Vida e o Mosaico Científico. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- BECKER, H. S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008
- BENSON, Michael L. Crime and Live Course – An Introduction. Routledge, 2nd Edition. 2012.
- BERTAUX, Daniel. A vingança do curso de ação contra a ilusão cientificista. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 2, 2014.
- BLANCO, M. M. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. *Revista Latinoamericana de Población*, 5(8), 5-31, 2011
- BLUMSTEIN, Alfred; COHEN, Jacqueline; FARRINGTON, David P.. Criminal career research: Its value for criminology. *Criminology* 26.1, 1-35, 1988.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 1975.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. AMADO, J. & FERREIRA, M. M. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRASIL. Código de Menores 1979. Lei Nº 6.697, 10 de outubro de 1979.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Nº 8.069, 13 de julho de 1990.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPOS, M. S. Pela Metade: As Principais Implicações Da Nova Lei De Drogas No Sistema De Justiça Criminal Em São Paulo. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 2015.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. DADOS-Revista de ciências sociais, v. 47, n. 2, 2004.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo. Custo da juventude perdida no Brasil. Seminário Juventude e Risco: Perdas e ganhos sociais na crista da população jovem. Rio de Janeiro: Ipea, Secretaria de Assuntos Estratégicos, IDRC (Canadá) e CEDIAS (Argentina), v. 12, 2013.

CHESNEY-LIND, Meda; MAUER, Marc (Ed.). Invisible punishment: The collateral consequences of mass imprisonment. New York: The New Press, 2003. (Part III – Fractured families – Pp. 115-162)

CICOUREL, Aaron V. The social organization of juvenile justice. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1968

CLEMMER, Donald. Observations on imprisonment as a source of criminality. J. Crim. L. & Criminology, v. 41, p. 311-331, 1950.

CLIFFORD, J. Sobre autoridade etnográfica: A experiência etnográfica-Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. Revista de Administração Pública 12.2: 139-161, 1978.

CONSEUR, Amy, FREDERICK P. RIVARA, Robert Barnoski, and IRVIN Emanuel. Maternal and Perinatal Risk Factors for Later Delinquency. Pediatrics 99:785-90, 1997.

CORNELIUS, Eduardo G. O pior de dois mundos? A construção legítima da punição de adolescentes no Superior Tribunal de Justiça. . Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP. 2017.

Creswell, J. W.; PLANO CLARCK, V. L. Pesquisa de Métodos Mistos. 2. Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

- DAS, Veena & POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e sociedade*, 28(100), 1105-1128. 2007
- DOOB, Anthony N.; WEBSTER, Cheryl Marie. Creating the will to change: The challenges of decarceration in the United States. *Criminology & Pub. Pol'y*, v.13, p. 547, 2014.
- ELDER, G. H.; JOHNSON, M. K.; Crosnoe, R. The Emergence and Development of Life Course Theory. In: *Handbook of Life Course*. Edited by Jeylan T. Mortimer and Michael J. Shanahan. Kluwer Academic/Plenum Publishers, New York, 2003.
- ELDER, G. H. Jr. *Perspectives on life course*. Ithaca, New York. Cornell University Press. 1985.
- ELDER, G. H., & ROCKWELL, R. C. The life-course and human development: An ecological perspective. *International Journal of Behavioral Development*, 2(1), 1-21. 1979.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições, v. 70, p. 140-146, 2008.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, . v. 2, 1993.
- ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- FARRINGTON, David P. Age and crime. *Crime and justice* 7: 189-250, 1986.
- FIGLIARELLI, M. O Lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos*. – CEBRAP n°92 São Paulo, Mar. 2012.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2018 Disponível em: <https://bit.ly/2IjwW4n> Acesso em 07/04/2019
- FOUCAULT, Michael. *O Nascimento da Biopolítica*; Martins Fontes: 2008.
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*; Petrópolis: Vozes, 1997.
- GARLAND, David. The limits of the sovereign states: strategies of Crime Control in Contemporary Society. *The British Journal of Criminology*, v. 36, n. 4, p. 445-471, 1996.
- GAVRILOVA, E.; KAMADA, T.; ZOUTMAN, F. Is legal Pot Crippling Mexican Drug Trafficking Organizations? The Effect of Medical Marijuana Laws on US Crime. *The Economic Journal*. N 5, January, 2015.
- GIORDANO P.C., COPP J.E., MANNING W.D., LONGMORE M.A. Linking parental incarceration and family dynamics associated with intergenerational transmission: A life-

course perspective. *Criminology*. 2019;1–29

GLUECK, Sheldon; GLUECK, Eleanor. Unraveling juvenile delinquency. *Juv. Ct. Judges J.*, v. 2, p. 32, 1950.

GOES, Rodrigo L., WERMELINGER, Claudia, OLIVEIRA, Lucas C. P., SILVA, Bráulio F. A. da. Trajetórias e narrativas de adolescentes envolvidos com a criminalidade: os objetos e suas formas de aproximação em transdisciplinaridade. *Psicologia em Revista* v. 25 n. 1, 2019:

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The Problem Of Embeddedness. *American Journal of Sociology*. Vol. 91. Nov, 1985.

HIRATA, D. *Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese, Universidade de São Paulo, 2010.

HIRSCHI, T; GOTTFREDSON, M. *A General Theory of Crime*. Stanford. Stanford University Press. 1990.

HOGAN, Denis P. The Transition To Adulthood As A Career Contingency. *American Sociological Review*. Vol. 45. April. 1980.

HUGHES, E. C. *Men and their work*. New York, The Free Press of Glencoe, 1958.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - IPEA. *Atlas da Violência 2018*. Disponível em: <https://bit.ly/2M1A7NG> Acesso em: 07/04/2019

KAZTMAN, R. *Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos*. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. dec. 2001.

KIRK, David S.; WAKEFIELD, Sara. Collateral consequences of punishment: a critical review and path forward. *Annual Review of Criminology*, n. 0, 2018.

KRIPPENDORF, K. *Content Analysis. An Introduction to its Methodology*. 2ª. Edição, SAGE. 2004

LAHIRE, Bernard. *Homem plural: os determinantes da ação*. 2002.

LAUB, John H.; SAMPSON, Robert J. The Sutherland-Glueck debate: On the sociology of criminological knowledge. *American Journal of Sociology*, v. 96, n. 6, p. 1402-1440, 1991.

LEMGRUBER, J.; BOITEUX, L. *O Fracasso da Guerra às Drogas*. In: *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. Lima, R. S.; Ratton J. L.; Azevedo, R. G. [org.] – São Paulo: Contexto, 2014.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS (INFOPEN). Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2017.

LYNCH, James P. Assessing the Effects of Mass Incarceration on Informal Social Control in Communities. *Criminology & Pub. Pol'y*, v. 3, p. 267, 2003.

LYRA, Diogo. *A República dos Meninos: juventude, tráfico e virtude* – Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2013.

MALVASI, Paulo Artur. *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, USP, 2012.

MERTON, R. K. *Social Theory and Social Structure*. Nova York: The Free Press. 1966

MISSE, M. Mercadorias Políticas. In: *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. Lima, R. S.; Ratton J. L.; Azevedo, R. G. [org.] – São Paulo: Contexto, 2014

MISSE, M. Sujeição Criminal. In: *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. Lima, R. S.; Ratton J. L.; Azevedo, R. G. [org.] – São Paulo: Contexto, 2014

MISSE, Michel. *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Revan, 2008.

MOFFIT, T. E. Adolescent Limited and Life Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. *Psychological Review*. Vol 100. Nº4. 1993.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira et al . Plano Individual de Atendimento (PIA) na perspectiva dos técnicos da semiliberdade. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo , n. 122, p. 341-356, June 2015

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira, RENA, Ana C. C. B., BOLAÑOS, Diego F., OLIVEIRA, Lucas C. P. Teoria Crítica e Transdisciplinaridade: uma aposta no projeto emancipatório. *Psicologia em Revista* v. 25 n. 1, 2019:

NICOLESCU, Basarab *O Manifesto da Transdisciplinaridade*, São Paulo: Triom. 1999.

OLIVEIRA, Thiago R. Mecanismos Sociais de Decisões Judiciais: desenho misto explicativo sobre a aplicação de medida socioeducativa de internação. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP. 2016.

OLIVEIRA, Lucas C. P., MOREIRA, Jacqueline de Oliveira, SILVA, Bráulio Figueiredo, MARINHO, Frederico Couto, SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de. Curso De Vida, Adolescentes e Criminalidade: Uma Leitura a Partir do PIA. *Psicologia & Sociedade*, 31, Novembro 14, 2019

- PAULA, L. Justiça Juvenil. In: Crime, Polícia e Justiça no Brasil. Lima, R. S.; Ratton J. L.; Azevedo, R. G. [org.] – São Paulo: Contexto, 2014
- PETTIT, Becky; WESTERN, Bruce. Mass imprisonment and the life course: Race and class inequality in US incarceration. *American sociological review*, v. 69, n. 2, p. 151-169, 2004
- REIS, E. T; BARREIRA, I. A. F. Alusões biográficas e trajetórias: entre esquemas analíticos e usos flexíveis. *BIB, São Paulo*, n. 86, pp 36-67. Outubro, 2018.
- ROLIM, Marcos. Desistência do crime. *Soc. estado.*, Brasília , v. 33, n. 3, p. 829-847, Dec. 2018 .
- SAPORI, L. F., CAETANO, A. J., SANTOS, R. F. A Reincidência Juvenil no Estado de Minas Gerais. Relatório do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Belo Horizonte, Outubro, 2018.
- SALEM, Tania. Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista. *Mana*, Rio de Janeiro , v. 12, n. 2, p. 419-447, Oct. 2006 .
- SAMPSON, R. J., & LAUB, J. H. *Crime in the making: pathways and turning points through life*. Cambridge, Mass, Harvard University Press. 1993.
- SAMPSON, R. J.; LAUB J. H. – A Life Course Theory of Cumulative Disadvantage and Stability of Delinquency – In *Advances in Criminological Theory*, Vol. 7 edited by Terry Thounberry (Developmental Theories of Crime and Delinquency, Thansaction 1997.
- SAMPSON, Robert J.; LAUB, John H. Life-course desisters? Trajectories of crime among delinquent boys followed to age 70. *Criminology*, v. 41, n. 3, p. 555-592, 2003.
- SAMPSON, Robert J; LAUB, John H. *A Life-Course View of the Development of Crime*. *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 602. 12-45. 2005
- SHAW, C.; MCKAY, H. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: Univ. 1942.
- SHAW, Clifford R. *The jack-roller: A delinquent boy's own story*. University of Chicago Press, [1930] 2013.
- SILVA, Gilvan Gomes. A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na construção do suspeito. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNB, 2009.
- SPOSITO, Marilia Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educ. Pesqui.*, São Paulo , v. 44, e170308, 2018 .
- SUTHERLAND, Edwin H. White-collar criminality. *YB*, p. 138, 1940.
- SYKES, Gresham M.; MATZA, David. Techniques of neutralization: A theory of delinquency. *American sociological review* 22.6. 664-670, 1957:

SYKES, Gresham. The pains of imprisonment. The society of captives: A study of a maximum security prison, p. 63-78, 1958.

TELLES, V. S. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Argumentum, 2010.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC) - Drugs Statistics and Trends. 2010. Disponível em:

https://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2010/2.0_Drug_statistics_and_Trends.pdf

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: J. Zahar; 1999.

WACQUANT, Loïc. Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity. Columbia: Duke university Press, 2009.

WARR, Mark. Parents, Peers and Delinquency. Social Forces. Vol. 72. Set. 1993.

WILDEMAN, Christopher. Parental incarceration, child homelessness, and the invisible consequences of mass imprisonment. The ANNALS of the American Academy of Political and Social

WILLIG, Carla. Interpretation and Analysis. In: The Sage Handbook of Qualitative Data Analysis. Org: Flick, Uwe. Sage Publication. 2013.

WOLFGANG, M., R. Figlio, and T. Sellin. "Delinquency in a Birth Cohort. Chicago: Univ. 1972.

ZALUAR, Alba. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. FGV Editora, 2004.

ZNANIECKI, Florian; THOMAS, William I. The Polish Peasant in Europe and America: A Classic Work in Immigration History. University of Illinois Press. 1918

8 – Anexos

Estatísticas de grupo					
75x25		N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
Renda Per Capita	Ocasionais	172	499,98	467,98021	35,68316
	Crônicos	53	367,50	421,04362	57,83479
Defasagem Escolar em anos	Ocasionais	188	2,61	1,542	,112
	Crônicos	79	2,99	1,557	,175
Idade da Primeira Passagem	Ocasionais	268	15,46	1,42538	,08707
	Crônicos	89	14,01	1,36926	,14514

Teste de amostras independentes										
		Teste de Levene para igualdade de variâncias				teste-t para Igualdade de Médias				
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de	
									Inferior	Superior
Renda Per Capita	Variâncias iguais assumidas	,915	,340	1,843	223	,067	132,47659	71,870	-9,155	274,108
	Variâncias iguais não assumidas			1,949	94,941	,054	132,47659	67,957	-2,436	267,389
Defasagem Escolar em anos	Variâncias iguais assumidas	,669	,414	-1,837	265	,067	-,381	0,207	-0,789	0,027
	Variâncias iguais não assumidas			-1,830	145,324	,069	-,381	0,208	-0,792	0,030
Idade da Primeira Passagem	Variâncias iguais assumidas	,846	,358	8,361	355	,000	1,44399	0,173	1,104	1,784
	Variâncias iguais não assumidas			8,531	156,071	,000	1,44399	0,169	1,110	1,778

Análise descritiva Ocasionalis x Crônicos

Tabela 1

	Ocasionalis		Crônicos		P Valor
	Contagem	Coluna N %	Contagem	Coluna N %	
Gênero (masculino = 1)	Feminino	14,0%	4	4,3%	0,012
	Masculino	2,40	8	9,7%	
Raça (branco = 1)	Não Brancos	1,76	63	77,8%	0,521
	Brancos	41	18	22,2%	
Reside com pai e mãe	Outros	2,20	79	85,9%	0,140
	Reside com pai e mãe	39	13	14,1%	
Arranjo Familiar	Outros	2,50	82	89,1%	0,897
	Reside com o pai	29	10	10,9%	
Outros	Reside com a mãe	1,39	37	40,2%	0,110
	Reside com a mãe	1,40	55	59,8%	
Situação de abandono	Não reside com nenhum dos pais	2,28	78	84,8%	0,303
	Não viveu em situação de abandono	51	14	15,2%	
Narrativa Familiar - Divórcio	Viveu em situação de abandono	2,27	57	69,5%	0,003
	Sem mães ao divórcio	43	25	30,5%	
Narrativa Familiar - Alcoolismo	Sem mães ao divórcio	204	55	67,1%	0,127
	Mães ao divórcio	66	27	32,9%	
Narrativa Familiar - Alcoolismo Pais	Sem mães ao alcoolismo de integrantes da família	251	65	79,3%	0,000
	Mães ao alcoolismo de integrantes da família	19	17	20,7%	
Narrativa Familiar - Alcoolismo Mães	Sem mães a pais alcoolistas	264	76	92,7%	0,026
	Mães a pais alcoolistas	6	6	7,3%	
Narrativa Familiar - Alcoolismo Pais	Sem mães a pais alcoolistas	2,58	71	86,6%	0,004
	Mães a pais alcoolistas	12	11	13,4%	
Narrativa Familiar - Uso de Drogas Ilícitas	Sem mães ao uso de drogas ilícitas por parte	2,49	66	80,5%	0,002
	Mães ao uso de drogas ilícitas por parte	21	16	19,5%	
Narrativa Familiar - Uso de Drogas Ilícitas/Pai	Sem mães a pais usuários de drogas ilícitas	2,64	72	87,8%	0,000
	Mães a pais usuários de drogas ilícitas	6	10	12,2%	
Narrativa Familiar - Violência Doméstica	Sem mães a violência doméstica	2,52	64	78,0%	0,000
	Mães a violência doméstica	18	18	22,0%	
Narrativa Familiar - Envolvimento com a criminalidade	Sem mães ao envolvimento de parentes com	2,42	52	63,4%	0,000
	Mães a pais envolvidos com a criminalidade	28	30	36,6%	
Narrativa Familiar - Envolvimento com a criminalidade/Imãos	Sem mães a imãos envolvidos na criminalidade	2,56	65	79,3%	0,000
	Mães a imãos envolvidos na criminalidade	1,4	17	20,7%	
Narrativa Familiar - Envolvimento com a criminalidade/Pais	Sem mães a pais envolvidos na criminalidade	2,59	75	91,5%	0,108
	Mães a pais envolvidos na criminalidade	11	7	8,5%	
Narrativa Familiar - Prisão	Sem mães a prisão de familiares	2,51	69	84,1%	0,015
	Mães a prisão de familiares	19	13	15,9%	
Narrativa Familiar - Prisão/Pai ou mãe	Sem mães a prisão de pai ou mãe	2,62	74	90,2%	0,010
	Mães a prisão de pai ou mãe	8	8	9,8%	
Narrativa Familiar - Assassínio	Sem mães a assassínios de parentes	2,55	69	84,1%	0,003
	Mães a assassínios de parentes	15	13	15,9%	
Narrativa Familiar - Assassínio Pais	Sem mães a assassínios de genitores	2,60	74	90,2%	0,029
	Mães a assassínios de genitores	10	8	9,8%	
Narrativa Familiar - Morte	Sem mães a morte de parentes	2,30	61	74,4%	0,024
	Mães a morte de parentes	40	21	25,6%	
Adolescente com trajetória de rua	Sem mães a trajetória de rua	2,56	72	87,8%	0,027
	Mães a trajetória de rua	1,4	10	12,2%	
Relatos de ameaça contra os adolescentes	Sem mães a situações de ameaça	2,33	68	82,9%	0,448
	Mães a situações de ameaça	37	14	17,1%	
Relatos da posse de armas de fogo pelos adolescentes	Sem mães ao uso de armas de fogo pelos ad	2,40	57	69,5%	0,000
	Mães ao uso de armas de fogo pelos adole	30	25	30,5%	
Escolaridade do pai	> 9 anos de escolaridade	35	7	30,4%	0,289
	< 9 anos de escolaridade	47	16	69,6%	
Escolaridade da mãe	> 9 anos de escolaridade	90	20	34,5%	0,110
	< 9 anos de escolaridade	98	38	65,5%	
Defasagem Escolar	Idade adequada em relação ao ano escolar	70	10	11,2%	0,002
	Em situação de defasagem anualidade	189	79	88,8%	
Conflitos na escola	Sem mães a conflitos na escola	233	61	74,4%	0,011
	Mães de conflitos na escola	37	21	25,6%	
Dificuldade de aprendizagem	Sem mães a dificuldade de aprendizagem	238	73	89,0%	0,029
	Mães a dificuldade de aprendizagem	12	9	11,0%	
Não usa drogas ilícitas	Não usa drogas ilícitas	1,76	26	29,2%	0,000
	Usa drogas ilícitas	88	63	70,8%	
Usa drogas ilícitas	Não usa drogas ilícitas	1,28	8	9,1%	0,000
	Usa drogas ilícitas	116	80	90,9%	
Usa algum tipo de droga	Não usa algum tipo de droga	1,47	83	92,2%	n.n.n.n
	Usa algum tipo de droga	1,47	83	92,2%	

Tiv. de Anonim.

Análise descritiva Ocasionais x Crônicos

Tabela 1

		Ocasionais		Crônicos		P Valor
		Contagem	Coluna N %	Contagem	Coluna N %	
		Uso de drogas	Não Usa drogas	117	44,3%	
	Outros	174	65,9%	67	74,4%	0,134
	Usa pelo menos um tipo de droga	90	34,1%	23	25,6%	
	Outros	207	78,4%	30	33,3%	0,000
	Usa drogas lícitas e ilícitas	57	21,6%	60	66,7%	
Postura de desresponsabilização	Sem menções a postura de desresponsabilização	244	90,4%	56	68,3%	0,000
	Menções a postura de desresponsabilização	26	9,6%	26	31,7%	
Realizou tratamento de saúde mental	Não realizou tratamento de saúde mental	263	94,3%	75	82,4%	0,000
	Realizou tratamento de saúde mental	16	5,7%	16	17,6%	

		Gênero				P Valor
		Feminino		Masculino		
		Contagem	N % da coluna	Contagem	N % da coluna	
Passagem por Abrigo	Sem menções a passagem por abrigos	38	84,4%	299	97,4%	0,000
	Menções a passagens por abrigos	7	15,6%	8	2,6%	
Trajatória de rua	Sem menções sobre trajetória de rua	37	82,2%	291	94,8%	0,002
	Menções sobre trajetória de rua	8	17,8%	16	5,2%	

MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA I

Resumo do processamento de caso

Casos não ponderados ^a	Incluído na análise	N	Porcentagem
Casos selecionados	Casos ausentes	121	32,4
	Total	252	67,6
Casos não selecionados		373	100,0
	Total	0	0,0
	Total	373	100,0

a. Se a ponderação estiver em vigor, veja a tabela de classificação para o número total de casos.

Codificação de variável dependente

Valor original	Valor interno
Ocasionais	0
Crônicos	1

Bloco 0: Bloco inicial

Tabela de classificação^{a,b}

Observado		Previsto		Porcentagem correta
		7x25 Ocasionais	Crônicos	
Etapa 0	7x25	84	0	100,0
	Crônicos	37	0	0,0
	Porcentagem global			69,4

a. A constante está incluída no modelo.

b. O valor de corte é ,500

Variáveis na equação

Etapa 0	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Constante	-.820	.197	17,267	1	,000	.440

Variáveis não presentes na equação

Etapa 0	Variáveis	Pontuação	df	Sig.
	Gênero (Masculino =1)	3,394	1	,058
	Raça (Branco =1)	,001	1	,981
	Escolaridade da Mãe (<9 anos =1)	,994	1	,319
	Aranjo Familiar (Reside com a mãe =1)	2,008	1	,156
	Uso de Drogas Lícitas (=1)	12,738	1	,000
	Uso de Drogas Ilícitas (=1)	16,644	1	,000
	Idade da primeira passagem pelo SIJ	34,772	1	,000
	Definição ano/lidade em anos	4,495	1	,035
	Recebeu tratamento de saúde mental (=1)	,048	1	,827
	Estatísticas globais	54,478	9	,000

Bloco 1: Método = Enter

Testes de coeficientes de modelo Omnibus

Etapa 1	Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa	70,678	9	,000
Bloco	70,678	9	,000
Modelo	70,678	9	,000

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	78,318 ^a	.442	.625

a. Estimação encerrada no número de iteração 6 porque as estimativas de parâmetro mudaram em menos de ,001.

Tabela de contingência para teste de Hosmer e Lemeshow

		75x25 = Ocasionais		75x25 = Crônicos		Total
		Observado	Esperado	Observado	Esperado	
Etapa 1	1	13	12,975	0	,025	13
	2	12	11,922	0	,078	12
	3	12	11,760	0	,240	12
	4	12	11,367	0	,633	12
	5	10	10,474	2	1,526	12
	6	8	9,545	4	2,455	12
	7	8	8,426	5	4,574	13
	8	6	4,623	6	7,377	12
	9	2	2,264	10	9,736	12
	10	1	,645	10	10,355	11

Tabela de classificação^a

Observado		Previsto			Porcentagem correta
		75x25		Porcentagem correta	
		Ocasionais	Crônicos		
Etapa 1	75x25	Ocasionais	76	8	90,5
		Crônicos	11	26	70,3
Porcentagem global					84,3

a. O valor de corte é ,500

Variáveis na equação

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1 ^a						
Gênero (Masculino =1)	2,446	1,433	2,912	1	,088	11,538
Raça (Branco =1)	,519	,749	,479	1	,489	1,680
Escolaridade da Mãe (<9 anos =1)	,406	,599	,459	1	,498	1,500
Arranjo Familiar (Reside com a mãe =1)	-,659	,684	,928	1	,335	,517
Uso de Drogas Lícitas (=1)	1,960	,704	7,745	1	,005	7,101
Uso de Drogas Ilícitas (=1)	1,770	,848	4,356	1	,037	5,872
Idade da primeira passagem pelo SJJ	-1,152	,244	22,292	1	,000	,316
Defasagem ano/idade em anos	,320	,185	2,975	1	,085	1,377
Recebeu tratamento de saúde mental (=1)	-1,122	1,099	1,041	1	,308	,326
Constante	10,524	3,457	9,267	1	,002	37196,764

a. Variáveis inseridas na etapa 1: sexo_recod, raca_recod, Escol_mae_1, Familia_3, drog_licita, drog_ilicita, date1, defasagem_anos, saude_mental.

MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA II
Resumo do processamento de caso

Casos não ponderados ^a	Incluído na análise	N	Porcentagem
Casos selecionados	Casos ausentes	129	34,6
	Total	244	65,4
Casos não selecionados		373	100,0
	Total	0	0,0
Total		373	100,0

a. Se a ponderação estiver em vigor, veja a tabela de classificação para o número total de casos.

Codificação de variável dependente

Valor original	Valor lido
Ocasionalmente	0
Crônico	1

Bloco 0: Bloco inicial

Tabela de classificação^{a,b}

Observado		Previsto		Porcentagem correta
		73x25	Crônico	
Empa 0	73x25	Ocasionalmente	0	100,0
	Porcentagem global	Crônico	0	0,0
				70,5

a. A constante está incluída no modelo.

b. O valor de corte é ,500

Variáveis na equação

Empa 0	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Constante	-.873	.193	20,443	1	.000	.418

Variáveis não presentes na equação

Empa 0	Variáveis	Pontuação	df	Sig.
	Ganho (Masculino =1) Res (Bancos =1) Escolaridade da Mãe (<9 anos =1) Arranjo Familiar (Reside com a mãe =1) Um pelo menos um tipo de Uta dogas licitas e ilícitas Idade da primeira paisagem pelo 8Jf Defasagem anotada em anos Recebeu tratamento de saúde mental (=1)	3,296 .000 1,717 2,736 .236 16,630 38,379 3,444 .096 56,883	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	.069 .982 .190 .098 .613 .000 .000 .065 .757 .000

Estadísticas globais

Bloco 1: Método = Enter

Testes de coeficientes de modelo Omnibus

Empa 1	Empa	Qui-quadrado	df	Sig.
	Bloco	71,066	9	.000
	Modelo	71,066	9	.000

Resumo do modelo

Empa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	\$3,332 ^a	.424	.603

a. Estimação baseada no número de iteração 6 porque as estimativas de parâmetro mudaram em menos de ,001

Teste de Hosmer e Lemeshow

Empa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	3,161	8	.924

Tabela de contingência para teste de Hosmer e Lemeshow

		75x25 = Ocasionais		75x25 = Crônicos		Total
		Observado	Esperado	Observado	Esperado	
		Etapa 1	1	13	12,967	
	2	13	12,904	0	,096	13
	3	12	12,715	1	,285	13
	4	13	12,346	0	,654	13
	5	12	11,440	1	1,560	13
	6	10	10,278	3	2,722	13
	7	8	8,779	5	4,221	13
	8	6	5,871	7	7,129	13
	9	3	2,774	10	10,226	13
	10	1	,927	11	11,073	12

Tabela de classificação*

Observado	75x25		Previsto		Porcentagem correta
			75x25		
			Ocasionais	Crônicos	
Etapa 1	75x25	Ocasionais	84	7	92,3
		Crônicos	12	26	68,4
		Porcentagem global			85,3

a. O valor de corte é ,500

Variáveis na equação

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1*	Gênero (Masculino =1)	2,266	1,407	2,592	1	,107	9,637
	Raça (Branco =1)	,323	,710	,207	1	,649	1,381
	Escolaridade da Mãe (< 9 anos =1)	,487	,578	,708	1	,400	1,627
	Arranjo Familiar (Reside com a mãe =1)	-,409	,642	,407	1	,523	,664
	Não usa nenhum tipo de droga (categoria de referência)						
	Usa pelo menos um tipo de droga (=1)	2,175	1,059	4,215	1	,040	8,801
	Usa drogas lícitas e ilícitas	3,409	1,033	10,883	1	,001	30,241
	Idade da primeira passagem pelo SJJ	-1,088	,227	23,063	1	,000	,337
	Defasagem ano/idade em anos	,265	,177	2,246	1	,134	1,303
	Recebeu tratamento de saúde mental (=1)	-1,076	,996	1,167	1	,280	,341
	Constante	9,888	3,282	9,076	1	,003	19692,260

a. Variáveis inseridas na etapa 1: sexo_recod, raca_recod, Escol_mae_1, Familia_3, drogs_p1, drogs_3, date1, defasagem_anos, saude_mental.